

**Pós-Graduação em
Desenvolvimento Sustentável**

Emma Siliprandi

Tese de Doutorado

Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar

Brasília – DF, abril de 2009

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CURSO DE DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO POLÍTICA E GESTÃO AMBIENTAL
LINHA DE PESQUISA: SOCIEDADE, ECONOMIA E BIODIVERSIDADE

Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na
agricultura familiar

Emma Siliprandi

Orientadoras: Laura Duarte (Universidade de Brasília)
Alicia Puleo (Universidad de Valladolid)

TESE DE DOUTORADO

Brasília - DF, abril de 2009

(Dados Internacionais de Catalogação - CIP)

S583m Siliprandi, Emma Cademartori
Mulheres e agroecologia : a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar / Emma Siliprandi; orientadora Laura Duarte ; co-orientadora Alicia Puleo. – 2009.
291 f. : il.
Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2009.
1. Agroecologia. 2. Agricultura Familiar. 3. Mulher. 4. Sujeito Político. I. Universidade de Brasília. CDS. II. Título.
CDU396.9:631.588.9(043.2)

Bibliotecária Responsável: Débora Dornsbach Soares - CRB-10/1700

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta tese e emprestar ou vender tais cópias, somente para propósitos acadêmicos e científicos. A autora reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta tese de doutorado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito da autora.

Emma Cademartori Siliprandi

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CURSO DE DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO POLÍTICA E GESTÃO AMBIENTAL
LINHA DE PESQUISA: SOCIEDADE, ECONOMIA E BIODIVERSIDADE

Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na
agricultura familiar

Emma Cademartori Siliprandi

Tese de Doutorado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para obtenção do Grau de Doutora em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Política e Gestão Ambiental.

Aprovado por:

Laura Maria Goulart Duarte (Universidade de Brasília)
(Orientadora)

Doris Aleida Villamizar Sayago (Universidade de Brasília)

Frédéric Adelin Georges Mertens (Universidade de Brasília)

Isabel Cristina Moura de Carvalho (Pontifícia Universidade Católica do RS)

Maria Virginia de Almeida Aguiar (Ministério do Desenvolvimento Agrário)

Brasília – DF, abril de 2009

À minha mãe, Maria Thereza;
À minha filha, Clara;
À minha irmã, Maria.

AGRADECIMENTOS

Sinto uma imensa alegria ao escrever estes agradecimentos, por duas razões: porque significa que esta etapa do trabalho está chegando ao fim... E, também, porque lembrar de todas as pessoas que ajudaram na sua realização é uma confirmação das redes de colegas e amigos que construímos ao longo da vida, e que estavam presentes, com a sua colaboração e o seu afeto, nas horas em que mais necessitamos.

Agradeço em primeiro lugar às minhas duas orientadoras e amigas, Laura Duarte e Alicia Puleo, pelo apoio e estímulo em todas as etapas do trabalho. Laura me deixou à vontade para buscar meus próprios caminhos, mostrando uma confiança irrestrita em minha capacidade; atuou como uma facilitadora na abertura de espaços acadêmicos sempre que necessitei; e esteve presente com suas sugestões e aportes em vários momentos cruciais – inclusive insistindo para que eu terminasse logo a tese para poder avançar para outras fases da vida.

Alicia, com uma dedicação pessoal comovente, me recebeu na Espanha como se fôssemos velhas amigas (e nem nos conhecíamos). No trabalho acadêmico, “comprou” minhas propostas de imediato, e discutiu detalhadamente cada etapa a ser realizada. Foi rigorosa e exigente; mas também muito acolhedora, e o seu entusiasmo com o andamento do trabalho fazia com que eu me sentisse cada vez mais estimulada a continuar.

Institucionalmente, quero agradecer o apoio recebido por parte da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, nas pessoas de Walter Bianchini, Adoniram Perachi, e, muito especialmente, LÍlian Rahal, por terem aceitado a flexibilização dos meus horários de trabalho, de forma a que eu pudesse cursar as disciplinas do Doutorado e também realizar a pesquisa de campo.

Dentro do Centro de Desenvolvimento Sustentável, encontrei também vários apoios, e agradeço aqui. Ao conjunto de professores com quem trabalhei nesse período; em particular, aos integrantes da Banca de Qualificação e que participaram da pré-defesa, Frédéric Mertens e Doris Sayago; aos funcionários que deram conta de todas as etapas burocráticas, em particular, quando da solicitação da Bolsa-Sanduíche; a todos os colegas, com quem dividi muitas tristezas e alegrias, e que torceram para que cada um de nós saísse do curso com ganhos intelectuais e pessoais.

Desde o início, a idéia de realização dessa pesquisa foi discutida e contou com o apoio das mulheres que participam do GT-Mulheres da ANA (Articulação Nacional de Agroecologia). Essas discussões me alimentaram esse tempo todo, e não haveria esta tese se não fosse esse ambiente de camaradagem e de comprometimento com a causa ambiental e das mulheres. Senti-me acolhida também em outras estruturas da ANA: no Núcleo Executivo, na Coordenação Nacional, com membros diversos. Agradeço a sua generosidade expressa na abertura de arquivos, no envio de

documentos, na facilitação de contatos, nos convites para a discussão da pesquisa em eventos da rede, na disponibilidade para conversar.

Muito especialmente quero agradecer a todas as mulheres agricultoras e assessoras que aceitaram fazer parte da pesquisa, e que abriram suas casas, receberam-me em suas famílias, permitiram acesso a pedaços das suas vidas, com a confiança de que esse esforço serviria para uma reflexão produtiva. Muitas delas já estão um pouco cansadas da discussão acadêmica; às vezes, sentem-se usadas por pesquisadores inescrupulosos, cujos resultados não retornam para a sua comunidade. Espero não decepcioná-las.

Agradeço também às equipes das organizações não-governamentais e dos movimentos sociais que ajudaram a viabilizar a pesquisa de campo: o Centro Feminista 8 de março (CF-8), o Grupo de Assessoria em Agroecologia na Amazônia (GTNA), o Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA), o Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP), o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Brasil (FETRAF), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), entre tantas outras instituições.

Diversas pesquisadoras e militantes (algumas das quais não conheço pessoalmente) discutiram comigo aspectos da pesquisa, enviaram materiais, bibliografia, sugestões, e sou extremamente grata a todas: em especial, Isabel Carvalho, Edla Eggert, Maria Emilia Lisboa Pacheco, Nilsa Luzzi, Rosângela Cintrão, Patrícia Mourão, Waldiléia Amaral, Maria Laura Viteri, Maria Marli de Almeida – exemplos de solidariedade e confiança na certeza do conhecimento compartilhado. Da mesma forma, sou grata aos demais ativistas e pesquisadores agroecológicos que me concederam entrevistas: Francisco Caporal, Luiz Rebelatto, Paulo Petersen, Eduardo Sevilla. Agradeço também a outras pesquisadoras que estavam em meio à redação de seus trabalhos acadêmicos e com quem dividi as angústias do ofício de escrever: Ana Paula Ferreira, a quem tive o prazer de orientar; Elizabeth Cardoso, Ana Elizabeth Siqueira. Algumas, como Laetícia Jalil, às vezes mandavam apenas uma pequena mensagem no computador dizendo: “*Bom dia. Força aí na tese!*”.

Não poderei nomear aqui o conjunto de amigos e amigas, antigos e encontrados no período mais recente, que me acompanharam carinhosamente nessa etapa de trabalho. Como diria Atahualpa Yupanqui, “*yo tengo tantos hermanos, que no los puedo contar...*”. Queridos e queridas, com tese ou sem tese, espero que vocês saibam e sintam o quanto os amo. Cada um de vocês ilumina minha existência de uma forma especial, e sou muito grata por isso.

Minha filha querida, Clara, foi uma companheira de todas as horas. Sua paciência e sua compreensão diante da situação de ter “mãe fazendo tese” excederam todas as minhas expectativas. Muito obrigada por tudo, filhota. Agradeço ainda à minha mãe, dona Thereza, que literalmente “rezou”

o tempo todo para que tudo desse certo. Minha irmã, Maria, meu irmão, Tito, todos mostraram solidariedade sempre que precisei.

Um agradecimento muito especial à Luciana Sousa Martins, por sua amorosa e entusiasmada revisão do texto final. Lulu, desculpe se até o final não aprendi a diferença entre o hífen e o travessão; prometo me esforçar mais das próximas vezes.

Da mesma forma, agradeço a Débora Dornsbach Soares, que, de forma competente e gentil fez a revisão da bibliografia e formatou a versão final da tese.

Agradeço de coração ao Walter, cuja presença carinhosa na etapa final me ajudou a sentir que tudo ia dar certo.

Durante todo o período do Doutorado, estive em licença sem remuneração do cargo que ocupava na Emater/RS; agradeço a seus diretores pela concordância com os vários adiamentos que solicitei, sem os quais teria sido impossível terminar o trabalho.

A etapa de estudos em Valladolid contou com o apoio de uma Bolsa de Estágio de Doutorado (Bolsa-Sanduíche) obtida junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a que registro aqui meus agradecimentos.

Sou apaixonada por este tema. Há muito tempo queria fazer uma pesquisa como esta. Quando tive a oportunidade, me dediquei a ela com gosto e com vontade. Não tenho ainda o distanciamento suficiente para avaliar se o resultado ficou à altura do pretendido. Posso afirmar que nessa trajetória aprendi muito, com tudo o que ouvi, refleti, estudei, com as discussões de que participei. Mais uma vez, agradeço profundamente “*a todos e a todas*” (em homenagem ao Vitorzinho...) que generosamente me ajudaram nessa jornada.

RESUMO

Esta tese analisa trajetórias de vida de mulheres agricultoras que participam ativamente de movimentos agroecológicos formados no Brasil nos últimos trinta anos. São mulheres camponesas, agricultoras familiares, trabalhadoras rurais, que, em meio aos movimentos sociais da agricultura familiar identificados com a agroecologia e organizados em torno de uma rede social, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), vêm se mobilizando, através de grupos, articulações, campanhas, experiências produtivas e de comercialização, para fazer aparecer o ponto de vista das mulheres nessa área. O objetivo geral da pesquisa foi evidenciar como, através das suas práticas sociais e, portanto, dos seus discursos, essas mulheres, que estavam se destacando na discussão da agroecologia dentro da ANA, vinham obtendo legitimidade para as suas reivindicações, disputando, com outras forças políticas, espaço para o reconhecimento da existência de pontos de vista próprios das mulheres sobre os temas da gestão ambiental e do desenvolvimento sustentável; constituindo-se, portanto, como novos sujeitos políticos. De que forma esses sujeitos foram sendo construídos, quais as suas características, e qual seu significado para a construção de propostas estratégicas para a agricultura familiar e para o desenvolvimento sustentável, são também temas da pesquisa. São utilizados como referenciais teóricos os Estudos Feministas, e particularmente o Ecofeminismo, os estudos de trajetórias de vida e as teorias de análise de redes sociais. Na conclusão é mostrada a relevância da pesquisa realizada, tanto em termos teóricos como metodológicos. Combinando a análise das narrativas de histórias de vida das lideranças com as trajetórias dos coletivos em que elas estavam inseridas, tendo como pano de fundo a construção dos movimentos agroecológicos no Brasil, foi possível evidenciar elementos fundamentais para se entender como vêm se dando a construção desses sujeitos políticos. Essas mulheres, apesar das suas distintas origens e prioridades, vêm construindo identidades comuns enquanto agricultoras e militantes dos movimentos de mulheres, que têm como base o seu engajamento em ações questionadoras das desigualdades de gênero no meio rural e do modelo produtivo destruidor do ambiente. Sendo agricultoras familiares, estão submersas em realidades opressivas desde o interior das famílias, vivendo as contradições de buscar questionar aquele modelo produtivo e de organização familiar, ao mesmo tempo em que lutam também para a sua reprodução – exatamente porque o consideram o mais justo e adequado para um desenvolvimento rural equilibrado e eqüitativo. Suas trajetórias mostram como um movimento de transformação social se alimenta de continuidades e rupturas, e como as pessoas conseguem lidar, a partir das suas experiências e valores, com essas contradições. A pesquisa mostra ainda que, sem as contribuições trazidas pelas vertentes construtivistas do ecofeminismo, não é possível entender os entraves colocados para a plena participação dessas mulheres na luta política, assim como as motivações e os caminhos que as levam a construir sua militância feminista e ambientalista de modo buscar a superação desses entraves. De forma semelhante a muitas feministas que as precederam – ainda que não se assumam necessariamente como tal – elas partem do questionamento de suas condições estruturais (acesso a meios de sobrevivência) para interpretar e “desmontar” ideologicamente o sistema que as oprime, inclusive quanto à construção das subjetividades, que é fundamental para entender o papel de homens e mulheres nas suas relações com o meio natural. Elas estão se organizando para propor transformação desse sistema, projetando ideais e utopias a serem construídos por intermédio de ações políticas coletivas. Não se colocam como vítimas do sistema, nem como salvadoras do planeta; são mulheres agricultoras lutando por seu direito de serem sujeitos plenos de suas vidas, e contribuindo, à sua maneira, para a transformação do mundo injusto em que vivem.

Palavras-chave: Mulher; Agroecologia; Desenvolvimento Sustentável; Agricultura Familiar; Ecofeminismo.

ABSTRACT

The present study analyses life trajectories of peasant women who participate in agroecological movements organized in Brazil during the last thirty years. Through organized groups, campaigns, commercial and productive experiences, they have mobilized themselves around a social network, the National Articulation of Agroecology, in order to make visible women's point of view in this area. The aim of the study is to demonstrate how -- through their social practices and in dispute with other political groups -- these women have obtained legitimacy for their demands related to the environmental management and sustainable development and, as a result, have constituted themselves as new political agents. Feminist Studies, particularly Ecofeminism, the social network theories, as well as studies on life trajectories were utilized as theoretical frameworks for approaching the subject. It was observed that despite their different upbringings and life priorities, these women have built common identities as peasants and activists of the women's movements. Such commonality is a result of their involvement in political actions which question gender inequalities in the countryside as well as the unsustainable productive model. Once peasants and submersed in oppressive realities from their experiences in their own families, they face the contradictions of questioning the current productive model and struggle for their own reproduction based on more sustainable models. Their trajectories show how a movement of social transformation feeds itself from ruptures and continuities. Also: how their participants can deal with such contradictions. The study shows that if it were not for the contributions brought about by the constructivist perspective of the ecofeminism would not be possible to understand the barriers these women have to cross in order to participate of the political struggle as well as ways and motivations that lead them to build their feminist and environmental activism in order to get over these barriers. Like feminist activist that have preceded them, they come from their questioning of their own structural conditions (means of survival) to ideologically interpret and "break" the system that oppress them, especially in regards to the construction of their subjectivities, which is essential to grasp the role of men and women in their relations with the natural environment. They are organizing themselves to transform the current system by projecting their ideals and utopias which have been built through their political action. They neither see themselves as victims of the system nor saviors of the planet; they are women struggling for their rights to be the owners of their own lives and as such contribute to the transformation of the unjust world in which they live.

Key-words: Agro-ecology, Women, Sustainable development, family farmer, Ecofeminism

RESUMEN

Esta tesis analiza la trayectoria de vida de mujeres agricultoras que participan activamente de movimientos agroecológicos que se han formado en Brasil en los últimos treinta años. Son mujeres campesinas, agricultoras familiares, trabajadoras agrícolas, que, en medio de movimientos sociales identificados con la agroecología y organizados en la “Articulação Nacional de Agroecologia” (ANA), están movilizándose en grupos, coordinaciones, campañas, experiencias comerciales, para hacer visibles los puntos de vista de las mujeres en este área. El objetivo general de la investigación fue evidenciar como, con sus prácticas sociales y, por lo tanto, con sus discursos, estas mujeres estaban ganando protagonismo en las discusiones dentro de la ANA, y obteniendo legitimidad para sus demandas, disputando espacios con otras fuerzas políticas, para dar visibilidad a los puntos de vista de las mujeres sobre la gestión ambiental y las políticas de desarrollo sostenible; constituyéndose, por lo tanto, en nuevos sujetos políticos. Cómo se han ido conformando, cuáles son sus características, y cuál es el significado de su existencia para la construcción de propuestas estratégicas en la agricultura familiar y en el desarrollo sostenible, han sido también cuestiones de ésta investigación. Sus referencias teóricas son los Estudios Feministas, y particularmente el Ecofeminismo, los estudios de historias de vida y las teorías de análisis de redes sociales. En conclusión, se muestra la relevancia de la investigación realizada, en términos teóricos y metodológicos. Combinando el análisis de narrativas de historias de vida de liderazgos femeninos con las trayectorias de los colectivos en los cuales ellas estaban vinculadas, teniendo como telón de fondo la construcción de los movimientos agroecológicos en Brasil, fue posible evidenciar elementos fundamentales para entender como se están construyendo esos sujetos políticos. Esas mujeres, a pesar de sus distintos orígenes y prioridades, vienen construyendo identidades comunes como agricultoras y activistas de los movimientos de mujeres, cuya base es su incorporación en acciones que ponen en cuestión las desigualdades de género en el medio rural y el modelo productivo que destruye el medio ambiente. Una vez que son agricultoras familiares, están inmersas en realidades de opresión en el interior de las familias, y viven las contradicciones de buscar cuestionar aquel modelo productivo y de organización familiar y al mismo tiempo luchar por su reproducción – exactamente porque lo consideran justo y adecuado para el desarrollo rural equilibrado y equitativo. Sus trayectorias nos muestran como un movimiento social se alimenta de continuidades y de rupturas, y como las personas consiguen lidiar, a partir de sus experiencias y valores, con esas contradicciones. La investigación muestra también que, sin las aportaciones de las vertientes constructivistas del ecofeminismo, no es posible entender los obstáculos existentes a la plena participación de esas mujeres en la lucha política, así como las motivaciones y los caminos que les llevarán a construir su militancia feminista y ambientalista de manera que puedan superar estos mismos obstáculos. De forma similar a muchas feministas que las precedieron – aunque no se asuman necesariamente como tales – ellas parten del cuestionamiento de sus condiciones estructurales (el acceso a medios de supervivencia) para interpretar y “desmontar” ideológicamente el sistema que las oprime, incluso en cuanto a la construcción de subjetividades, fundamental para entender el rol de hombres y mujeres en sus relaciones con el medio natural. Ellas se están organizando para proponer transformaciones en ese sistema, proyectando ideas y utopías que deben ser construídas por medio de acciones políticas colectivas. No se proponen como víctimas del sistema, ni como salvadoras del planeta; son mujeres agricultoras luchando por su derecho de ser sujetos plenos de sus vidas, contribuyendo, a su manera, a transformar el mundo injusto en que viven.

Palabras-clave: Mujeres; Agroecología; Desarrollo Sostenible; Agricultura Familiar; Ecofeminismo

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AACC	Associação de Apoio às Comunidades do Campo do Rio Grande do Norte
ABA	Associação Brasileira de Agroecologia
AIMTR	Articulação das Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
ANMTR	Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APEPA	Associação dos Pequenos Produtores Rurais, Extrativistas e Pescadores Artesanais
APTA	Associação de Programas em Tecnologias Alternativas
AS-PTA	Assessoria e Serviços a Projetos de Tecnologias Alternativas
ASSESOAR	Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
CAATINGA	Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não-Governamentais Alternativas
CAA-NM	Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAT	Centro Agroecológico Tamanduá
CAV	Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica
CEDAW	<i>Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women/</i> Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher
CENTRO SABIÁ	Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá
CEPAGRO	Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo
CEQMTR	Comissão Estadual da Questão da Mulher Trabalhadora Rural do PR
CETAP	Centro de Tecnologias Alternativas Populares
CF-8	Centro Feminista 8 de Março
CLADES	<i>Consórcio Latino Americano de Agroecología y Desarrollo</i>
CLOC	Coordenadora Latino Americana das Organizações do Campo
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRESOL	Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária
CTA-ZM	Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata

CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DAWN	<i>Development Alternatives with Women for a New Era / Alternativas de Desenvolvimento com as Mulheres por uma Nova Era</i>
DCE	Diretório Central de Estudantes
DNTR	Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais
DTT	Dicloro-Difenil-Tricloroetano
EBAAs	Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativas
EFA	Escola Família Agrícola
EJA	Projeto de Educação de Jovens e Adultos
EMATER/RS	Associação Riograndense de Assistência Técnica e Extensão Rural
ENA	Encontro Nacional de Agroecologia
EPA	Encontro Potiguar de Agroecologia
FAEAB	Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil
FAO	<i>Food and Agriculture Organization/ Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação</i>
FASE	Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
FEAB	Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará
FETRAF	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Brasil
GARD	Grupo de Apoio às Realizações para o Desenvolvimento
GT	Grupo de Trabalho
GTNA	Grupo de Assessoria em Agroecologia na Amazônia
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSTRAW	<i>United Nations International Research and Training Institute for the Advancement of Women/ Instituto Internacional de Pesquisa e Capacitação para as Mulheres</i>
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAMA	Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia
MIQCB	Movimento Interestadual de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas

MMNEPA	Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense
MMTR-Ne	Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste
MMTR-RS	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais no RS
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPMP	Movimento Popular de Mulheres do PR
MST	Movimento dos Sem-terra
NOW	<i>National Organization for Women/ Organização Nacional de Mulheres dos Estados Unidos</i>
ONGS	Organizações Não-governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PJR	Pastoral da Juventude Rural
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PPIGRE	Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROTER	Programa da Terra
PROVAPE	Programa de Valorização da Pequena Produção
PTA	Projeto Tecnologias Alternativas
REDE	Rede de Intercambio de Tecnologias Alternativas
REDE PTA	Rede de Tecnologias Alternativas
REMEA	Rede de Mulheres Empreendedoras Rurais da Amazônia
SAFs	Sistemas Agroflorestais
SASOP	Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais
STR-Acaiaca	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Acaiaca
STR-Camamu	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Camamu
TERRA VIVA	Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Extremo Sul da Bahia
WEDO	<i>Women's Environment and Development Organization/ Organização de Mulheres pelo Meio Ambiente e Desenvolvimento</i>

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	11
INTRODUÇÃO	16
1 MULHERES COMO SUJEITOS POLÍTICOS	38
1.1 FEMINISMO: TEORIA CRÍTICA E MOVIMENTO SOCIAL	38
1.2 O FEMINISMO PRÉ-MODERNO	41
1.3 O FEMINISMO MODERNO	43
1.4 O FEMINISMO CONTEMPORÂNEO	54
1.5 OS MOVIMENTOS DE MULHERES NA ATUALIDADE	63
2 MULHERES E LUTAS ECOLÓGICAS	67
2.1 OS PRIMEIROS ECOFEMINISMOS	67
2.2 MULHERES E ECOLOGIA NAS AGENDAS INTERNACIONAIS	79
2.3 OS ECOFEMINISMOS EM DISCUSSÃO	89
3 A AGROECOLOGIA E O PROTAGONISMO DAS AGRICULTORAS E DOS AGRICULTORES	102
3.1 ORIGENS E TRAJETÓRIAS	102
3.2 OS PRINCIPAIS CONCEITOS DA AGROECOLOGIA	108
3.3 ENTRE O <i>AGROECOSSISTEMA</i> E A COMUNIDADE CAMPONESA, OS ESPAÇOS DAS MULHERES	115
4 AS MULHERES NO MOVIMENTO AGROECOLÓGICO BRASILEIRO	127
4.1 OS MOVIMENTOS DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS	127
4.2 O MOVIMENTO AGROECOLÓGICO NO BRASIL	145
4.3 AS MULHERES NA ANA	153
5 A CONSTRUÇÃO DA MILITÂNCIA SOCIAL	171
5.1 AS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS	171
5.2 TRAJETÓRIAS ATRAVESSADAS PELAS LUTAS DAS MULHERES	175
5.3 A VIVÊNCIA DAS DISCRIMINAÇÕES DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE	180
5.4 O ENGAJAMENTO PESSOAL	184
5.5 AS BARREIRAS ENFRENTADAS POR SEREM MULHERES	191
5.6 A IMPORTÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES DE APOIO	194
5.7 AS PRESSÕES MAIS DIFÍCEIS: FAMÍLIAS, MARIDOS E FILHOS	198
5.8 O CERNE DA DOMINAÇÃO MASCULINA	206

6 O ENCONTRO COM A AGROECOLOGIA	212
6.1 NENEIDE E FRANCISCA LOURDES E O GRUPO DE MULHERES DECIDIDAS A VENCER.....	212
6.2 DEL E O GRUPO DE MULHERES DO ASSENTAMENTO DANDARA DOS PALMARES	216
6.3 ZINALVA E O GRUPO DE MULHERES DA APEPA.....	222
6.4 EFIGÊNIA.....	227
6.5 INÊS E BETH	230
6.6 IZANETE	233
6.8 ZULMIRA, LOURDES, CARMEN, ROSANE E MARIA: A AGROECOLOGIA COMO LUTA POLÍTICA	237
7 OS SIGNIFICADOS DA SUSTENTABILIDADE PARA AS MULHERES	242
7.1 O PAPEL DA AGROECOLOGIA EM UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO RURAL BASEADO NA PRODUÇÃO FAMILIAR.....	243
7.2 A ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL	250
7.3 A SAÚDE DAS PESSOAS E DO AMBIENTE	256
7.4 ECOLOGISMO E FEMINISMO COMO CONDIÇÃO PARA UMA VIDA MELHOR	260
CONCLUSÃO.....	269
REFERÊNCIAS.....	276
ANEXO A – GRAVAÇÕES UTILIZADAS.....	290

INTRODUÇÃO

Prelúdio

No dia 8 de março de 2006, em Barra do Ribeiro, Rio Grande do Sul, uma poderosa ação direta, de cerca de duas mil mulheres agricultoras organizadas pelo Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e por outros movimentos vinculados à Via Campesina, destruiu laboratórios de produção de mudas de eucaliptos da empresa transnacional de origem norueguesa Aracruz Celulose. A ação foi concomitante à realização, em Porto Alegre, da Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, patrocinada pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), que reuniu delegações de centenas de países para discutir políticas para o campo.

A mobilização tinha o objetivo de denunciar as conseqüências sociais e ambientais do avanço do “deserto verde” criado pelo monocultivo de eucaliptos e outras espécies florestais, e a expulsão violenta de indígenas e camponeses de terras reivindicadas pela Aracruz, ocorrida no início daquele ano, no estado do Espírito Santo. Nas palavras das mulheres: *“Onde o deserto verde avança a biodiversidade é destruída, os solos deterioram, os rios secam, sem contar a enorme poluição gerada pelas fábricas de celulose que contaminam o ar, as águas e ameaçam a saúde humana”*¹.

A ação foi definida por elas como uma manifestação contra o “agronegócio” e em defesa de “um outro projeto de agricultura camponesa”, que respeite a natureza, produza alimentos para o auto-sustento, conserve a biodiversidade e promova a soberania alimentar. Como resultado dessa ocupação, muitas lideranças femininas foram processadas judicialmente e tiveram a sua prisão decretada, junto com alguns líderes (homens) da organização Via Campesina, em uma tentativa de criminalização daquele movimento social. Esses processos judiciais estão em andamento até hoje.

Houve protestos de norte a sul do país, amplificados pelos meios de comunicação, contra essa manifestação promovida pelas mulheres camponesas, que foi considerada violenta, porque atentaria contra a propriedade privada, o avanço da ciência, e o direito “legítimo” de uma empresa de utilizar os recursos ambientais na obtenção privada de lucros. Em muitos casos, foram levantadas suspeitas sobre “quem estaria por trás das mulheres”, numa atitude de deslegitimação do seu direito de atuar politicamente, e de reforço à visão

¹ MOVIMENTO de Mulheres Camponesas. **Boletim Eletrônico**, n.5, 15 mar. 2006. Disponível em <http://www.sof.org.br/arquivos/doc/mulheres_e_eucaliptos.doc>. Acesso em 01 nov. 2006.

de que elas seriam seres fragilizados, sem idéias próprias, alvos de manipulações por parte de homens. Como o dia escolhido foi o Dia Internacional da Mulher, colocou-se também que aquela não seria uma atitude condizente com as lutas históricas das mulheres, pois o que elas questionavam não era especificamente um “assunto de mulheres”, mas uma proposta estratégica de desenvolvimento rural. A inquietação causada pelo fato de esse ter sido realizado *por mulheres camponesas* fez com que os apoios que elas recebessem fossem relativamente tímidos, tanto por parte de organizações camponesas como de movimentos ambientalistas, tendo ficado restritos praticamente à solidariedade das próprias organizações feministas e de mulheres. O exemplo é emblemático e revelador dos impactos que uma ação política de mulheres pode vir a ter para o debate ambiental e para a transformação do imaginário social, no que se refere ao seu aparecimento enquanto sujeitos políticos.

Esta tese é centrada no estudo das trajetórias de vida de mulheres agricultoras que, tal como aquelas lideranças da Via Campesina, participam ativamente de movimentos agroecológicos no Brasil. As mulheres escolhidas fazem parte de organizações sociais e movimentos que hoje se organizam em torno de uma rede social, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Nem sempre sua ação assume caráter tão espetacular, como no caso da ocupação dos laboratórios da Aracruz. Muitas vezes é um “*trabalho-de-formiguinha*”, como elas mesmas dizem, promovendo a agroecologia em nível local e comunitário. Sua participação, no entanto, tem feito diferença dentro e fora da rede, dando visibilidade à existência de um olhar feminino sobre as propostas de gestão ambiental que vêm sendo elaboradas e experimentadas pelos movimentos sociais rurais, em uma perspectiva emancipatória para as mulheres.

Meu interesse no tema vem da minha experiência de trabalho como engenheira agrônoma e pesquisadora social, há muitos anos assessorando movimentos sociais no campo, assim como participando diretamente da elaboração e da implementação de políticas públicas para o setor. Pessoalmente identificada com o feminismo e com a luta das mulheres, venho acompanhando, com particular interesse, a trajetória dessas agricultoras. Seja disputando espaços com os homens dentro das organizações, seja se organizando de forma autônoma, em movimentos próprios, essas mulheres têm-se construído como lideranças sociais e políticas, questionando muitos preconceitos presentes no imaginário social – como o de que as agricultoras são sempre submissas, ou de que as propostas do feminismo não têm nada a dizer aos movimentos rurais.

Ao se organizarem e se colocarem na cena pública, refazem a própria história e a história dos movimentos a que pertencem, ao mesmo tempo em que vão se construindo pessoalmente como novos sujeitos, re-configurando as relações pessoais e familiares, e re-elaborando o discurso desses movimentos. Tanto no campo das discussões das mulheres, quanto no dos movimentos agroecológicos, incorporam-se novas questões, que expressam o aparecimento desses novos sujeitos. A ação dessas agricultoras combina, de diferentes formas, temas que historicamente têm sido trazidos pelo movimento feminista com a especificidade da discussão ambiental no meio rural.

Por que tomar a ANA como referência?

A ANA é uma rede da sociedade civil brasileira, criada em 2002, e que hoje congrega diferentes instituições de técnicos e agricultores, assim como representantes de movimentos sociais (sindicais, de luta pela terra, de consumidores, de mulheres, dentre outros) de todas as regiões do país, que se propõem a promover a agroecologia como um componente estratégico do desenvolvimento rural sustentável e democrático². Foi o resultado de um processo de aproximação dos diversos movimentos que já atuavam nessa área há muitos anos. Desde seu documento de fundação (Carta Política), a ANA, que se define como uma rede autogestionária, declara que “a igualdade das relações entre homens e mulheres é condição essencial para o alcance da sustentabilidade da produção agroecológica familiar” (ENA, 2002); também propõe que as políticas públicas de sustentação à agroecologia devam contemplar as demandas específicas das mulheres.

A agroecologia é um movimento relativamente novo no Brasil, e, como veremos no decorrer da tese, há estudos que mostram que, muitas vezes, são as mulheres quem iniciam a “conversão” da propriedade para sistemas sustentáveis, por estarem mais envolvidas com as propostas que tratam da saúde e da alimentação das famílias. Porém, em função da forma como se organizam as relações de produção e as relações familiares nesse tipo de agricultura, muitas vezes, quando o empreendimento começa a ter resultados positivos, o comando das atividades volta para as mãos dos homens.

Esse processo faz com que as contribuições das mulheres à construção da agroecologia, na maioria das vezes, não sejam reconhecidas, o que é agravado pelo fato de que, em muitas das organizações que tratam desses temas, a presença feminina seja visivelmente minoritária. Constata-se, portanto, que também no campo agroecológico

² Conforme o ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA, 1 (I ENA). **Carta Política do...**, 2002. Disponível em: <<http://www.agroecologia.org.br>>. Acesso em: 29 set. 2006.

persiste uma invisibilidade sobre as questões das mulheres, tal como ocorre na agricultura familiar em geral. Sua participação não é valorizada e as suas reivindicações específicas acabam ocupando um espaço marginal, ou mesmo não sendo contempladas nas pautas políticas dessas organizações.

Desde o I Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), ocorrido no Rio de Janeiro em 2002, as mulheres agricultoras e as técnicas que as assessoram têm tido uma atuação questionadora nos espaços da rede, procurando ampliar a sua participação nos eventos, influenciar as suas estratégias de atuação e a definição das pautas políticas. As mulheres envolvidas em tais processos organizativos e que estão se constituindo como lideranças vêm trazendo novas questões para esses movimentos; questões essas que combinam sua perspectiva sobre a problemática ambiental com discursos (e ações práticas) que reivindicam uma maior autonomia para as mulheres.

Considero que a ANA reflete o que há de mais atuante e organizado no movimento social agroecológico do país. No entanto, meu interesse não é a análise da ANA enquanto uma rede, pois não se trata aqui de fazer uma abordagem institucional. O foco será colocado nas pessoas que ali atuam, e em particular, nas mulheres; interessa ver como utilizam tal rede de interações sociais como o palco no qual agem politicamente e expressam seus valores e modos de vida.

Objeto, objetivo e hipóteses da pesquisa

O objeto da pesquisa são mulheres camponesas, agricultoras familiares, trabalhadoras rurais, que, em meio aos movimentos da agricultura familiar identificados com a agroecologia, vêm se constituindo como sujeitos políticos. São mulheres que se mobilizam através de grupos, articulações, e organizam campanhas, experiências produtivas e de comercialização, para fazer aparecer o ponto de vista das mulheres dessa área.

O objetivo geral da pesquisa foi evidenciar como, através das suas práticas sociais e, portanto, também dos seus discursos, as mulheres que estavam se destacando na discussão da agroecologia dentro da ANA vinham obtendo legitimidade para as suas reivindicações, e vinham disputando, com outras forças políticas, espaço para o reconhecimento da existência de pontos de vista próprios das mulheres sobre os temas da gestão ambiental e do desenvolvimento sustentável.

Procurou-se: (i) dar relevo às práticas e aos discursos das mulheres pesquisadas, analisando em que medida expressavam a emergência de novos sujeitos políticos; (ii) fazer a genealogia da construção das múltiplas faces desses sujeitos, constituídos a partir das diferentes práticas, histórias, filiações ideológicas e características pessoais de suas protagonistas; (iii) analisar em que medida o compartilhamento de uma posição comum enquanto mulheres lhes permitia uma unificação de propósitos e de práticas sociais, assim como evidenciar quais eram as suas dissonâncias; (iv) e verificar, no campo agroecológico, e na agricultura familiar, em particular, os tensionamentos provocados pela ação desses novos sujeitos nos discursos e nas práticas de gênero.

Partiu-se da hipótese de que, a partir das inserções dessas mulheres em movimentos sociais, estavam se constituindo novos sujeitos políticos no campo da agricultura familiar agroecológica, setor tradicionalmente representado pelos homens. Como estariam se constituindo esses sujeitos políticos, que características teriam, e qual seu significado para a construção de propostas estratégicas para a agricultura familiar e para o desenvolvimento sustentável – uma vez que a sua existência provoca tensões nas relações de gênero historicamente dominantes no campo – foram algumas das indagações que orientaram esta pesquisa.

Sobre o referencial teórico e analítico

1. Estudos Feministas, Gênero e Sujeitos Políticos do Feminismo

Esta tese se insere na perspectiva dos chamados Estudos Feministas, um campo multidisciplinar de conhecimentos que se desenvolveu nas ciências humanas e sociais a partir da década de 1970. Nas palavras de Francine Descarries:

Não significa estudos centrados unicamente sobre as mulheres, nem corrente homogênea de pensamento; debruça-se sobre as diferentes problemáticas que concernem diferentes instrumentos conceituais e metodológicos para analisar a dimensão sexuada das relações sociais de hierarquização e de divisão social, assim como as representações sociais e as práticas que a acompanham, modelam e remodelam (DESCARRIES, 2000, p. 36).

É um estudo engajado, no sentido de que sua proposta é contribuir para desvendar situações que são ocultadas nos estudos tradicionais, que apresentam, com raras exceções, uma visão androcêntrica do mundo rural, como se a problemática apresentada (considerada “universal”) representasse o todo.

Neste trabalho, parto da necessidade de analisar os mecanismos que promovem a exclusão das mulheres do protagonismo social no meio rural, tirando-as da invisibilidade a que habitualmente estão relegadas. Coloco-me, portanto, em uma perspectiva de utilizar o conceito de gênero a partir do reconhecimento da existência de processos sexuados de exclusão entre os homens e as mulheres, construídos socialmente, e produtores de diferentes subjetividades. O conceito não será utilizado em seu sentido meramente descritivo ou naturalizador das atitudes e das hierarquizações existentes, mas como um “problematizador”. Tal como proposto por Teresa de Lauretis (1994) gênero será pensado como resultado de “tecnologias sociais” de representação e auto-representação, que ocorrem por meio de discursos, práticas sociais cotidianas, teorias, epistemologias, instituições. Dessa perspectiva, gênero não existe previamente nos corpos e nas mentes humanas; é o efeito, nos corpos e nas mentes, de comportamentos e relações sociais obtidos através dessas tecnologias, que são sexuais, sociais e políticas.

Todavia, o reconhecimento de que as mulheres vivem especificidades enquanto gênero e de que tenham interesses estratégicos em comum não é suficiente para, teórica e politicamente, afirmar que todas as mulheres possuam, em conjunto, uma identidade essencial entre si, e que possam, portanto, constituir um sujeito político único, que tenha os mesmos objetivos. A pesquisa pretende mostrar como, em meio às práticas de organização política das mulheres agricultoras no campo agroecológico, diferentes sujeitos políticos foram se constituindo, em função de diferentes experiências de vida, interesses, valores; e essa questão se evidenciará na forma como elas se engajaram nos movimentos sociais e ecológicos, nas suas prioridades, nos temas que lhes são mais caros.

No campo de estudos sobre as relações entre feminismo e ecologia existem diferentes perspectivas para a interpretação da ligação entre os seres humanos e a natureza, em que se destacam as contribuições de diferentes correntes do ecofeminismo. Em suas várias acepções, o ecofeminismo parte de uma idéia básica, que é a existência de uma interconexão entre a dominação da natureza pelos seres humanos e a subordinação das mulheres aos homens, expressa na predominância de formas patriarcais de organização das sociedades ocidentais, em que o espaço reservado às mulheres situa-se basicamente nas atividades de reprodução social.

Para as principais correntes do ecofeminismo, ao se identificar a mulher com a natureza, e o homem com a cultura, introduz-se uma hierarquia, a valoração de um pólo em relação ao outro, que serve como justificção para a opressão de ambas (mulher e natureza); daí decorreria o interesse das mulheres em desmistificar essa condição, porque

uma sociedade sem exploração da natureza seria também uma sociedade sem exploração das mulheres. Estas teorias são, em geral, bastante problemáticas, como veremos no segundo capítulo; no entanto, é possível reconhecer na abordagem construtivista do ecofeminismo vários aspectos que ajudam a mostrar como as relações das agricultoras com o mundo natural estão marcadas pelo caráter patriarcal que organiza as relações sociais em nossa sociedade, e que essa situação condiciona a forma como as mulheres se rebelam contra a exploração de ambas (mulheres e natureza).

Nesta pesquisa, tentarei mostrar as diversidades e multiplicidades de identidades sociais assumidas pelas mulheres enquanto sujeitos participantes da história, e as formas específicas como elas interpretam a sua condição de mulheres e de agricultoras, tendo em vista o conjunto do debate sobre a agricultura familiar e meio ambiente em que estão inseridas. Meu intuito é evidenciar, mais do que posições cristalizadas em torno de identidades fixas, a sua permanente construção como seres que desafiam as coerções que lhes são impostas; sujeitos “nômades”, na linguagem de Tânia Swain (2000), ou sujeitos excêntricos, no sentido de “fora do centro”, segundo Lauretis (1990), criadores de contra-imaginários, a partir das suas escolhas e das suas práticas. As condições de construção de suas identidades políticas enquanto sujeitos de um feminismo que se expressa a partir das suas vivências no meio rural e em meio a experiências de produção agroecológica certamente serão diferentes das de outras mulheres, em outros meios, em outras histórias.

2. A escolha da abordagem autobiográfico-narrativa

Minha inspiração para realizar um estudo com autobiografias e narrativas de vida veio especialmente de duas pesquisadoras que utilizaram métodos semelhantes para evidenciar a importância do intercruzamento entre as histórias individuais e a história social e cultural de uma determinada coletividade: Isabel Cristina de Moura Carvalho (2001; 2003) e Edla Eggert (1998); ademais, utilizei trabalhos como os da antropóloga Liv Emma Thorsen (1994) que tratam especificamente de memórias de mulheres rurais.

Os trabalhos de Isabel Carvalho estudam a construção do “sujeito ecológico” no Brasil, mostrando como esse sujeito se constitui, ao mesmo tempo, como um perfil identitário e uma utopia societária. Existe uma crença que move processos de identificação, organiza escolhas e decisões, configurando uma orientação (ecológica) como princípio norteador da vida pessoal; ao mesmo tempo, a existência dessa crença legitima o campo ambiental; o indivíduo passa a ser reconhecido pelos pares, e, através desse reconhecimento, passa a estabelecer relações particulares.

O uso de auto-relatos foi escolhido pela autora pelo fato de ser um lócus privilegiado de encontro entre a vida íntima do indivíduo e sua inscrição em uma determinada história social e cultural. Para Isabel Carvalho, esse instrumental permite que se desvende a relação entre os sentidos culturais específicos (sentimentos/pensamentos/vivências dos indivíduos) e um horizonte de significações dentro do qual ele/ela se situam, de forma que é possível localizar o todo e as partes, as tradições e as invenções das quais os sujeitos são protagonistas, dando-se ênfase à re-invenção dessas tradições, num processo de re-apropriação do todo pelo indivíduo (que também é co-autor desse todo).

Utilizando narrativas e histórias de vida é possível alcançar a forma como a experiência é apreendida pelo indivíduo; os novos sentidos conferidos pelos sujeitos às suas próprias ações, e mostrar de que forma os indivíduos estão inscritos naquela temporalidade, incorporando o novo, a surpresa, o inesperado em suas vidas (o que lhes dará condição de reinventá-las).

Isabel Carvalho utiliza autores como Paul Ricoeur e Hans George Gadamer, para justificar sua opção pelo uso dos auto-relatos narrativos como expressão de subjetividades inscritas num mundo em mudança; utiliza ainda a noção de campo social (Pierre Bourdieu) como o espaço de relações materiais e simbólicas onde se posicionam os sujeitos. Interessa reter aqui a idéia de que, ao narrar, o indivíduo também se posiciona, distingue-se dos demais e se localiza; mas essa localização se dá em um determinado campo social, em que os indivíduos se identificam como uma das forças que os constituem. A autora chama tal processo de “organização de uma cartografia identitária”, em que as autobiografias permitiriam, simultaneamente, um posicionamento de pertencimento ao campo social em questão e uma demarcação própria do indivíduo dentro desse mesmo campo.

O trabalho de Edla Eggert, por sua vez, centra-se na elaboração dos discursos teológicos e da vivência de educação teológica por parte de mulheres agricultoras luteranas do sul do Brasil. Da mesma forma que Isabel Carvalho, ela utilizou as histórias de vida dessas mulheres, narradas por elas próprias, para apreender os significados que atribuíam, no caso, à sua filiação e sua vivência religiosa.

Além de em Ricoeur (já citado), que teoriza sobre como as narrativas permitem que o indivíduo se situe no mundo, Edla Eggert busca em Suely Rolnik o conceito de “marcas de subjetividade”, entendidas como intercessores, processos que deixam nos indivíduos algum sinal de inquietação: acontecimentos especialmente tocantes, certos encontros pessoais em

determinado momento; fragmentos de emoções, que, de alguma forma, abriram brechas para se vivenciar um “estado inédito” – a possibilidade de mudança.

Utilizando-se ainda de Paulo Freire, e dos conceitos de “ação/reflexão”, “conscientização” e “re-escritura da história”, ela chega à idéia de “estado inédito viável”, que são as circunstâncias/os momentos/os fatos desencadeadores, que levam as pessoas a reposicionar-se na vida, buscando criar as condições de mudança a partir de um estado considerado indesejado.

Os resultados das pesquisas dessas duas autoras me convenceram de que os relatos orais como narrativas das trajetórias de vida poderiam ser o instrumental adequado para este estudo, uma vez que não me interessavam apenas os processos históricos culturais que levaram as mulheres a atuar no âmbito da agroecologia; mas, sobretudo, a apreensão dos significados atribuídos por elas mesmas a esses processos, e as suas próprias vivências de autoconstrução enquanto sujeitos políticos. A intenção é mostrar as reflexões dessas mulheres sobre o seu estar-no-mundo, re-elaboradas por elas mesmas nos seus sonhos, desejos, ambições, medos, alegrias, enfim, nos seus esforços de serem sujeitos das suas próprias vidas.

Apoiei-me ainda no trabalho de Liv Emma Thorsen, antropóloga norueguesa, que discorre sobre a necessidade da *interpretação* da cultura (e não a sua mera descrição) em métodos etnográficos, e defende que as histórias de vida são instrumento válido para traduzir para os conhecimentos acadêmicos aqueles adquiridos no campo (THORSEN, 1994, p. 148). Pesquisadores que usam esses métodos, segundo ela, costumam voltar do campo não apenas com novas questões sobre o problema que os levou àquela investigação, mas também com uma imagem mais clara da complexidade dos assuntos enfocados. Nesse sentido, a realização de entrevistas qualitativas pode ser considerada, em si mesma, uma experiência pedagógica.

Liv Thorsen lembra que, mesmo que exista um roteiro previamente definido para as entrevistas, cada história de vida é única. Encontrar os pontos em comum entre essas não é uma tarefa fácil, uma vez que existem diferentes valores por trás da forma como cada pessoa ordena “o quê” e “como” vai contar. Mesmo que haja uma pessoa que faz as perguntas (que teoricamente deteria o poder na relação pesquisador/pesquisado), são os entrevistados os que decidem qual o tema que contarão com mais detalhes, em quais etapas da vida se deterão por mais tempo, quais aspectos da sua vida atual (o trabalho, a família, etc.) são, para si, mais importantes.

A riqueza dos relatos de histórias de vida vem também do seu duplo caráter em relação ao que se quer contar: por um lado, existem aspectos da memória pessoal que os indivíduos querem fixar, passar como uma imagem de si, e que compõem verdadeiros “*repertórios de histórias*” às quais freqüentemente se lança mão quando se conversa sobre determinados assuntos; mas há também outros aspectos que emergem da conversação sem que se perceba, em função de ter havido um envolvimento mais subjetivo da pessoa entrevistada com o questionamento feito. Essa é a parte da memória “involuntária” que a entrevista pode fazer aparecer.

No caso das mulheres rurais, a autora comenta que nos “*repertórios de histórias*” é comum encontrarem-se relatos “*edificantes*”, que são contados como “*recados*” para as gerações atuais e futuras, sobretudo para as próprias mulheres: histórias de muito trabalho, muita dor, muito sofrimento, nas quais, mesmo em situações adversas, elas venceram; muitas vezes são histórias que mostram resignação, em que as mulheres se sacrificaram em nome da família ou da comunidade, para obterem reconhecimento e respeito. São formas de transferência das experiências femininas, como tecnologias de construção de gênero entre as gerações (conforme Teresa de Lauretis), dirigidas, sobretudo, às filhas e às noras (THORSEN, 1994, p. 152).

Mas esses mesmos relatos podem ser contados em segunda-mão, por membros da geração mais nova, e, nesse caso, adquirem outros significados: podem mostrar admiração e respeito pela geração anterior; mas também podem ter o sentido de uma necessidade de separar-se, distanciar-se daquela realidade considerada dura e exaustiva para as mulheres. Nesse caso, as mensagens “*edificantes*” são recontadas, mas como uma resistência, porque as jovens não querem adequar-se àquele padrão. Embora esses relatos tenham, originalmente, um sentido normativo (espera-se que as jovens comportem-se assim), acabam por se tornar simplesmente uma forma de transmissão de uma história e de uma cultura que se está querendo mudar.

Não há garantias de que os significados das respostas dadas pelas pessoas entrevistadas, em um determinado momento, permaneçam sempre os mesmos em outros contextos. Há um processo de reflexão, no qual se produz cultura, se muda a tradição, se reelaboram os conceitos (THORSEN, 1994, p.150). As experiências estão permanentemente se transformando, e o próprio processo de reflexão sobre elas pode fazer com que seus significados sejam também recriados, transformados. No entanto, mesmo assim, o método biográfico oferece uma boa maneira de chegar-se mais perto do entendimento de como o passado ainda estrutura o presente; dá pistas para que se entenda

o que está mudando e em que direção (THORSEN, 1994, p.153). Nesta pesquisa, as lideranças entrevistadas mostraram-se mais parecidas com as mulheres “de segunda geração”, estudadas por Thorsen. Ao invés de quererem perpetuar uma situação, essas agricultoras queriam exatamente transformá-la.

3. O estudo sobre Redes Sociais

Embora este não seja um estudo sobre a ANA enquanto instituição, serão utilizados alguns referenciais das teorias de redes sociais para situar o ambiente no qual as mulheres estão se construindo enquanto sujeitos políticos.

As redes sociais, como a ANA, podem ser entendidas como a articulação entre um conjunto de participantes autônomos que unem idéias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados; são estruturas menos hierarquizadas e com regras de funcionamento menos rígidas do que as de uma instituição formal. Segundo Regina Marteleto (2001), as redes podem ser vistas como ferramentas organizacionais que privilegiam a participação individual. Em princípio, devem reconhecer a independência dos seus integrantes, ao mesmo tempo em que apóiam a sua interdependência, valorizando a capacidade dos indivíduos de influenciar nas decisões coletivas. Nesse sentido, os indivíduos, dotados de recursos e capacidades propositivas, devem organizar suas ações nos espaços políticos em função de socializações e mobilizações suscitadas pela formação das redes.

No entanto, conforme a estrutura e as relações que se estabelecem entre os integrantes das redes, essas “virtudes” esperadas podem ou não se manifestar. O grau de centralização de informações, a existência de bloqueios à participação de determinados indivíduos, ou a excessiva dependência em relação a um dos seus integrantes, são alguns dos aspectos que podem ser revelados pelo mapeamento da estrutura da rede e do grau de relacionamento existente entre os seus membros. Medidas sobre a qualidade dessas relações, como a identificação de atores-chaves (dada por sua posição em relação ao centro da rede), o grau de prestígio de alguns atores em relação a um determinado tema (medido por sua indicação pelos demais como referência), ou a identificação de determinados atores que funcionam como “intermediários” na conexão entre grupos distintos no seu interior, são exemplos de como esses instrumentos podem auxiliar a pensar a

eficiência da rede como um todo, levando em consideração os propósitos para os quais a rede foi formada³.

Mertens et al. (2005) mostram, por meio de casos concretos que estudos sobre redes sociais permitem evidenciar como sua estrutura afeta a transmissão de informações e a difusão de novas práticas entre determinados grupos sociais ou comunidades. Essas análises permitem observar, por exemplo, se existem grupos isolados dentro das redes e quais os caminhos por meio dos quais seria possível alcançá-los, permitindo intervenções dirigidas para minimizar esses problemas. Nas teorias de redes sociais, os comportamentos dos indivíduos não são focalizados apenas no nível restrito (por suas características isoladas), mas, sobretudo, no seu relacionamento com os demais, em um nível mais amplo, pensando a rede como um todo. O que importam são as relações que se estabelecem entre os seus integrantes.

Nesta pesquisa, consideramos como “indivíduos” as *organizações* que fazem parte da ANA: entidades, movimentos, redes regionais, grupos informais, e não as pessoas separadamente. Essa escolha foi feita em função de a ANA ser uma “rede de redes”, em que, apesar de existirem eventos amplos, em que é valorizada a participação individual (como os Encontros), a principal mediação entre o indivíduo e o todo é feita por meio de entidades com as quais as pessoas se relacionam diretamente, em seu cotidiano de trabalho.

No caso específico das mulheres que participam da ANA, as ferramentas trazidas pelas teorias de redes sociais permitiram captar a importância das articulações existentes entre as entidades que trabalhavam com os temas das desigualdades de gênero e/ou com o fortalecimento de grupos de mulheres, para o reconhecimento das reivindicações daquele grupo social. Essa articulação foi fundamental para que houvesse um crescimento maior das lideranças femininas dentro da rede. Foi nesse contexto de ampliação dos temas das mulheres dentro da ANA que as lideranças aqui pesquisadas se construíram.

Como foi feita a pesquisa

Após a conclusão dos créditos do Curso de Doutorado, em dezembro de 2006, sob orientação da Professora Laura Duarte, apresentei um Projeto de Pesquisa junto ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, que delineava as idéias

³ Sobre como foram propostas medidas de centralidade e intermedialidade em redes sociais como ferramentas para discutir sua eficiência, ver FREEMAN (1977) e (1978/1979).

básicas propostas para a tese; esse projeto foi aprovado por uma banca em Exame de Qualificação, e fui autorizada a continuar a pesquisa, cujo instrumento principal foi a realização de entrevistas, em profundidade, com certo número de mulheres agricultoras e de técnicas que prestavam assessorias aos movimentos rurais, para a reconstrução das suas trajetórias de vida. As entrevistas foram realizadas entre agosto de 2007 e janeiro de 2008. Durante o ano de 2008, realizei um estágio de doutorado de oito meses na Universidad de Valladolid, na Espanha, financiado pela CAPES, sob orientação da Professora Alicia Puleo. Lá foi revista a bibliografia geral sobre o tema, foram analisados os dados coletados e esboçados os eixos orientadores para a redação da tese, que foi redigida entre junho de 2008 e fevereiro de 2009, entre Valladolid (Espanha) e Porto Alegre (Brasil).

As lideranças foram escolhidas para serem entrevistadas em função de determinados critérios: em primeiro lugar, deveriam participar ativamente dos eventos da ANA (encontros nacionais ou regionais, cursos, capacitações, campanhas, mobilizações); assim como das estruturas organizativas da rede (organizações de base, grupos de trabalho, animações regionais, coordenação nacional). Além disso, deveriam ser indicadas pela Coordenação Nacional, e em particular, pelas integrantes do Grupo de Trabalho Mulheres da ANA, como lideranças femininas atuantes no movimento agroecológico. Quando havia mais de um nome indicado com base no mesmo critério, procurava-se ver a disponibilidade de cada pessoa e também as condições operacionais (tempo, distância, recursos financeiros) para entrevistá-las. Procurou-se compor esse grupo com integrantes de várias regiões do país que representassem diferentes realidades sócio-culturais, assim como distintos engajamentos em movimentos sociais rurais. No projeto aprovado, supunha-se que seriam cerca de dez mulheres; no total, foram treze, sendo onze agricultoras e duas assessoras, como pode ser visto no quadro a seguir.

NOME	MUNICÍPIO/UF	OCUPAÇÃO	IDADE/ESTADO CIVIL/ FILHOS	VINCULO COM MOVIMENTOS SOCIAIS
Francisca Eliane de Lima Viana (Neneide)	Mossoró, RN	Agricultora familiar assentada	34 anos, separada, 3 filhos, 1 neta	Grupo de Mulheres do Assentamento Mulungunzinho, Comissão das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Oeste Potiguar, Rede Xiquexique, Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Marcha Mundial de Mulheres
Francisca Lourdes da Silva (Neguinha)	Mossoró, RN	Agricultora familiar assentada	54 anos, casada, 6 filhos, 4 netos	Grupo de Mulheres do Assentamento Mulungunzinho, Marcha Mundial de Mulheres
Efigênia Tereza Marco	Acaiaca, MG	Agricultora familiar, graduada em Magistério Superior, proprietária	28 anos, casada, sem filhos	Presidente do STR-Acaiaca; presidente do CTA-ZM; Conselhos: da EFA Paulo Freire; Municipais da Criança e do Adolescente; e da Assistência Social; Comissão Regional de Mulheres Trab.Rurais
Elizabeth Cardoso	Origem: Rio de Janeiro; residia, na época da entrevista, em Viçosa, MG	Engenheira Agrônoma	40 anos, solteira, sem filhos	Técnica do CTA-ZM; coordenação do GT-Gênero da ANA
Maria Andrelice Silva dos Santos (Del)	Camamu, BA	Agricultora familiar assentada	39 anos, casada, 3 filhos	Grupo de Mulheres do Assentamento Dandara dos Palmares; vice-presidente da Associação do Assentamento; Conselho Fiscal do STR-Camamu; presidente do Conselho da EFA Camamu; coordenadora da Pastoral da Criança.
Izanete Chaves	Ibiaçá, RS	Agricultora familiar, proprietária	42 anos, casada, 3 filhos	Coordenação Estadual do MMC- RS
Zinalva Freitas	São Domingos do Capim, PA	Agricultora familiar ribeirinha, proprietária	39 anos, casada, 5 filhos e 1 neta	Grupo de Mulheres de Monte Sião, vice-presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais, Extrativistas e Pescadores Artesanais (APEPA).
Inês Claudete Burg	Origem: Humaitá, RS; sua experiência como agricultora ecológica se deu no oeste paranaense; residia, na época da entrevista, em Florianópolis, SC	Engenheira Agrônoma, pedagoga, ex-agricultora ecológica	44 anos, separada, 2 filhos	Técnica do CEPAGRO, integrante do GT-Gênero da Rede Ecovida
Carmen Foro	Origem: Igarapé-mirim, PA; residia, na época da entrevista, em Brasília, DF	Agricultora familiar ribeirinha (sem exercer), posseira	41 anos, separada, 4 filhos	Vice-presidente da CUT Nacional e Coordenadora da Comissão Nacional de Mulheres da CONTAG
Maria José da Costa	Origem: Picos, PI; residia, na época da entrevista, em Brasília, DF	Agricultora familiar (sem exercer), proprietária, Eng. agrônoma	35 anos, casada, sem filhos	Coordenadora Nacional do MPA
Rosane Bertotti	Origem: Lejeado Grande, SC; residia, na época da entrevista, em Florianópolis, SC	Agricultora Familiar (sem exercer), graduada em C. Sociais, proprietária	41 anos, casada, 1 filha	Secretária de Comunicação da CUT Nacional e Coordenadora de Mulheres da FETRAF
Zulmira de Jesus Santos Mendonça	Viana, MA	Agricultora familiar, posseira, quebradeira de coco babaçu	40 anos, solteira, 4 filhos	Executiva Nacional do MIQCB
Lourdes Vicente	Origem: Itapeti, PE; início da militância em Xorozinho, CE; na época da entrevista, residia em São Paulo, SP	Agricultora familiar (sem exercer), assentada	34 anos, solteira, sem filhos	Coordenação Nacional do Setor de Gênero do MST

Quadro 1 - Informações gerais sobre as entrevistadas

Fonte: Pesquisa direta da autora realizada entre agosto de 2007 e janeiro de 2008, como parte desta tese de Doutorado. Ver listagem completa no Anexo A.

Os casos que serão analisados nesta tese podem ser considerados, em certa medida, “vitoriosos”, no sentido de que estamos centrando o foco em histórias de mulheres que conseguiram projetar-se social e politicamente, seja por seu trabalho direto na agricultura ecológica, seja por sua capacidade de liderança e representação, alcançando reconhecimento por seus pares nas suas comunidades, nos movimentos. Não são, portanto, representativos do conjunto de mulheres que estão nos movimentos ecológicos e nem expressam necessariamente uma tendência. Acreditamos, no entanto, que podem elucidar, com as experiências narradas, várias questões que habitualmente as mulheres enfrentam quando se dispõem a atuar politicamente nesse meio.

São mulheres que se mobilizaram politicamente a partir de sua identidade de trabalhadoras na agricultura – tendo em conta, portanto, as tarefas que assumiam na divisão sexual de trabalho no campo, e o lugar que ocupavam na estrutura social, na família, na comunidade. Elas foram se afirmando politicamente, problematizando a própria história, partindo da sua vida cotidiana. Pensaram em propostas de transformação que abarcam desde o mundo do trabalho, as relações com a natureza, os espaços de representação social e política, até chegar às questões da vida familiar e afetiva. Nesse sentido, suas histórias podem ser esclarecedoras sobre como vêm sendo gestados novos modos de pensar a sustentabilidade na agricultura a partir de um olhar feminino que não abre mão de questionar o lugar subordinado ocupado pelas mulheres no modelo em vigor.

Perfil das entrevistadas

As mulheres ouvidas – onze agricultoras e duas assessoras técnicas (sendo uma delas ex-agricultora ecológica), todas participantes ativas de movimentos agroecológicos – situavam-se, na época da pesquisa, na faixa dos 28 aos 54 anos; estavam, na sua maioria, casadas, ou viviam com um companheiro; quatro delas não eram mães, enquanto as demais haviam tido entre um e seis filhos; três delas já eram avós. Três eram solteiras, uma delas com quatro filhos; e duas estavam separadas e viviam com seus filhos.

Das onze agricultoras, cinco eram proprietárias, sozinhas ou com os maridos/companheiros, da área de terra que ocupavam; duas eram posseiras; e quatro, assentadas em projetos de Reforma Agrária. Algumas, por força dos cargos de representação que ocupavam, não estavam morando no meio rural, mas mantinham alguma ligação com a terra (tinham um lote em seu nome ou no da família, que estava sendo administrado temporariamente por outra pessoa, até que elas voltassem). Todas eram provenientes de famílias de agricultores, e tinham vivido “na roça” praticamente toda a sua

infância, com algumas passagens pela cidade. Somente duas disseram vir de famílias de médios proprietários que mantinham propriedades mais estruturadas e obtinham rendas também de outras atividades (como agroindústrias); as demais vieram de famílias pobres; algumas relataram ter passado, em suas famílias de origem, situações graves de privações, principalmente de falta de alimentos.

As duas assessoras entrevistadas, ambas agrônomas, viviam no meio urbano, e, na época da pesquisa, trabalhavam em organizações não-governamentais de desenvolvimento rural. Uma delas foi escolhida por ser a coordenadora do GT de Gênero da ANA desde a sua formação, e por ter feito parte das articulações das mulheres dentro da rede, desde o seu início. A outra foi escolhida por ter participado ativamente do movimento agroecológico brasileiro desde a década de 1980, na condição de técnica e de agricultora ecológica, e por fazer parte de uma articulação regional importante na formação da ANA (Rede Ecovida). Seus nomes foram referendados dentro do GT de Gênero da ANA como representativos das assessorias às articulações de mulheres na rede.

As entrevistas foram realizadas após contatos telefônicos ou encontros em eventos públicos, e em muitos casos foram apoiadas por membros de organizações não-governamentais que trabalhavam nas regiões (por meio do fornecimento de transporte, ou de ajudas para se fazer o contato com as agricultoras). Todas foram gravadas em meio digital e posteriormente transcritas para arquivos eletrônicos de processadores de texto.

Em seis casos, as entrevistas foram feitas na casa das agricultoras, onde me hospedei por dois ou três dias, e tive a oportunidade de conhecer os demais membros da família, a propriedade, e os grupos com os quais as agricultoras trabalhavam. Na medida do possível, as entrevistas eram realizadas somente com a presença da entrevistada; às vezes, era inevitável a presença de outras pessoas. Em três casos, os maridos aceitaram ser entrevistados, e alguns de seus depoimentos foram aproveitados aqui. Em outras ocasiões, foram gravadas também reuniões com os grupos de base acompanhados por elas em suas comunidades, sendo que alguns desses depoimentos também foram aproveitados para compor o conjunto do discurso em torno aos quais aquelas experiências gravitavam.

Quando não foi possível ir até às propriedades, a conversa ocorreu no escritório de trabalho da entrevistada (no caso de lideranças políticas), ou em eventos públicos em que foi possível encontrar um espaço para a sua realização. Uma das assessoras foi ouvida por meio do *skype*: ela em sua casa em Florianópolis, e eu, em Brasília. Sempre que possível, foram feitas conversas com os técnicos e as técnicas das organizações que acompanhavam

as experiências em que as agricultoras estavam envolvidas; o conjunto dessas gravações está listado no Anexo A desta tese.

O objetivo principal das entrevistas foi obter, na fala das próprias mulheres, a sua avaliação de como se deu seu processo de entrada no movimento agroecológico, os temas que as mobilizaram, seu posicionamento diante das principais questões em disputa nos movimentos, assim como as suas percepções pessoais acerca das especificidades do fato de estarem no papel de liderança, sendo mulheres e agricultoras. Com os demais entrevistados, tratou-se de temas mais gerais que ajudassem a contextualizar as experiências que estavam sendo estudadas.

Tive ainda a oportunidade de acompanhar diversas ações promovidas pelas organizações que fazem parte da ANA (encontros, cursos, reuniões de trabalho), entre 2006 e 2008, em especial aquelas promovidas pelas mulheres. Muitas outras fontes foram consultadas, tais como documentos, projetos, relatórios e depoimentos de participantes diretos do movimento agroecológico no Brasil – todos com o objetivo de reconstruir aspectos importantes da formação dos movimentos e de como se deu a participação das mulheres no processo.

Apresentação dos capítulos

A tese está estruturada em uma introdução, sete capítulos e uma conclusão.

No primeiro capítulo, apresenta-se a discussão do feminismo como teoria crítica e como movimento social que se dedica a desvendar os mecanismos de coerção estrutural a que estão submetidas as mulheres e que foram responsáveis por sua subordinação aos homens ao longo da história da humanidade. Esses mecanismos de coerção serão descritos como um sistema *sexo-gênero*, chamado de patriarcado, presente na grande maioria das sociedades conhecidas, e que se estrutura sobre raízes materiais, mas também ideológicas e simbólicas, perpetuando a crença de que as diferenças entre os homens e as mulheres são motivos válidos para a sua desigualdade social.

Procurou-se mapear as distintas interpretações desses fenômenos por parte de importantes pensadoras e pensadores sobre o tratamento desigual dado a homens e mulheres – desde a Grécia antiga até os dias de hoje –, mostrando como as mulheres nem sempre se conformaram com essa situação, e buscaram formas de resistir à opressão. Foi dada ênfase às duas grandes “ondas” do feminismo em nível mundial, no século XIX e no

século XX – revelando que, em diferentes épocas, homens e mulheres tiveram que fazer esforços intelectuais e políticos muito grandes para tornar visíveis “marcos de injustiça” (expressão de Célia Amorós e de Ana de Miguel, em sua obra *Teoria Feminista*, 2005) que legitimassem suas reivindicações de transformação social. Movimentos sociais, como o feminismo, constroem-se por meio de identidades políticas forjadas na crença da existência de interesses comuns, que fazem com que seus integrantes sintam que vale a pena mobilizar-se, arriscar-se, lutar contra uma situação vivida como opressiva.

No segundo capítulo, tratamos de recuperar o caminho por meio do qual o feminismo chegou aos temas ecológicos, já nos anos 60 do século passado. Esse não foi um encontro fortuito; havia muitos elementos em comum entre a crise ambiental que se avizinhava com o avanço da industrialização e da urbanização e a percepção de que os movimentos feministas tinham sobre o lugar destinado às mulheres nessas sociedades emergentes. Os problemas decorrentes das guerras e do militarismo e a consciência da exclusão das mulheres do mundo público fizeram com que ficasse claro que a sua opressão se reproduzia em outras esferas, inclusive e, sobretudo, nos lares. Daí o lema do feminismo daquele período: o pessoal é político.

As ecofeministas européias e norte-americanas se destacaram nesse debate; e sua principal contribuição foi a percepção da existência de um “marco opressivo androcêntrico” (expressão de Karen Warren, 1998) que desvendava as raízes da opressão da natureza e das mulheres na postura arrogante por parte da humanidade com relação aos demais seres. Essa postura, além de ser antropocêntrica, era também androcêntrica e etnocêntrica, porque levava a um descaso para com as condições de sobrevivência do planeta, e também com relação às mulheres e outras categorias sociais que não fossem os homens brancos e adultos tomados como referência de padrão moral.

No segundo capítulo é recuperada também a história do aparecimento público das mulheres nas lutas ambientais em nível internacional, incluindo as do chamado “terceiro mundo” (camponesas e indígenas), sobretudo a partir da década de 1970. É retratada também a forma como se deu o debate público sobre as relações das mulheres com o meio ambiente e suas repercussões em fóruns governamentais e não-governamentais de definição de políticas, por exemplo, as diversas conferências da ONU ocorridas a partir da década de 1990. O aparecimento público das mulheres como sujeitos da questão ambiental teve início nessa época, e tomou diferentes caminhos e interpretações que serão refletidos nos debates entre as principais correntes ecofeministas a partir de então.

No final desse capítulo, faz-se um balanço crítico das contribuições do ecofeminismo para a interpretação das relações entre as mulheres e o ambiente. Ali são discutidos os argumentos das principais autoras representativas das diferentes correntes existentes, mostrando também as críticas que têm recebido. Desse balanço, chega-se às propostas do ecofeminismo construtivista que tentam recuperar tanto a análise das condições concretas de vida das mulheres, como os condicionantes ideológicos integrantes do sistema *sexo-gênero* que marcam a construção das subjetividades masculina e feminina, que devem ser desmontados para poder se avançar em direção a propostas de transformação social ecologistas e com igualdade de gênero.

As propostas do ecofeminismo construtivista reconhecem a necessidade da organização da mulher enquanto sujeito político que tem especificidades nas lutas sociais, e particularmente nas questões ambientais, considerando-se os demais coletivos oprimidos; e resgatam a linguagem dos direitos e da igualdade como norteadora dessa luta, na qual não pode haver espaço para nenhum tipo de “essencialismo ontologizante” (conforme Alicia Puleo, 2008).

As alianças entre os movimentos feministas e ecologistas teriam que se dar a partir de alguns pressupostos: do reconhecimento mútuo de que a igualdade em dignidade e direitos entre homens e mulheres é imprescindível; e da necessidade de posturas responsáveis da humanidade diante do meio natural e dos demais seres vivos. Essas seriam as condições para a construção de utopias em que feminismo e ecologismo teriam um papel fundamental.

O terceiro capítulo traz a reconstrução do pensamento agroecológico como uma vertente emancipatória que pensa o meio rural e os modos de produção agrícola em direção à sustentabilidade. Originária de diferentes correntes, mas com raízes comuns aos movimentos de eco-justiça, a agroecologia aposta no protagonismo dos agricultores e das agricultoras como produtores de conhecimentos, que, junto com os conhecimentos trazidos pelas ciências conhecidas, podem recuperar áreas e promover melhorias na produtividade dos sistemas agrícolas sem destruir o meio natural. Um de seus pressupostos é o de que a co-evolução dos agroecossistemas e das populações camponesas e indígenas é uma condição para o desenvolvimento rural sustentável.

Na seqüência desse capítulo, revelam-se também certas lacunas existentes entre os principais teóricos da agroecologia com relação às mulheres agricultoras e os esforços que vêm sendo feitos, por teóricas desse campo, para dar visibilidade à contribuição das mulheres na construção dessa corrente de pensamento. Tais esforços passam pelo

reconhecimento, em primeiro lugar, da necessidade da participação direta das agricultoras em fóruns onde essas discussões são realizadas. Passam ainda pelo reconhecimento da existência das especificidades trazidas pelas mulheres que participam desses movimentos, o que não ocorre automaticamente. Além disso – ao invés de centrar-se em um campesinato genérico, homogêneo, com os mesmos interesses em qualquer circunstância histórica –, o próprio debate teórico sobre as propostas agroecológicas para o desenvolvimento rural somente terá autenticidade se incorporar a participação das mulheres, que têm um papel fundamental na elaboração do conhecimento agroecológico.

No quarto capítulo, é feita uma breve retrospectiva histórica da construção dos movimentos agroecológicos no Brasil, tendo como contraponto também a história da organização das mulheres do meio rural nas últimas décadas no século XX. Veremos ali que, se, nas primeiras lutas das mulheres, o foco eram as políticas de bem-estar do Estado, em particular aquelas relacionadas com a seguridade social, aos poucos tais lutas passaram a ter um caráter mais propositivo e abrangente, voltando-se para a construção de um novo modelo de desenvolvimento para o campo, em que se refletiam de forma mais clara as suas próprias experiências como produtoras rurais e não apenas como esposas dependentes.

Ainda no quarto capítulo, veremos como se deu a aproximação destes dois movimentos no Brasil: o agroecológico e o das mulheres rurais; e chegaremos até os dias de hoje, quando, na ANA, as mulheres se organizam e pleiteiam condições especiais de participação. Esse contexto é importante para evidenciar em que condições as agricultoras estão atuando e se construindo politicamente.

Nos capítulos cinco, seis e sete são apresentados os resultados das entrevistas com as lideranças femininas já citadas, no intuito de se evidenciar, a partir dos seus discursos, como analisam sua inserção nos movimentos sociais. Com isso, pretende-se atingir dois objetivos. Em primeiro lugar, mostrar como as mulheres vêm conseguindo romper as barreiras que historicamente foram colocadas para a sua manifestação enquanto cidadãs e ativistas sociais, expressando-se politicamente, apesar do contexto familiar, social e cultural adverso em que muitas delas estão inseridas. E, em segundo lugar, mostrar como elas vêm combinando sua percepção dos problemas ambientais com as questões referentes à autonomia das mulheres de modo geral; na prática, aproximando-se de questões colocadas por correntes do ecofeminismo.

O capítulo cinco é centrado nas dificuldades de participação das entrevistadas, enquanto mulheres, nos movimentos sociais. São abordados os problemas que enfrentam

na sua militância social, mostrando como a lógica patriarcal de que o espaço das mulheres deveria ser o privado se manifesta por meio das sanções que enfrentam quando rompem essas interdições. Maridos, filhos, demais familiares, técnicos de instituições, lideranças masculinas de movimentos, todos vivem um “estranhamento” pela decisão das mulheres de atuar politicamente, e reagem de diferentes maneiras, forçando-as a utilizarem diferentes estratégias de auto-afirmação. Interessa aqui reter o quanto as “regras” não-escritas deslegitimam a participação cidadã das mulheres e como isso se expressa especificamente nos contextos da agricultura familiar.

No capítulo seis, apresentam-se suas reflexões sobre a sua entrada na luta ecológica. Veremos em detalhe as distintas combinações de motivações que as levaram a experimentar uma nova/velha forma de fazer agricultura (porque ao mesmo tempo em que se inventam tecnologias, recuperam-se outras), em que a sustentabilidade é o objetivo principal. Serão enfocados os limites e as dificuldades percebidas por elas para avançar em direção a uma transformação no modelo produtivo da agricultura, levando em conta os entraves que as mulheres enfrentam para intervir, por exemplo, na gestão das propriedades, para ter acesso a conhecimentos, para influenciar nas discussões públicas sobre os modelos de agricultura.

Essas reflexões deixam claro que existem distintas formas de pensar a relação dessas mulheres com o ambiente; elas não priorizam, entre si, as mesmas questões, não trabalham a terra necessariamente do mesmo modo; nem mesmo se reconhecem dentro do movimento agroecológico como filiadas às mesmas correntes. Porém, estão de acordo com a necessidade de se valorizarem as experiências das mulheres na agricultura ecológica, e com a necessidade de se criarem espaços para que as mulheres se organizem e assumam politicamente as suas proposições.

No sétimo capítulo, são aprofundados os distintos significados que a sustentabilidade assume para as agricultoras, focando-se em três grandes questões que emergiram de seus discursos: a necessidade de construção de um novo modelo agrícola centrado nas formas familiares de produção; a importância que deveriam assumir, nesse modelo, as questões da alimentação e da saúde, historicamente temas das mulheres, em função das suas atribuições de gênero; e a centralidade da incorporação de um discurso feminista, inserido na discussão da sustentabilidade – como condição de construção de uma perspectiva de luta com que elas se sintam comprometidas.

Na conclusão, procuraremos mostrar a relevância da pesquisa realizada, tanto em termos teóricos como metodológicos. Combinando a análise das narrativas de histórias de vida das lideranças femininas pesquisadas com as trajetórias dos coletivos em que elas estavam inseridas, tendo como pano de fundo a construção dos movimentos agroecológicos no Brasil, foi possível evidenciar elementos fundamentais para entender como vêm se dando a construção desses sujeitos políticos. Essas mulheres, apesar das suas distintas origens e prioridades, vêm construindo identidades comuns enquanto agricultoras e militantes dos movimentos de mulheres, que têm como base o seu engajamento em ações questionadoras das desigualdades de gênero no meio rural e do modelo produtivo destruidor do ambiente. Sendo agricultoras familiares, estão submersas em realidades opressivas desde o interior das famílias, vivendo as contradições de buscar, ao mesmo tempo, questionar aquele modelo produtivo e de organização familiar, quando lutam também para a sua reprodução – exatamente porque o consideram o mais justo e adequado para um desenvolvimento rural equilibrado e eqüitativo. Suas trajetórias mostram como um movimento de transformação social se alimenta de continuidades e rupturas, e como as pessoas conseguem lidar, a partir das suas experiências e valores, com essas contradições.

A pesquisa mostra ainda que, sem as contribuições trazidas pelas vertentes construtivistas do ecofeminismo, não é possível entender os entraves colocados para a plena participação dessas mulheres na luta política, assim como as motivações e os caminhos que as levam a construir sua militância feminista e ambientalista de modo a buscar a superação desses entraves. De forma semelhante a muitas feministas que as precederam – ainda que não se assumam necessariamente como tal – elas partem do questionamento de suas condições estruturais (acesso a meios de sobrevivência) para interpretar e “desmontar” ideologicamente o sistema que as oprime, inclusive quanto à construção das subjetividades; o que é fundamental para entender o papel de homens e mulheres nas suas relações com o meio natural. Elas estão se organizando para propor a transformação desse sistema, projetando ideais e utopias a serem construídos por intermédio de ações políticas coletivas. Não se colocam como vítimas do sistema, nem como salvadoras do planeta; são mulheres agricultoras lutando por seu direito de serem sujeitos plenos de suas vidas, e contribuindo, à sua maneira, para a transformação do mundo injusto em que vivem.

1 MULHERES COMO SUJEITOS POLÍTICOS

1.1 FEMINISMO: TEORIA CRÍTICA E MOVIMENTO SOCIAL

Célia Amorós e Ana de Miguel, na introdução de sua obra *Teoría Feminista, de la Ilustración a la globalización* (AMORÓS; DE MIGUEL, 2005) apresentam o feminismo como um paradigma, um marco interpretativo, que permite dar visibilidade a aspectos do relacionamento opressivo entre os homens e as mulheres que de outra forma (em outros paradigmas) não seriam significativos. Ao mesmo tempo, o feminismo é uma teoria militante, porque denunciando vieses ilegítimos que obscurecem o conhecimento, pode ser também um instrumento para a mobilização social, abrindo espaço para que os grupos oprimidos (no caso, as mulheres) se organizem em prol de mudanças sociais.

Quais seriam os pressupostos do feminismo enquanto teoria crítica? Fundamentalmente, o reconhecimento de que a realidade social se estrutura através de um sistema sexo-gênero, cuja expressão visível é a dominação das mulheres pelos homens. Tal realidade não é apenas uma construção sócio-histórica; é também uma ordem simbólica, através da qual se interpretam as diferenças anatômicas entre os sexos. Esse sistema é o patriarcado, que toma diferentes formas conforme os períodos históricos vividos. O feminismo parte da constatação, portanto, de que os sistemas sexo-gênero conhecidos - os sistemas patriarcais – estruturam as relações hierárquicas entre os homens e as mulheres no seu conjunto.

A crítica feminista teria como funções, então, denunciar esses fatos e desenvolver uma teoria analítica reflexiva e emancipatória, capaz, ao mesmo tempo, de analisar o passado e construir uma utopia para o futuro. A teoria é um modo de “fazer ver”, de “jogar luzes” sobre uma determinada realidade, para examinar aspectos que não seriam visíveis sob outra perspectiva; e, uma vez que se pretende teoria crítica (não legitimadora da ordem social), tem a obrigação de “irracionalizar conceitos”, ou seja, questionar os sistemas de pensamento existentes à luz dos pressupostos destes mesmos sistemas, mostrando as suas incoerências ou irracionalidades – no caso do feminismo ocidental moderno, mostrando como os construtos sociais têm impedido as mulheres de realizar o exercício pleno da cidadania; em outras palavras, revelando como os valores liberais da igualdade, liberdade e fraternidade se tornaram valores aplicáveis unicamente aos homens, sendo as mulheres excluídas dos mesmos.

Para Francine Descarries, o feminismo, enquanto teoria crítica, tem a função de “*analisar a dimensão sexuada das relações sociais de hierarquização e de divisão social, assim como as representações sociais e as práticas que as acompanham, modelam e remodelam*” (DESCARRIES, 2000, p. 36), servindo como um instrumento de desvendamento e deslegitimação dos mecanismos de opressão. Que tipo de “práticas” e “representações”? A divisão sexual do trabalho, da propriedade, dos bens; a estrita separação entre o âmbito público, político, e o âmbito doméstico, privado; a análise do que é ou não permitido às mulheres expressar, desejar, realizar em suas vidas. Como lembra Raquel Osborne, é preciso que o feminismo revele e denuncie essas diferentes esferas: mostre, por exemplo, que o domínio público dos direitos pelos homens existe porque repousa sobre a negação dos mesmos direitos para as mulheres; que o mundo da produção precisa, para sobreviver, dos serviços da reprodução, que ficarão a cargo das mulheres, “rainhas da domesticidade”; e assim por diante (OSBORNE, 2005, p. 211).

Os processos de afirmação de um projeto emancipatório feminino nunca foram fáceis, exigindo um grande esforço por parte das mulheres. Célia Amorós e Ana de Miguel, na obra já citada (2005, p. 59) falam da necessidade de criação de uma *identidade coletiva* como uma das formas de organizar a percepção e a interpretação do mundo; e, por isso, os movimentos feministas, assim como outros movimentos sociais, tiveram que criar e tornar visíveis, em seu tempo, novos “marcos de injustiça”, para permitir que as próprias mulheres passassem a considerar injusta uma situação que, até então, era dada como natural. Situação semelhante foi vivida pelos movimentos abolicionistas com relação às pessoas escravizadas, por exemplo. No caso das relações patriarcais, firmemente interiorizadas, e apoiadas em modos de socialização estáveis ao longo do tempo, “*a forte coerção estrutural em que se desenvolve a vida das mulheres se apresenta para boa parte delas como a imagem de um comportamento livremente desejado e escolhido*” (AMORÓS; DE MIGUEL, 2005, p. 61). Por isso,

Entender o feminismo é entender que as múltiplas formas em que se conecta e se reproduz a opressão das mulheres nunca foram evidentes e nem de sentido comum; ao contrário, foram o resultado visível de intensos processos coletivos de elaboração de novos “marcos de injustiça” (AMORÓS; DE MIGUEL, 2005, p. 63)⁴.

O feminismo seria uma invenção do mundo moderno? Como o conhecemos hoje, sim; para Ana de Miguel, no entanto, o correto seria dizer que não, mesmo correndo o risco de alguma generalização conceitual (pelo fato de que nem mesmo o termo feminismo existia

⁴ Todas as citações de obras em espanhol são traduções livres da autora.

antes do século XIX). Desde um ponto de vista bastante genérico, a autora usa o termo “feminismo” para designar qualquer tipo de revolta das mulheres:

Pode-se afirmar que o feminismo existiu sempre, em diferentes sentidos. No sentido mais amplo do termo, sempre que as mulheres, individual ou coletivamente, se queixaram do seu injusto e amargo destino sob o patriarcado, e reivindicaram uma situação diferente, uma vida melhor (DE MIGUEL, 2002, p. 9).

A autora esclarece: houve, porém, alguns momentos históricos em que as mulheres chegaram a articular, tanto na teoria como na prática, um conjunto coerente de reivindicações e se organizaram para consegui-las, e só nesses momentos foram reconhecidas como um movimento social.

O silêncio das ciências sociais com relação a essas aparições dos movimentos de mulheres nas agendas públicas, enquanto sujeitos políticos, assim como com relação à resistência cotidiana de muitas mulheres às sociedades opressivas, colabora para a impressão de que sempre houve uma aceitação acrítica generalizada (uma “naturalização”) da dominação. Olhando com mais atenção, porém, é possível ver que, em diversas épocas históricas, existiram articulações não só de mulheres, mas também de homens, comprometidos com as lutas pela igualdade entre os sexos. Essas articulações muitas vezes conseguiram criar discursos críticos sobre os mecanismos de opressão e atuar no sentido de provocar mudanças sociais mais profundas. Nem sempre foram vencedoras; algumas vezes obtiveram avanços apenas pontuais; em outras, foram totalmente derrotadas e reprimidas. Mesmo assim, contribuíram para fomentar a resistência individual de muitas mulheres em momentos de refluxo dos grandes movimentos, e para construir os “marcos de injustiça” comentados acima.

Os sufragismos norte-americano e inglês surgidos em meados do século XIX, por exemplo, que costumam ser apresentados como os primeiros feminismos do mundo moderno, foram precedidos por outros movimentos, pouco conhecidos ou mesmo ignorados, cujo estudo ajuda a entender como se deu a construção do feminismo ao longo da história, numa interação constante entre as formulações teóricas e os movimentos sociais (PULEO, 1996, p.187; AMORÓS; DE MIGUEL, 2005, p. 27).

Neste capítulo interessará resgatar a capacidade das mulheres, em diferentes épocas históricas, de se constituírem como sujeitos políticos, engendrando teorias e lutas emancipatória. Tomaremos como referência alguns “marcos” dessas lutas, quando essa

atuação foi mais articulada e alcançou maior visibilidade social⁵. A seguir, aceitando a classificação de Ana de Miguel (DE MIGUEL, 2002, p. 10) faremos uma breve exposição da história desses movimentos, dividindo-os cronologicamente em três grandes períodos: o feminismo pré-moderno, o feminismo moderno e o feminismo contemporâneo. Ao final do capítulo, faremos uma referência aos movimentos de mulheres na atualidade.

1.2 O FEMINISMO PRÉ-MODERNO

Pesquisadoras feministas apontam a existência de proposições de igualdade entre as mulheres e os homens desde, pelo menos, a Grécia do século V a.C. , quando os sofistas ilustrados debatiam com Aristóteles, por exemplo, sobre o alcance da democracia. Para este último, as mulheres eram seres inferiores e incapazes em relação aos homens livres; alguns sofistas, porém, usando os princípios da *isonomia*, a igualdade diante da lei, argumentavam que na natureza não existiriam distinções entre homens livres, mulheres e escravos, e, portanto, as leis e costumes que assim os consideravam estavam contra as leis da natureza. A *isonomia* deveria ser respeitada para que se chegasse à *isegoria* (igualdade de acesso ao *ágora* ou local onde se decidia sobre os assuntos da *polis*).

Como é fato conhecido, a democracia grega, que chegou até nós como um sistema entre iguais e que se perpetuou na história como um ideal político, não incluía toda a humanidade. O que muitas vezes não é considerado é o fato de que essa posição não era um consenso, tendo havido, desde aquele período, questionamentos à exclusão de determinados grupos sociais, em particular, das mulheres e dos escravos⁶ (PULEO, 1996, p. 188; DE MIGUEL, 2002, p. 11; PULEO, 2006, p. 31).

Do período medieval e no início do Renascimento conhecem-se registros de escritos feitos por mulheres, nos quais, de alguma forma, expressavam o seu descontentamento para com a forma degradante como eram tratadas – eram os “memoriais de agravos”. Nesses registros, elas usavam em seu favor o bom senso, as experiências vividas e sua

⁵ Ana de Miguel lembra, citando Melucci (1994) que entre um momento público e outro, longe da inatividade ou inação, sempre existiram resistências e reflexões individuais, avanços pessoais e coletivos, e que todos os movimentos sociais – incluindo o feminista – se alimentam também de períodos de aparente “hibernação” (DE MIGUEL, 2002, p. 79).

⁶ Várias autoras fazem referência às críticas que são dirigidas a pesquisadoras feministas, de que certos pensadores não defendiam os direitos das mulheres porque as condições econômicas, sociais, e políticas de determinadas épocas não permitiam; porém, como é possível comprovar com pesquisas mais acuradas, muitas vezes essas posições receberam contestações na sua própria época, ou mesmo eram reações a proposições mais liberais que as precediam. Não considerar essa dinâmica social é desconhecer a história como disputa de projetos e tomar os fatos consumados como tendo sido a única opção possível (AMORÓS; COBO, 2005, p. 108; PULEO, 2006, p. 31).

própria capacidade de discernimento e juízo para insurgir-se contra os preconceitos vigentes (PULEO, 1996, p.188; DE MIGUEL, 2002, p. 11; AMORÓS; COBO, 2005, p. 93).

Uma obra importante desse período é *La cité des Dames*, escrita por Christine de Pisan em 1405, em que a autora afirmava: “a capacidade de julgar é um dom que a natureza concede aos homens e às mulheres” (PISÁN, 1986 apud AMORÓS; COBO, 2005, p. 96). O seu estilo era o chamado “discurso da excelência”, em que se apresentam as mulheres como superiores, e não iguais aos homens, contestando uma série de autores misóginos, muitas vezes clérigos, que apregoavam a superioridade masculina. Pisan mostrava como as mulheres tinham sido boas rainhas, heroínas, sábias e santas, enfatizando as suas virtudes, enquanto aos homens somente atribuía vícios. Reivindicava não a abolição da divisão sexual de tarefas (que ela achava justas), mas sim a sua valorização por igual, assim como o acesso das mulheres à instrução, tendo em vista as suas capacidades intelectuais. Ainda que naquele período se ressaltasse a importância dos homens livres “construírem-se a si mesmos”, para as mulheres o modelo de educação continuava sendo o da modéstia, do pudor, do silêncio e da obediência (PULEO, 1996, p.188; 2006, p. 32).

Um lado particularmente obscuro da vida das mulheres europeias da Idade Média e do Renascimento foi a repressão a que foram submetidas quando, buscando consolo e refúgio emocional e intelectual, criaram seitas e religiões próprias, nas quais elas se consideravam seres capazes de se relacionar diretamente com o mundo espiritual – o que era negado pelas religiões patriarcais. Porém, ainda no século XV, a Inquisição as perseguiu fortemente, e as mulheres foram acusadas de heresias, bruxarias, e de pactuar com o demônio (DE MIGUEL, 2002, p. 12).

A violenta repressão às religiões animistas durou mais de dois séculos, e há informações de que milhares de pessoas tenham sido julgadas pela Inquisição, 85% das quais eram mulheres; muitas foram submetidas a torturas e condenadas à morte; a sua grande maioria proveniente dos segmentos sociais mais pobres (MERCHANT, 1981, p. 138). Esta autora mostra que os “indícios” usados para acusar as vítimas eram os mais variados – não só as religiões que professavam, mas também quaisquer atitudes em desacordo com os rígidos padrões de comportamento dominantes. A maioria das acusações era de que as mulheres mantinham relações sexuais com demônios, utilizando-se do mundo natural (animais, em particular) como meio de ligação. O clima aterrorizante significava que qualquer atitude suspeita poderia ser interpretada como bruxaria, o que contribuía para manter as mulheres sob permanente vigilância.

É importante reter aqui que, mesmo em períodos de obscurantismo religioso e de rígidas estratificações sociais, as mulheres encontravam meios de fortalecer-se e de trazer à tona o seu descontentamento com a posição inferior que ocupavam na sociedade. Como será apontado por diversas pesquisadoras feministas, somente após o período da Ilustração, com a aceitação das idéias abstratas de racionalidade e de igualdade como uma capacidade extensiva a todos os seres humanos, é que os discursos das mulheres puderam tomar a forma de reivindicações universais – ou seja, se transformar em instrumentos potencialmente deslegitimadores da ordem social vigente.

1.3 O FEMINISMO MODERNO

Várias autoras feministas coincidem em assinalar dois momentos marcantes na articulação do feminismo moderno: a obra do filósofo Poullain de La Barre, e a participação das mulheres na Revolução Francesa (PULEO, 1996, p. 189; DE MIGUEL, 2002, p.17; entre outras). Foi a partir dessas intervenções que se fez possível a discussão pública sobre o direito ao voto e o aparecimento do movimento sufragista, que veio a ocorrer em meados do século XIX. Posteriormente, com o avanço do capitalismo e da industrialização, voltarão com mais força as questões do lugar ocupado pelas mulheres em um novo projeto de sociedade, a partir da sua participação organizada nos movimentos socialistas e anarquistas nascentes.

Como comentado, somente no decorrer do século XVII, com o avanço do racionalismo – o uso da razão contra os preconceitos e as superstições – e do iluminismo – em que se universalizam as idéias de igualdade – é que foi possível que se questionasse a persistência de preconceitos sobre a inferioridade das mulheres, justificadores da sua desigualdade social. Será denunciado o caráter artificial da construção do “feminino” como inferior; e se argumentará que as diferenças existentes não tinham origem na natureza, e sim na educação e na cultura. Como veremos ao longo desse capítulo, de certa forma essas questões permanecem em debate praticamente até os dias atuais.

O primeiro expoente dessa discussão será Poullain de la Barre, um cartesiano que publicou, na segunda metade do século XVII, duas obras sobre essas questões: *De l'égalité des deux sexes* (1673) e *Traité de l'éducation des dames* (1674). De la Barre utilizou a lógica cartesiana de “não aceitar idéias que não pudessem ser demonstradas” para atacar o preconceito da diferença entre os sexos e reivindicar a igualdade. Para este autor, o preconceito deveria ser tomado como uma questão social, pois se expressava em atitudes,

distorcias condutas e produzia sofrimentos. A formação da família e posteriormente, do Estado, tinham trazido a dependência para as mulheres, por conta da divisão sexual do trabalho e das tarefas atribuídas a elas na reprodução das pessoas. Mas isso não era visto por este autor como algo natural, e sim como um ato de força, realizado pelos homens, que, nas guerras, haviam transformado as mulheres em parte do botim, e as haviam excluído do Estado e das instâncias públicas de decisão (AMORÓS; COBO, 2005, p. 106).

Para De La Barre, no “estado de natureza” não havia desigualdades, pois o intelecto não tinha sexo e não se encontrava influenciado pelos órgãos de reprodução: todos os seres humanos potencialmente tinham a mesma capacidade. Se isso não ocorria na vida real, era porque havia algo que impedia; a resposta era o preconceito, que carecia de racionalidade e de legitimidade. A igualdade entre as mulheres e os homens seria então algo que deveria ser buscado, racional, voluntária e permanentemente, por meio de ações como a educação, e da abertura do mundo público à participação das mulheres (na magistratura e no sacerdócio, por exemplo).

Essas propostas igualitárias não eram defendidas apenas por De La Barre, mas também por outros teóricos⁷, assim como por grupos que freqüentavam os salões, como era o caso das “preciosas” francesas, que defendiam que uma pessoa valia pelas suas qualidades e não por ter nascido nobre. No entanto, a história mostrou que essas posições – no que se refere a igualdade entre as mulheres e os homens - foram política e ideologicamente derrotadas. Na fundação da sociedade moderna, do contrato social, foram dominantes as teses de pensadores como Rousseau, Hegel, Kant e tantos outros que defendiam que mulheres e homens tinham naturezas diferentes e complementares, atribuindo a elas a incapacidade de pensar no universal, e preconizando a sua reclusão ao mundo doméstico⁸ (PULEO, 1996, p. 196; MIYARES, 2005, p. 262).

Rousseau, em particular, no capítulo V de sua obra *Émile ou de l'éducation*, defendia que a desigualdade entre os homens e as mulheres não era obra de preconceito e sim produto da razão, e que as mulheres deveriam, por sua natureza específica, serem educadas diferentemente, totalmente dedicadas à maternidade e à submissão aos homens. Este autor afirmava que, apesar de todos os seres humanos nascerem livres e iguais,

⁷ Alicia Puleo faz referências à existência de outros ilustrados defensores dos direitos das mulheres no período imediatamente posterior: Marquesa de Lambert, Cavalheiro de Jaucourt, o enciclopedista D'Alembert, Marques de Condorcet e outros, que utilizaram argumentos semelhantes aos de De La Barre; também se refere a ativistas que exortaram as mulheres a participar ativamente das lutas sociais durante a revolução francesa (PULEO, 1996, p. 191 et seq.).

⁸ Uma análise sobre como o contrato social pode ser visto um pacto patriarcal, estabelecendo as condições em que os homens controlam as mulheres, pode ser encontrada em Carol Pateman, *O contrato sexual* (1993).

homens e mulheres encontravam-se em “estados diferenciados de natureza”. Usando como exemplos duas figuras fictícias, Emílio e Sofia, tecia considerações sobre o significado de ser homem ou mulher. Emílio seria um ser em estado de “natureza pura”, devendo ser educado para o mundo público, para a política; deveriam ser reforçadas nele as características de autenticidade, autonomia, que o capacitariam para exercer a sua liberdade em condições de igualdade com os demais. Sofia, ao contrário, produto de um estado “pré-social”, deveria ser mantida na esfera doméstica, privada. Deveria ser educada para regular o seu desejo, esconder as suas opiniões, acatar a opinião pública, e ser submissa ao seu marido - e para isso deveria ser privada da mesma liberdade e da autonomia que deveriam ser proporcionadas a Emílio (MIYARES, 2005, p. 263) ⁹.

De forma semelhante ao debate da ilustração grega sobre a democracia, no campo das idéias sobre a nova sociedade que substituiria a sociedade estamental, defendia-se um contrato social em que todos eram iguais; porém, na prática, mediante argumentos que distorciam a natureza dessa igualdade, metade da humanidade permanecia excluída (PULEO, 1996, p. 197; 2006, p. 33).

O segundo momento-chave da criação do feminismo moderno é identificado na participação das mulheres na Revolução Francesa. Essa participação se deu de diferentes formas: na organização popular, nas batalhas propriamente ditas, e também nos debates teóricos sobre como a revolução deveria incorporar as reivindicações das mulheres na nova sociedade a ser construída.

As reivindicações das mulheres não eram novas: em “Cadernos de Queixas” escritos imediatamente antes da revolução, as mulheres do povo já pediam escolas gratuitas onde pudessem estudar língua, moral e religião; burguesas ilustradas exigiam o acesso a todos os ofícios, em caso de morte dos maridos; solteiras e viúvas que tinham propriedade queriam ser admitidas nas sociedades gerais. As mulheres começam a reivindicar serem suas próprias representantes nas assembléias, e outros direitos de cidadania, designando os homens como “tiranos aristocráticos”, “sexo privilegiado”, ou simplesmente como “opressores”, e comparando a sua própria situação à dos escravos, privados de liberdade. Quando da convocação dos Estados Gerais (nobreza, clero e povo), vendo que as suas reivindicações não estavam sendo consideradas pelos homens, as mulheres passaram a se autodenominar “o terceiro Estado dentro do terceiro Estado”, como uma forma de denunciar

⁹ Veremos a seguir as críticas a esses argumentos feitas por Mary Wollstonecraft em 1792, em sua obra *Vindication of the Rights of Women*.

a sua exclusão, apropriando-se da linguagem revolucionária e dando um novo significado àqueles termos, agora se referindo à sua própria condição (PULEO, 1996, p. 193).

Havia-se criado, durante a revolução, um clima de deslegitimação do poder instituído, do qual as mulheres participaram diretamente, como por exemplo, nas revoltas pelo preço do pão, na marcha sobre Versalhes, e mesmo nas batalhas (PULEO, 1996, p.195). Conforme Célia Amorós e Rosa Cobo:

Era difícil estar imersas em um meio ideológico povoado de discursos acerca da igualdade, da liberdade e da fraternidade, e resignar-se [...] a viver a sua própria inserção no processo sendo representadas pelos demais ou a partir da passividade (AMORÓS; COBO, 2005, p. 115).

Porém, no decorrer do processo revolucionário, foi ficando claro que as suas propostas não seriam levadas em consideração, e a sua reação foi de indignação e protesto.

Entre outras mulheres que participaram dessas lutas, destacou-se Olympe de Gouges, escritora e autora da *Déclaration des Droits de la Femme et de la Citoyenne* (1790), obra em que a autora argumentava, à semelhança de Poullain de la Barre, que a natureza era o reino da harmonia entre os seres, e que era inaceitável que a humanidade se constituísse como uma exceção, ao criar as desigualdades entre os homens e as mulheres. “*Onde os revolucionários apelavam à natureza como paradigma normativo para deslegitimar as hierarquias estamentais, ela o fará para irracionalizar a hierarquia patriarcal*” (AMORÓS; COBO, 2005, p. 119). Foi guilhotinada em 1793, assim como outras revolucionárias, “*como um exemplo para as mulheres, por terem esquecido das virtudes do seu sexo e pretenderem converter-se em intelectuais e figuras públicas*”, (publicação de sua condenação, conforme Puleo (1996, p. 196)). Naquele ano a Convenção Nacional aprovou o fechamento dos Clubes de Mulheres e obrigou-as a voltarem para o lar, “*em nome da moral e da natureza*”.

Naquele mesmo período, aparecia na Inglaterra a obra de Mary Wollstonecraft, *Vindication of the Rights of Women* (1792), considerada por muitas pesquisadoras como um texto fundacional do feminismo moderno. Esta autora dedicou sua vida a pensar sobre o destino das mulheres e as causas de sua opressão, e encontrou que a educação e socialização diferenciadas oferecidas às meninas, assim como a forte coerção exercida sobre as mulheres, estavam na base desse sistema. Discípula de Rousseau, partia da igualdade natural entre todos os seres humanos e da afirmação de que todos eram

igualmente dotados de razão, para reivindicar direitos também iguais. No entanto, criticou a obra desse pensador como misógina, denunciando que a desigualdade entre os homens e as mulheres era um construto social baseado em preconceitos, e não um fenômeno natural. Para esta autora, a necessidade de que as mulheres ocupassem um lugar subordinado aos homens na sociedade era o que levava pensadores patriarcais e misóginos como Rousseau a “*fabricar um conceito de natureza feminina inferior à masculina*”, e não o contrário (AMORÓS; COBO, 2005, p. 137).

Os exemplos de Emílio e Sofia, personagens de Rousseau, seriam claros para demonstrar como, sendo modelos “normativos” (de como os homens e as mulheres “deveriam” ser criados) eram apresentados como sendo uma descrição da realidade. Desta forma, a educação das meninas era feita para torná-las frágeis e dependentes; e quando se conseguia esse efeito, dizia-se que a fragilidade e a dependência eram características “naturais” das mulheres. Segundo Wollstonecraft, a “natureza diferenciada” que Rousseau e outros pensadores defendiam não era em nada natural, mas construída por eles para justificar e legitimar a subordinação das mulheres, que de outro modo não seria aceitável em um mundo a ser regulado pela igualdade.

Como afirmam Célia Amorós e Rosa Cobo, esta autora:

É mais uma intelectual ilustrada que colocará a ilustração contra as cordas ao reivindicar para as mulheres aqueles direitos naturais que os pensadores contratualistas haviam definido como próprios da humanidade inteira, e, na prática, como exclusivos dos homens (AMORÓS; COBO, 2005, p. 127).

Sua linguagem era semelhante à das revolucionárias francesas: usava expressões como “direito divino dos maridos”, “tirania”, e afirmava que os homens haviam se apropriado historicamente da razão e da moralidade, como se fossem os únicos capazes de exercê-las, condenando as mulheres à ignorância e à inferioridade. Em sua militância política junto ao Círculo dos Radicais, na Inglaterra, suas principais reivindicações eram o acesso das mulheres ao mundo público em igualdade de condições com os homens, e o direito a uma educação digna da sua racionalidade.

Em meados do século XIX, com o avanço da revolução industrial e do capitalismo, e com a consolidação das democracias ocidentais, conceitos como cidadania, direitos civis, políticos e sociais passaram a ser aceitáveis. No entanto, o conjunto das mulheres permanecia excluído desses direitos. As mulheres proletárias haviam sido incorporadas ao mercado de trabalho, em condições bastante precárias; as burguesas e pequeno-burguesas

havia sido definitivamente segregadas aos seus lares, e consideradas legalmente incapazes. Os direitos das mulheres (e, em especial, das mulheres casadas), eram bastante restritos; elas eram, para todos os fins, representadas por seus pais (se solteiras) ou pelos maridos, a quem deviam obediência.

Uma parte dessas mulheres, culta e liberal, passou a organizar-se para exigir o que consideravam direitos de todas as mulheres: participar da vida pública, ter acesso à educação superior, exercer um trabalho remunerado. Esses movimentos acabaram sendo conhecidos por sua luta maior – o sufrágio – porém, outras reivindicações que universalizavam a idéia dos direitos também faziam parte das suas lutas, como o direito a ter propriedades em seu nome; a abolição da escravatura; e a defesa dos direitos dos animais. Os movimentos sufragistas mais importantes se organizaram principalmente nos Estados Unidos e na Inglaterra, mas ocorreram também manifestações de massa em outros países, no que ficou conhecida como “a primeira onda feminista” internacional (PULEO, 1996, p. 199; AMORÓS; DE MIGUEL, 2005, p. 66).

Nos Estados Unidos, desde a primeira metade do século XIX, havia mulheres engajadas nos movimentos abolicionistas. Em 1840, uma delegação de norte-americanas foi barrada em um congresso antiescravista em Londres, porque não era permitida a entrada de mulheres. Entre elas, estavam Elizabeth Cady Stanton e Lucretia Mott, que se tornaram líderes sufragistas. Com a consciência de que a sua mobilização estava provocando reações que colocavam em xeque o seu direito de tratar de assuntos públicos, em 1848 realizaram uma primeira grande reunião com homens e mulheres, em Sêneca Falls, nos Estados Unidos, para estudar os direitos sociais, civis e religiosos das mulheres (PULEO, 1996, p. 199).

Desta reunião foi extraída a conhecida Declaração de Sêneca Falls, intitulada “Declaração de Sentimentos”, na qual o matrimônio era apontado como a “morte civil” de uma mulher. Neste documento, era feita uma minuciosa argumentação sobre como a lei situava a mulher em uma posição inferior ao homem, e de como essa idéia era contrária à igualdade natural. Faziam-se ainda exigências para que as mulheres pudessem alcançar a maioridade civil, e se preconizavam mudanças nos costumes e na moral, para um maior reconhecimento das capacidades das mulheres. Novamente, as mulheres tinham que debater-se com a questão da sua suposta “natureza inferior”, que, materializada no *Código Napoleônico*, estabelecia que a mulher era uma propriedade do homem, e que produzir filhos era sua tarefa principal. Como continuidade à tarefa de organização das mulheres, em 1895 Cady Stanton publicaria um livro chamado “A Bíblia da Mulher”, onde fazia críticas às

deformações androcêntricas sofridas por esses textos ao longo dos anos (PULEO, 1996, p. 200; MIYARES, 2005, p. 265).

Na Inglaterra, as publicações de John Stuart Mill, em particular *The subjection of Women* (1869), deram suporte às lutas sufragistas; ele e sua esposa, Harriet Taylor, tornaram-se militantes da causa política das mulheres, em uma perspectiva filosófica “utilitarista”, que defendia o direito de todos a buscar a sua própria felicidade. Em seu livro mais uma vez eram denunciados os preconceitos e as injustiças impingidos contra as mulheres, que as obrigavam a serem legalmente submissas aos homens; e eram desmontados os argumentos que embasavam esses preconceitos, como sendo fruto de uma incoerência trazida pelo patriarcado: a pressuposição da inferioridade das mulheres, em um mundo em que todos deveriam ser considerados iguais.

Segundo Stuart Mill, o patriarcado fazia com que aparecesse como natural a submissão de um sexo ao outro, porque partia do princípio da inferioridade; nesse caso, o superior estaria legitimado para dominar o inferior. Se o argumento da inferioridade mostrasse-se falso, o raciocínio todo se desmontaria. As explicações do porque de as mulheres aceitarem essa condição, além dos argumentos da força, seriam buscadas novamente nas práticas educativas, na atribuição dos lugares sociais diferenciados (a proibição de exercer cargos públicos, por exemplo) e em outras vivências através das quais as mulheres haviam sido “escravizadas” ao longo dos séculos (DE MIGUEL, 2005, p. 187).

Da forma semelhante à Mary Wollstonecraft, esse autor mostrava que as chamadas “fragilidades” do caráter feminino eram características impingidas às mulheres, e de forma alguma, “inatas”. Stuart Mill, na condição de deputado, chegou a propor ao parlamento inglês a extensão do voto às mulheres em 1866, vindo a ser ridicularizado por isso.

Mas o movimento sufragista cresceu e radicalizou-se, realizando ações violentas, greves de fome, e outras mobilizações públicas, sendo igualmente bastante reprimido. As norte-americanas somente conseguiram o direito de voto em 1920, ou seja, 72 anos após o encontro de Sêneca Falls; as inglesas, em 1928¹⁰. As neo-zelandesas foram as primeiras a obterem o direito de voto no mundo, em 1893; em alguns países (como a Suíça), o voto só foi concedido às mulheres na década de 1970.

¹⁰ Alicia Puleo comenta que a concessão do voto às mulheres na Europa foi, ao mesmo tempo, uma espécie de retribuição pelo apoio dado pelas sufragistas aos seus países na Primeira Guerra Mundial, assim como uma tentativa de impedir o avanço do bolchevismo (PULEO, 1996).

Na América Latina, a sua conquista se deu em períodos distintos, ao longo do século XX, entre vários países. O país pioneiro foi o Equador, que o concedeu em 1929; e o mais recente, Paraguai, em 1961 (DEERE; LEÓN, 2002, p. 81). No Brasil, embora já existissem propostas de extensão do direito a voto às mulheres desde a Assembléia Constituinte de 1891, e algumas conquistas específicas tenham sido obtidas no início do século XX – como o caso das mulheres que entraram com recursos na justiça individualmente, alegando estarem enquadradas na lei eleitoral por terem posses e serem economicamente independentes; e o caso do Estado do Rio Grande do Norte, que concedeu o direito de voto às mulheres em 1927 – as mulheres somente passaram a ter direito pleno ao voto em 1932. Contribuíram para essas conquistas as lutas de pioneiras que fundaram o Partido Republicano Feminino, em 1910, e de ativistas como Bertha Lutz, da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, entre muitas outras corajosas cidadãs (PINTO, 2003, p. 13 et seq.).

Como veremos a seguir, o sufragismo não foi, no entanto, um movimento unificador dos diversos segmentos políticos que defendiam a igualdade das mulheres. Por diferentes razões, socialistas e anarquistas, por exemplo, não viam o voto como uma luta prioritária. Alguns, porque o consideravam uma luta das mulheres burguesas, que não afetaria em nada a situação das mulheres operárias; outros, porque não davam à luta institucional e parlamentar tanta importância.

Embora entre os socialistas a defesa da igualdade entre todos os seres humanos fosse um princípio geral, havia divergências sobre o papel que caberia às mulheres nas lutas políticas e sociais para a derrubada do capitalismo, assim como na construção do que seria uma sociedade socialista, sem classes.

Desde as primeiras correntes socialistas utópicas de meados do século XIX, havia um reconhecimento de que existia uma “sujeição” das mulheres aos homens, e de que isso não seria desejável em uma sociedade socialista. Fourier, por exemplo, que pregava o retorno a pequenas comunidades autogestionárias, julgava que essas comunidades deveriam organizar-se de forma a garantir a igualdade de condições entre os sexos; e chegou a propor que a situação de vida das mulheres deveria ser utilizada como um indicador-chave do nível de progresso das civilizações. Os seguidores de Saint-Simon e Owen, por sua vez, apresentavam um discurso próximo àqueles “da excelência”: o socialismo só vingaria se fosse apoiado na força espiritual feminina, pois as mulheres, por não estarem tão totalmente imersas na exploração capitalista, não teriam sofrido o embrutecimento e o esgotamento espiritual que os homens sofreram (DE MIGUEL, 2002, p. 29).

Embora essas correntes não fossem suficientemente críticas com relação à divisão sexual do trabalho, contribuíram para firmar a idéia, entre os socialistas, de que era preciso lutar contra a opressão das mulheres. Além disso, os socialistas utópicos trouxeram ainda uma grande contribuição para a discussão da transformação da instituição familiar, pois apontavam a dupla moral, o celibato e o casamento indissolúvel como instituições repressoras e causadoras de injustiça e infelicidade. (DE MIGUEL, 2002, p. 29).

As percepções de Flora Tristán, uma outra importante militante socialista deste período, não eram tão generosas com relação às virtudes femininas apregoadas por estas novas versões dos discursos “da excelência” dos socialistas utópicos. Em sua obra *União Operária*, de 1843, em que descrevia as condições de vida dos trabalhadores na França, ela mostrava que a dureza das condições vividas pelas famílias operárias tinha por conseqüência também a degradação moral das mulheres. As mulheres não eram necessariamente boas ou más, em princípio. Porém, submetidas a uma situação contínua de exploração e humilhações, no trabalho e em casa, tornavam-se também “corrompidas”: ignorantes, de caráter brutal e mesmo malvadas. A causa dessa situação não poderia ser localizada, no entanto, somente na situação econômica em si; teria que ser considerado o “esquecimento e desprezo que até hoje se teve com relação aos direitos naturais e imprescindíveis das mulheres” (TRISTÁN apud DE MIGUEL, 2005:298).

Retomando o discurso de igualdade e de denúncia da suposta inferioridade das mulheres, Tristán afirmava que a exclusão das mulheres da educação e dos direitos civis estabelecia a inexorabilidade do seu destino enquanto “escravas” dos homens, e que isso só poderia levar a uma maior degradação social. A situação de exclusão a que as mulheres eram submetidas era contraproducente para os próprios operários, pois criava um fosso dentro das famílias. Como militante engajada nas lutas sociais, fazia um chamamento apaixonado para que os operários vissem suas esposas como companheiras, e não como servas, e se unissem com as mulheres por sua libertação.

Suas posições, no entanto, não eram bem vistas dentro dos movimentos operários, e tampouco pelos capitalistas, já que criticava a ambos. Para uma parte do movimento socialista de então, a proletarização das mulheres era fator de dissolução das famílias, de aumento de doenças e da mortalidade infantil, e de piora das já tão sofríveis condições de vida das famílias operárias. Ao mesmo tempo, era um fator de diminuição dos salários pelo aumento da competição no mercado de trabalho. Com isso, sua entrada no mundo da produção, e, conseqüentemente, o seu afastamento das tarefas domésticas, não eram facilmente aceitos, uma vez que desestabilizavam as condições de reprodução das famílias.

No entanto, apesar das precárias condições nas fábricas, muitas mulheres pobres defendiam o seu direito a ter um trabalho e uma remuneração própria (DE MIGUEL, 2002, p. 24; DE MIGUEL, 2005, p. 297; MYIARES, 2005, p. 250).

Como uma importante contribuição para essa discussão, surgiu no campo do marxismo ou socialismo científico, o livro de Friederich Engels *As origens da família, da propriedade privada e do Estado* (1884). No debate sobre a origem da opressão, Engels se colocava contra as argumentações biologicistas, que apontavam a superioridade física dos homens como tendo sido o principal fator. Para ele, o fundamental era a construção social do poder masculino, que tinha se dado através da apropriação do trabalho alheio, e, sobretudo, do trabalho das mulheres. A propriedade privada e a família monogâmica eram apontadas como as origens da acumulação e do patriarcado, e a superação da sociedade de classes (com a abolição da propriedade privada, o ingresso de todas as mulheres no mercado de trabalho, e a socialização dos serviços domésticos) seria a solução para o fim da opressão das mulheres.

Engels defendia, portanto, a entrada massiva das mulheres no mundo da produção (e, a partir daí, nas lutas anticapitalistas) e a socialização do trabalho doméstico como necessidades para as lutas sociais por igualdade para toda a humanidade. Porém, como foi apontado por várias feministas desde então, ao mesmo tempo em que essa argumentação abria espaço para o reconhecimento do trabalho e da militância feminina, permitiu que, por muitos anos, se deslegitimassem as lutas específicas das mulheres dentro dos movimentos operário e socialista, uma vez que, de acordo com o seu argumento, realizada a revolução, a opressão das mulheres cairia sozinha. Esse argumento tomou ainda outras formas, que, no melhor dos casos, restringia-se ao questionamento sobre a necessidade da luta das mulheres; mas, no pior, acusava as mulheres de estarem dividindo as forças da classe operária, gastando energias com questões secundárias.

As mulheres já estavam presentes nas lutas sociais neste período, seja nos sindicatos operários, seja nos partidos de esquerda, e enfrentavam essas oposições dentro das suas próprias bases, tanto sobre o seu direito ao trabalho (como foi colocado acima) como sobre a importância das questões específicas enquanto mulheres. Duas líderes e teóricas desse período se destacaram especialmente, por enfrentarem essas polêmicas, e defenderem posições inovadoras dentro dos movimentos.

A socialista alemã Clara Zetkin, por exemplo, entendia que era fundamental organizar as mulheres numa perspectiva de classe. Distinguiu entre os interesses das mulheres

burguesas (cuja questão principal era a afirmação da sua individualidade e o direito a ter propriedades em seu nome) e das mulheres proletárias (que, ao terem acesso ao mercado de trabalho, poderiam se tornar conscientes e militantes como qualquer homem). As mulheres das classes médias ou pequena burguesia estavam sempre oscilando entre uma posição e outra. Clara Zetkin defendia a entrada das mulheres operárias no mundo da produção, principalmente como um reforço às causas socialistas. No entanto, admitia a importância da especificidade de uma luta de todas as mulheres por reconhecimento, como sujeitos autônomos, e via na luta pelo direito ao voto uma possibilidade de unificação entre as mulheres de diferentes classes, que poderia fazer avançar também a causa feminista internacional. Chegou a dirigir uma revista feminina, *Igualdade*, e organizou, em 1907, o primeiro Congresso Internacional das Mulheres Socialistas.

Alexandra Kollantai, uma ativista e dirigente bolchevique, poucos anos depois, teorizaria mais profundamente sobre as relações entre feminismo e marxismo, propondo que as mulheres deveriam romper com a sua servidão material e espiritual em relação aos homens para poder ascender à igualdade, e propondo que essa fosse também uma das preocupações do conjunto dos revolucionários. Kollantai defendia a necessidade de construção de uma “nova mulher”, que afirmasse a sua individualidade, fosse consciente da sua opressão e que deixasse de ser um reflexo do homem. Seriam necessários, por parte das mulheres, muita disciplina e apreço à liberdade e independência, para que elas se livrassem da sua afetividade exagerada, da sua histórica submissão e de sua ingenuidade, e se impusessem como mulheres livres. Seria necessário também que os homens mudassem, reconhecendo nas mulheres suas companheiras, construindo um novo tipo de relacionamento amoroso baseado no respeito ao outro e no companheirismo. Defendia ainda que a sexualidade era uma questão coletiva que deveria fazer parte das preocupações dos revolucionários. Para ela, a questão feminina estava centrada em grande medida no não reconhecimento da individualidade das mulheres, e não haveria revolução social sem a construção desses “novos” homens e mulheres (DE MIGUEL, 2005, p. 310).

Entre os anarquistas, não havia consenso sobre a importância da luta das mulheres. Algumas militantes, como Emma Goldman, ativista e escritora atuante a partir dos Estados Unidos, questionavam o trabalho assalariado como via de libertação das mulheres, assim como a importância da institucionalidade e do voto. Para esta autora, desafiadora de qualquer tipo de hierarquia, seria preciso que as mulheres vencessem a ideologia patriarcal que carregavam em seu interior, afirmando-se como pessoas, donas de seus corpos, e assumindo seus desejos, não se permitindo serem guiadas nem por Deus, nem pela pátria, nem pelos seus maridos. Defendia que as mulheres decidissem se queriam ou não ser

mães, e que fosse permitido o uso de métodos contraceptivos – que eram proibidos na época. Como um apelo à libertação individual, suas idéias iam também contra o que era proposto pelos socialistas, pois via ali um grande perigo de regulação da vida pessoal por meio do Estado (DE MIGUEL, 2002, p. 34; 2005, p. 326).

Muitas pesquisadoras feministas têm se dedicado a fazer uma genealogia da participação das mulheres em setores específicos da história da humanidade; como cientistas, filósofas, artistas, religiosas, líderes políticas. Tanto mulheres excepcionais, que se destacaram por sua atuação, capacidades e talentos, como mulheres comuns cuja contribuição para o desenvolvimento social a história androcêntrica dominante tem sistematicamente negligenciado.

Para fins deste estudo, cabe assinalar que se chegou ao início do século XX com as mulheres fazendo parte dos movimentos sociais internacionais, lutando por seus direitos civis, por terem acesso ao voto, ao mercado de trabalho, à educação – ou seja, por questões relativas à sua própria condição – mas também para afirmar o seu direito a participar ativamente e em condições de igualdade com os homens nos rumos da humanidade. Como afirmam Célia Amorós e Ana de Miguel:

Apesar das profundas divergências e polêmicas entre socialistas e sufragistas, começava a formar-se uma identidade feminista comum. De ambos os lados do movimento é possível identificar uma prática teórica centrada em deslegitimar a ideologia da natureza diferenciada e complementar dos sexos, especialmente o discurso sobre a inferioridade das mulheres, e em reclamar a aplicação universal dos princípios ilustrados e democráticos (AMORÓS; DE MIGUEL, 2005, p. 69).

No campo das idéias, tiveram que enfrentar continuamente os discursos legitimadores de sua exclusão do mundo público – desde as teorias científicas sobre a evolução das espécies até a psicanálise, passando pelos dogmas religiosos e por todo o aparato legal. Todos, monótona e persistentemente, afirmando a sua inferioridade com relação aos homens, e atribuindo a elas, por conseqüência, o mundo privado e doméstico como o seu espaço natural.

1.4 O FEMINISMO CONTEMPORÂNEO

No início do século XX os direitos formais das mulheres foram se ampliando na maioria dos países ocidentais, com o atendimento de parte das suas reivindicações: acesso ao trabalho, ao voto, à educação. No período das grandes guerras, ocorreu o chamamento

das mulheres às fábricas e ao trabalho fora de casa, por força da falta de mão de obra masculina; nos períodos de paz, mais uma vez foram feitas tentativas de enviá-las de volta para o lar. O modelo da família moderna cada vez mais se reafirmou como sendo o do homem provedor e da mulher dona de casa, cuidadora da prole e do marido. Porém, as mulheres já tinham se incorporado definitivamente no mercado de trabalho assalariado, ainda que em desigualdade de condições: com salários mais baixos, segregadas em profissões “femininas”, sem acesso a carreiras profissionais, tendo que compatibilizar o trabalho fora de casa com as tarefas domésticas.

No decorrer do século XX foi ficando claro que o mundo público não levava em conta as necessidades das mulheres, e que o mundo doméstico continuava sendo o lócus da ausência dos direitos. A igualdade formalmente conquistada ainda era uma ilusão, pois o privado continuava intocado; e sem esse questionamento, permanecia distante qualquer tentativa de conquista da autonomia feminina.

Será no final dos anos 1960 que o movimento feminista se rearticulará novamente, voltando-se agora para a discussão dos fatores que perpetuavam o padrão de dominação dos homens sobre as mulheres, tais como as relações de poder dentro das famílias e a construção das subjetividades.

Foi fundamental para a criação das condições para essa discussão a publicação, em 1949, da obra *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, em que se abordavam as condições de construção da subjetividade feminina, a partir da atribuição às mulheres da maternidade como projeto de vida, o que as excluiu do mundo da transcendência e da liberdade.

Teresa López Pardina, uma especialista na obra dessa autora, explica que, como uma filósofa existencialista, Beauvoir acreditava no ser humano como um projeto em construção, cuja meta final seria a liberdade, sua e de seus pares, construída por meio de projetos pessoais nos quais se libertariam de um destino limitado e iriam em direção à transcendência. No entanto, os seres humanos não eram liberdade “pura”; eles encontravam-se sempre constrangidos por uma “situação”, que poderia, em princípio, favorecer ou obstaculizar o exercício dessa liberdade. A “situação” seria, então, o marco objetivo no qual se exerceria essa liberdade.

Buscando explicações sobre as relações de dominação, Simone de Beauvoir encontrou que, ao longo da história da humanidade, os homens sempre haviam propiciado

às mulheres situações opressivas que não permitiam o seu exercício da transcendência, e que a chave dessa questão estava na redução da função social das mulheres à sua função biológica de reprodutoras da espécie. As mulheres tinham ficado restritas ao mundo da imanência, da perpetuação da vida, sem terem tido a chance de escolherem um projeto próprio.

Enquanto os homens, para realizarem-se, podiam escolher entre milhões de possibilidades, às mulheres só tinha restado uma “escolha”: a maternidade. Essa não tinha sido efetivamente uma escolha das mulheres, e tampouco uma contingência da biologia, mas o resultado da negação do direito a exercerem a sua liberdade. Elas tinham se tornado a “Outra”, o “segundo sexo”; os homens haviam se transformado no referente principal da espécie humana, portadores, em exclusivo, de um projeto de transcendência (PARDINA, 2005, p. 343).

Sua obra focalizou, então, como havia se dado essa exclusão ao longo da história: os mecanismos através dos quais as mulheres haviam sido transformadas em “Outra” em relação aos homens; como haviam sido construídos os mitos da “feminilidade” inata; e como as sociedades e seus costumes modelavam, controlavam e reprimiam os seres humanos do sexo feminino, mutilando-os e “transformando-os” em “mulheres”, obrigando-as, portanto, a permanecer na imanência (PULEO, 1996, p. 205).

Em *O Segundo Sexo*, Simone de Beauvoir mostrou detalhadamente a construção social dessas diferenças sexuais, o que, anos mais tarde, será chamado de “gênero”. E, como consequência lógica, ela reivindicava, como tantos e tantas que a precederam, a necessidade de reverter esse processo. A emancipação feminina deveria se dar através da educação e do acesso à cidadania, de forma que as mulheres pudessem escolher um projeto existencial independente das supostas “amarras corporais”.

Simone de Beauvoir foi uma autora fundamental para a maioria das discussões que se seguiram dentro do movimento de mulheres, ainda que houvesse (e haja ainda) muitas críticas a determinados aspectos de seu trabalho. Uma das questões em aberto, por exemplo, é a aceitação mais ou menos explícita de que o projeto de transcendência, tomado como “genericamente humano” (a guerra, a caça, e todas aquelas atividades em que a vida está em jogo, por exemplo; e não a maternidade, em que o objetivo é a reprodução da vida) seja aquele definido pelos homens, sem a participação das mulheres.

Autoras como Célia Amorós e Ana de Miguel, por exemplo, lembram que é preciso desconfiar de todas as abstrações que foram construídas com base na exclusão, ou seja, todas as definições de projeto para a humanidade, de transcendência, que não tenham levado em conta as aspirações das mulheres. Somente assim se radicalizará o projeto igualitarista, na medida em que o que for definido como universal terá que ser revisto, de modo a incorporar as aspirações de todos e todas (AMORÓS; DE MIGUEL, 2005, p. 40). Independente dessas questões, a obra de Simone de Beauvoir tornou-se um clássico e foi a base a partir da qual muitos movimentos que se seguiram desenvolveram suas análises.

Os movimentos feministas enquanto movimentos de massa serão retomados em meados da década de 1960, inicialmente nos Estados Unidos, e a seguir em vários outros países, no que ficou conhecido como a “segunda onda” do feminismo internacional. Como afirmam aquelas autoras, se tratava de fazer a crítica não só política, mas também cultural, do androcentrismo e do caráter patriarcal de certas teorizações presumivelmente universalistas, tais como o marxismo e a psicanálise, assim como correntes do freudismo-marxismo (AMORÓS; DE MIGUEL, 2005, p. 40).

Em 1966 fundou-se a Organização Nacional de Mulheres dos Estados Unidos (*NOW*, em inglês), liderada pela ativista Betty Friedan, que, em 1963 havia publicado *The feminine mystique*. Formada principalmente por mulheres brancas de classe média, esta organização reivindicava o direito ao estudo e ao trabalho para as mulheres, e insurgia-se contra o seu confinamento nos lares, onde viviam em função dos maridos e dos filhos, sem poderem desenvolver um projeto próprio.

Betty Friedan contribuiu para desvendar como o mundo do *american way of life* era uma armadilha para as mulheres, que ficavam presas no consumismo dos novos eletrodomésticos e da moda, no trabalho doméstico, na obsessão por sexo e por amor, vivendo neuroticamente voltadas para agradar aos demais, particularmente à sua própria família. Esta autora e a NOW ficaram conhecidas como representantes do feminismo liberal, pois, embora clamassem por maior justiça nas relações entre os sexos, não se questionavam acerca da estrutura social que produzia e reproduzia essas relações de dominação (PULEO, 1996, p. 207; DE MIGUEL, 2002, p. 37).

Já a partir de 1967, integrantes da NOW, descontentes com o caráter reformista de suas propostas, e militantes egressas de grupos da Nova Esquerda americana – que reuniam socialistas, anti-imperialistas, pacifistas, anti-racistas e também feministas – constituíram novas organizações: *Women’s Liberation Movement*, *New York Radical*

Women, The Feminists, e outras, que ficaram conhecidas como defensoras do “feminismo radical”.

As questões imediatas que as haviam levado a separar-se da esquerda foram, em primeiro lugar, a consciência de que o espaço outorgado para as discussões propostas pelas mulheres era sempre secundário: sobre as relações dentro do matrimônio, o direito ao divórcio, à contracepção, à liberdade sexual, à supressão da pornografia, etc. E também o fato de que, embora no discurso houvesse propostas de igualdade, nos debates políticos as contribuições das mulheres eram desprezadas e o seu papel se reduzia a mão de obra para a organização e as mobilizações. Seguiam um caminho já aberto pelos negros que haviam criado movimentos próprios por não se sentirem contemplados nas discussões gerais dos partidos de esquerda, formados por brancos de classe média.

Os debates eram aprofundados entre as próprias radicais, que se cindiram em “feministas” e “políticas”. As “feministas” defendiam que a opressão das mulheres não era apenas um “subsistema” dos mecanismos de dominação capitalistas, e sim, um sistema específico de dominação; enquanto as outras, mais próximas ao marxismo, continuavam a enfatizar que todos – homens e mulheres – eram vítimas de um “sistema opressor” e que, portanto, não deveria haver confrontos e sim alianças com os homens.

Entre os anos de 1967 e 1975 muitas ações espetaculares foram empreendidas por esses grupos, como manifestações e marchas, entre as quais as famosas queimas de sutiãs em praças públicas, assim como a criação de grupos de autoconsciência e de centros de saúde e de auto-ajuda, creches e casas abrigo para mulheres maltratadas, centros de defesa pessoal. Seus grupos eram auto-organizados e não hierárquicos; isto, por um lado, ajudou a criar uma nova forma de fazer política, mas, por outro, fez com que se dissolvessem mais rapidamente por sua incapacidade de gerir as divergências internas (PULEO, 1966, p. 212; DE MIGUEL, 2002, p. 43 et seq.).

Como militantes e teóricas profundamente engajadas na discussão das raízes da opressão feminina, esses grupos produziram muitas reflexões que tiveram importância para os rumos que o feminismo tomou a partir de então. Uma das suas áreas de trabalho foi, por exemplo, a busca por uma ginecologia alternativa, menos agressiva e invasiva, desenvolvida pelo Coletivo de Mulheres de Boston, cuja publicação “Nossos corpos, nossa vida” (1970) segue sendo um clássico nesta área até hoje, para todos os movimentos de mulheres.

Várias teóricas radicais foram fundamentais também na denúncia do caráter androcêntrico dos paradigmas científicos e tecnológicos da modernidade ocidental, propondo a criação de uma epistemologia feminista alternativa. A crítica feita pelas radicais ao caráter masculino da cultura, por exemplo, dará origem a outros questionamentos e alianças, com o pacifismo e o ecologismo.

Um outro campo em que se aprofundaram foi na discussão da família e da sexualidade. Para estes grupos, as mulheres, definidas como seres ligados à natureza em razão das suas funções maternais, teriam sido excluídas da cidadania por meio da estrita separação entre o âmbito público, do político, e o âmbito doméstico, do privado. Essa separação teria uma origem liberal, pela necessidade de afirmação da família burguesa diante da família aristocrática, do Antigo Regime, e também da família operária. As radicais mostraram como o sexo passou a ser um ato privado e direito dos homens; enquanto às mulheres, cabia apenas a reprodução. A sexualidade e o trabalho doméstico (que segregou as mulheres à esfera privada e garantiu a sua dependência econômica, social e política) formaram as bases para a opressão dos homens sobre as mulheres, centrada no matrimônio.

Para além da denúncia sobre esses mecanismos de opressão e da exigência de participação das mulheres no âmbito público, as radicais passaram a afirmar o desejo sexual das mulheres, o que não foi feito anteriormente nem pelas sufragistas nem pela NOW. Algumas teóricas passaram a ver a sexualidade como o instrumento patriarcal fundamental para oprimir as mulheres; e gênero passou a ser a contradição principal em que todas as mulheres se irmanavam, desaparecendo as diferenças de raça, classe, etnia, preferência sexual (OSBORNE, 2005, p. 213).

Entre as várias contribuições das radicais encontram-se as obras de Kate Millet, *Sexual Politics* (de 1969) e de Christine Delphy, *L'Ennemi principal* (de 1970) em que se debatem com profundidade os vínculos existentes entre o capitalismo e o patriarcado, com um foco particular nas questões da sexualidade.

Kate Millet se dedica a examinar de que forma o patriarcado se estrutura enquanto um sistema político, que se estabelece como relações de poder entre os sexos. Conforme Alicia Puleo, não é uma análise apenas do aspecto simbólico ou ideológico dessas relações, mas também das raízes materiais sobre as quais essas relações se apóiam (PULEO, 2005, p. 47-54).

Millet vai mostrar que, assim como os homens dominam o sistema de representações (a ciência, a arte, a religião, a filosofia), apropriam-se também dos meios materiais de vida (a riqueza, o patrimônio, os empregos), além da polícia e do governo. O patriarcado é mostrado, então, como um sistema político universal de domínio do masculino sobre o feminino, baseado na força e no consenso (obtido através da socialização de gênero). Os componentes principais desse sistema seriam: o status (condições de acesso ao poder), o temperamento (obtido por meio da socialização de gênero), e o papel social (expresso na divisão sexual do trabalho). Da mesma forma como o racismo, o patriarcado definiria as características do oprimido – que se adequaria a essas condições e usaria diferentes subterfúgios para amenizar suas condições de vida (interiorização de valores patriarcais, diminuição da auto-estima dos dominados, “demonização” do próprio feminismo, etc.). Para Millet, a família é fundamental como instrumento e mediadora da sociedade patriarcal. Seria como uma “ilha feudal” dentro das sociedades modernas. O domínio econômico derivado do trabalho não remunerado das mulheres seria então um fator fundamental do poder masculino no patriarcado.

Christine Delphy aborda a relação entre os sexos como sendo uma relação de exploração entre diferentes classes; todas as mulheres, independentes de serem burguesas ou proletárias, seriam membros de uma mesma classe oprimida, a das mulheres. Existiria, portanto, um “modo de produção industrial”, próprio da exploração capitalista; e um “modo de produção doméstico”, que ocorreria dentro dos lares, e que seria próprio do patriarcado.

Alicia Puleo define as seguintes características como comuns aos principais grupos que surgiram a partir do feminismo radical:

- a) utilização do conceito de patriarcado como dominação universal, como um sistema político, que outorga especificidade à agenda militante do coletivo feminino;
- b) noção de poder e de política ampliados para além do Estado; o político abrange também as relações pessoais, e, portanto, “o pessoal é político”;
- c) análise da sexualidade e crítica da heterossexualidade obrigatória;
- d) denúncia da violência patriarcal, particularmente a sexual;
- e) contribuição à sociologia do conhecimento, pela crítica ao androcentrismo em todos os âmbitos da vida, inclusive da ciência;

- f) crítica à esquerda que não discutia relações de poder para além da questão econômica;
- g) gênero concebido como um conceito que mostra o caráter sócio-cultural construído, diferente da biologia, para dominar as mulheres; evidenciando, portanto, as relações ilegítimas de poder;
- h) desprezo a qualquer forma de reforma do sistema político vigente, em prol de uma transformação radical que implicasse a derrubada do capitalismo e do patriarcado (PULEO, 2005, p. 35 et seq.).

Teóricas do feminismo radical como Sulamith Firestone, Anna Koedt, Ti-Grace Atkinson, Juliet Mitchell, Nancy Chodorow, entre outras, desenvolveram igualmente obras originais, em que dialogavam com o marxismo, a psicanálise e outras correntes importantes do pensamento social. A partir dessas correntes de pensamento ocorreram vários desdobramentos teóricos importantes na França (Lucy Irigaray e outras), na Itália (Grupo da Livraria de Mulheres de Milão) assim como em outros países, agrupados nas correntes que vieram a ser chamadas “feminismo da diferença”¹¹.

Tratava-se, basicamente, de reverter o sistema de valorização entre feminino e masculino estabelecido pelo patriarcado, passando a tomar como positivas as características que ao longo da história da humanidade tinham sido desvalorizadas por serem “femininas”. Sublinhavam não mais o que era igual, mas o que era distinto entre homens e mulheres, reivindicando que somente fora dos limites do patriarcado se poderia engendrar uma teoria e uma prática que levasse à construção de relações livres entre os sexos.

Nos Estados Unidos, sua principal derivação tomou o caminho do que veio a ser chamado “feminismo cultural”¹², que preconizava a necessidade da criação de uma cultura feminina própria, independente dos homens e não contaminada por seus valores. Algumas de suas principais representantes serão Sherry Ottner, Mary Daly, Susan Griffin, Kathleen Barry. As características mais relevantes dessas correntes são apontadas por Raquel Osborne:

¹¹ Para consulta sobre essas diferentes posições, ver a obra em três volumes *Teoría Feminista, de la Ilustración a la globalización*, de Célia Amorós e Ana de Miguel, já citadas (AMORÓS; DE MIGUEL, 2005).

¹² As integrantes dessas correntes preferem ser chamadas apenas de “radicais”, recusando o rótulo de “culturais”. Ver por exemplo, Kathleen Barry (2005).

- a) propõem a consagração dos chamados princípios femininos; doçura, ternura, dedicação aos demais;
- b) a sexualidade masculina seria agressiva, irresponsável, orientada genitalmente e potencialmente letal; a sexualidade feminina seria difusa, terna, e dirigida às relações interpessoais;
- c) os homens representariam a cultura, e as mulheres, a natureza;
- d) “ser natureza” e ter a capacidade de ser mãe significaria possuir qualidades positivas; uma dessas qualidades é a de se preocupar pelos demais, o que faria com que as mulheres naturalmente tendessem, por exemplo, a salvar o planeta, pois elas seriam moralmente superiores aos homens;
- e) acentuam-se as diferenças entre os homens e as mulheres e não as suas semelhanças; e condena-se a heterossexualidade como convivência com o mundo masculino (posição chamada de “lesbianismo político”), uma vez que a sexualidade masculina é rejeitada por violenta;
- f) a opressão da mulher não seria mais decorrência do gênero, e sim da supressão da essência feminina (OSBORNE, 2005, p. 217).

Esse posicionamento será bastante criticado até os dias de hoje por absolutizar as relações entre os sexos independente das mediações históricas, e por levar os movimentos feministas, politicamente, a um isolamento dos demais movimentos. Como será examinado no próximo capítulo, o feminismo cultural foi uma das correntes que deu origem aos primeiros movimentos ecofeministas – dentro de uma perspectiva de se revalorizar a suposta ligação das mulheres com a natureza, que o patriarcado desprezava, o que contribuiu para a rejeição *a priori* de muitas de suas propostas, tachadas de essencialistas.

Como lembra Alicia Puleo, hoje existem múltiplas tendências dentro do feminismo, o que revela a sua vitalidade e as interfaces construídas com distintas escolas de pensamento, não sendo um pensamento cristalizado. Hoje é possível encontrar:

Uma teologia feminista, um feminismo socialista renovado (sistema dual de Heidi Hartman), um feminismo hebermasiano (Seyla Benhabib), um feminismo pragmático (Nancy Frazer), um feminismo foulcaultiano (Judith Butler), etc. Quanto à forma de organização do movimento, se desenvolveram dois tipos: um feminismo de grupos de interesse (majoritário

nos Estados Unidos, e relacionado com o feminismo liberal) que pressiona para conseguir a igualdade de oportunidades, e um feminismo alternativo mais interessado em transformação de valores e atitudes, e/ou mais vinculado a correntes de esquerda (PULEO, 1996, p. 220).

1.5 OS MOVIMENTOS DE MULHERES NA ATUALIDADE

Como reflexo desse conjunto de lutas denominada “segunda onda feminista”, o final do século XX assistiu ao começo da absorção do feminismo em instituições como universidades, governos, partidos políticos; legislações foram modificadas, oportunidades foram abertas para que as questões das mulheres se tornassem questões públicas.

Instituições internacionais começam a ter que dar respostas às reivindicações das mulheres: em 1975 a ONU, por exemplo, instituiu a Década da Mulher, na primeira Conferência Mundial da Mulher, no México, e estabeleceu em seu Plano de Ação que as mulheres fossem tratadas legalmente em situação de igualdade com os homens em todos os países do mundo. Em 1979, com a aprovação da “Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher” (*CEDAW*, sigla em inglês), criou-se um clima político internacional que estimulava os países a reverem as suas constituições e aparatos legais, removendo aqueles dispositivos que representassem empecilhos à igualdade formal entre homens e mulheres. Muitos países modificaram suas legislações após este período, e criaram estruturas públicas para a promoção dos direitos das mulheres.

Nas universidades, avançou-se nas pesquisas sobre gênero, mulheres e feminismo, formalizando-se cursos e linhas de pesquisa que deram status de conhecimento acadêmico ao que até então era somente uma teorização militante. Paralelamente, entre os movimentos de mulheres, assim como em outros movimentos populares, surgiram e se consolidaram as organizações não governamentais (ONGs). Essas instituições se constituirão como estruturas de apoio e assessoria aos movimentos sociais, e terão muita importância a partir de então como mediadores sociais e formuladores de propostas, no campo das políticas de desenvolvimento com enfoque de gênero e também das lutas feministas.

Nos anos 1990, um número crescente de países passou a adotar políticas econômicas neoliberais, e, com elas, ocorreu o recrudescimento dos problemas de desemprego, pobreza e degradação ambiental que já se faziam sentir desde o início dos anos 1980. Neste período, pressionada por esta realidade e em um contexto de reorganização das forças políticas mundiais (com a dissolução dos regimes comunistas no leste europeu, por

exemplo), a ONU promoveu uma série de Conferências dedicadas aos chamados “temas sociais”¹³. Reuniam delegações oficiais dos governos dos países, para firmar compromissos globais, e foram acompanhadas de Fóruns Paralelos, formados por organizações não governamentais e pela chamada “sociedade civil organizada”. Foram momentos privilegiados de embate entre diferentes visões de mundo, propostas de reorganização do sistema de regulação internacional, em um contexto geral de democratização pós-guerra fria, o que lhes conferia um “clima” de disputa real, de fórum efetivo de decisões¹⁴. Embora em todas elas as questões das mulheres já estivessem presentes, foi na IV Conferência Mundial da Mulher, em Beijing, em 1995, que os movimentos feministas mundiais tiveram a oportunidade de confrontar suas avaliações e estratégias, e estabelecer novas alianças políticas.

Nesta época os principais movimentos feministas podiam ser esquematicamente classificados em três grandes correntes: as “da igualdade”; as “da diferença”; e as pós-modernas (incluídas as pós-colonialistas e multiculturalistas), tendo como principais distinções, respectivamente, a centralidade da luta reivindicatória (igualitaristas); as lutas identitárias e a afirmação de uma cultura feminina (da diferença); e a fragmentação do sujeito mulher (pós-modernismo) e a sua diversidade (pós-colonialistas e multiculturalistas) (AMORÓS; DE MIGUEL, 2005, p. 76). Com relação à participação ou não nos processos de diálogo e negociação com os governos, dividiam-se em “autonomistas” e “institucionalistas”, as primeiras defendendo a independência total dos movimentos com relação a partidos, estados, governos e instituições internacionais; e as últimas defendendo a ocupação dos espaços institucionais (NOBRE; FARIA, 2003, p. 623).

As “institucionalistas” viam em todo esse ciclo de conferências internacionais uma oportunidade de influenciar as políticas públicas que estavam sendo negociadas, e de aumentar a visibilidade e o empoderamento real de mulheres em todo o mundo. Buscavam “generificar” os espaços de poder, ou seja, reivindicar o aumento do número de mulheres em posições de destaque, e incluir as perspectivas de gênero nos instrumentos de planejamento, monitoramento e avaliação. Centravam as forças na construção de políticas

¹³ Além de inúmeros eventos internacionais, foram organizadas as seguintes conferências: Conferência Mundial Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio de Janeiro, 1992; Direitos Humanos, Viena, 1993; Desenvolvimento e População, Cairo, 1994; Desenvolvimento e Pobreza, Copenhagen, 1995; IV Conferência Mundial da Mulher, em Beijing, em 1995; Alimentação, Roma, 1996; Assentamentos Humanos, Istambul, 1996.

¹⁴ Posteriormente setores dos movimentos sociais fizeram críticas a esse processo de negociação nos organismos internacionais; por um lado, porque se mostrou inócuo com relação aos governos nacionais, que não seguiam necessariamente os acordos assinados; por outro, pela incapacidade do sistema ONU de fazer cumprir esses acordos. As instituições do sistema ONU vêm progressivamente perdendo importância no cenário internacional para outras instituições multilaterais tais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, e mesmo a Organização Mundial do Comércio, sustentáculos maiores das políticas neoliberais.

de gênero, principalmente no nível local, e na incorporação do discurso de gênero no conjunto das políticas de Estado.

Para alguns setores dos movimentos essa política significou, de certa forma, a perda do horizonte de transformação das relações de gênero, em um contexto de transformação geral das relações de poder e de exploração da sociedade. Enquanto o Estado tinha cada vez menos importância, mais o mercado desorganizava a vida das mulheres, com uma globalização seletiva, que reproduzia relações desiguais entre países, mantendo a exploração entre as classes, os gêneros, as raças e as etnias (NOBRE; FARIA, 2003, p. 624). No entanto, foram obtidos muitos avanços nesse período no que se refere ao reconhecimento da necessidade de efetivação de políticas públicas de ação afirmativa.

O reconhecimento das diferentes formas de opressão que se entrecruzam formando as identidades das mulheres foi um dos grandes debates trazidos pelos feminismos “terceiro-mundistas”, pós-colonialistas, e multiculturalistas dos anos 1990. Essas questões se juntaram às críticas que já vinham sendo feitas desde os anos 1970 pelas mulheres negras sobre a impossibilidade de, no limite, universalizar-se a condição feminina como a única forma de opressão vivida por todas as mulheres. Como afirmam Célia Amorós e Ana de Miguel:

Da mesma forma como as contradições entre os homens e as mulheres não podiam subsumir-se nas contradições de classes, nem todas as contradições podem ser resolvidas no feminismo. O racismo tem intersecção com o gênero, mas o feminismo sozinho não acabará com o racismo, nem com o colonialismo, nem com os problemas das mulheres lesbianas (AMORÓS; DE MIGUEL, 2005, p. 82).

Mesmo em processos de articulações de pautas políticas amplas, como em Beijing em 1995, foi necessário que os diversos movimentos estabelecessem novos pactos e estratégias de ação, para que pudessem aparecer publicamente como um sujeito político coletivo que incorporasse esse diferente conjunto de reivindicações. Não um sujeito único, monolítico – mas a articulação de diferentes sujeitos, organizados em movimentos parciais, que se propunham a iluminar “facetas” da opressão, e não o todo.

Pode-se dizer que as questões tratadas hoje em dia pelo feminismo, para além das reivindicações de igualdade nos espaços públicos e das questões relativas à esfera privada – família, sexualidade – estão, justamente, na imbricação desses diversos processos de opressão, na redefinição da existência de uma articulação entre as esferas do público e do

privado, levando em consideração as diferentes formas como os mecanismos de dominação operam em cada situação.

A partir dos anos 2000, uma parte dos movimentos sociais – entre os quais diversos setores dos movimentos feministas – passam a apostar em outro tipo de articulação, em formações de redes e em eventos horizontais, que permitissem, ao invés da criação de uma única plataforma política mundial, estimular a troca de experiência entre os diferentes movimentos e a articulação de lutas locais e globais. Surgiram então os Fóruns Sociais Mundiais, realizados a partir do ano 2001 na cidade de Porto Alegre, no Brasil (e depois de 2004, também em outras regiões do mundo). Essa reorientação dos movimentos se deu a partir de uma seqüência de processos de mobilização antiglobalização, no final da década de 1990, entre as quais se podem citar as grandes manifestações em Seattle, em 1999, contra a Organização Mundial do Comércio. Os movimentos feministas e de mulheres têm estado presentes em todas estas articulações, em sua enorme diversidade: “institucionalistas” e “autonomistas”, da igualdade e da diferença, terceiro-mundistas e pós-modernas, indígenas, camponesas, lesbianas, migrantes, sindicalistas, entre tantas outras categorizações e movimentos organizados.

Embora comparativamente hoje as mulheres dos países ocidentais estejam em situação infinitamente melhor do que se encontravam no início do século passado, ainda persistem desigualdades flagrantes na comparação da sua situação com a dos homens, tanto no que diz respeito às condições estruturais e econômicas, de acesso aos meios físicos para a sua sobrevivência (ao trabalho, à propriedade, ao poder político), como com relação à possibilidade de realização de projetos autônomos de vida, por conta da manutenção de padrões de gênero fortemente excludentes. A “feminização” da pobreza, a segregação ocupacional, a pequena presença em espaços de poder, a dupla jornada de trabalho, o tráfico de mulheres, o recrudescimento da violência de gênero mesmo em países onde as condições legais e econômicas são relativamente mais igualitárias, são apenas algumas das evidências de como as iniquidades vividas pelas mulheres estão vinculadas a padrões sociais e culturais sexistas ainda não superados, profundamente arraigados e constituintes das subjetividades.

2 MULHERES E LUTAS ECOLÓGICAS

2.1 OS PRIMEIROS ECOFEMINISMOS

As conexões entre os movimentos de mulheres e os movimentos ecológicos estão em pauta no ocidente pelo menos desde a década de 1960, período em que eclodiram os movimentos da contracultura na Europa e nos Estados Unidos, questionando não apenas os grandes modelos políticos e econômicos – capitalismo e socialismo – mas o conjunto das instituições sociais, as ideologias, os valores que regulavam os comportamentos dos indivíduos. Assim como se denunciavam as relações opressivas entre os países – o imperialismo, a política armamentista, as guerras – politizavam-se as relações pessoais, colocando-se em evidência os mecanismos de poder que estavam por trás do racismo, do sexismo e da postura irresponsável da humanidade para com o meio ambiente, por exemplo. Questionava-se um modelo civilizatório.

Nos anos pós-guerra assistiu-se nos países centrais a um período de crescimento econômico e de bem-estar social simbolizado pelo acesso de amplas camadas da população a bens de consumo duráveis, tais como automóveis e eletrodomésticos. Esse oásis de otimismo convivia com a sombra da Guerra Fria e da corrida armamentista; e passou a ser ameaçado também pelos sinais da crise ecológica decorrente do industrialismo e da urbanização: poluição atmosférica, contaminação da água e dos solos, aparecimento de novas doenças, desmatamento, destruição de paisagens, desaparecimento de espécies.

Um dos primeiros alertas massivos sobre os riscos ambientais e para a saúde humana do uso das tecnologias modernas havia sido feito em 1962 pela bióloga norte-americana Rachel Carson, com a publicação do livro *Silent Spring*. Neste livro, Carson analisava o caso de um organoclorado, o DDT (Dicloro-Difenil-Tricloroetano), desenvolvido durante a segunda guerra mundial para combater mosquitos, posteriormente utilizado como inseticida agrícola. Ela relacionou o seu uso com o desaparecimento de espécies (particularmente pássaros) e com o surgimento de doenças tais como o câncer. Questionava a lógica de utilização em grande escala de produtos sintéticos sobre os quais não se tinham informações suficientes, provocando uma reflexão dos movimentos ambientalistas nascentes sobre a necessidade de construção de mecanismos de regulação pública na área ambiental. Até

então, os movimentos conservacionistas nos Estados Unidos trabalhavam somente com a idéia de criação de "ilhas de preservação da natureza".¹⁵

As crises de abastecimento do petróleo em escala mundial, aliadas à ocorrência de desastres ecológicos de grandes proporções (o derramamento de óleo de grandes cargueiros, a contaminação por mercúrio em Minamata, entre outros) contribuíram para criar desconfianças sobre a sustentabilidade de um sistema baseado no progresso tecnológico, no uso irrestrito dos recursos naturais, e em pesadas políticas de defesa, cujos riscos o uso bélico da energia nuclear tinha deixado evidente.

No final dos anos sessenta, diversos movimentos sociais e políticos se mobilizaram contra esse modelo civilizatório: os estudantes de maio de 1968, o movimento *hippie*, os movimentos de direitos civis nos Estados Unidos, os grupos pacifistas e antienergia nuclear, as feministas. Seus métodos incluíam grandes ações de massa, ocupações, boicotes, assim como organizações de comunidades alternativas, entre outras manifestações de sensibilização da opinião pública e de pressão sobre os governos.

Dentro dos movimentos feministas, esse período correspondeu à sua "segunda onda", na qual se diferenciaram grupos liberais, radicais e socialistas, que, como foi apontado no capítulo anterior, tinham desenvolvido estratégias e prioridades diferentes no enfrentamento das questões de opressão das mulheres e do conjunto das lutas sociais. Alguns setores do feminismo radical – as ecofeministas – se dedicaram especialmente aos problemas ecológicos, preocupando-se com a premência da crise que se avizinhava. Para essas militantes, as causas da crise teriam que ser buscadas nos pressupostos antropocêntricos e androcêntricos que organizavam as sociedades patriarcais, e somente com a sua superação poderia ser construída uma sociedade igualitária e não destruidora (PULEO, 2000, p. 181).

Como aponta esta autora, desde a origem desses movimentos, as ecofeministas levaram em conta os grandes problemas que ameaçavam a sobrevivência na espécie humana no planeta: o crescimento populacional, as novas doenças, o temor a um conflito nuclear em escala mundial, as guerras, a postura utilitarista que orientava as relações dos seres humanos com os animais e o ambiente natural em geral. A preocupação das ecofeministas era mostrar, por um lado, os impactos específicos que esses fenômenos tinham sobre a vida das mulheres; e, por outro, como esses problemas estavam interligados entre si. Elas apontavam que havia *"uma relação clara e profunda entre militarismo,*

¹⁵ Sobre as motivações que levaram Carson a publicar esse inquietante livro e as interpretações do vínculo mulher-natureza no seu trabalho, ver Palmero (2003).

degradação ambiental e sexismo", nas palavras de Petra Kelly, uma das fundadoras do Partido Verde alemão (KELLY, 1997 apud PULEO, 2005, p.125).

Uma das primeiras interfaces entre ecologismo e feminismo foi a discussão sobre o aumento populacional e os direitos reprodutivos das mulheres. Enquanto para uma parte dos ecologistas havia um consenso sobre a necessidade de diminuir as taxas de crescimento da população mundial para se adequar à "capacidade de carga" do planeta, para as ecofeministas, a questão era outra: era necessário modificar as premissas do sistema de produção e consumo, ao mesmo tempo em que se garantisse o direito de escolha das mulheres com relação à procriação.

Limitar o crescimento da população como uma resposta às crises ambientais era uma questão que estava posta em discussão pelo menos desde 1968, com a publicação do livro *The population bomb*, dos cientistas norte-americanos Paul e Anne Ehrlich. Este estudo apresentava uma perspectiva neomalthusiana, relacionando as causas da pobreza no mundo com o número de pessoas existentes e a quantidade de recursos naturais necessária para o seu sustento. Embora admitisse que novas tecnologias pudessem aumentar a produtividade no uso desses recursos, apresentava o controle do crescimento da população como recomendação principal para a crise ambiental e para o combate à pobreza.

Esse discurso foi reforçado pela publicação, em 1972, pelo Clube de Roma, do estudo chamado *Limits to Growth*, no qual se faziam simulações, utilizando programas de computador, sobre as interações entre os sistemas humanos e a capacidade do planeta de sustentá-los, com conclusões igualmente neomalthusianas. Difundiram-se temores sobre uma possível "explosão demográfica", que era materializada em imagens de crescimento desordenado das cidades do terceiro mundo, localizando-se nesses países os principais focos do problema.

O controle da população tinha se tornado então uma questão de segurança internacional. Agências e instituições multilaterais e governos de países hegemônicos ocidentais desenvolveram os "programas de planejamento familiar" – muitos deles impingidos às populações pobres dos países periféricos por meios coercitivos – contando com o apoio de organizações não governamentais ambientalistas conservacionistas, que

acreditavam igualmente que os problemas ambientais eram decorrentes não do modelo de desenvolvimento dos países ricos, mas do excesso de população nos países pobres¹⁶.

Esses argumentos serão denunciados pelas ecofeministas como manipulatórios da opinião pública e maniqueístas. O direito ao acesso a métodos contraceptivos era uma reivindicação das mulheres e dos movimentos feministas, pelo menos, desde o início do século XX, como forma de exercer livremente sua sexualidade sem a obrigatoriedade de terem filhos¹⁷. Porém, da forma como essas políticas estavam sendo implementadas, não atendiam às demandas das mulheres, porque não respeitavam o seu poder de decisão.

No centro desse debate aparecerá, como lembra Alicia Puleo, o primeiro texto em que se defende uma proposta claramente feminista para os problemas ambientais, dando-lhe o nome de "Ecofeminismo". Será o texto *Le Feminisme ou la mort*, da francesa Françoise D'Eaubonne, em 1974 (PULEO, 2004, p. 23; 2005, p. 128)¹⁸. Para D'Eaubonne, o controle da natalidade era só uma parte da equação, sendo a outra o modelo econômico produtivista excludente, dominado pelos homens, que orientava os países industrializados (tanto capitalistas como socialistas) e que estava levando à humanidade ao colapso, numa clara relação entre superpopulação, devastação da natureza e dominação masculina (PULEO, 2004, p. 23).

Para aquela autora, as mulheres eram as maiores interessadas no controle da reprodução, em função do seu próprio bem-estar; e se essa possibilidade estivesse em suas mãos, não haveria problemas de superpopulação. Seria o começo de um caminho não consumista, ecologista e feminista para a sociedade. No entanto, as contradições desse modelo se mostravam exatamente no tocante ao poder de controlar a fecundidade feminina: os homens reconheciam que essa ação era necessária, mas se recusavam a entregar esse

¹⁶ Embora ainda hoje o crescimento populacional seja considerado um problema ecológico relevante, esse argumento tem perdido a força ao longo dos anos. Além da necessidade de considerar os diferentes níveis de consumo entre os seres humanos baseado no seu acesso ao poder, se admite que o crescimento populacional nem sempre afeta negativamente o meio ambiente. Camponeses e pequenos agricultores, por exemplo, quando realizam boas práticas de melhoramento ambiental muitas vezes contribuem para a preservação da biodiversidade, contrabalançando os efeitos do aumento da população (HARTMANN, 2006).

¹⁷ Ver, por exemplo, as discussões propostas por Emma Goldman, Margaret Sander e outras feministas que defendiam a contracepção legal nos Estados Unidos em publicações como a Revista Mother Earth, que circulou entre 1906 e 1917.

¹⁸ Propostas feministas e preocupadas com questões ambientais podem ser encontradas em textos de diversas autoras anteriores ao período aqui estudado. Alicia Puleo lembra que muitas das sufragistas eram vegetarianas, defensoras dos direitos dos animais e contrárias à vivissecção, temas que serão caros ao ecofeminismo (PULEO, 2005:126). Entre elas, uma médica inglesa, Anna Kingsford se destacou por sua dedicação ao estudo da teosofia no final do século XIX (<http://www.anna-kingsford.com>); já no século XX, podem ser encontrados indícios de "ecofeminismo" nos textos da sueca Elin Wägner, uma escritora feminista, pacifista e ecologista, que publicou Alarm Clock em 1941 (ver a esse respeito, LEPPÄNEN, 2003). No entanto, o termo "ecofeminismo" somente será associado aos movimentos organizados na Europa e nos Estados Unidos no final dos anos sessenta, após a publicação do texto de D'Eaubonne.

poder às mulheres (haja vista as proibições ao aborto e a outras demandas de controle das mulheres sobre o próprio corpo).

D'Eaubonne mostrava como as mulheres, ao longo dos séculos, tinham se submetido a métodos perigosos, ou mesmo recorrido a superstições, com esse fim; e que a história, ao contrário, só registrava os conhecidos "mitos da fecundidade", reforçando a ideologia de que havia um desejo profundo e poderoso em toda a mulher de "ser mãe", considerando as que "fugiam" a essa norma como seres egoístas, patológicos ou anormais. Os interesses das mulheres "enquanto sexo" coincidiam, portanto, com os interesses de toda a humanidade; enquanto os interesses individuais dos homens, não (D'EAUBONNE, 1998, p. 42, 49).

D'Eaubonne criticava também o caráter consumista do modelo econômico, que levava ao desperdício de matéria-prima e energia para produção de objetos inúteis, esgotava os recursos e contaminava o planeta. Denunciava ainda o caráter imperialista das políticas de controle da natalidade que estavam em discussão: enquanto o consumo de recursos naturais de uma pessoa de um país desenvolvido era estimado em 25 vezes o consumo de um terceiro-mundista, era justamente sobre esses países que se impunham, e sem passar pela decisão das mulheres, as políticas de "planejamento familiar" (D'EAUBONNE, 1998, p. 35). Essas críticas continuaram a ser levantadas por muitos grupos feministas ao longo dos anos, uma vez que a implantação de políticas de controle da natalidade opressivas sobre as mulheres, e racistas com relação aos países do sul, foi uma realidade na maioria dos países nas décadas de 1980 e seguintes ¹⁹.

Segundo Alicia Puleo (2000, p. 170) foi a publicação do livro *Is female to male as nature is to culture?* da norte-americana Sherry Ortner em 1974, no mesmo ano do livro de D'Eaubonne, que aproximou o feminismo radical da ecologia. Este livro retomará questões já apontadas por Simone de Beauvoir em *O segundo sexo*: o fato de que, de maneira geral, em todas as sociedades as mulheres encontram-se subordinadas aos homens, e que esta situação está relacionada à distinção mantida, nessas sociedades, entre os atributos da natureza e os da cultura.

¹⁹ São conhecidos os casos de esterilização em massa ocorridos na Índia, por exemplo. No Brasil as denúncias de distribuição indiscriminadas de contraceptivos orais às populações pobres remontam à década de 1960, quando atuava no país a Aliança para o Progresso, sob auspícios do governo norte-americano; nos anos 1980, houve inúmeras denúncias sobre cirurgias para esterilização de mulheres realizadas em troca de votos, nos períodos eleitorais, especialmente na região nordeste. Ver a esse respeito também as análises do Committee on Women, Population, & the Environment (CWPE), em: <http://www.cwpe.org>, entre outras. O CWPE é uma organização não governamental com base nos Estados Unidos, fundada em 1991, que assessora movimentos de mulheres sobre os temas do controle populacional, migrações, biotecnologias, pobreza e meio ambiente, da qual fazem parte feministas conhecidas como Betsy Hartmann e Ynestra King.

Considerando natureza e cultura como categorias conceituais e relacionais, Ortner afirmará que a distinção entre ambas estará no fato de que a cultura se estrutura com base no poder de transcendência sobre as condições naturais para transformá-las segundo os propósitos humanos. Assim a cultura não seria apenas distinta da natureza (onde se situariam os atributos da existência natural), mas seria superior a ela em sua capacidade de transformá-la e transcendê-la através da simbologia e da tecnologia, construindo assim os processos de socialização e aculturação.

Nesses processos, as mulheres passam a ser identificadas como estando *mais próximas* da natureza do que da cultura, por conta da sua fisiologia (seu corpo); de seu papel social ligado à maternidade; e por sua estrutura psicológica, dados o seu corpo e o seu papel social. No entanto, as mulheres são reconhecidas como seres humanos, participantes "potenciais" da transcendência, e dotadas de consciência, tendo inclusive a consciência da própria desvalorização. Ao serem as primeiras responsáveis pelos processos de socialização das crianças, por exemplo, e, portanto, não sendo vistas pura e simplesmente como parte da natureza, elas seriam consideradas como *mediadoras* entre a natureza e a cultura; mas isto, de qualquer maneira, lhes emprestaria um *status* inferior. Ortner defendia que, além de ser necessário que as mulheres participassem mais intensamente do mundo público, os seres humanos como um todo, através da cultura, passassem a valorizar mais as atividades reprodutivas das mulheres, atribuindo-lhes outro sentido que não fosse de inferiorização (ORTNER, 1979, p. 102 et seq.)²⁰.

Como veremos a seguir, as primeiras ecofeministas tomarão este texto (e o de Simone de Beauvoir) em outra direção, procederão a um re-exame do dualismo natureza/cultura e mulher/homem, mas não mais reivindicando o pertencimento das mulheres à cultura – que será rechaçada como sendo androcêntrica – e sim, afirmando a superioridade da mulher e da natureza. Será uma tentativa de recuperar a relação mulher-natureza, invertendo os valores que inferiorizavam ambas, sustentando a superioridade da natureza sobre a cultura²¹.

Uma segunda questão que, desde o início, esteve no centro da preocupação das ecofeministas foi a relação entre as mudanças ambientais e seu impacto sobre a saúde das

²⁰ Alicia Puleo lembra que posteriormente os estudos de Ortner foram contestados por não serem universalizáveis, sendo suas observações válidas apenas para certas culturas ocidentais. Em outras culturas, pode existir mesmo uma valorização oposta, da natureza em relação à cultura (PULEO, 2000:171).

²¹ Estes primeiros ecofeminismos receberam várias críticas, por seu caráter "essencialista" (atribuição às mulheres de certas características derivadas do simples fato de terem nascido mulheres); de aceitação acrítica dos dualismos combatidos historicamente pelo feminismo; e de "demonização" dos homens. Essas críticas serão discutidas na terceira seção deste capítulo.

mulheres. Nos Estados Unidos, naquele período, o movimento feminista organizava-se por meio de grupos de reflexão e autoconhecimento; uma parte desses grupos passou a se interessar pelo funcionamento do corpo feminino, e passou a criticar a forma como as mulheres eram enfocadas pelos tratamentos médicos conhecidos (unicamente como seres voltados para a reprodução). Recuperaram práticas tradicionais de saúde que eram usadas historicamente por mulheres, e passaram a criticar a desvalorização dessas práticas pelos sistemas institucionais como parte da postura patriarcal de desvalorizar os conhecimentos das mulheres.

Um dos grupos pioneiros nesse sentido foi o Boston Women's Health Book Collective (Coletivo de Mulheres de Boston), que iniciou suas atividades em 1969, nos Estados Unidos, exatamente como um pequeno grupo de reflexão. Deste grupo surgiu uma publicação em 1970, *Women and Their Bodies* (que posteriormente passou a chamar-se *Our Bodies, Ourselves*), um manual de ginecologia alternativa para as mulheres, que até os dias de hoje é uma referência para os movimentos feministas de todo o mundo no que se refere à saúde das mulheres.

Esta organização vem publicando sistematicamente atualizações daquele primeiro manual e prestando assessoria a grupos de base, na perspectiva de pressionar os serviços públicos de saúde para atender a essas demandas específicas. Seus temas de trabalho são: o conhecimento das mulheres sobre os seus corpos; a denúncia da excessiva "medicalização" das fases da vida de uma mulher (nascimento, menarca, vida reprodutiva, menopausa, envelhecimento); o direito de todos os pacientes a conhecerem as controvérsias sobre os tratamentos propostos; e o resgate de conhecimentos e práticas tradicionais em saúde²².

Uma importante discussão trazida por este Coletivo foi sobre a visão androcêntrica que presidiu a opção massiva por uso de métodos contraceptivos invasivos aos corpos das mulheres e que atendiam aos interesses dos grandes laboratórios, embora se apresentassem inicialmente como uma conquista da revolução sexual. Métodos como o diafragma, mais baratos, seguros para a saúde e sob controle das mulheres, assim como os preservativos, foram preteridos em relação à pílula anticoncepcional e aos dispositivos intra-uterinos, ambos potencialmente mais arriscados para as mulheres por seus efeitos hormonais. Da mesma forma, continuam denunciando sobre o uso indiscriminado de terapias de reposição hormonal para a menopausa, que não têm levado em conta

²² Ver sítio eletrônico: <http://www.ourbodiesourselves.org>.

suficientemente o aumento dos riscos de câncer de mama e de útero, atendendo mais uma vez aos interesses dos laboratórios e não aos da saúde das mulheres (PULEO, 2007, p. 236).

Esse Centro realiza também pesquisas sobre problemas de saúde relacionados com a contaminação ambiental, mostrando, por exemplo, que o acúmulo de substâncias tóxicas provocadoras de síndromes de hipersensibilidade é maior no corpo das mulheres do que nos homens, devido a particularidades hormonais e ao conteúdo de gorduras, entre outros estudos (PULEO, 2005, p. 127)²³.

No contexto deste debate inicial sobre saúde das mulheres e ambiente surgiu uma das obras mais radicais desse período, o livro *Gyn/Ecology: The Metaethics of Radical Feminism* de 1978, de autoria de Mary Daly. Este livro pertence ao chamado feminismo cultural, que como foi comentado no capítulo anterior, se constitui como uma corrente dentro do feminismo da diferença que defenderá a necessidade de criar uma cultura específica de mulheres. Assim como outras obras do período, em particular *Women and nature: the roaring inside her*, de Susan Griffin (1978) e *The Spiral Dance: A Rebirth of the Ancient Religion of the Great Goddess* (1979), de Starhawk, se centrará na discussão sobre a religião. Griffin faz uma prosa poética em que defende a necessidade de conexão das mulheres com uma espiritualidade fundada na sua natureza interior, uma conexão com a “Deusa-Mãe-Terra”; Starhawk propõe a recriação de certas práticas místicas com esse mesmo propósito. Daly, no entanto, se ocupa de desmistificar como as religiões ocidentais justamente se empenharam em destruir esses laços, onde eles existiam. Essas posições constituirão uma das vertentes espiritualistas do ecofeminismo (PULEO, 2003, p. 24).

Mary Daly desenvolveu uma teoria com relação às naturezas diferenciadas do erotismo dos homens e do erotismo das mulheres, na qual relacionava a natureza masculina com a agressividade, a competitividade e a destruição; enquanto a natureza feminina seria fértil, maternal, dedicada ao cuidado da vida. Tecnologias que envenenam o ar, a terra, a água e que servem a propósitos bélicos seriam explicadas pelo "ódio à vida", relacionado, segundo ela, com a incapacidade dos homens de darem à luz. Ecologia e pacifismo, assim como o feminismo, seriam, portanto, temas relacionados com o cuidado e com a maternidade; essas "características femininas" estariam na origem da predisposição das mulheres à preservação da vida e da natureza (PULEO, 2003, p. 25).

Esta autora analisa o simbolismo por meio do qual o patriarcado conseguiu o domínio sobre as mulheres e a natureza, negando os valores das mulheres e obtendo a alienação do coletivo feminino. Todas as formas míticas e religiosas hegemônicas (que incluem as ciências) serão vistas como distintas formas de uma única religião que prevaleceu em todas as partes, o "culto ao patriarcado". A proposta alternativa da *Gyn/Ecology* será então criar um saber holístico que reconheça a relação das mulheres com a natureza, assim como estimule um processo de conhecimento de mulheres sobre elas mesmas, no qual elas sejam sujeitos e não objetos de investigação.

Para Mary Daly, assim como para outras ecofeministas essencialistas, somente uma sociedade feminina tornaria possível a criação de uma consciência ginocêntrica e biofílica (em oposição à "*necrofilia androcêntrica*"), capaz de salvar o planeta. Ao mesmo tempo, os cultos à Deusa significavam um retorno feminista ao panteísmo - reconhecimento do caráter sagrado da natureza, e, portanto, da necessidade de respeitá-la; "uma orgulhosa afirmação de uma identidade coletiva feminina por muito tempo desprezada" (PULEO, 2005, p. 134).

O ecofeminismo ligou-se ao pacifismo também por outras ações de ordem prática, chegando a ter representantes na disputa política institucional. Em 1979, por exemplo, fundava-se na Alemanha o Partido Verde, tendo à frente Petra Kelly, uma ativista pacifista, ecologista e feminista, eleita parlamentar por diversas legislaturas. Esta militante ecofeminista dedicou a sua vida a atividades de mobilização social e de denúncia contra a energia nuclear e o armamentismo, assim como sobre a deterioração do ambiente e as questões das mulheres.

²³ Atualmente existem várias redes de mulheres de âmbito nacional e internacional que realizam pesquisas relacionando a saúde das mulheres com problemas ambientais, semelhantes aos trabalhos pioneiros do Coletivo de Mulheres de Boston (ver, por exemplo, o sítio eletrônico da Rede Feminista Saúde e Direitos Reprodutivos do Brasil, e a partir daí, os vínculos internacionais: <http://www.redesaude.org.br>).

Na década de 1980, assistiu-se na Europa a poderosas manifestações pacifistas e antinucleares, muitas delas organizadas por mulheres, como foi o conhecido caso do acampamento de mulheres em Grenham Common, na Inglaterra, em 1981. Organizado pelo grupo *Women for Life on Earth*, que protestava contra a instalação de mísseis nucleares, este acampamento durou 19 anos. Até conseguirem o fechamento das bases militares, as mulheres foram várias vezes expulsas violentamente do local, processadas e presas. Foi um movimento de resistência baseado nos princípios da não-violência, que chamou a atenção do mundo todo pelo uso de uma simbologia forte: as mulheres teceram redes em volta da base militar, realizaram marchas de vários dias de duração, "abraçaram" as instalações da base, usando a sua condição de mães como apelo para lutar em defesa da vida e da paz.

Outros exemplos de manifestações massivas de mulheres em defesa da natureza vieram dos países do terceiro mundo e ficaram conhecidos por vincularem a resistência das mulheres ao avanço de políticas "desenvolvimentistas" com as denúncias da sua marginalização na implantação das mesmas. Os exemplos mais conhecidos foram os Movimentos *Chipko* na Índia, no início dos anos setenta, e o *Green Belt Moviment*, criado no Quênia em 1977.

O Movimento *Chipko* tornou-se conhecido mundialmente pelo livro *Staying Alive: Women, Ecology and Survival* (título em espanhol: *Abrazar la vida*), de Vandana Shiva (1991). Iniciou-se como um movimento das mulheres camponesas da região do Himalaia, no norte da Índia, que se abraçavam ou atavam-se às árvores para impedir que fossem cortadas por empresas madeireiras. Os bosques haviam sido entregues às empresas privadas pelo Serviço Florestal Estatal, e a economia camponesa dependia deles para a sua sobrevivência. A inspiração das mulheres vinha dos movimentos de resistência não violenta de discípulos de Gandhi, e enquanto faziam vigílias para controlar a movimentação das empresas, realizavam atividades de reflexão sobre a sua vinculação, como mulheres, com o meio natural, a partir dos princípios da cosmologia hindu²⁴. Nesse processo de enfrentamento encontraram resistência nos próprios maridos, que acreditavam nas promessas de desenvolvimento, e valorizavam o "dinheiro vivo" obtido pela venda da madeira e os empregos temporários trazidos pelas empresas.

Após vários anos de trabalhos de conscientização, de manifestações e marchas em várias partes do país, o movimento conseguiu que as empresas madeireiras paralisassem o

²⁴ Na terceira seção deste capítulo serão comentadas as combinações entre o espiritualismo hindu e a análise das condições concretas em que se desenvolveu o Movimento Chipko, feitas por Vandana Shiva no livro citado.

corte de árvores. Desta luta derivaram várias organizações de camponeses, com ampla participação de mulheres, que ainda hoje se mobilizam contra as políticas de desenvolvimento que provocam a deterioração ambiental. Participam de redes globais que denunciam as monoculturas, a destruição das condições de vida de camponeses e pescadores artesanais por empresas transnacionais, os efeitos danosos dos transgênicos para a biodiversidade e lutam pelo direito de preservação de sementes nas mãos de camponeses²⁵.

O *Green Belt Movement*, iniciado em 1977 pela ativista africana Wangari Maathai, também existe até hoje, e é uma organização não governamental que trabalha com grupos de mulheres camponesas em várias regiões da África, basicamente plantando árvores para prevenir a erosão dos solos. Seu trabalho é ao mesmo tempo de conservação ambiental, desenvolvimento comunitário e fortalecimento do protagonismo das mulheres. Em 2004, Maathai recebeu o Premio Nobel da Paz por suas ações em defesa das mulheres e do meio ambiente. O Movimento acompanha milhares de grupos de base, já plantou mais de 40 milhões de árvores (dados de 2008) e tem como meta chegar a plantar um bilhão de árvores até o final desta década. Sua proposta é que, protegendo o ambiente, essas mulheres tornam-se especialistas em gestão sustentável de recursos ambientais como água e os solos, em economias solidárias locais, e em práticas democráticas promotoras da paz²⁶.

Verônica García (1999, p. 17) afirma que as mulheres do terceiro mundo apareceram na discussão política do meio ambiente basicamente de três formas: como *destruidoras* do meio ambiente (visão recorrente entre os que lhes atribuíam uma maior parcela de culpa na explosão demográfica e pelo uso que faziam de recursos como água e lenha); como *vítimas* dos processos de degradação (suportando as contaminações, o desmatamento, os impactos da destruição); ou ainda, como *administradoras privilegiadas dos recursos*, portadoras de "habilidades e conhecimentos especiais", que as colocariam como agentes sociais mais adequados para gerenciar projetos de conservação e desenvolvimento.

²⁵ Ver a esse respeito Shiva (2003) e (2006), onde ela descreve as lutas recentes da agricultura camponesa indiana e as formas de resistência que vêm sendo criadas entre essas organizações (redes de sementes, comercialização e créditos solidários, entre outras).

²⁶ Informações sobre esta organização podem ser obtidas em <http://www.greenbeltmovement.org>.

Estes movimentos de base, assim como outros menos conhecidos ocorridos em diversas regiões da Ásia, da África e da América Latina²⁷ contribuíram para mostrar que as mulheres do terceiro mundo - em particular, as camponesas - não eram necessariamente nem vilãs nem vítimas apáticas da destruição ambiental. Eram também ativistas e militantes com propostas de mudança nos modelos produtivos, construídas a partir de suas condições concretas de sobrevivência. Estas lutas combinavam a defesa do meio natural com a demanda de um protagonismo das mulheres nas decisões sobre o seu território, e contribuíram para enriquecer o conjunto das lutas feministas, mostrando outras faces da opressão das mulheres – decorrentes da forma como as políticas de desenvolvimento as atingiam especificamente – que não estavam na ordem do dia para as mulheres dos países desenvolvidos.

A questão de serem ou não as "salvadoras do planeta", permaneceu ambígua para os próprios movimentos, pois em certos contextos chegou a ser um argumento usado para sensibilizar as autoridades e a opinião pública para o seu reconhecimento enquanto gerenciadoras confiáveis; porém, em outros, foi rechaçado por retirar a responsabilidade dos governos e das empresas pelo modelo econômico e político destruidor, que se utilizava da mão de obra de mulheres pobres para fazer os trabalhos de "recuperação ambiental" (tais como revitalização de áreas degradadas, retirada do lixo de córregos, reciclagem de materiais, etc.)²⁸.

Como veremos a seguir, na década de 1990 a aproximação dos movimentos de mulheres com as lutas ecológicas se dará também em eventos internacionais, como a Conferência Mundial Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ocorreu no Rio de Janeiro, em 1992 (conhecida como Eco-92), e posteriormente a IV Conferência Mundial da Mulher (BEIJING, 1995). Nesses eventos estava em jogo a construção da visibilidade das mulheres enquanto sujeitos políticos, com propostas concretas para influenciar nas mudanças das políticas globais. Foram palcos privilegiados em que os diversos grupos de mulheres de base, urbanas e rurais, integrantes de governos, acadêmicas, tecnocratas do sistema ONU e feministas em geral apresentaram propostas, disputaram espaços, mostraram suas

²⁷ Ver, entre outros, os movimentos de mulheres quebradeiras de coco babaçu, no norte do Brasil; a participação das mulheres nos conflitos dos seringais, no Acre, também no Brasil, em conjunto com o movimento liderado por Chico Mendes; as camponesas e indígenas da América Central, cujo símbolo mais conhecido foi Rigoberta Menchú, de Guatemala, ganhadora do Nobel da Paz em 1992; os movimentos camponeses da Índia e do Paquistão de resistência à construção de grandes barragens (muitos deles liderados por mulheres); todos iniciados em meados dos anos 1980.

²⁸ Val Plumwood, ecofeminista australiana, chamará a atenção para essas posições, criticando os riscos que as mulheres corriam de deixar de ser os "anjos do lar" para se transformarem em "anjos do ecossistema", mantendo a divisão sexual do trabalho e assumindo, altruisticamente, que seu papel fosse o de limpar, consertar, arrumar o que os outros haviam estropeado (PULEO, 2007, p. 246).

divergências e construíram alianças, contribuindo para que as interfaces entre feminismo e ecologia pudessem ser melhor identificadas e reconhecidas.

2.2 MULHERES E ECOLOGIA NAS AGENDAS INTERNACIONAIS

Quando a ONU proclamou a Década da Mulher, em 1975, no México, na Primeira Conferência da Mulher, o tema da relação das mulheres com o meio ambiente apenas começava a esboçar-se nos espaços de negociação internacional. Estava em discussão a forma como as mulheres poderiam ou não incorporar-se às políticas de desenvolvimento. A publicação, em 1970, do texto *Women's Role in Economic Development*, de Ester Boserup, trouxe à tona a questão de que as mulheres tinham ficado à margem dos processos em curso, porque não eram reconhecidas como "agentes econômicos produtivos", e as atividades reprodutivas que sempre desempenharam permaneciam desprezadas. Se essas questões não fossem enfrentadas, com o avanço das políticas "desenvolvimentistas", as mulheres progressivamente perderiam *status* e seriam ainda mais marginalizadas (DEERE; LEÓN, 2002, p. 152).

O raciocínio era que, se elas tinham ficado à margem do desenvolvimento, era preciso integrá-las ao processo, para resolver tanto questões de justiça social como de eficiência econômica no combate à pobreza, já que as mulheres representavam a metade da população. As propostas colocavam ênfase no incremento do papel produtivo das mulheres, apoiando projetos que gerassem renda (mediante capacitação, treinamento, crédito), mas levando em consideração as limitações dadas por seu envolvimento nas atividades domésticas e de cuidado com os filhos. O desenvolvimento – em geral – era pensado então como um processo linear e benigno de crescimento econômico, impulsionado pelo incremento de projetos produtivos geradores de renda.

Nesta época foi criado, no âmbito das Nações Unidas, o Instituto Internacional de Pesquisa e Capacitação para as Mulheres (*INSTRAW*²⁹), dedicado, entre outras atividades, a analisar o papel das mulheres na gestão da água e do saneamento ambiental em países da África, Ásia e América Latina. Uma parte dos movimentos de mulheres lutava então para que se reconhecesse o papel das mulheres na gestão desses recursos, e, portanto, se

²⁹ Em inglês: *United Nations International Research and Training Institute for the Advancement of Women*, criado em 1976, com sede na República Dominicana. Desenvolve pesquisas e atividades de capacitação com o objetivo de melhorar a participação das mulheres nas políticas de desenvolvimento. Suas áreas de trabalho são bastante amplas, com ênfase em metodologias para criação de indicadores de impacto das políticas globais sobre as condições de vida das mulheres (ver <http://www.un-instraw.org>).

desenvolvessem políticas de capacitação para que elas pudessem melhor desempenhar esse papel.

A estas políticas de "integração" das mulheres, contrapunham-se outras posições, que viam vários problemas na aceitação acrítica dos paradigmas de modernização que estavam na base das políticas de desenvolvimento³⁰: em primeiro lugar, porque somente o acesso à educação, a empregos ou a tecnologias modernas não seria suficiente para enfrentar os preconceitos e iniquidades a que as mulheres eram submetidas; em segundo lugar, porque essas posições aceitavam a divisão sexual do trabalho como um dado, sem problematizá-la; e, ainda, porque essas propostas não davam o devido valor para o fato de que as mulheres sempre haviam desempenhado papéis produtivos e reprodutivos ao longo da história; ao não reconhecer isso, essas propostas contribuíam para reforçar uma visão incompleta, desvalorizadora (e, portanto, sexista) do papel das mulheres no desenvolvimento.

Na Terceira Conferência da Mulher, em Nairóbi, em 1985, já era evidente a desconfiança com relação ao enfoque "integrar as mulheres no desenvolvimento", cujos resultados concretos haviam sido poucos: os projetos para mulheres contavam com recursos escassos, geravam rendas pequenas e marginais; provocavam o aumento da carga de trabalho das mulheres; e reforçavam funções de gênero estereotipadas (com atividades que eram meras extensões do papel de esposas e mães), entre outros problemas. Estas questões eram trazidas principalmente pelas organizações de mulheres e movimentos feministas que participavam do Fórum Paralelo (espaço de participação da sociedade civil nesse tipo de conferência), porém, exercendo também influência nas discussões oficiais, formadas por representantes dos governos.

Destacaram-se no Fórum Paralelo as posições da organização *Development Alternatives with Women for a New Era (DAWN)*, que promoveu painéis e debates mostrando, entre outros temas prementes, o impacto sobre as mulheres das crises causadas pela dívida externa e pelas estratégias de ajuste estrutural (de diminuição do Estado e dos recursos para políticas de bem-estar social, que tinham efeitos devastadores sobre os pobres em todo o Terceiro Mundo); as diferentes formas como se manifestava a violência contra a mulher; os problemas ligados aos direitos reprodutivos; os vínculos das mulheres com as políticas ambientais; e a necessidade de "empoderar" a mulher, no sentido de ter voz ativa na definição de políticas e acesso aos espaços de decisão (DEERE; LEÓN, 2002, p. 157).

Estas autoras lembram que foi a forte presença de movimentos de mulheres camponesas da Ásia e da América Latina e de organizações ecofeministas nos espaços de preparação e durante a Conferência de Nairóbi, que influenciou para que surgisse, no âmbito da conferência oficial, um novo enfoque crítico às questões do desenvolvimento e da sustentabilidade (DEERE; LEÓN, 2002, p. 159). Realizou-se durante a Conferência, em Nairóbi, uma reunião global e independente sobre "Mulheres e a Crise Ambiental", e, posteriormente, em 1987, se estabeleceu no âmbito da ONU um Grupo de Trabalho "Mulheres para o Desenvolvimento Sustentável" (RAMÍREZ, 1999, p. 180). Do ponto de vista da ONU, o importante era enfatizar o papel central das mulheres no gerenciamento dos recursos naturais. Porém, para as ecofeministas, não se tratava simplesmente de integrar as mulheres a um desenvolvimento qualquer, e sim, de discutir um novo modelo, que levasse em consideração as propostas dos movimentos de mulheres.

No sistema ONU, esse novo enfoque passou a se chamar "Mulher, Ambiente e Desenvolvimento", ou ainda "Gênero, Ambiente e Desenvolvimento". Como lembram Carmen Deere e Magdalena León, do ponto de vista dos movimentos de mulheres, a mudança para "gênero" foi inicialmente considerada um avanço, porque permitia colocar em questão o conjunto de valores, comportamentos, atitudes que estavam por trás da desvalorização do trabalho das mulheres tanto nas atividades produtivas quanto reprodutivas. Tratava-se, portanto, de discutir as relações de poder historicamente construídas e que tinham marginalizado as mulheres dos espaços de decisão.

Cabe aqui lembrar que o termo "relações de gênero" foi amplamente difundido entre os movimentos de mulheres em todo o mundo na década de 1980, usado exatamente no sentido de marcar a necessidade de questionar as relações de poder entre os homens e mulheres, e não tomar as diferenças entre os sexos como dados empíricos e imutáveis. Esse conceito havia sido retomado por Joan Scott, uma historiadora norte-americana, a partir de uma crítica à noção do determinismo biológico na estruturação das relações entre as mulheres e os homens, e destacando o caráter relacional das definições de masculino e feminino. Seu texto mais conhecido *Gender: a useful category of historical analysis* foi publicado inicialmente em 1986, em uma revista acadêmica de historiadores, e teve enorme

³⁰ Ver, por exemplo, os textos de Lourdes Benería e Gita Sen, citadas por Carmen Deere e Magdalena León como porta-vozes dessas posições (DEERE; LEÓN, 2002, p. 154).

impacto em todo o mundo, inclusive no Brasil, onde passou a ser divulgado por várias entidades feministas³¹.

Do ponto de vista da tecnocracia internacional e dos governos, no entanto, o que contava eram outros argumentos: era mais fácil aceitarem uma linguagem que falava em "gênero" ao invés de "mulheres", porque incluía também os homens. Para muitos governos comprometidos com as estratégias de ajuste estrutural, foi igualmente funcional estimular a participação das mulheres em projetos comunitários, de pequenos empreendimentos, como políticas compensatórias, em um contexto de diminuição dos recursos para investimentos e para políticas de bem-estar social; era uma forma de apropriar-se da linguagem de gênero, porém, despindo-a de seu potencial transformador (DEERE; LEÓN, 2002, p. 159).

Será em 1992, na Conferência do Rio de Janeiro, que as imbricações entre os temas ecológicos e os movimentos de mulheres aparecerão em uma perspectiva mais complexa. Algumas redes de movimentos de mulheres que haviam se articulado em Nairóbi permaneceram organizadas, e vieram para o Rio com propostas, fazendo pressão sobre a Conferência oficial (DEERE; LEÓN, 2002, p. 159). O espaço de articulação dessas propostas foi o Planeta Fêmea, dentro do Fórum Global; um território específico para discussão das questões das mulheres.

O Planeta Fêmea foi organizado por um comitê internacional formado em 1990 em Nova Iorque, com o apoio da *Women's Environment and Development Organization - WEDO*; em 1991, como preparação para a Eco-92, foi realizado em Miami um Congresso Mundial de Mulheres por um Planeta Saudável, com a presença de 1500 mulheres de várias partes do mundo. Neste Congresso discutiu-se pela primeira vez a criação de uma Agenda 21 de Ação para as Mulheres, e foi ali que se consolidou a proposta de organização das atividades que seriam realizadas na conferência do Rio (CORRAL, 1993, p. 16).

O Planeta Fêmea conseguiu ser um ponto de encontro de feministas de diversos matizes, do norte e do sul, ecologistas, ambientalistas, grupos de base, acadêmicas, militantes políticas, e realizou eventos praticamente sobre todos os temas que estavam em

³¹ O texto de Joan Scott é considerado um clássico na discussão sobre gênero e muitas organizações não-governamentais brasileiras o utilizaram como material pedagógico, em cursos de formação sobre gênero para homens e mulheres. Sua principal contribuição foi estabelecer que gênero deveria ser utilizado como um conceito analítico e não apenas descritivo (como fazia, por exemplo, a antropologia). Ademais, Scott definia gênero como sendo uma das bases das relações de poder (assim como a raça e a classe); e mostrava que essas relações se estruturavam por meio de símbolos e representações culturais; de normas e doutrinas; por meio de instituições e organizações sociais; assim como de identidades subjetivas, sendo estas esferas relativamente independentes umas das outras (SCOTT, 1990, p. 18).

discussão na conferência oficial³². Suas atividades chegaram a contar com a presença de cinco mil pessoas diariamente, em debates, feiras, exposições, cerimônias de conagração, danças, rituais. Dos debates ali realizados resultaram documentos com propostas específicas sobre População e Meio Ambiente, Consumo e Estilo de Vida, e Educação Ambiental, além de uma proposta de um Pacto Global das Mulheres por um Planeta Justo e Saudável.

As mulheres presentes nesses eventos defendiam "um olhar feminino sobre o mundo", faziam críticas ao consumo predatório dos países do Norte, que agravava a pobreza no Sul, e ressaltavam a importância das ações locais para a recuperação do meio ambiente. Além disso, tratavam das relações entre saúde e degradação ambiental, defendiam os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, e denunciavam que as conseqüências da crise ambiental recaíam sobre aquelas mais pobres, sem poder de voz ou de intervenção sobre o andamento dos processos, marginalizadas dos espaços de decisão (SILIPRANDI, 2000a, p. 62).

Várias questões trazidas pelo ecofeminismo ganharam dimensão política, tais como: resgate dos valores da maternidade, da identificação das mulheres com as atividades de cuidado, inclusão de outros tipos de "externalidades" aos cálculos econômicos, denúncias sobre as políticas armamentistas. O ecofeminismo ganhou a cena também porque reivindicava, mais do que um posicionamento racional, um envolvimento afetivo, emocional, com os temas tratados. Apelava para a identificação das mulheres, enquanto mães (potencialmente "criadoras de vida") com a Mãe Terra, o que lhes dava legitimidade para, junto com outros grupos sociais considerados defensores da natureza (indígenas, populações tradicionais) ser as "melhores" portadoras de um projeto não destruidor do planeta. No entanto, os documentos elaborados no Planeta Fêmea também davam conta das questões de classe (quem usava os recursos e quem poluía; e quem sofria e quem se beneficiava com a devastação ambiental), em uma perspectiva de eco-justiça; e da necessidade de reconhecimento e respeito à pluralidade e à diversidade racial e étnica.

³² Sob o eixo temático Diversidade e Solidariedade, promoveram-se discussões sobre biotecnologias, biodiversidade, saúde da mulher, dívida externa, ajuste estrutural, desenvolvimento e políticas públicas, ética e responsabilidade, religião, educação, militarismo, refugiados políticos, ciência e tecnologia, acesso à informação, consumo, reforma agrária, e formação de redes (CORRAL; OLIVEIRA, 1993).

Pode-se afirmar que a Eco-92, e em particular, o Planeta Fêmea, foi o espaço onde as mulheres apareceram mais fortemente na cena pública internacional, reivindicando um lugar privilegiado na discussão das questões ambientais. Se comparados com as conferências anteriores, onde as mulheres eram apenas citadas, os resultados oficiais da Eco-92 foram, sem dúvida, relevantes para as mulheres, muito além de uma perspectiva de simples administração dos recursos (DEERE; LEÓN, 2002, p. 151-155). Em pelo menos dois dos principais documentos que foram assinados durante a Conferência oficial (a Declaração do Rio e a Agenda 21)³³, as mulheres ocuparam um lugar de destaque, com um grau de análise e de explicitação de propostas inéditos até então.

Na Declaração do Rio, seu princípio 20 afirma que "*as mulheres desempenham um papel fundamental na ordenação do meio ambiente e no desenvolvimento. Portanto, é imprescindível contar com a sua plena participação para obter o desenvolvimento sustentável*". O capítulo 24 da Agenda 21 – *Medidas mundiais em favor da mulher para conseguir um desenvolvimento sustentável e eqüitativo* – foi inteiramente dedicado à questão das mulheres; e obtiveram-se referências explícitas com relação às mulheres também em outros capítulos, notadamente naqueles referentes a saúde, alimentação, consumo, água, entre outros.

O objetivo geral do capítulo 24 poderia ser expresso como "melhorar a participação das mulheres na tomada de decisões, tendo em vista a necessidade da sua participação na ordenação dos ecossistemas e na luta contra a degradação ambiental". Para isso, seria necessário: eliminar os obstáculos que impediam a sua participação, tais como o acesso a educação, capacitação, informação, serviços, recursos (terra, crédito, direitos de propriedade, insumos agrícolas); reconhecimento dos seus direitos reprodutivos e sexuais; e eliminação da violência contra as mulheres. Além disso, explicitavam-se uma série de medidas que os governos deveriam desenvolver para garantir o cumprimento dessas metas³⁴.

³³ Os demais documentos resultantes da Eco-92 foram a Convenção Quadro sobre as Mudanças Climáticas – que deu origem posteriormente ao Protocolo de Kyoto – e a Convenção sobre a Diversidade Biológica.

³⁴ Exemplos de medidas: promover e aumentar a participação das mulheres em todas as políticas, programas e projetos que envolvessem a gestão ambiental; enfrentar o analfabetismo das mulheres como condição para melhorar a sua participação; enfrentar a questão do trabalho doméstico e oferecer mais infra-estrutura para o cuidado dos filhos; garantir o acesso a políticas públicas de crédito, água, terra, emprego, equidade de renda; garantir o acesso de homens e mulheres a métodos contraceptivos e a políticas de planejamento familiar não coercitivas; eliminar todas as formas de discriminação e promover a igualdade entre homens e mulheres; promover mudanças nos padrões que estigmatizassem a imagem da mulher, assim como padrões de consumo depredadores; e valorizar o trabalho não remunerado das mulheres nas contas nacionais, reforçando a sua contribuição à economia (RAMÍREZ, 1999, p. 182).

Os resultados oficiais, apesar de terem o caráter de declarações de intenções dos governos e das instituições multilaterais, tinham uma enorme importância no nível simbólico, pois passavam a servir como referência para o conjunto dos movimentos sociais (e, em particular, dos movimentos de mulheres), para pressionar os seus próprios países na implementação de políticas. No caso das mulheres, o principal avanço foi o reconhecimento da legitimidade da sua participação ativa, não apenas na condição de "afetadas" pela devastação ambiental, mas como sujeitos políticos, portadoras de propostas próprias.

As avaliações que se fizeram posteriormente sobre os impactos dos acordos que foram firmados na Eco-92, no entanto, mostraram que tinha havido muito otimismo por parte de todos, movimentos ambientalistas e feministas. O sistema de regulação internacional que se esperava que fosse construído não obteve a legitimidade necessária para se contrapor ao avanço da globalização econômica e da hegemonia do mercado sobre as políticas ambientais, e os problemas ali discutidos continuaram sem solução, além de outros terem surgido ou terem se agravado³⁵.

Após a Eco-92, as relações entre as mulheres e o meio ambiente voltarão a ser discutidas em nível internacional na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Beijing, em 1995, que fechava o ciclo de conferências sobre a mulher, iniciado no México. A de Beijing realizou-se na seqüência de duas outras Conferências da ONU importantes para as mulheres, nas quais se havia avançado significativamente na garantia e no reconhecimento dos seus direitos: a explicitação das questões das mulheres dentro do conjunto dos direitos humanos; e a reafirmação de que políticas de população não poderiam ferir as suas conquistas em termos sexuais e reprodutivos³⁶ (SOARES, 1995).

A Conferência de Beijing também teve uma preparação de dois anos, contando com a participação massiva de movimentos sociais, de grupos de mulheres de base e organizações feministas³⁷. O tema geral, como nas conferências anteriores, era "Igualdade, Desenvolvimento e Paz", e foi subdividido em 11 subtemas: pobreza, educação, saúde,

³⁵ A avaliação feita em Joanesburgo, na Cúpula da Terra, dez anos depois da Eco-92, foi extremamente desfavorável: apesar da importância da Eco-92 na criação de um grande consenso mundial acerca da crise ambiental, os acordos ou não tinham sido cumpridos, ou haviam sido bastante descaracterizados; e levaram muito tempo para serem operacionalizados. Ver a esse respeito, por exemplo, Santos (2002); Quintas (2003).

³⁶ Respectivamente, a Conferência sobre Direitos Humanos (Viena, 1993) e a Conferência sobre Desenvolvimento e População (Cairo, 1994).

³⁷ No caso da América Latina e Caribe, foram realizados dois encontros (Mar del Plata, 1994 e Santiago do Chile, 1995) onde foram discutidas avaliações das ações transcorridas desde Nairóbi, e apresentadas novas propostas. No Brasil, formou-se uma Articulação Nacional de Mulheres rumo a Beijing, formada por organizações não governamentais, movimentos sindicais, pastorais e outras representações de movimentos de mulheres e feministas; sobre os processos de preparação dos movimentos feministas brasileiros e latino-americanos, consultar Soares (1995), Vargas (1995), Oliveira (1995) e Saffioti (1995).

violência, conflitos armados, economia, poder, mecanismos de empoderamento, direitos humanos, comunicação, e ambiente. A ênfase principal foi sobre os direitos reprodutivos e sexuais; no entanto, como afirmam Deere e Leon, "a conferência oficial concedeu mais atenção a questões indígenas e da mulher rural do que jamais se concedera em conferências internacionais de mulheres" (DEERE; LEÓN, 2002, p. 160), sendo reflexo das mobilizações e das articulações que vinham se realizando desde os anos anteriores.

As questões da participação das mulheres na definição das políticas ambientais e de desenvolvimento foram discutidas com ênfase na garantia da autonomia econômica das mulheres, principalmente em termos de seu acesso e controle sobre o conjunto dos recursos produtivos. Havia um reconhecimento de que não se valorizava suficientemente a contribuição das mulheres no manejo dos recursos naturais, e da necessidade de aumentar a sua participação e o resgate de seus conhecimentos na preservação do meio ambiente.

O resultado oficial sobre esse tema está apresentado na Plataforma de Ação de Beijing em seu capítulo IV, seção K, em três grandes linhas: envolver as mulheres ativamente em todas as decisões referentes a questões ambientais; integrar perspectivas e preocupações de gênero em todas as políticas para o desenvolvimento sustentável; e reforçar ou estabelecer mecanismos (caso não existam), em nível internacional, regional e nos países, para avaliar o impacto de políticas ambientais e de desenvolvimento sobre as mulheres. Essas três grandes linhas foram desdobradas em ações específicas recomendadas aos países, que estão resumidas a seguir:

- a) assegurar oportunidades às mulheres (inclusive às indígenas) de poder influenciar em todas as decisões que digam respeito ao meio ambiente, tendo acesso à informação, educação, ciência e tecnologia, etc.;
- b) adotar medidas adequadas para reduzir os riscos para as mulheres resultantes de perigos ambientais identificados no ambiente doméstico, no trabalho, e em outros ambientes;
- c) integrar uma perspectiva de gênero no desenho, na gestão, execução e avaliação de programas relativos ao uso de recursos, técnicas de produção e desenvolvimento de infra-estrutura, ecologicamente racionais e sustentáveis;
- d) adotar medidas que reconheçam o papel social das mulheres como produtoras e consumidoras. Facilitar o acesso de agricultoras, pescadoras, e pastoras aos serviços de comercialização e a tecnologias ecologicamente racionais (incluindo a questão da conservação da biodiversidade);

- e) estimular a participação das mulheres em todas as atividades de conservação dos recursos, de educação ambiental, etc.;
- f) propiciar a coordenação entre as instituições de mulheres e de meio ambiente; incluir a perspectiva de gênero nos programas ambientais e nos assentamentos humanos sustentáveis;
- g) reconhecer os conhecimentos indígenas, especificamente os das mulheres, no uso sustentável dos recursos;
- h) realizar estudos para avaliar os impactos ambientais, especificamente quanto à saúde das mulheres (RAMÍREZ, 1999, p. 184).

Tal como em outras conferências, essas recomendações dependeriam das relações de força que se estabelecessem entre movimentos sociais, governos e instituições financiadoras, para garantir a sua transformação em políticas concretas. Mesmo assim, a avaliação dos resultados por parte dos movimentos de mulheres foi positiva, e os documentos produzidos em Beijing são utilizados até hoje como referência para exigir que sejam reconhecidos os interesses e os aportes das mulheres na definição de políticas ambientais.

Em 1996 ocorreu em Roma a Conferência Mundial da Alimentação, de cuja conferência paralela as mulheres participaram novamente de forma organizada. A *WEDO* apresentou um documento, chamado de *Apelo de Leipzig* (atribuído à Vandana Shiva e Maria Mies) em que se criticavam as incoerências da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) em suas propostas de enfrentar o problema da fome pela via do mercado, cedendo à chantagem das grandes multinacionais. A posição da *WEDO* era de que o domínio das grandes empresas agroalimentares sobre as políticas dos países agravaria a deterioração ambiental que já estava ocorrendo – particularmente no meio rural – cujas conseqüências cairiam com maior força sobre as mulheres dos países pobres (SILIPRANDI, 2000a, p. 67).

O documento oficial da Cúpula da Alimentação de 1996 menciona, no décimo terceiro parágrafo (de um total de 35), a necessidade de melhorar o acesso aos recursos produtivos (alimentos, terra, água, crédito e tecnologia) a “homens e mulheres”, e reconhece como um desafio “a garantia da igualdade de gênero e o pleno exercício dos direitos das mulheres”. Aborda, ainda, a necessidade de se adotarem medidas para garantir a valorização do trabalho da mulher, com o objetivo de aumentar sua segurança econômica e seu acesso e controle sobre os bens e serviços disponíveis na sociedade (SILIPRANDI, 2003, p. 81). Embora a FAO, após 1996, tenha progressivamente adotado o enfoque de gênero em seus

Planos de Ação (MARTÍNEZ, 2004, p. 88) sua política geral permaneceu por muito tempo dando pouca importância para a participação das mulheres. Esse assunto somente voltará com força às pautas da FAO em 2006, na Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural³⁸ que ocorreu em Porto Alegre, Brasil, quando as mulheres exigiram um espaço específico para discussão das suas questões.

A Conferência de Joanesburgo, ocorrida em 2002, como avaliação dos dez anos da Eco-92, chegou a ser chamada por alguns movimentos de "Rio menos 10" (ao invés de "Rio + 10"), pelos retrocessos nos acordos sobre metas, prazos, recursos, e pelas declarações "mornas" que foram emitidas (QUINTAS, 2003, p. 1). No que se refere às mulheres, a mesma *WEDO*, que tinha estado à frente do processo de organização do Planeta Fêmea, no Rio, em 1992, e da participação das mulheres em Roma em 1996, chegou a promover cinco conferências regionais preparatórias e a apresentar um documento para discussão: "Agenda de Ação das Mulheres por um Planeta Saudável, 2002". No Fórum Paralelo foi elaborado o documento "Agenda de Ação das mulheres: em direção a um planeta saudável e pacífico- 2015", em que se salientava a necessidade de uma cultura de paz como elemento imprescindível para o desenvolvimento sustentável. Porém o resultado final da conferência não mostrou novidades, reafirmando o que havia sido acordado nas conferências anteriores e acrescentando o conceito de gênero em todas as epígrafes da declaração final, sem avanços conceituais ou operativos (MARTÍNEZ, 2004, p. 87).

Depois de Beijing, as conferências internacionais da ONU foram perdendo importância entre os movimentos sociais como fóruns de discussão e proposição de alternativas, e o seu esvaziamento foi bastante perceptível. Um outro espaço internacional de articulação política começou a ser construído no final dos anos 1990, a partir dos protestos antiglobalização paralelos às reuniões da Organização Mundial do Comércio, do Banco Mundial e do G-7, que deram origem aos Fóruns Sociais Mundiais, já comentados no capítulo anterior.

Com o lema "Um outro mundo é possível", os Fóruns aconteceram inicialmente em Porto Alegre, no Brasil, a partir de janeiro de 2001, como um evento paralelo ao Fórum Econômico Mundial, que ocorre anualmente em Davos, na Suíça, e reúne empresários, banqueiros e representantes da elite financeira mundial³⁹. A estrutura dos Fóruns Sociais Mundiais consiste em uma série de grandes conferências, promovidas pela Coordenação

³⁸ Em inglês: International Conference on Agrarian Reform and Rural Development (ICARRD).

³⁹ Edições do Fórum Social Mundial: 2001, 2002, 2003 e 2005, em Porto Alegre, Brasil; em 2004, Mumbai, Índia; em 2006, em Bamaki (Mali), Caracas (Venezuela) e Karachi (Paquistão); em 2007, Nairóbi, Quênia; em 2008, ações descentralizadas; em 2009, em Belém (Brasil). Para informações sobre os temas, número de participantes, eventos realizados e avaliações, consultar: <http://www.forumsocialmundial.org.br>.

Internacional, e um conjunto grande de iniciativas dos movimentos sociais e da chamada sociedade civil (principalmente organizações não-governamentais), tais como workshops, trocas de experiências, cursos, cujo foco principal é o estímulo à formação de redes temáticas e articulações horizontais. Paralelamente, ocorrem as assembléias dos movimentos sociais, que são os momentos políticos propriamente ditos – mesmo que os Fóruns não se proponham a estabelecer nenhuma bandeira política unitária, ou programa de ação nos moldes dos partidos políticos tradicionais.

Os movimentos feministas, em suas distintas redes e articulações, têm estado presentes nos Fóruns Sociais Mundiais com as suas bandeiras históricas – autonomia econômica das mulheres, direitos reprodutivos e sexuais, igualdade real, pobreza, violência sexista, acesso aos espaços de poder – assim como trazendo novas reflexões sobre os efeitos da globalização sobre as condições de vida das mulheres. Ganharam especial relevância os movimentos de mulheres agricultoras do terceiro mundo – camponesas e indígenas – envolvidas em conflitos pelo acesso aos recursos produtivos ameaçados pelo avanço de grandes empresas agroalimentares, especialmente de sementes, e em lutas por soberania alimentar; assim como os movimentos contra a mercantilização do corpo da mulher em suas várias acepções, levantando questões como os estereótipos da mulher-objeto cotidianamente veiculados pelos meios de comunicação, até o recrudescimento da violência de gênero, o tráfico de mulheres e a prostituição internacional.

2.3 OS ECOFEMINISMOS EM DISCUSSÃO

Como foi mostrado até aqui, o ecofeminismo vem se constituindo desde a década de 1970, a partir de um conjunto de posições teóricas e de experiências práticas dentro dos movimentos de mulheres que compartilham o reconhecimento da necessidade de re-interpretação das relações da humanidade com o meio natural, reivindicando que as ações humanas se dêem em uma perspectiva não-sexista e de respeito e valorização a todos os seres existentes. Este conjunto de posições não é homogêneo, e tem recebido críticas tanto dos movimentos ecologistas como de dentro do feminismo; no entanto, reflexões feitas a partir de sua prática política por vários autores e autoras contemporâneos têm mostrado que esses aportes podem ser bastante inovadores, ajudando a estabelecer novas bases para articulações entre o feminismo e outras lutas sociais emancipatórias (anti-racistas, ambientalistas e ecologistas, antiglobalização, entre outras).

Alicia Puleo (2005, p. 125-127) resgata algumas das contribuições que os primeiros ecofeminismos, chamados de "clássicos", trouxeram para o entendimento das relações estabelecidas entre a dominação das mulheres e da natureza sob o patriarcado:

- a) denunciaram o *androcentrismo* da ciência e da história, resgatando, por um lado, a contribuição das mulheres para o desenvolvimento das sociedades e as formas como se deu a sua exclusão do conhecimento formal e dos espaços de legitimação da ordem social, constituídos pelos discursos científicos, religiosos, jurídicos, filosóficos; e, por outro, mostrando que essa exclusão se deu paralelamente ao desprezo a conhecimentos holísticos (considerados como "não-científicos") que viam a humanidade como parte do meio natural, em igualdade de condições com outros seres⁴⁰;
- b) denunciaram que essa postura reducionista da ciência e da tecnologia tinha como consequência o seu uso irresponsável, que colocava em risco não só a saúde humana, mas a própria sobrevivência da humanidade e do planeta;
- c) mostraram que a *postura de dominação* e os códigos de conduta que levavam à violência dos seres humanos sobre os animais eram semelhantes àqueles que justificavam a opressão das mulheres, assim como a opressão de outras etnias e raças que não o homem branco ocidental; ou seja, vincularam o marco opressivo androcêntrico (a "superioridade" masculina como justificativa para a opressão)⁴¹ ao antropocentrismo, ao etnocentrismo e ao "especismo" (preconceito de que somente a espécie humana tem valor por si mesma, e as demais só o têm em função de sua utilidade para os humanos);
- d) desvendaram o quanto esta ideologia estava marcada pelo paradigma do homem como "amo e guerreiro", que faz do militarismo a expressão da virilidade, levando freqüentemente a humanidade à guerra como forma privilegiada de resoluções de conflitos;

⁴⁰ Ver, em especial, as obras de Carolyn Merchant (1980) e de Evelyn Fox Keller (1985).

⁴¹ Para Karen Warren, por exemplo, a dominação da natureza e das mulheres é explicada e justificada pela existência de um "marco opressivo patriarcal", uma série de conceitos interligados, caracterizados pela seguinte lógica: dada a existência de um dualismo *exclusivista* (homens diferentes de mulheres; homens = razão, mente / mulheres=corpo, natureza) e *hierarquizador* (homens e razão superiores/ mulheres e natureza inferiores), o "superior" está justificado para oprimir ou subjugar o "inferior". Esse marco opressivo justificaria de forma semelhante a opressão de seres não-humanos – assim como de todas as outras raças e etnias consideradas inferiores aos homens brancos ocidentais (WARREN, 1998, p. 121).

- e) chamaram a atenção para a semelhança entre o não reconhecimento das atividades reprodutivas realizadas pelas mulheres (também discutido na Economia Feminista⁴²) e a exploração irresponsável dos "recursos naturais", postura que considerava tanto a natureza como a mão-de-obra feminina como fontes inesgotáveis de riquezas à disposição dos homens; ambos os tipos de exploração (sobre as mulheres e sobre a natureza não-humana) foram sistematicamente ignorados nos cálculos de racionalidade admitidos pela economia ocidental hegemônica;
- f) mostraram ainda que as mulheres pobres do terceiro mundo, dadas as suas condições de responsáveis pela manutenção do núcleo doméstico, eram as primeiras vítimas das políticas da degradação ambiental promovida pela globalização neoliberal (pelo desmatamento, pela poluição das águas e do solo, pelo uso da terra para cultivos de exportação, etc.), mas que eram capazes de resistir a esse modelo, transcendendo aos papéis de gênero tradicionais;
- g) tiveram também o mérito de mostrar que uma perspectiva feminista sobre os seres humanos e sobre a natureza implicaria uma mudança de atitude, exigindo que a humanidade deixasse de ter uma percepção "arrogante", e passasse a ter a uma percepção "afetiva" do mundo (WARREN, 1998, p. 134). Essa mudança significaria respeito à diversidade, sem hierarquias, como uma postura ética por parte dos humanos, para cuidar do mundo não-humano.

As maiores críticas feitas a esse ecofeminismo foram com relação ao seu caráter "essencialista", por defender que *todas as mulheres* seriam portadoras de certas características, genericamente chamadas de "feminilidade" (propensão ao cuidado, afetividade, docilidade, não-agressividade), dadas pelo potencial de seus corpos de se tornarem mães. Essas características, em última instância, biológicas, aproximá-las-iam da natureza e as tornariam mais cuidadosas com a manutenção de todas as formas de vida, e, por conseqüência, também do meio natural. O essencialismo foi (e é) criticado em dois sentidos: primeiro, porque uniformiza todos os possíveis comportamentos humanos, masculinos e femininos, definindo-os previamente, de forma a-histórica; e, em segundo lugar, porque, ao aceitar a existência e valorizar as características ditas "femininas", reforça justamente o que a cultura ocidental sempre utilizou como base para a opressão das

⁴² Ver por exemplo, o trabalho de Mary Mellor (2000) e suas interfaces com a discussão sobre a invisibilidade do trabalho das mulheres (especialmente o trabalho doméstico) em autoras como Cristina Carrasco, Lourdes Benería, Nancy Folbre, entre outras.

mulheres e sua segregação ao mundo privado. Seria como se as mulheres aceitassem “livremente” o lugar subalterno que lhes foi designado pelo patriarcado e passassem, ao invés de denunciar o seu caráter injusto, a se orgulhar dele⁴³.

Uma outra crítica importante foi feita por Ynestra King sobre a manutenção dos raciocínios dualistas por parte das ecofeministas. Para esta autora, embora as metas do feminismo, da ecologia, dos movimentos anti-racistas e dos indígenas estivessem relacionadas – no sentido da necessidade de superação do que ela chamava de “*sistema do ódio a tudo aquilo que é natural e feminino na sociedade ocidental*”, o ecofeminismo só seria inovador se conseguisse superar a separação existente nos modos de pensar a cultura e a natureza (KING, 1998, p.:64). Questionava a manutenção dessa lógica tanto naquelas posições que defendiam que o problema estava na exclusão das mulheres do mundo da cultura, repudiando qualquer aproximação das mulheres à natureza (feministas liberais e uma parte das radicais racionalistas); como naquelas que defendiam a identificação total entre mulher e natureza e a manutenção de um gueto feminino separado, onde se criasse uma cultura feminina, a priori identificada com o “bem”.

Esta autora também apontava para a questão de que não existia uma mulher “única”, mas diferentes sujeitos, que viviam diferentes opressões, e, portanto, que a “*irmandade de gênero*” não resolveria o problema das “*lealdades multidimensionais*” que mobilizavam esses diferentes sujeitos (por exemplo, com relação à sua raça, ao seu grupo étnico, etc.), uma vez que essas diferenças também produziam diferentes modos de interpretação das relações da humanidade com a natureza.

Para Ynestra King, o reconhecimento de que o patriarcado tinha relegado as mulheres à ordem da natureza (o que impunha a necessidade de “resgatá-las” desse gueto) não implicava que as atividades e as vivências realizadas pelas mulheres no âmbito da reprodução e da subsistência devessem ser menosprezadas; ou que os demais aspectos dessa relação (sensibilidades desenvolvidas, conhecimentos adquiridos) devessem ser ignorados. Caberia ao ecofeminismo advogar por uma postura de *reconciliação* da humanidade como integrante da natureza, reconhecendo que todos eram formados por sentimento e razão, que todos eram parte da natureza e da cultura, mas que, ainda assim, a natureza requereria um cuidado por parte dos seres humanos para além do seu mero papel de “recurso” econômico.

⁴³ Célia Amorós se refere a esta posição como sendo de um extremo conformismo, uma solução “estóica” de “decidir” ser livre dentro da prisão (PULEO, 2000, p. 169).

Fortes críticas foram dirigidas igualmente ao ecofeminismo espiritualista, derivado do feminismo cultural, por seu caráter separatista com relação aos homens. Algumas autoras valorizam, no entanto, o potencial ideológico do seu questionamento ao androcentrismo das religiões dominantes, especialmente as monoteístas. O espiritualismo ecofeminista resgatou, com propriedade, as origens do patriarcado no momento em que ocorre a passagem da crença nos deuses “deste mundo” para deuses (ou um “Deus”) situado fora do mundo terreno, e, portanto, fora da natureza (ECKERSLEY, 1992, p. 66). As ecofeministas desta corrente questionaram (de forma semelhante a outros ecologistas) os valores judaico-cristãos que estavam na base do relacionamento das culturas ocidentais com o meio natural (a idéia de que o mundo foi criado para ser dominado pelos seres humanos); e buscaram uma re-ligação entre humanidade e natureza em deusas “corporificadas”, “encarnadas”, situadas neste planeta. Essas crenças permitiram a construção de uma nova espiritualidade, em que a diversidade e o conjunto dos componentes da natureza foram valorizados em uma visão não utilitarista do mundo. Tiveram o mérito, também, de recriar uma mística de “irmandade” feminina, de valorização e conagração de comunidades de mulheres, resgatando a auto-estima de um coletivo que vinha sendo constantemente desvalorizado.

Uma outra versão específica do ecofeminismo, também espiritualista, foi elaborada por Vandana Shiva, em seu livro *Staying Alive*, em que analisa o Movimento Chipko (SHIVA, 1991), comentado na seção anterior deste capítulo. A originalidade da sua proposta consiste em combinar o estudo da marginalização material e simbólica das mulheres camponesas do terceiro mundo com os pressupostos da cosmologia hindu, em que o *princípio feminino* ganha muita importância.

Shiva explica que, para os hindus, o mundo é produzido e renovado continuamente pelo jogo dialético de criação e destruição, coesão e desintegração, em um movimento de tensão entre opostos, no qual o “princípio feminino” (manifestação de *Shakti* em *Pakriti*) seria o garantidor da continuidade da vida, pela combinação entre o mundo natural e a vida humana. Esse princípio ou força criativa estaria presente em toda a diversidade da vida, e se caracterizaria pela criatividade, pela atividade, pela produtividade; pela conexão entre todos os seres, e pela continuidade entre a vida humana e a vida natural.

Os programas de desenvolvimento implementados nos países do terceiro mundo (em particular, na Índia) teriam provocado a ruptura dessa visão, ou a subjugação do princípio feminino, pois o paradigma desenvolvimentista que orientava essas ações via o meio ambiente como um recurso separado e à disposição da humanidade, algo “*inerte, passivo, uniforme, separável, fragmentado e inferior, a ser explorado*” (SHIVA, 1991, p. 65).

Esse processo seria responsável, ao mesmo tempo, pela destruição ambiental e pela marginalização das mulheres. As mulheres teriam sido marginalizadas de duas formas: pela destruição das suas condições de sobrevivência (pela extinção das fontes de alimentação, de água, da biodiversidade) e ao mesmo tempo, pelo desprezo ao conhecimento que elas tinham sobre o ambiente natural, perdendo status junto às comunidades, material e simbolicamente. A quebra das relações tradicionais teria feito com que elas perdessem acesso à terra para as culturas alimentares, aos bosques, à água, e passassem a ter menor renda, menos emprego, e menos acesso ao poder; e a sua exclusão da agricultura, teria feito com que também se perdessem os seus conhecimentos, ecológicos e plurais, pois elas eram ao mesmo tempo agricultoras, silvicultoras, administradoras de recursos hídricos, entre outras funções. Seu trabalho era baseado na estabilidade e na sustentabilidade, na diversidade, na descentralização, no trato de plantas que não tinham retorno comercial imediato, buscando-se o sustento de todos (a alimentação, em particular) sem que houvesse necessidade de excedentes (vistos em algumas culturas como um “roubo” à natureza, uma vez que eram recursos que não necessitavam ser usados). O que prevaleceu, no entanto, foi o modelo de privatização de lucros e da exploração ambiental, baseado na monocultura.

A monocultura passou a ser vista como o símbolo dessas mudanças, porque valorizava a produção em série e o abuso sobre os recursos naturais (realizado por razões não justificáveis do ponto de vista cósmico), provocando, pela dominação do meio natural, a destruição da diversidade e do equilíbrio. Estas ações, embora realizadas em nome da ciência e da tecnologia, estariam, na verdade, a serviço do lucro, da acumulação de capital.

Somente a recuperação do princípio feminino poderia reverter esse quadro:

A recuperação do princípio feminino se baseia na amplitude. Consiste em recuperar na Natureza, a mulher, o homem, e as formas criativas de ser e perceber. No que se refere à Natureza, supõe vê-la como um organismo vivo. Com relação à mulher, supõe considerá-la produtiva e ativa. E no que diz respeito ao homem, a recuperação do princípio feminino implica situar de novo a ação e a atividade, em função de criar sociedades que promovam a vida e não a reduzam ou a ameacem (SHIVA, 1991, p. 77).

Para Vandana Shiva, não se tratava, portanto, de “demonizar” o homem, mas de recuperar o “princípio feminino” para liberar as mulheres, a natureza e o próprio homem, em direção a uma energia criativa, não patriarcal e sem violência.

Shiva recebeu críticas de outras feministas, algumas das quais concordavam com a necessidade de se analisarem as condições materiais de existência das mulheres, mas não com a forma como fizera isso ou com as conseqüências que ela havia tirado dessas análises. Bina Agarwal, por exemplo, afirma que os exemplos de Shiva se referiam apenas a certas camponesas do noroeste da Índia, e que não poderiam ser generalizados para todas as mulheres do terceiro mundo; em segundo lugar, Shiva não analisaria a atuação das instituições e os processos concretos por meio dos quais as construções ideológicas de *gênero* e de *natureza* foram mudando ao longo do tempo; haveria, por exemplo, em outras religiões dentro da própria Índia, diferentes discursos e ideologias com relação a esses temas; em terceiro lugar, o colonialismo e suas ações nefastas (que Shiva descreveu com acuidade) incidiram sobre bases pré-existentes de desigualdades econômicas e sociais, incluindo as de gênero – fato que Shiva não havia levado em consideração, deixando subentendido que todas as opressões vividas pelas mulheres eram frutos do colonialismo, o que não era necessariamente real (AGARWAL, 1998, p. 185)⁴⁴.

Bina Agarwal é uma economista indiana que critica o ecofeminismo em geral, e propõe em seu lugar o que chama de “ambientalismo feminista”. Ela considera que a maioria das representantes do ecofeminismo – especialmente o anglo-saxão – estabelece o vínculo entre gênero e meio ambiente somente em termos ideológicos, sem analisar, por exemplo, as fontes materiais da dominação das mulheres (inter-relacionadas com as ideológicas), que determinariam vantagens econômicas e poder político aos homens.

Uma outra crítica feita por esta autora (semelhante à que Ynestra King tinha feito às primeiras ecofeministas) foi a de que o ecofeminismo, ao aceitar o predomínio da biologia sobre a construção social de gênero, fazia uma generalização da categoria *mulher* como um todo unitário, sem diferenciar raça, etnia, casta, classe, etc. Nesse sentido, ignoraria outras formas de dominação que não especificamente a de gênero, e não levaria em consideração a relação real e concreta que cada mulher vem a ter com a natureza em sua experiência de vida (AGARWAL, 1998, p. 190). Para esta autora, outras seriam as razões que explicariam por que as mulheres tinham ligações específicas com o meio natural, como, por exemplo, o fato de que a militância das mulheres dentro dos movimentos ambientais estava muito mais vinculada aos problemas de sobrevivência das famílias do que a militância dos homens:

⁴⁴ Críticas semelhantes foram feitas por outras autoras, como Maria Luisa Cavana (2004), para quem Vandana Shiva idealizava todas as sociedades não-européias, como se nessas sociedades as mulheres não estivessem oprimidas; e via na Ilustração somente a face ideológica do capitalismo e do colonialismo, sem reconhecer o potencial emancipatório das idéias de liberdade e igualdade.

Ao enfatizar o papel das camponesas pobres e das mulheres das tribos nos movimentos ecologistas, não estou afirmando, como fazem algumas estudiosas feministas, que as mulheres possuem uma sensibilidade ou temperamento cognitivo especificamente feminino, ou que as mulheres enquanto mulheres têm certas características que as predispõem para atender a todos os detalhes, para ser mais interativas do que individualistas, e para compreender o verdadeiro caráter dos processos naturais complexos em termos holísticos. Mas situo as respostas e as perspectivas destas mulheres (que são, sim, freqüentemente interativas e holísticas) na sua realidade material, na dependência e uso dos recursos naturais para sobreviver, no conhecimento da natureza adquirido nesse processo, nos parâmetros culturais e modos de pensamento dessas comunidades (AGARWAL, 1998, p. 222).

Em outras palavras, Agarwal afirma que a relação entre as mulheres e a natureza precisa ser entendida em sua realidade material, em suas formas específicas de interação com o meio ambiente, levando em consideração a divisão do trabalho, assim como a distribuição da propriedade e de poder baseadas em gênero, classe, casta, raça, etnia, etc. Esses fatores estruturavam não só as relações entre as pessoas e a natureza, mas também a forma como as mudanças no meio natural as afetariam diferentemente; assim como a forma como as pessoas reagiriam a estas mudanças. Caberia a um movimento feminista ambientalista desafiar e transformar as noções de gênero, a divisão do trabalho, e a divisão dos recursos entre os gêneros; assim como desafiar e transformar as noções das relações entre as pessoas e a natureza.

A posição de Bina Agarwal situa-se em um outro extremo em relação às ecofeministas culturais e espiritualistas, salientando acertadamente as relações materiais que os seres humanos estabelecem com o meio natural. Ela descuida, porém, de outros aspectos que podem estar envolvidos nessa relação, como, por exemplo, as motivações subjetivas, emocionais, que levam os indivíduos a mobilizarem-se por mudanças sociais, aspectos que foram apontados também por Ynestra King (1998, p. 86).

Uma outra vertente espiritualista e terceiro-mundista desenvolveu-se na América Latina a partir da atuação da teóloga brasileira Ivone Gebara e da Rede *Con-spirando*. Esse movimento coloca a proteção da vida em uma outra perspectiva, de justiça social, ambiental, racial e de gênero. Alicia Puleo lembra que, para esta corrente, é necessário:

abandonar a imagem de Deus como dominador e o dualismo corpo/espírito da antropologia cristã tradicional. A transcendência já não estará baseada no desprezo da matéria, mas se definirá como imersão no mistério da vida [...] será concebida como experiência de beleza, de grandiosidade da natureza, de suas relações e de sua interdependência (PULEO, 2005, p. 137).

Justamente por representar uma vertente latino-americana que aparece concomitantemente com as posições da Teologia da Libertação, está fortemente enraizada nos movimentos indígenas e nos de outras populações pobres, chamando a atenção para grupos sociais prejudicados pela degradação ambiental e aproximando-se dos movimentos por eco-justiça⁴⁵.

Em contraposição aos ecofeminismos essencialistas e espiritualistas começam a esboçar-se, nos anos 1990, perspectivas construtivistas representadas por autoras como Val Plumwood e Alicia Puleo, entre outras.

A proposta de Val Plumwood em seu livro *Feminism and Mastery of Nature*, de 1993, é fazer uma reflexão sobre a lógica de dominação dos seres humanos e da natureza, a partir de uma análise da filosofia ocidental que permita entender os mecanismos de construção das crenças e dos valores que orientam essas relações. Ela parte da seguinte afirmação: o pensamento ocidental se caracteriza por uma concepção da natureza humana situada absolutamente fora do âmbito da natureza. A razão faz com que os seres humanos se coloquem numa perspectiva não somente diferenciada, mas superior, esta mesma lógica de domínio existindo tanto com relação à cultura e à natureza como também na relação entre homens e mulheres.

Dando continuidade ao raciocínio de Karen Warren⁴⁶, ela especifica: há não somente uma lógica dualista no sentido de diferenciação e hierarquização, mas uma extrema separação entre estes dois “entes”, natureza e seres humanos. Uma exclusão radical, um distanciamento e uma oposição.

Construiu-se uma lógica em que humanidade e natureza pertencem a ordens exclusivas e imutáveis: não há nada em comum entre um e outro. Além disso, há a hierarquização: a humanidade, dotada de razão, é superior à natureza. Embora exista uma relação de dependência entre as duas esferas, essa é negada por aquele que se considera

⁴⁵ Os movimentos por eco-justiça, justiça ambiental ou ecologismo dos pobres, segundo Martinez Alier (2006) se originaram no terceiro mundo a partir de lutas contra os impactos ambientais de atividades industriais e agrícolas que ameaçavam o acesso dos pobres a recursos para sua sobrevivência. Incluíam camponeses cujas terras foram devastadas, pescadores artesanais contra a pesca industrial e de alta tecnologia; movimentos contra minas e fábricas poluentes; ou seja, grupos que se ocupavam de crescentes e inevitáveis “conflitos ecológicos distributivos”. Nos Estados Unidos, na década de 1980, surgiu um movimento específico que mostrava que os impactos ambientais negativos do desenvolvimento nos países ricos também caíam desproporcionalmente sobre certos grupos sociais – pobres, negros, latinos, etc; que passou a ser chamado de Movimento por Justiça Ambiental. Para Martinez Alier, todos esses movimentos fazem parte de uma mesma corrente dentro do ecologismo, que se preocupa com a justiça social entre os humanos, aplicada aos temas ambientais. O termo mais utilizado por autores europeus é eco-justiça (Martínez Alier, 2006, p. 27).

⁴⁶ Ver nota 41, neste capítulo.

“superior”. O “superior” faz uso do “inferior”, mas nega a sua dependência, o invisibiliza, o faz insignificante; não é um semelhante moral, não tem vontades ou necessidades que precisem ser consideradas. Por último, o “superior” transforma o “inferior” em uma coisa única, homogênea, reduzindo-o a estereótipos, sem que se reconheçam suas multiplicidades ou diversidades (CAVANA, 2004, p. 15).

Val Plumwood mostra como, nesse processo, em que foram desprezadas as ligações dos seres humanos com seus corpos, com sua materialidade, também foi rejeitado como inferior tudo o que não é considerado racional: os sentimentos e as emoções, e tudo o que aproxima a vida humana do mundo concreto. Para esta autora, no entanto, as características patriarcais da lógica do domínio não são masculinas “em essência”, mas foram histórica e socialmente construídas (PULEO, 2004, p. 28).

Sua proposição é a de que essa lógica tem que ser superada em uma perspectiva de integração, em que tanto homens como mulheres sejam reconhecidos como natureza e cultura (concordando com a idéia de superação de dualismos colocada por Ynestra King), em suas similitudes e diferenças também com relação à Natureza, baseados em princípios de reciprocidade (diferentemente da perspectiva da incorporação, como proposta pela *Deep Ecology*). Para Plumwood, não se trata de descartar a razão, mas de recolocá-la em uma outra lógica que não a da dominação: mais democrática, não hierárquica, que inclua o afetivo, o corporal. Propõe, então, uma afirmação crítica do feminismo, como uma *"reconstrução crítica da identidade do colonizado"*.

Alicia Puleo resume as postulações de Val Plumwood da seguinte forma:

Seus colocações têm o atrativo de integrar as reivindicações de igualdade de Simone de Beauvoir, a crítica à identidade alienada nas teorias de descolonização de Memmi e no feminismo negro e socialista, e a crítica ao androcentrismo proveniente do feminismo cultural (ainda que rechace a proposta separatista e o essencialismo que a fundamenta) (PULEO, 2000, p. 180).

Puleo criticará Plumwood, porque aquela autora vê a Ilustração apenas em sua faceta de "razão instrumental", cujas conseqüências foram o aprofundamento da separação entre a humanidade com o meio natural, servindo como justificação para o uso e o abuso deste último. Para Puleo, será preciso reconhecer que, apesar de sua ambigüidade, o caráter emancipatório de muitas de proposições iluministas (igualdade, fim da escravatura, luta contra as superstições e o fanatismo religioso) criou também as condições para o aparecimento do feminismo moderno.

Como veremos a seguir, a proposta de Alicia Puleo tentará justamente integrar essas diferentes idéias para contribuir na construção de articulações mais profundas entre essas diversas linhas de pensamento, resgatando princípios históricos do feminismo, do ecologismo e dos movimentos por eco-justiça e sustentabilidade.

O "ecofeminismo ilustrado" de Alicia Puleo preocupa-se em discutir a validade de um ecofeminismo não-essencialista, que reivindique o legado ilustrado de igualdade e de autonomia das mulheres, ou seja, que não renuncie às lutas políticas feministas; e que, ao mesmo tempo, conserve um forte sentido ecológico. Um feminismo no qual as relações da humanidade com a natureza recuperem um sentido de unidade e continuidade, e em que as propostas não se restrinjam simplesmente a uma boa gestão dos recursos, como entendido a partir do ambientalismo feminista. Sua proposta é explicitada em seis pontos fundamentais:

- 1) ser um pensamento crítico; 2) reivindicar a igualdade e a autonomia das mulheres; 3) aceitar com prudência os benefícios da ciência e da técnica; 4) fomentar a universalização dos valores da ética do cuidado entre os humanos e a natureza; 5) assumir o diálogo intercultural; 6) afirmar a unidade e continuidade da natureza a partir do conhecimento evolucionista e o sentimento de compaixão (PULEO, 2008, p.4).

Discutir os ganhos que a Ilustração trouxe à humanidade ao criticar crenças, culturas e costumes pré-modernos não implica aceitar todos os seus postulados. Do ponto de vista do feminismo, os limites da Ilustração já foram bastante discutidos⁴⁷. Porém, setores do ecofeminismo passaram a rechaçar a Ilustração em seu conjunto, baseados no fato de que o racionalismo ilustrado teria levado a um "desencantamento" do mundo. Uma das conseqüências desse desencantamento seria o "*niilismo consumista, que conduz paradoxalmente ao hedonismo*" (PULEO, 2008, p. 9).

Alicia Puleo argumentará que, para que o mundo se "re-encante", não é necessário que se joguem fora os ganhos da racionalidade, como têm feito, por exemplo, algumas correntes espiritualistas do ecofeminismo. Para ela, é possível devolver a dignidade do mundo natural sem que se caia no romantismo obscurantista, ou que seja necessária a criação de novos mitos, como o da Deusa. "O ecofeminismo ilustrado poderia, com base na idéia de eco-justiça e de um materialismo compassivo, contribuir para a construção de uma sociedade sustentável e justa sem o apoio de sentimentos místicos e religiosos" (PULEO, 2008, p. 9).

⁴⁷ Ver, por exemplo, a coleção em três volumes sobre Teoria Feminista editada por Célia Amorós e Ana de Miguel, comentada no capítulo anterior (AMORÓS; DE MIGUEL, 2005).

Um aspecto fundamental desta proposta é que reivindicar a igualdade e autonomia das mulheres significa reconhecer a necessidade de existência de um sujeito político "mulher" – proposto pelo feminismo – para superar o sistema patriarcal. O conceito de gênero permite pensar como se gerou essa "coletividade" porque recupera as implicações que a divisão sexual do trabalho, os papéis, as normas e as sanções sociais dentro de um sistema patriarcal trazem para a formação das subjetividades. Reconhecer essa condição, porém, não significa aceitar a *ontologização* da bipolarização sexual como fizeram as ecofeministas essencialistas, pois a exaltação das diferenças entre os sexos teria "o poder nulo de transformação em um sistema estratificado de gênero" (PULEO, 2008, p. 10).

Nesta proposta também são reafirmadas as idéias de solidariedade entre as mulheres do norte e do sul, sem que estas sejam reduzidas a vítimas da degradação ambiental e nem elevadas a salvadoras do planeta. Da mesma forma, é criticada a excessiva benevolência dos enfoques multiculturalistas em relação às sociedades tradicionais, pois "*todas as regras de todas as tribos podem ser discutidas*" . Não é garantido – e é até pouco provável – que em sociedades tradicionais, onde os valores do Iluminismo não sejam predominantes, a situação das mulheres não seja de subordinação. Em lugar dessa aceitação acrítica das outras culturas, se propõe o diálogo intercultural: "que concebe as distintas realidades culturais como processos dinâmicos que se enriquecem com a mútua interpelação capaz de produzir fenômenos de flexibilidade indispensáveis para a construção da igualdade entre os sexos" (PULEO, 2008, p. 20).

Nesse sentido se propõe, por exemplo, que os projetos de desenvolvimento em curso nos países do terceiro mundo, ao invés de serem rechaçados em conjunto, sejam analisados sob um enfoque duplamente crítico, do ponto de vista do empoderamento das mulheres (acesso aos recursos, reconhecimento dos seus aportes, conhecimentos, etc.) e da sustentabilidade. Reconhece-se que, muitas vezes, eles podem ser úteis na medida em que, mesmo que desestruturando relações tradicionais, coloquem recursos e poder nas mãos de mulheres antes marginalizadas.

Uma mesma postura é proposta com relação à ciência e à tecnologia: embora se reconheçam os avanços alcançados em termos de comodidades da vida moderna, defende-se o princípio da precaução com relação a tecnologias cujos impactos ambientais ou para a saúde não estejam totalmente claros. Seria uma perspectiva "*não-tecnofóbica*" e "*não-tecnólatra*" (PULEO, 2008, p. 14).

Outra questão delicada junto aos ecologistas, mas fundamental para o feminismo, é a defesa dos direitos sexuais e reprodutivos como parte do direito das mulheres à livre determinação do próprio corpo, sem mistificações sobre a maternidade. Reconhece-se que a autonomia das mulheres pode ser incrementada com a civilização tecnológica; respeitados os direitos humanos, em particular o direito à saúde e à vida em um meio ambiente saudável.

Uma das questões também importantes dessa proposta é justamente a recuperação da linguagem dos direitos para o feminismo, sem se aceitar o sentido androcêntrico e antropocêntrico que lhe é atribuído por certas correntes do ecofeminismo e da *Deep Ecology*, especialmente por estes últimos, que consideram que o indivíduo tem menos valor do que a coletividade.

Reivindica-se ainda que a atenção e o cuidado com os demais, assim como sentimentos como a piedade e a empatia, sejam valores éticos primordiais para toda a humanidade, e não somente para as mulheres. "Ao outorgar valor moral aos sentimentos, se enriquece o pensamento ético e se estabelecem bases sólidas para as virtudes públicas" (PULEO, 2008, p. 16). Por outro lado, o reconhecimento da continuidade da humanidade em relação à natureza implica também "a aceitação da responsabilidade moral inerente ao novo poder tecnológico da espécie" (PULEO, 2008, p. 21); os demais seres (humanos e não-humanos) devem ser valorizados, assim como a fraternidade (ou irmandade), não somente no sentido de justiça distributiva (material), mas também como reconhecimento da contribuição de todos os seres para a vida na terra, em uma ótica de compartilhamento da "*aventura de viver*" (PULEO, 2008, p. 23).

Esta proposta de um ecofeminismo ilustrado permite repensarem-se as interfaces do ecologismo com o feminismo e vice-versa, em uma perspectiva de ampliação dos direitos das mulheres e de reconhecimento das suas contribuições para o enfrentamento das crises ambientais atuais; no entanto, sua aceitação no conjunto dos movimentos sociais ecologistas e feministas ainda está para ser testada.

3 A AGROECOLOGIA E O PROTAGONISMO DAS AGRICULTORAS E DOS AGRICULTORES

3.1 ORIGENS E TRAJETÓRIAS

A agroecologia é definida por seus principais teóricos como um conjunto de disciplinas científicas por meio das quais é possível analisar e atuar sobre os *agroecossistemas*⁴⁸, de forma a permitir a implantação de estilos de agricultura com maior nível de sustentabilidade. Nas palavras de Susanna Hecht:

É uma abordagem agrícola que incorpora cuidados especiais relativos ao ambiente, assim como aos problemas sociais, enfocando não somente a produção, mas também a sustentabilidade ecológica do sistema de produção (HECHT, 2002, p. 26).

Em linhas gerais, a agroecologia pretende apoiar a transição dos atuais modelos de agricultura e de desenvolvimento rural, considerados insustentáveis, para outros, sustentáveis. A sustentabilidade é definida, de forma ampla, como a capacidade de esses processos perdurarem no tempo, conciliando a atividade agrícola e a manutenção das características ecológicas do ambiente, e proporcionando meios de vida dignos para as pessoas envolvidas. Distingue-se, no entanto, de uma mera substituição tecnológica ou de insumos, porque questiona não só os métodos de cultivo ou de criação animal, mas também os objetivos finais da produção moderna, assim como as formas de organização social, econômica e política que a originaram e a sustentam.

A agricultura moderna se desenvolveu no decorrer do século XX, especialmente após a II Guerra Mundial, e se disseminou em todo o mundo a partir da década de 1960, com o apoio técnico e financeiro de instituições internacionais (tais como centros de pesquisa, bancos de desenvolvimento e agências da ONU), em um processo que ficou conhecido como Revolução Verde. Ao mesmo tempo em que promoveu um aumento espetacular da produtividade agrícola, pelo uso de fertilizantes químicos, agrotóxicos, máquinas, e da especialização da produção vegetal e animal, provocou graves problemas sociais e ambientais, em particular nos países do chamado terceiro mundo⁴⁹.

⁴⁸ Na próxima seção será comentado o conceito de *agroecossistema* tal como é definido na agroecologia.

⁴⁹ Entre outros: concentração de terra e de renda; êxodo rural; desestruturação de comunidades rurais; erosão, salinização e perda de fertilidade dos solos; desmatamento e perda da biodiversidade; contaminação dos solos, água, animais, seres humanos, alimentos; maior resistência de doenças e pragas na agricultura; aumento da dependência tecnológica dos agricultores em relação a grandes empresas (de produtos químicos, de sementes, etc.).

Como respostas à crise ecológica mundial vinham se constituindo, desde os anos 1970, dois grandes campos de propostas, o *ecotecnocrático*, e o *ecossocial* (ou ecologismo popular) que também terão desdobramentos sobre o desenvolvimento rural (CAPORAL, 1998, p. 204). A proposta ecotecnocrática – cujo exemplo mais conhecido é o Relatório Brundtland, de 1987, intitulado *Our common future* (CMMAD, 1991) – caracteriza-se pela idéia de que é possível (e necessário) manter o crescimento econômico com base no avanço da industrialização, desde que se tomem medidas para a atenuação dos problemas ambientais. Nessas propostas, o meio ambiente é visto como um recurso a ser gerenciado (fonte de matéria-prima e energia, basicamente), e a economia de mercado e o modo de produção capitalista não são questionados. Estas propostas podem ser chamadas de “esverdeamento” do capitalismo, e, com relação à agricultura, restringem-se a técnicas que visam melhorar a eficiência dos métodos convencionais, substituindo algumas práticas por outras “mais sustentáveis”.

A proposta ecossocial se baseia em outras premissas: de que o desenvolvimento humano não pode se reduzir à idéia de crescimento econômico, e que, mesmo este não pode ser ilimitado; de que as pessoas fazem parte da natureza e que a sobrevivência de ambas está indissolivelmente relacionada; que as causas da crise ambiental estão ligadas às políticas imperialistas e ao avanço da globalização econômica, que, por sua vez, aprofundam a pobreza e as desigualdades entre grupos sociais, regiões, e países; e que é necessário que o desenvolvimento respeite a biodiversidade, as diferentes culturas, assim como enfrente as questões de discriminação entre os gêneros, raças e etnias (CAPORAL, 1998, p. 207).

Dentro desta corrente podem ser encontrados tanto os discursos do eco-desenvolvimento de Maurice Strong e Ignacy Sachs, passando pelas propostas do neomarxismo ecológico (expressas no Manifesto Ecossocialista), assim como as abordagens da “modernidade alternativa”, trazidas nos anos 1980, por Joan Martínez Alier, conhecidas como neorodnismo ecológico, neopopulismo ecológico, ou ainda “ecologismo dos pobres”. A agroecologia vai dialogar especialmente com esta última corrente, em virtude da sua preocupação com a construção, “de baixo para cima”, de uma proposta para a agricultura e o desenvolvimento rural, com base no protagonismo dos homens e mulheres que vivem da agricultura. Nesta proposta, a sobrevivência das pessoas – entendida também como a preservação do entorno físico no qual exercem as suas atividades produtivas – não deve estar submetida à lógica do mercado, mas sim à busca da conservação de todas as formas de vida (CAPORAL, 1998, p. 240).

Vários autores afirmam que o termo “agroecologia” passou a ser conhecido na década de 1970, e apontam como seus pioneiros e maiores divulgadores Miguel Altieri e Stephen Gliessman, das universidades de Berkeley e Santa Cruz, na Califórnia. No decorrer dos anos 1980 publicaram-se vários trabalhos popularizando esse conceito⁵⁰, que passou a ser utilizado também por outros pesquisadores e estudiosos da América Latina e da Europa. Susanna Hecht afirma, porém, que a ciência e a prática da agricultura desde os seus primórdios haviam sido “agroecológicas”, pois eram o resultado de adaptações contínuas dos seres humanos aos ecossistemas e às variações ambientais por meio das quais foram acumulando conhecimentos e aperfeiçoando seus métodos. A agroecologia apenas recuperou uma herança agrícola que havia sido destruída pela agricultura moderna e, particularmente, pelas ciências agrônômicas, que imbuídas, em muitos casos, de preconceitos de classe, etnia, cultura e gênero, haviam desprezado esse conjunto de conhecimentos e as pessoas que os produziam e repassavam (HECHT, 2002, p. 22).

Para Eduardo Sevilla Guzmán, professor da Universidade de Córdoba, Espanha, onde se desenvolvem cursos de Mestrado e Doutorado em agroecologia desde 1992, as três principais fontes que contribuíram para a construção dessa corrente de pensamento foram: uma vertente *agronômica*, representada principalmente pelos trabalhos de Altieri e Gliessman; uma vertente *sociológica* representada pelos estudos desenvolvidos pelo próprio Sevilla Guzmán e outros pesquisadores, a partir do trabalho com cooperativas de trabalhadores rurais na Andaluzia; e a vertente *indígena/camponesa* vinculada aos movimentos sociais, que vinha principalmente do México e era representada por Victor Toledo e Enrique Leff, entre outros⁵¹.

Essas concepções teóricas se desenvolveram paralelamente às lutas sociais rurais em curso em diferentes países, naquele período, que questionavam a validade das propostas da Revolução Verde. Em várias regiões do mundo, homens e mulheres do campo (agricultores pobres, assalariados rurais e sem-terras) organizavam-se para exigir o acesso à terra por meio de Reformas Agrárias; em outras, comunidades camponesas e indígenas resistiam à desestruturação das suas economias, baseadas na produção familiar, provocada pelo avanço da modernização. Grupos de agricultores e agricultoras implantavam experiências alternativas de produção e de comercialização de seus produtos, tendo como princípios a recuperação ambiental e processos coletivos de organização. Os teóricos da

⁵⁰ Em particular, artigos de Stephen Gliessman sobre a aplicação de tecnologias tradicionais no manejo de sistemas tropicais, publicados em diversas revistas especializadas no início da década de 1980; e o livro *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*, de Miguel Altieri, cuja primeira edição em inglês é de 1987.

⁵¹ Entrevista de Eduardo Sevilla Guzmán concedida à autora em 2008 (ver lista de entrevistas nos Anexos).

agroecologia desenvolveram as suas pesquisas em estreita colaboração com esses atores sociais, o que marcou, desde o início, os temas estudados, os objetivos e os métodos de análise dessas novas teorias⁵².

Susanna Hecht (2002, p. 31) aponta pelo menos quatro áreas distintas que influenciaram na elaboração inicial do pensamento agroecológico:

- a) *As Ciências Agrícolas*, e em especial, a *Ecologia Agrícola*, pelos estudos relativos à microbiologia dos solos, pragas e doenças (interação pragas/plantas) e nutrição de plantas (ciclos de nutrientes, a importância das sucessões ecológicas), que permitiram contestar o que a agronomia “oficial” (universidades e centros de pesquisa) estabelecia como técnicas mais eficientes para a agricultura;
- b) O *ambientalismo* que floresceu nos anos 1960 e 1970, especialmente na Europa e nos Estados Unidos, fruto da contracultura, que denunciava os custos ecológicos e sociais da “agricultura convencional”, e propunha formas alternativas de produção de alimentos⁵³;
- c) *Estudos sobre o desenvolvimento agrícola*, que mostraram que as tecnologias preconizadas para melhoria da produção agrícola nos países do terceiro mundo provocavam o aumento dos riscos para os agricultores, o esgotamento dos solos e a concentração da terra e dos recursos produtivos em geral; ou seja, que a modernização da agricultura, ao invés de ajudar a desenvolver os países pobres, estava provocando mais pobreza, desigualdade social, dependência e marginalização.
- d) *Estudos sobre os sistemas tradicionais de produção indígenas e camponeses*, trazidos pela antropologia e pela geografia, que analisavam as diferentes lógicas e os mecanismos utilizados naqueles sistemas para garantir a sustentabilidade: a diversificação, os vários usos e manejos dos recursos; a complexidade de fatores que concorriam para o sucesso de um sistema produtivo; a existência de um conhecimento ecológico por parte dessas comunidades; as diferentes noções de eficiência e

⁵² Sevilla Guzmán lembra que a própria criação dos cursos de Doutorado e Mestrado na Universidade de Córdoba, na Espanha, se deu em colaboração com o CLADES – Consórcio Latino Americano de Agroecología y Desarrollo, que reunia organizações não governamentais que mantinham trabalhos de campo em comunidades camponesas em diversos países. O ISEC – Instituto de Sociología y Estudios Campesinos da Universidad de Córdoba assessorava, desde o final da década de 1970, os trabalhadores rurais andaluzes organizadas pelo SOC – Sindicato de Obreros del Campo, em suas lutas pela terra, assim como em seu processo de organização após a conquista da terra; e mantinha, desde o início dos anos 1980, convênios com o governo sandinista, na Nicarágua, para assessoria ao processo de Reforma Agrária que foi iniciado naquele país. Outros pesquisadores agroecológicos também mantinham (e mantêm até hoje) estreitas relações com movimentos sociais no México (zapatistas), no Brasil (MST e outros) e em outros países da América Latina e da África. (SEVILLA GUZMÁN, 2005).

⁵³ Sobre o clima político da contracultura, ver capítulo anterior. Obras importantes desse período, na discussão de novas propostas para a agricultura: *Blueprint for Survival* (THE ECOLOGIST, 1972); *Small is beautiful* (SCHUMACHER, 1973); *Food production and energy crisis* (PIMENTEL et al., 1973), além dos já comentados *Limits to Growth*, *The Population Bomb*, e *Silent Spring* (HECHT, 2002). No terceiro mundo, particularmente, destacaram-se os estudos que mostravam os problemas de adaptação das tecnologias da Revolução Verde aos ambientes tropicais, como o livro de Ana Primavesi, *Manejo ecológico dos solos*, publicado em 1980, no Brasil; e o livro de Adilson Paschoal, *Pragas, praguicidas e a crise ambiental*, de 1979 (EHLERS, 1999).

produtividade; assim como a expansão do conceito de “agricultura” para sistemas “agro-silvo-pastoris”, entre outras questões⁵⁴.

Eduardo Ehlers lembra que bem antes que o termo “agroecologia” passasse a ser conhecido, já existiam estilos de agricultura com enfoque ecológico, baseados no uso da matéria orgânica em contraposição ao uso dos fertilizantes químicos. Essa disputa de concepções vinha desde o século XIX, entre uma visão positivista e mecanicista da ciência, que reduzia o solo a um substrato onde se desenvolviam as atividades agrícolas; e outra perspectiva, mais holística, que reivindicava que o meio natural era um todo orgânico pleno de vida⁵⁵. Para os defensores desta última posição, a chave para o aumento da produtividade agrícola estava na integração do conjunto das atividades dentro das propriedades, e, em especial, na melhoria da qualidade microbiológica dos solos (EHLERS, 1999, p. 47).

Este autor faz referência a pelo menos quatro diferentes movimentos que se organizaram no decorrer do século XX, preconizando a valorização de práticas culturais favoráveis aos processos biológicos: agricultura biodinâmica, orgânica, biológica e natural⁵⁶. Entre os pesquisadores e ativistas mais conhecidos de cada um desses movimentos encontram-se: Rudolf Steiner, austríaco, fundador da *agricultura biodinâmica* na década de 1920, e divulgador do movimento antroposófico; Albert Howard, inglês, difusor da *agricultura orgânica* a partir dos trabalhos que desenvolveu na Índia, na década de 1930, cujas idéias foram retomadas por Irwing Rodale nos Estados Unidos, décadas depois; desde os anos 1930, Hans Peter Muller (suíço) e Hans Peter Rush (alemão), defensores da *agricultura biológica*, seguidos na década de 1970 por pesquisadores como Raoul Lemaire, Jean Boucher e Claude Aubert (franceses); e Mokiti Okada e Masanobu Fukuoka, do Japão, que, na década de 1930, por diferentes vias, chegaram às propostas de *agricultura natural* (EHLERS, 1999, p. 47 et seq.).

Embora guardassem certas distinções entre si – por exemplo, sobre a validade ou não da integração das atividades agrícolas com a pecuária, sobre a utilização de preparados específicos (como os biodinâmicos), ou o uso da compostagem – todos esses “estilos de agricultura” se caracterizavam pela busca da sustentabilidade das atividades agrícolas ao

⁵⁴ Esta autora destaca ainda que vários desses estudos apontaram para a necessidade de reconhecimento do papel das mulheres na agricultura, por meio dos trabalhos de Carmen Deere, Lourdes Benería, entre outros (HECHT, 2002, p. 44). Como veremos mais adiante, a agroecologia pouco avançou nesse sentido.

⁵⁵ Sobre a ascensão do paradigma positivista da ciência com relação à natureza, ver Carolyne Merchant, *The death of Nature* (1983)

⁵⁶ Existem muitas outras denominações para conjuntos de práticas sustentáveis na agricultura (tais como agricultura regenerativa, permacultura, ecológica) que, em geral, têm origens comuns com um desses quatro movimentos.

longo do tempo, pela administração dos recursos naturais centrada na biodiversidade e pela conservação dos solos⁵⁷.

O enfoque agroecológico vai dialogar proficuamente com todos esses movimentos, valorizando as suas contribuições para a construção de estilos de agricultura “limpos” ou ambientalmente corretos. No entanto, vários pesquisadores e ativistas do campo agroecológico reivindicarão a existência de diferenças importantes entre eles, uma vez que a agroecologia se propõe a ser um enfoque científico que permita pensar a sustentabilidade como um todo. Nesse sentido, não é uma tecnologia específica de produção (como a agricultura orgânica ou biológica) e tampouco um movimento filosófico, como é o caso da antroposofia (base da agricultura biodinâmica) ou a agricultura natural⁵⁸.

Sevilla Guzmán afirma que a agroecologia passou de uma proposta interdisciplinar para a transdisciplinaridade, tendo a co-evolução dos sistemas ecológicos e sociais como o objeto comum entre as várias disciplinas que a compõem. Nesta fusão entre os estudos camponeses e as ciências naturais, a agroecologia incorporou destas últimas os elementos necessários para compreender a estruturação da agricultura industrializada, “tanto em seu processo histórico, como no contexto atual do neoliberalismo e da globalização” (SEVILLA GUZMÁN, 2005, p. 1).

Nessa perspectiva, uma das principais novidades trazidas pela agroecologia foi a afirmação do protagonismo dos agricultores/camponeses/indígenas como elemento central na construção de um novo desenvolvimento rural. A perspectiva transdisciplinar, incluindo o “diálogo de saberes” entre os conhecimentos científicos e o conhecimento popular aparece como uma exigência para a resolução dos problemas pertinentes à temática agroecológica, dadas as premissas éticas nas quais se baseia:

A busca de soluções para as formas de degradação causadas por este tipo de manejo industrial dos recursos naturais, nos levou a desvelar a dualidade da Ciência (como epistemologia e como estrutura de poder); e a trabalhar com as pessoas, introduzindo o conhecimento local camponês e/ou indígena. Assim chegamos à Agroecologia como um pensamento pluri-epistemológico que articula os conteúdos históricos das lutas de libertação e os saberes locais sobre o manejo dos recursos naturais, com os conteúdos da ciência (SEVILLA GUZMÁN, 2005, p. 1).

⁵⁷ Existem ainda hoje, em vários países, associações, cooperativas, e instituições de pesquisa e difusão para promoção de cada um desses estilos de agricultura.

⁵⁸ Francisco Caporal e José Antonio Costabeber publicaram vários artigos salientando essas diferenças. Ver em particular: Caporal e Costabeber (2004).

Este protagonismo dos agricultores será central no pensamento agroecológico, basicamente, em três aspectos: na construção da suas propostas técnicas, por conta da capacidade da agricultura camponesa de co-evoluir respeitando os processos ecológicos; por sua premissa de que o desenvolvimento rural só poderá ser sustentável se for baseado no modo de produção camponês; e pelo reconhecimento da necessidade de promover o empoderamento desse grupo social, que foi marginalizado econômica, social, política e culturalmente ao longo da história da humanidade. As propostas agroecológicas se propõem a ter, portanto, um caráter emancipatório e os movimentos que se formaram em torno da agroecologia aproximaram-se politicamente das lutas por eco-justiça.

3.2 OS PRINCIPAIS CONCEITOS DA AGROECOLOGIA⁵⁹

Agroecossistemas e sustentabilidade

Desde a década de 1920 vinha ocorrendo uma aproximação da ecologia com os métodos de cultivos agrícolas, por meio principalmente dos trabalhos de Karl H. Klages, que chamou a atenção para a necessidade de estudar-se a adaptação das espécies cultivadas ao meio (HECHT, 2002, p. 31); porém, somente na década de 1950, quando se popularizou o conceito de ecossistema, foi possível estabelecer a idéia de *agroecossistema*, que posteriormente passou a ser considerada a unidade ecológica principal para a agroecologia. Para Stephen Gliessman, a agroecologia nada mais é do que a aplicação dos conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis (GLIESSMAN, 2000, p. 45).

⁵⁹ Nesta seção, serão explicitados, além dos conceitos de agroecossistemas e de critérios de sustentabilidade, as premissas sociológicas em que se baseia o pensamento agroecológico, por ser esta tese focada na análise de movimentos sociais. Para se aprofundar sobre outras abordagens teóricas que contribuíram para a constituição da agroecologia como um enfoque sistêmico para pensar o desenvolvimento rural, tais como a economia ecológica e a aplicação das leis da termodinâmica para a compreensão dos limites das atividades humanas sobre o meio natural, remetemos ao estudo de Caporal (1998 p. 223) onde essa discussão é feita em profundidade.

O agroecossistema é definido como um tipo específico de ecossistema, modificado pela ação humana por meio das atividades agrícolas. É uma unidade geográfica delimitada (ainda que variável quanto à sua extensão) onde se dão complexas relações entre as práticas agrícolas e o ecossistema original. Para se entenderem essas relações é necessário analisar não apenas os fenômenos ecológicos que ali ocorrem (bioquímicos, agrônômicos), mas também as interações entre os seres humanos, sua história e sua cultura. A agroecologia se propõe a estudar e compreender esses ecossistemas de forma ampla, visando melhorar o seu potencial e eficiência, em termos do conjunto de produtos que poderão ser obtidos; ao mesmo tempo em que buscará minimizar os impactos negativos dessa intervenção.

Pressupõe-se que sempre haverá uma interferência, uma “artificialização” dos ecossistemas, posto que se trata de uma intervenção humana sobre o ambiente natural; mas ao se respeitarem os processos ecológicos, espera-se que a capacidade de regeneração do ambiente seja potencializada, aproveitando-se as interações positivas que possam ocorrer (ALTIERI, 2002, p.85). Nesse sentido, a divulgação e a aplicação prática de teorias como as da trofobiose⁶⁰, da alelopatia⁶¹, e de sistemas de produção tais como os consórcios agro-florestais⁶² adquirem grande importância como suporte para o redesenho dos agroecossistemas sustentáveis, por visarem justamente apoiar as interações benéficas e minimizar as externalidades negativas daqueles sistemas.

Uma das principais premissas da agroecologia, como já foi colocado, é a análise da co-evolução dos sistemas biológicos e sociais, e o reconhecimento de que essa co-evolução teria sido captada pelos agricultores tradicionais (camponeses, indígenas) através de processos de ensaios, tentativas e erros, cujos aprendizados foram transmitidos pela cultura. O rompimento dessa cadeia de co-evolução – produzido, por exemplo, pela hegemonia da moderna ciência agrônômica, que afastou as pessoas do meio ambiente – estaria na base dos desastres tecnológicos vivenciados com a agricultura moderna.

⁶⁰ Desenvolvida por Francis Chaboussou no final dos anos 1960, na França, relaciona a saúde das plantas ao seu equilíbrio nutricional.

⁶¹ Refere-se à capacidade de determinadas plantas auxiliarem-se mutuamente; foi criada em 1937 pelo pesquisador austríaco Hans Molisch.

⁶² Método de cultivo tradicional que se caracteriza pelo manejo combinado de espécies florestais com outras plantas ou animais, utilizando-se, em uma mesma área, plantas cultivadas e nativas em diferentes estágios de crescimento. Foi estudado e divulgado no Brasil pelo pesquisador suíço Ernst Götsch, a partir de suas experiências no sul da Bahia.

A melhoria do potencial dos agroecossistemas poderia ser conseguida, portanto, com uma combinação virtuosa entre o conhecimento formal, científico (biológico e social) e os conhecimentos tradicionais. Por isso é que, do ponto de vista da construção do conhecimento sobre os agroecossistemas, o papel das populações rurais – detentoras desses conhecimentos e percepções vindas das práticas agrícolas e de manejo dos ecossistemas – passa a ser um aspecto fundamental para o conjunto da proposta agroecológica (NORGAARD; SIKOR, 2002, p. 59).

No redesenho dos agroecossistemas trabalha-se também com critérios de sustentabilidade, entendendo que os processos de transição agroecológica não serão estanques no tempo, mas estarão permanentemente sendo modificados. De forma geral, considera-se que a transição ecológica buscará atingir “níveis de sustentabilidade” mais profundos do que os de partida, procurando-se, progressivamente, aproximar-se de uma definição ideal de agricultura sustentável⁶³. A agricultura sustentável poderá ser definida então como aquela que simultaneamente atenda aos seguintes critérios: busque a auto-suficiência das unidades produtivas quanto aos insumos que utiliza (particularmente quanto às sementes); consiga estimular a criatividade e a recuperação do conhecimento local sobre os agroecossistemas; use recursos renováveis, localmente acessíveis; reduza a dependência de insumos externos; mantenha estável ou crescente a sua capacidade produtiva no longo prazo; realize práticas que beneficiem o local; e mantenha e enriqueça a diversidade biológica (GLIESSMAN, 2000, p. 53).

A importância do campesinato no desenvolvimento rural

A agroecologia vai se contrapor a certas interpretações sobre o desenvolvimento rural, vindas tanto do marxismo clássico (Lênin, Kaustky) como também de autores liberais (Rogers, Sorokin e outros), que identificavam uma evolução “em mão única” na forma de as sociedades humanas se relacionarem com a terra e realizarem a agricultura. Nesse processo unilinear, se gerariam as diferenciações entre classes sociais (camponeses e latifundiários), cuja forma de evolução estaria pré-determinada e partiria do atrasado (campesinato) em direção ao moderno (grande produção capitalista) (MOLINA; SEVILLA GUZMÁN, 1993).

⁶³ Gliessman fala de pelo menos três níveis de sustentabilidade, que vão desde a melhoria da eficiência no uso das tecnologias tradicionais, passando pela substituição de práticas e insumos, até chegar ao redesenho dos agroecossistemas em uma perspectiva complexa, de equilíbrio com os processos ecológicos (GLIESSMAN, 2000).

Essa dicotomia produziu, entre outras conseqüências, em termos mundiais, o estabelecimento de um ideal a ser buscado: a modernização dos países “subdesenvolvidos”, tendo como modelo os países “desenvolvidos”. Curiosamente são esses mesmos países, vistos como modelo, os maiores responsáveis (por seu modo de vida) pelas crises ecológicas que colocam em risco todo o planeta. O progresso e o moderno – leia-se homogeneização de processos produtivos – foram vistos, nessas teorias, como algo intrinsecamente bom; e o que era “múltiplo”, complexo, passou a ser visto como algo atrasado, a ser superado (MOLINA; SEVILLA GUZMÁN, 1993, p. 33).

A agroecologia propõe então ver o progresso e o desenvolvimento de outro ponto de vista, que permita se pensar uma outra modernidade.

O capitalismo está intimamente associado à generalização das causas que desembocaram na atual crise ecológica. [...] a modernidade capitalista não apenas **não é** uma necessidade [do conjunto da humanidade] mas inclusive **não é desejável**.⁶⁴ [...] Devemos, pois, abandonar os esquemas de pensamento tão freqüentes nas ciências sociais que têm sua origem nas teorias do progresso social elaboradas primeiro por Spencer, e depois, por Marx e Engels, e que identificam a modernidade como um estágio superior evolutivo da humanidade (MOLINA; SEVILLA GUZMÁN, 1993, p. 59, nota 68).

Ao contrário dessa perspectiva evolucionista, a agroecologia vai buscar, então, recuperar o papel do campesinato na história, posição que conflita com as principais linhas de pensamento dominantes na sociologia até então (meados da década de 1980). Manoel de Molina e Sevilla Guzmán (entre outros pesquisadores), por meio de uma integração entre o pensamento de Chayanov com os últimos escritos de Marx sobre a racionalidade camponesa, sustentam que o modo de vida camponês é o mais adequado para a produção sustentável na agricultura, por ser o único capaz de reproduzir, o mais fielmente possível, os ecossistemas naturais.

No intuito de mostrar como se efetivariam essas propostas em contextos concretos, Altieri e Yurjevic (1989) trazem como exemplo projetos de desenvolvimento rural com enfoque agroecológico levados adiante por organizações não-governamentais na América Latina. Nestes projetos utilizavam-se tecnologias sustentáveis para aumentar a produtividade agrícola (em um contexto de se buscar uma maior eficiência no uso dos recursos), como forma de enfrentar a pobreza rural. Utilizavam-se metodologias participativas, originárias da educação popular, fortalecendo a organização e a identidade étnica do campesinato; e desenvolviam-se tecnologias apropriadas para a

⁶⁴ Os grifos estão no original.

criação/renovação de métodos de manejo e de convivência com os ecossistemas locais (águas, solos, florestas, etc.). Essas propostas levavam a que se pressionasse, por outro lado, por mudanças no ambiente institucional, socioeconômico e político, questionando-se as concepções hegemônicas nos projetos de desenvolvimento sobre o papel atribuído aos camponeses (ALTIERI; YURJEVIC, 1989, p. 1).

Entende-se, no entanto, que a agroecologia não pode ter a responsabilidade de, por si só, levar a mudanças estruturais; poderá apenas criar as condições para que isso seja colocado em questão:

Como enfoque de desenvolvimento agrícola, a Agroecologia não pode enfrentar os fatores estruturais e econômicos que condicionam a pobreza rural. Isto vai requerer um enfoque de desenvolvimento muito mais amplo, que ponha ênfase na organização social do campesinato. A esse respeito, os problemas tecnológicos devem assumir seu papel em estratégias de desenvolvimento que incorporem as dimensões sociais e econômicas (ALTIERI; YURJEVIC, 1989, p. 16).

Sevilla Guzmán resume, a seguir, como deveriam ser as características de um desenvolvimento rural equilibrado, em uma visão agroecológica, pautado em agriculturas de base familiares, com maior estabilidade na produção, sustentabilidade, e garantia de segurança alimentar:

- a) Integralidade: atividades econômicas e sócio-culturais integradas, as potencialidades e oportunidades tendo como foco o bem-estar das comunidades.
- b) Harmonia e equilíbrio: crescimento econômico X sustentabilidade ambiental.
- c) Autonomia de gestão e controle: gestão compartilhada, incluindo a gestão pública, com participação da comunidade.
- d) Minimização das externalidades negativas: criação de redes locais de intercâmbio de insumos, mercados alternativos, etc.
- e) Potencialização de circuitos curtos de comercialização, que possibilitam experiência e controle, e paulatinamente podem ser alargados; minimizando a dependência da comercialização externa.
- f) Estímulo ao conhecimento local do manejo dos ecossistemas; não apenas o resgate de tecnologias e conhecimentos ancestrais (muitos já perdidos), mas também a busca da criatividade para se encontrarem novas soluções com base na co-evolução entre os sistemas naturais e sociais.

- g) Pluriatividade, seletividade e complementaridade de renda: promoção de uma “modernidade alternativa”, com o uso múltiplo do território, reutilização da energia e dos materiais, buscando-se a complementaridade das atividades (SEVILLA GUZMÁN, 2001, p. 37).

Como veremos a seguir, o principal caminho para se chegar à concretização desse desenvolvimento será o empoderamento dos agricultores por meio da construção conjunta (ciência e movimento popular) do conhecimento agroecológico.

O diálogo de saberes como fator de empoderamento

A Agroecologia não se propõe apenas a modificar a parcelização disciplinar, mas sim a própria epistemologia da ciência (SEVILLA GUZMÁN, 2001, p. 1), incorporando o “saber popular” e, nesse sentido, orquestrando não apenas diferentes disciplinas, mas também distintas “formas de conhecimento”. Não se trata simplesmente de se agregar uma dimensão ecológica aos estudos convencionais sobre as mudanças no mundo rural, típico dos discursos ecotecnocráticos, mas de se criarem novas categorias conceituais que permitam o desenho de um sistema de produção agrícola em que os seres humanos cultivem a terra sem degradá-la e sem degradar-se enquanto organizações sociais. O ponto de partida é a inseparabilidade dos sistemas sociais e ecológicos; ou seja, as relações entre os agentes sociais e os ecossistemas (MOLINA; SEVILLA GUZMÁN, 1993, p. 27).

Essas questões aparecem mais claramente nos métodos e técnicas propostos por Sevilla Guzmán para a reflexão/investigação agroecológica, cujo ponto de partida seriam os “espaços socioculturais de exploração agroecológica”: a propriedade, em seus diversos estilos de manejo dos recursos naturais; as comunidades locais, as sociedades em que estão inseridas; até espaços maiores como a região, o estado ou país. A problemática do manejo dos recursos naturais deve ser pensada, em cada um desses espaços, a partir de uma tripla perspectiva: ecológico-produtiva, socioeconômica e sócio-política (SEVILLA GUZMÁN, 2001, p. 3).

A Agroecologia apresenta-se como uma proposta que rompe os domínios de uma ciência estanque, e propõe a incorporação de outros sujeitos sociais (que não o “cientista”), como co-produtores do conhecimento a ser gerado. Os métodos e técnicas de trabalho e as pesquisas participativas propostas buscarão:

romper com o discurso agrônômico convencional, cuja informação é obtida nas estações experimentais e cujas soluções costumam ser aportadas com base em princípios homogeneizadores, que pretendem possuir o patamar de lei científica (SEVILLA GUZMÁN, 2001, p. 8).

Este discurso, quando transportado para a prática experimental e produtiva, produz informações “desconectadas dos contextos temporais, sociais, políticos e econômicos concretos, onde estão inseridos os atores”, e “carecem da articulação necessária entre a informação obtida na pesquisa e a significação que esta tem para os atores intervenientes” (SEVILLA GUZMÁN, 2001, p. 8).

A crítica que se faz à ciência agrônômica tradicional baseia-se no fato de que esta ignora a existência de agricultores concretos, em suas conexões sócio-ambientais e culturais, portadores de conhecimentos, desejos e opiniões, e que são tratados como um instrumento para se chegar a um resultado externo à sua própria decisão (aumento da produção, da rentabilidade da propriedade, etc.). Esse tipo de agricultura não leva em conta, portanto, a percepção dos sujeitos envolvidos no processo e sua capacidade de tomar decisões, baseada nos seus próprios valores, pessoais e comunitários.

A ruptura epistemológica com o desenvolvimento rural convencional surge da experiência acumulada [...] a partir do reconhecimento de que os agricultores não só têm um amplo conhecimento dos seus sistemas agrícolas, senão que, ademais, são capazes de dirigir provas e experimentos (SEVILLA GUZMÁN, 2001, p. 9).

A Agroecologia pretende, assim, produzir uma relação dialógica horizontal entre investigador/investigado, que valoriza os sujeitos sociais e permite emergir um sentido sócio-cultural para as suas ações, tanto quanto aos processos naturais analisados, quanto aos sociais. Pretende uma ruptura nas relações de poder que distingue entre o “*pesquisador-sujeito-que-sabe*”, frente ao “*pesquisado-sujeito-que-ignora*” (IBAÑEZ, 1979, p. 23 apud SEVILLA GUZMÁN, 2001, p. 9).

Algumas questões se colocam aqui como imprescindíveis, na interpretação da agroecologia: (i) a visão de que os camponeses (entendidos como todos os grupos tradicionalmente excluídos ou subordinados da “modernidade” no campo, tais como indígenas e povos tradicionais) devem ser os sujeitos ativos dessas propostas, em diálogo com as disciplinas científicas conhecidas (agronomia, ecologia, sociologia e economia rurais, etc.); (ii) a idéia de que é preciso observar a natureza e tirar lições da sua forma de funcionamento; em particular, dos seus sistemas de regeneração; (iii) a necessidade de investir-se em inovações tecnológicas que partam de outros pressupostos (como a maior eficiência energética, o menor uso de insumos) que não a busca do lucro e do aumento da produtividade, simplesmente.

Como resultado direto desses processos espera-se um empoderamento dos agricultores, contribuindo para a sua valorização, uma vez que estes constituem um grupo social imprescindível para a construção de modelos sustentáveis de agricultura.

3.3 ENTRE O AGROECOSSISTEMA E A COMUNIDADE CAMPONESA, OS ESPAÇOS DAS MULHERES

Em vários textos que definem as premissas e os métodos da agroecologia encontram-se referências à existência das desigualdades de gênero como fontes de preconceitos contra as mulheres, e como aspectos que deveriam ser considerados na elaboração dos seus programas de pesquisa e propostas de intervenção⁶⁵. No entanto, não existem aprofundamentos sobre essa problemática, que é fundamental para o entendimento de como se expressam as relações de poder no meio rural, e que determina, por exemplo, o vínculo de uma parcela significativa da população camponesa (as mulheres) aos meios de produção e aos recursos ambientais. As relações de poder determinam igualmente as condições de participação dos homens e mulheres nos espaços de decisão sobre os rumos da sociedade, e, portanto, na construção do desenvolvimento rural sustentável. Parece existir um “vazio de análise” entre o nível micro focado pelas teorias agroecológicas (o agroecossistema) e o nível macro (as comunidades rurais, os “camponeses”, os “indígenas”, a “agricultura familiar”), um espaço que merece ser analisado, no qual se encontram as pessoas concretas, homens e mulheres, que trabalham na agricultura.

Sevilla Guzmán, na entrevista citada, comenta que a questão da participação das mulheres foi muito importante, por exemplo, nos processos de ocupação de terras ocorridos na Andaluzia no final dos anos 1970; de acordo com o ideário coletivista que inspirava aqueles grupos sociais, uma das questões fundamentais na organização do trabalho era o rodízio de tarefas (inclusive entre as tarefas agrícolas e “da casa”), entre homens e mulheres, em um contexto de não se fixarem papéis ou relações de hierarquias entre subordinados e chefes, especialização de funções, etc. Havia uma determinação desses grupos em construir novas relações de poder não-autoritárias, baseadas na cultura do trabalho. Estas propostas estão expressas, por exemplo, na Declaração Final do VI Congresso do *Sindicato de Obreros del Campo* (SOC), ocorrido em 1993, em Cádiz (SEVILLA GUZMÁN, 2005, p. 6). No entanto, segundo Sevilla Guzmán, “a universidade não dispunha de pessoal especializado na discussão de gênero ou das mulheres, e embora

⁶⁵ Ver, por exemplo: Hecht (2002); Caporal (1998); Sevilla Guzmán (1999).

esse tema nos interessasse, e sempre aparecesse nas reuniões, não conseguimos desenvolvê-lo”.

Uma referência feminista encontrada em alguns textos dos teóricos da agroecologia é Vandana Shiva, autora comentada no capítulo anterior, que se dedica, a analisar, entre outros temas, os mecanismos através dos quais as grandes corporações estão destruindo os sistemas camponeses de produção de alimentos, literalmente “produzindo” a pobreza, a fome e a miséria em lugares onde antes existia diversidade e abundância. Ela denuncia a manipulação da opinião pública feita por essas corporações, através de cientistas, políticos, empresários, e mostra como marginalizam e reprimem as manifestações de inconformismo das comunidades camponesas atingidas por essas transformações. São temas profundamente caros à agroecologia, porque lidam com a produção de alimentos, as políticas de desenvolvimento rural, sendo os direitos das comunidades camponesas o ponto central da sua análise.

Como ecofeminista, porém, ela não denuncia apenas a situação dos camponeses em geral, mas enfoca especificamente o que ocorre com as mulheres: as mudanças nos seus modos de vida, as dificuldades encontradas, suas formas de resistência cotidiana, sua organização política. Essa questão é discutida em todos os seus principais trabalhos, desde *Abrazar la vida*, de 1988, até os mais recentes (ver, por exemplo, *Manifiesto para una democracia de la tierra*, de 2006).

Nesse livro ela reforça a necessidade de serem feitas, em todas as pesquisas, análises de gênero mais abrangentes, abarcando também as conseqüências que as transformações globais trazem para a vida das mulheres. As ações das instituições financeiras comerciais e empresariais devem ser analisadas na forma como incidem conforme o gênero, assim como conforme as classes, os países.

Quando as grandes companhias seqüestram os alimentos e a água para fazer negócios com eles, destroem as economias das mulheres e os seus sistemas de conhecimento, e, à medida que aumenta a marginalização das mulheres, aumenta paralelamente a violência contra elas (SHIVA, 2006, p. 160).

Essa análise é necessária para desvendar a forma específica como o patriarcado se manifesta em políticas concretas; não há apenas um “sistema econômico e político global” que oprime as pessoas indistintamente. As implicações dessas políticas na vida das pessoas serão diferenciadas conforme se é homem ou mulher, assim como de acordo com a classe social, o país onde se vive, etc. Assim:

É fundamental ter em conta [...] a existência de uma base patriarcal de paradigmas, modelos, processos, políticas e projetos, que precisam ser entendidos e desmontados em seus argumentos e lógicas. Deve ter-se em conta de que modo se excluem as preocupações, as prioridades e as percepções femininas, na hora de definir a economia, os problemas econômicos, e de propor soluções e colocá-las em prática (SHIVA, 2006, p. 159).

As citações de trabalhos desta autora pelos teóricos da agroecologia, no entanto, frequentemente omitem suas reflexões sobre as questões de gênero e a resistência das mulheres, atendo-se apenas às suas considerações gerais sobre o sistema agroalimentar. É como se, no nível macro, onde os autores agroecológicos dão destaque para as formas de resistência dos camponeses às transformações globais, as mulheres permanecessem invisíveis. Porém, mesmo quando se desce ao nível do manejo dos agroecossistemas, onde necessariamente as mulheres teriam que aparecer (visto que estão ali, em todas as famílias camponesas, trabalhando na terra e transformando os ecossistemas), tanto a análise das atividades realizadas por elas, como a sua participação enquanto sujeito político dificilmente são enfocadas.

O autor mais próximo dos teóricos da agroecologia que tratou deste tema foi Joan Martinez Alier, em seu livro *El ecologismo de los pobres* (2004). No capítulo em que discorre sobre os diversos atores sociais envolvidos nas lutas ambientais, dedica um item especial às questões de gênero, mostrando a contribuição que as mulheres podem trazer a essas lutas em função da sua posição de gênero; a importância das suas questões específicas em um contexto de busca de novas relações entre a humanidade e a natureza; e a necessidade de pensarem-se propostas de desenvolvimento que incluam novas relações não discriminatórias entre homens e mulheres⁶⁶.

Martinez Alier reconhece que as sociedades camponesas, apesar de trabalharem em modelos de produção que conservam a biodiversidade e usarem de forma mais eficiente a energia solar, são “lastimosamente patriarcais”, e chama a atenção de todos aqueles que, como ele próprio, defendem uma posição ecológica pró-camponesa, para que não olhem para o passado, e sim para um outro tipo de agricultura camponesa que não tenha essas características.

⁶⁶ Por exemplo, no contexto da discussão sobre as políticas populacionais, o autor defenderá que os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres deverão ser respeitados, com políticas de “empoderamento” das mulheres, criticando as posições “patriarcais e racistas” que não respeitam esses direitos.

Apoiando-se em Bina Agarwal⁶⁷ e outras autoras feministas, o autor discorre sobre a relação das mulheres rurais com o sustento das famílias enquanto provedoras de alimentos, água, e combustível (lenha), e sobre como as mudanças no acesso a esses meios de sobrevivência podem afetá-las no cumprimento de seu papel social. Isso faz com que elas, em muitos casos, sejam as primeiras a reagir contra a privatização ou a escassez desses recursos.

Concordando com Agarwal e discordando das ecofeministas essencialistas, Martínez Alier afirma que a consciência das mulheres rurais acerca da necessidade de manutenção de um ambiente limpo e abundante está mais relacionada com as suas condições de sobrevivência do que com uma suposta “empatia biológica intrínseca entre as mulheres e a natureza”. Por outro lado, critica também aquelas feministas que, segundo ele, “se ofendem” ao serem identificadas com a natureza e não com a cultura, e posiciona-se ao lado de quem defende que é necessário um olhar integrador da humanidade com o ambiente e não o contrário. Citando Ariel Salleh (1997), ecofeminista australiana, afirma: nem homens nem mulheres são “*seres angelicais desmaterializados*”, todos somos matéria e energia, e vivemos em um mundo concreto.

Efetivamente o ativismo das mulheres no movimento de justiça ambiental e no ecologismo dos pobres tem sido significativo, e, muitas vezes, determinante, devido “ao seu compromisso cotidiano mais estreito com o uso da natureza e o cuidado do meio ambiente sadio, e adicionalmente, de sua maior consciência e respeito pela coesão e solidariedade comunitárias” (MARTÍNEZ ALIER, 2004, p. 270). Em vários movimentos foram elas que assumiram papéis de liderança e arcaram com os custos dessa participação: “Elas foram assediadas, golpeadas, presas ou assassinadas, tanto nas lutas contra a incineração do lixo urbano em Los Angeles, como nas lutas contra os tanques de produção de camarão em Bangladesh, para dar alguns exemplos” (MARTÍNEZ ALIER, 2004, p. 269).

⁶⁷ Cujas posições sobre as relações entre feminismo e ambientalismo já foram comentadas no capítulo anterior.

Este autor lembra ainda que nas sociedades industrializadas há movimentos de mulheres que colocam em questão a invisibilidade das tarefas de cuidado, assim como dos serviços ambientais; e que as mulheres se inclinam por visões de longo prazo e pela segurança alimentar, participando da resistência contra a degradação ambiental⁶⁸.

Os movimentos camponeses de lutas ambientais – nas quais as mulheres também estão presentes – usam diferentes discursos para construir a sua legitimidade (a linguagem dos direitos, do “sagrado”, das tradições comunitárias, etc.); porém, para Martinez Alier, embora todos esses expedientes sejam válidos para se conseguir o apoio social, é necessário que não se volte atrás no que diz respeito aos direitos das mulheres. Ele aponta para a necessidade de se incorporarem as questões colocadas pela Economia Feminista (sobre a invisibilidade das tarefas da reprodução e dos cuidados) e os valores ecofeministas nas pautas dos movimentos ambientais. Concordando com Agarwal, aponta ainda para a urgência em se criarem novas instituições no meio rural que reforcem a posição negociadora das mulheres, e não o contrário (MARTÍNEZ ALIER, 2004, p. 270).

É importante lembrar que este autor é considerado também um dos principais colaboradores com o pensamento agroecológico, especialmente por seus aportes sobre as ligações entre a Economia Política e a Ecologia, na construção da Economia Ecológica. Porém, suas considerações sobre a importância do empoderamento das mulheres para as lutas ambientais têm permanecido ignoradas pelos principais teóricos desse campo.

No Brasil, os primeiros textos reivindicando uma maior atenção à participação das mulheres na construção da agroecologia apareceram em meados da década de 1990, na autoria de Maria Emilia Lisboa Pacheco, antropóloga vinculada a uma organização não-governamental de assessoria a movimentos populares⁶⁹.

⁶⁸ Martinez Alier, ao longo deste livro, cita vários outros casos de conflitos sócio-ambientais em que a participação das mulheres foi fundamental, e lembra que esses movimentos dificilmente se reconheciam como feministas ou como ecologistas: no final dos anos 1990, no norte do Equador, o enfrentamento contra a instalação de uma mina de cobre, e as articulações com os movimentos mineiros no Chile que lutavam contra a mesma empresa (2004, p. 92); ainda no Equador, as lutas das marisqueiras contra empresas de produção de camarão (2004, p. 116); e os casos *Chipko*, na Índia, *Green Belt*, no Quênia, e movimentos seringueiros no Brasil (2004, p. 162), que já comentamos no capítulo anterior.

⁶⁹ Diversas pesquisadoras e pesquisadores (Paola Cappelin, Lena Lavinias, Leonilde Medeiros, Zander Navarro, Cândido Gribowski, entre outros) já vinham se referindo ao ressurgimento dos movimentos de mulheres agricultoras no Brasil, ocorrido durante a década de 1980. Esses movimentos lutavam pelo reconhecimento das mulheres enquanto trabalhadoras rurais (visando obter direitos sociais e previdenciários) e por acesso a políticas produtivas específicas (como terra, crédito, assistência técnica) e começavam a ganhar espaço no conjunto das lutas camponesas (tema que será abordado em detalhes nos capítulos seguintes). Maria Emilia Pacheco, no entanto, foi a primeira autora a se referir especificamente à participação das mulheres na agroecologia.

Chamando a atenção para a invisibilidade do trabalho da mulher na agricultura e para a importância das suas atividades no conjunto do sistema de produção (como a horta, o pomar, os animais domésticos e todas as atividades consideradas “secundárias” em relação às culturas comerciais), Maria Emilia Pacheco propunha que os projetos agroecológicos passassem a dar destaque para as mulheres enquanto sujeitos daqueles espaços de produção.

Essas atividades eram importantes para a segurança alimentar, para a complementação de renda da família e como estratégias de conservação da biodiversidade. O reconhecimento do seu valor implicaria, no entanto, uma mudança de postura dos técnicos que trabalhavam nesse tipo de projeto, pois seria necessário ouvir as mulheres, dar atenção às suas preocupações, e reconhecê-las como elementos importantes nas lutas sociais, o que, na prática, até então, ocorria muito esporadicamente (PACHECO, 1997).

A invisibilidade do trabalho das mulheres na agricultura a que Maria Emilia Pacheco se refere está vinculada às formas como se organiza a divisão sexual do trabalho e de poder nessa forma de produção, em que a chefia familiar e a da unidade produtiva socialmente é outorgada ao homem. Embora a mulher trabalhe efetivamente no conjunto de atividades da agricultura familiar: preparo do solo, plantio, colheita, criação de animais, entre outras atividades (incluindo a transformação de produtos e o artesanato), somente são reconhecidas, porém com status inferior, aquelas atividades consideradas extensão do seu papel de esposa e mãe (preparo dos alimentos, cuidados com os filhos, etc.).

A antropóloga discutia a invisibilidade do trabalho da mulher, usando como referência os postulados da Economia Feminista e de algumas ecofeministas, que mostravam que a exploração do trabalho das mulheres, tanto na esfera produtiva como reprodutiva obedecia à mesma lógica da exploração da natureza. Desse modo, levantou a questão da necessidade de empoderamento das mulheres, considerando-as como produtoras de bens e gestoras do meio ambiente, assim como portadoras de uma lógica não destruidora com relação à natureza:

Há elos a estabelecer entre os debates sobre sustentabilidade e as relações sociais de gênero. Ambas as noções colocam-se contra uma visão produtivista e economicista. Por um lado, a noção de sustentabilidade remete ao campo das lutas sociais, de novas relações entre sociedade e natureza, numa perspectiva democrática, para a contestação da exploração de classe e da injustiça social e ambiental. Por outro lado, a crítica ao paradigma dominante da economia, feita pelo pensamento feminista, quer insistir na perspectiva segundo a qual um exame do desenvolvimento sustentável deve levar em conta as dimensões sociais e de gênero, e

integrar nesse conceito uma distribuição justa dos recursos materiais, conhecimentos e poder, um sistema de valoração econômica adequado e a sustentabilidade do meio ambiente (PACHECO, 2002, p.8).

Tal argumento de defesa da importância das mulheres na agroecologia combinava os postulados feministas do empoderamento das mulheres com os conceitos de co-evolução dos sistemas sociais e ecológicos, especificando o papel das mulheres na construção dos conhecimentos, ou seja, reivindicando o papel de sujeitos sociais para as mulheres:

As mulheres adquiriram historicamente um vasto saber dos sistemas agroecológicos. Desempenham importante papel como administradoras dos fluxos de biomassa, conservação da biodiversidade e domesticação das plantas, demonstrando em muitas regiões do mundo um significativo conhecimento sobre as espécies de recursos genéticos e fitogenéticos, e assegurando por meio de sua atividade produtiva as bases para a segurança alimentar. [...] Esse papel é tão mais importante quando consideramos que a conservação e o uso da biodiversidade constituem-se como ponto-chave para a defesa da agricultura e do agroextrativismo familiar, bem como, simultaneamente, que a biodiversidade é protegida pela diversidade cultural (PACHECO, 2002, p. 20).

No entanto, para reverter a sua situação de invisibilidade e enfrentar a questão do poder seria necessário, entre outras questões, oferecer-lhes apoio organizativo e possibilitar que elas tivessem acesso a recursos produtivos (terra, crédito, formação técnica) para que pudessem desenvolver suas capacidades. Essa postura iria requerer um triplo desafio das organizações que apoiavam essas experiências: revisão das categorias de análise aceitas até então; revisão das práticas político-educativas das próprias ONGs e entidades de assessoria; e aprofundamento das críticas às propostas de políticas públicas para a proposição de alternativas, levando em consideração os anseios das mulheres (PACHECO, 2002, p. 23).

Estas questões esbarravam claramente na discussão sobre o caráter familiar da agricultura camponesa. O argumento da autora será o de que a agroecologia terá que aproximar-se dessa discussão, pois,

as relações entre homens e mulheres no âmbito familiar e a forma como a família é constituída e reproduzida são tão importantes quanto as relações de classe, quando se trata de explicar as diferenças sociais do campesinato, assim como a sua reprodução social (PACHECO, 2005a, p. 2).

Estava claro para esta pesquisadora que uma das discussões mais difíceis seria justamente a desconstrução do mito da família como um conjunto harmônico e integrado, em que todos exercem papéis complementares, “gerenciados” pelo homem; uma vez que, na verdade, a família era também um espaço onde se reproduziam relações desiguais de

poder entre os homens e as mulheres. Porém, em um ambiente de valorização da “bondade intrínseca” do modelo de agricultura familiar, essa questão tornava-se delicada.

É importante lembrar que, no contexto da discussão sobre a importância do campesinato na agroecologia, estava havendo uma redescoberta de autores como Alexander Chayanov (1974) e Jerzy Tepicht (1973), entre outros, que haviam estudado o caráter familiar da agricultura camponesa como uma das virtudes que permitia que essa forma de produzir subsistisse dentro do capitalismo, porque era capaz de, permanentemente, rever a alocação dos recursos produtivos a partir de um balanço entre as exigências do mundo exterior em termos de produção e as necessidades da família.

Nesse debate, estavam em jogo questões como a capacidade da unidade camponesa de acumular capital, incorporar novas tecnologias, apropriar-se da renda da terra, em uma permanente tensão entre crescer e capitalizar-se, por um lado; e sobreviver enquanto modo de vida, por outro. A perspectiva dos marxistas clássicos era, em geral, economicista e determinista (o campesinato estaria fadado *necessariamente* a um determinado destino sob o capitalismo); posições que eram contestadas por autores que buscavam em Chayanov e Tepicht pistas sobre a “inesperada” sobrevivência do campesinato ao longo dos anos, em formações históricas muito distintas. Esses autores viam no aspecto familiar da unidade camponesa uma parte dessas respostas, visto a sua “unidade de propósitos” (a manutenção do patrimônio da família como o objetivo máximo dos camponeses). Era preciso, no entanto, ver mais do que os aspectos econômicos para entender a “lógica do campesinato”⁷⁰.

O que, mesmo os defensores do campesinato como um modo de vida não conseguiam ver, é que os “demais membros da família” – esposa, filhos, agregados – não eram seres inertes dentro do aglomerado familiar, atuando apenas como “mão de obra suplementar” a que se lançava mão em caso de necessidade; mas pessoas que ocupavam determinados papéis produtivos e sociais dentro da família, detentores de saberes diferenciados dados por essas experiências, e, sobretudo, sujeitos dotados de desejos e necessidades capazes de influenciar também as decisões sobre o futuro do empreendimento familiar.

Maria Emilia Pacheco vai ajudar a quebrar essa visão monolítica da “agricultura familiar”, chamando a atenção para as iniquidades que atingiam as mulheres. Baseou-se em algumas pesquisas que mostravam que, no campesinato, a distribuição do produto do

⁷⁰ Uma excelente apresentação dessa discussão pode ser encontrada em ABRAMOVAY (1992).

trabalho tendia a ser mais igualitária nos sistemas de produção em que a mulher participava das decisões do planejamento e da forma de dispor os produtos (argumento da equidade); e que existiam evidências de que, quando se expandia o leque de atividades geradoras de renda nas quais as mulheres se envolviam, aumentavam suas opções estratégicas, criando-se condições para que elas tivessem maior autonomia e poder de decisão (argumento do empoderamento baseado nas condições materiais) (PACHECO, 2005a, p. 4).

A participação das mulheres agricultoras nas lutas sociais rurais havia crescido significativamente no Brasil no decorrer da década de 1990, assim como nas experiências produtivas vinculadas ao movimento agroecológico⁷¹, e, a partir dos anos 2000, começaram a ser realizadas algumas pesquisas acadêmicas (em nível de mestrado e doutorado) especificamente sobre essa participação⁷². Pela primeira vez eram enfocadas as mudanças ocorridas nos sistemas produtivos das propriedades rurais, e chegou-se à conclusão que, de maneira geral, participar de experiências agroecológicas permitia a ampliação do espaço de atuação dessas mulheres, para além das suas redes de sociabilidade habituais.

Foram apontados alguns fatores que favoreceram a melhoria da situação das mulheres nos sistemas de produção agroecológicos:

- a) a agroecologia valorizava as atividades tradicionalmente desenvolvidas pelas mulheres dentro do sistema de produção familiar (hortas, pomares, pequenos animais, transformação caseira de produtos), envolvendo-as necessariamente em várias etapas do processo produtivo;
- b) a transição para a agroecologia era vivida, muitas vezes, pelos agricultores e agricultoras, como uma mudança radical no modo de se relacionar com a natureza e com as pessoas, numa perspectiva ética de cuidado com o meio ambiente e com os demais seres humanos; além de valorizar uma atitude geralmente atribuída às mulheres (o “cuidado”), essa postura abria espaço para o questionamento de relações autoritárias;
- c) a forma como se dava a transição para a agroecologia pressupunha a participação de todos os membros da família, porque exigia a integração do conjunto das

⁷¹ Essa discussão será abordada em detalhes no quarto capítulo. Ver, ainda, artigos de Siliprandi citados na bibliografia; Gouveia (2003); Schaaf (2001), entre outros.

⁷² Ver : Pastore (2003); Karam (2004); Mourão (2004); Burg (2005), entre outras.

atividades da propriedade, muitas vezes sob responsabilidade de diferentes pessoas, quebrando o monopólio gerencial do homem;

- d) no período mais recente, passaram a existir pressões por parte de entidades externas às famílias (Estado, organizações não governamentais financiadoras dos projetos, movimentos de mulheres rurais) para que as mulheres estivessem presentes em maior número nos espaços onde as propostas de apoio à transição eram discutidas, tais como cursos e seminários;
- e) a participação das mulheres em espaços públicos, principalmente onde se realizava a comercialização (como as feiras) permitia o contato com públicos exteriores à propriedade, assim como a aquisição de novos conhecimentos e habilidades, possibilitando o reconhecimento social do trabalho desenvolvido por elas, gerando-lhes maior auto-estima;
- f) o fato de as mulheres poderem obter, por si mesmas, rendas mais permanentes, recebidas por elas individualmente e fruto direto do seu trabalho, tendia a melhorar o seu poder de barganha dentro das famílias, permitindo avanços quanto à sua autonomia.

No entanto, nas mesmas pesquisas se apontou que essas transformações não eram automáticas, havendo casos em que, quanto mais o sistema produtivo avançava em direção às práticas ecológicas e integrava-se mais fortemente ao mercado, mais as mulheres iam sendo marginalizadas das decisões. Verificou-se então uma espécie de paradoxo: as atividades que eram de domínio das mulheres passavam a ser controladas pelos homens, e elas perdiam poder de barganha dentro das famílias, voltando a atuar somente como mão-de-obra⁷³.

⁷³ Magalhães (2005) analisa um caso semelhante – a “masculinização” da produção leiteira no oeste paranaense, também no Brasil, mostrando como esta atividade, tradicionalmente considerada feminina, desloca-se para o controle dos homens, quando o leite passa a fazer parte de um mercado mais estruturado, e gera mais renda para as famílias. Fica claro então que o fator “sucesso econômico” alcançado eventualmente com as atividades desenvolvidas tradicionalmente por mulheres, por si só, não explicaria uma tendência da agricultura ecológica em abrir espaços para uma maior autonomia das agricultoras. Outros fatores teriam que ser analisados para entender melhor o que favoreceria ou dificultaria essas transformações.

As explicações para estes fenômenos teriam que ser buscadas no caráter patriarcal da sociedade em que as mulheres estavam inseridas, comentado acima. No contexto da agricultura familiar (agroecológica ou não), o poder sobre as decisões que afetam a família enquanto unidade de produção e também enquanto núcleo de convivência é outorgado aos homens, cabendo às mulheres um lugar subordinado. As atividades consideradas “produtivas” (que geram renda) valem mais que as “reprodutivas” (de manutenção das pessoas), sendo as primeiras identificadas com os homens e as segundas, com as mulheres. Homens e mulheres, na verdade, transitam entre essas atividades sem se restringirem, obrigatoriamente, apenas a um dos campos; e nem se “comportam” necessariamente, de acordo com esses modelos. Entretanto, mesmo que a atividade venha a ser realizada por pessoas do outro sexo, a forma de valorização do que é masculino ou feminino permanece; assim como, mesmo que o comportamento das pessoas não corresponda ao modelo esperado, é esse conjunto de representações que serve como referência.

Patrícia Mourão, em sua dissertação de mestrado (MOURÃO, 2004, p. 94), cita dois outros autores latino-americanos que se preocuparam em analisar porque as experiências agroecológicas tinham tantas dificuldades para assimilar enfoques de gênero. O primeiro deles, W. Chamocho (2002) afirma que gênero e agroecologia são temas que devem ser integrados, pelos seguintes fatores:

1) A agroecologia, entendida como parte de uma proposta de desenvolvimento rural, reconhece o enfoque de gênero como uma variável social que contribui para o melhor conhecimento dos sistemas agrários locais e, portanto, permitem um melhor desenho de instrumentos metodológicos, estratégias e indicadores para promover mudanças; 2) Incorporada à perspectiva de gênero, a agroecologia reconhece as diferenças biológicas de mulheres e homens, assim como a desigualdade de gênero, portanto, promove alternativas de eficiência e equidade em suas funções; 3) A perspectiva de gênero incorporada à proposta agroecológica permite uma melhor análise, contribuindo para perceber e alcançar mudanças importantes nos estilos de vida e trabalho das agricultoras e dos agricultores, por alcançar equilíbrios adequados com seu ambiente (CHAMOCHUMBI, 2002, apud MOURÃO, 2004, p.95).

Já Y. Bustinza se ocupa de discutir as razões pelas quais essa integração não acontece:

pela falta de conhecimento e comprometimento de técnicos com o tema; a falta de uma visão crítica da posição das mulheres na família, no sistema produtivo e na sociedade; um discurso que associa agroecologia e gênero ao papel tradicional da mulher, onde este leva aos princípios agroecológicos; a resistência dos técnicos na promoção do gênero; e um convencimento de que incorporar o componente de gênero nos projetos se

resume a trabalhar com mulheres nas atividades produtivas (BUSTINZA, 2002, apud MOURÃO, 2004, p.;94).

A experiência tem mostrado, no entanto, que a participação em processos de transição para a agroecologia, ao introduzir elementos que potencialmente desestabilizam a lógica patriarcal, pode abrir espaço para a mudança dos padrões de gênero, criando brechas para o reconhecimento de alternativas de vida às mulheres, para além dos papéis tradicionais. Mas para quebrar essa lógica é preciso que haja um processo de “empoderamento” também político dessas mulheres; o que vai depender, basicamente, de que elas consigam aparecer (individual e coletivamente) como sujeitos ativos, nas famílias, nas comunidades, até influenciarem nas instituições públicas, nas políticas, na sociedade. Enfim, que elas sejam reconhecidas.

Nos próximos capítulos, serão abordados os passos que foram dados pelas mulheres envolvidas no movimento agroecológico, no Brasil, buscando exatamente constituírem esse sujeito político.

4 AS MULHERES NO MOVIMENTO AGROECOLÓGICO BRASILEIRO

4.1 OS MOVIMENTOS DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS

As Mulheres Rurais no contexto dos Movimentos Sociais Rurais e de Mulheres

As mulheres trabalhadoras rurais têm estado freqüentemente presentes nas lutas sociais dos agricultores brasileiros, embora nem sempre sua participação seja reconhecida. Apenas no período mais recente parte dessa história tem sido resgatada. Podemos citar como exemplo o estudo sobre o seu papel nas Ligas Camponesas, importantes organizações de luta pela terra e pelos direitos dos agricultores, surgidas do nordeste brasileiro no final dos anos 1950⁷⁴. Conforme Paola Cappellin (1989 apud CARNEIRO, 1994), até a década de 1980, a inserção das mulheres nos movimentos sociais rurais realizava-se, normalmente, por meio da participação dos seus respectivos maridos ou de outros familiares; com o impedimento legal ou a morte destes, elas assumiam, por exemplo, os cargos de liderança que eles exerciam, como uma continuidade à sua luta. Mas quem ficava conhecido era o homem, não a sua esposa.

Um dos exemplos de liderança feminina desse período é Margarida Maria Alves, eleita presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Alagoa Grande, na Paraíba, em 1973 (e re-eleita quatro outras vezes, sucessivamente), assassinada em 12 de agosto de 1983 por pistoleiros contratados por latifundiários donos de usinas de cana-de-açúcar da região. Enquanto sindicalista, defendeu a garantia dos direitos dos assalariados, sistematicamente descumpridos pelos patrões. Tornou-se, após a sua morte, um símbolo do envolvimento das mulheres na luta dos trabalhadores rurais, ficando conhecida por sua frase “*Da luta eu não fujo*”, pronunciada pouco tempo antes de morrer. Outras lideranças rurais femininas também ficaram conhecidas nacionalmente, como Elisabete Teixeira e Aleixa Crespo, mas todas são exceções em relação ao conjunto das lideranças dos movimentos.

Na década de 1970, no auge da ditadura militar no Brasil, a única força política que se manteve organizada entre os trabalhadores rurais foi o movimento sindical, ainda que adaptado ao contexto de fechamento político de então: em muitos casos, limitava-se à

⁷⁴ Ver, por exemplo, o documentário realizado, em 2005, por Maria Thereza Azevedo, da Universidade Metodista de Piracicaba, sobre Aleixa Crespo, esposa de Francisco Julião. O Núcleo de Estudos Agrários do Ministério do Desenvolvimento Agrário, em conjunto com a Universidade Federal de Minas Gerais deu início, naquele ano, a um projeto de resgate da memória camponesa no Brasil em que a participação das mulheres é valorizada. Consultar: <http://www.nead.org.br/boletim/boletim.php?boletim=271¬icia=1384> e <http://www.nead.org.br/boletim/boletim.php?boletim=267¬icia=1363>, respectivamente.

prestação de serviços médicos e odontológicos e ao encaminhamento das aposentadorias dos trabalhadores. Com o aparecimento das pastorais sociais da Igreja Católica, que organizavam as Comunidades Eclesiais de Base, e, em particular, com a formação da Comissão Pastoral da Terra, em 1975, esse quadro mudou. Recriaram-se ambientes de mobilização e organização de agricultores e agricultoras, que, em um primeiro momento, se voltaram para a “retomada” dos sindicatos como ferramentas de luta dos trabalhadores rurais, e, posteriormente, para a estruturação de movimentos sociais independentes daquelas estruturas. Os sindicalistas tradicionais passaram a ser chamados de “pelegos” em contraposição àqueles que se autodenominavam “combativos”.

Carmen Deere (2004) refere-se particularmente ao período de abertura democrática (década de 1980) como sendo aquele em que se criaram as condições para o aparecimento dos movimentos específicos das mulheres rurais, como resultado do trabalho de organização das mulheres promovido por setores da igreja, assim como da consolidação do movimento feminista e de mulheres no Brasil.

Os primeiros movimentos de mulheres com impacto no Brasil, ainda no período da ditadura militar, foram os Movimentos contra a Carestia, e, na mesma época, os Movimentos Femininos pela Anistia. Em grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, foram seguidos por articulações de luta por creches e por melhorias de infra-estruturas nos bairros (associações de moradores), freqüentemente lideradas por donas de casa. A instituição do Ano Internacional da Mulher pela ONU, em 1975, abrindo a década da Mulher, ajudou a dar visibilidade e a reunir diversos grupos e entidades cujo foco principal era a participação das mulheres nas lutas sociais e políticas.

Vera Soares (1994) lembra que os movimentos feministas e a organização das mulheres se constituíram a partir de diferentes pontos de partida no Brasil. Em um primeiro momento, como dito, formaram parte do movimento popular e democrático, com o apoio das Igrejas progressistas (em especial, aquelas ligadas à Teologia da Libertação), que procuravam politizar as reivindicações mais cotidianas dessas mulheres. Simultaneamente, dentro dos sindicatos, reivindicava-se um espaço próprio de reflexão e elaboração, disputando-se a existência de uma “questão da mulher” junto à luta dos trabalhadores em geral. Havia ainda as mulheres urbanas, de classe média, que, inspiradas em experiências européias e norte-americanas, organizavam-se em grupos de reflexão sobre a condição feminina, sendo, normalmente, apenas esses últimos movimentos reconhecidos como “feministas”.

Nota-se que, por essas características, o movimento de mulheres que aqui se desenvolveu – mesmo sem ser reconhecido como feminista – já surgiu como um movimento de contestação, sem o espaço ocupado pelo feminismo liberal em outros países, em geral formado por setores de classe média. Carmen Deere e Magdalena León (2002) chamam a atenção para o fato de que, neste período, nos países desenvolvidos, as lutas das mulheres ocorriam mais no campo do reconhecimento da identidade, do reconhecimento cultural; enquanto em países como o Brasil havia uma pressão mais forte pelas questões distributivas, econômicas e de justiça social.

Durante muitos anos, foram as comemorações do dia 8 de março, como Dia Internacional da Mulher, que serviram de ponte para que se estreitassem os laços entre organizações tão diferentes como associações de bairros, sindicatos, pastorais, grupos de reflexão, entidades da sociedade civil, organizações não-governamentais de prestação de serviços, e tantas outras que de alguma forma se identificavam com o feminismo. Encontros Feministas brasileiros e latino-americanos, que ocorreram a partir de 1981, também foram fóruns importantes na busca de uma unidade.

O sindicalismo rural e os movimentos autônomos de mulheres

No meio rural, em um primeiro momento, houve um esforço de incorporarem-se as mulheres aos quadros sindicais; mas essa questão esbarrava no entendimento de que apenas um membro da família poderia ser sindicalizado, que era, em geral, o homem. Posteriormente, mesmo as mulheres tendo obtido o direito à sindicalização, muitos movimentos que se criaram em torno da questão feminina preferiram manter-se autônomos em relação à estrutura sindical, por considerarem que nesses espaços mistos não havia a valorização da lutas das mulheres.

O ano de 1985 costuma ser citado por várias pesquisadoras como um ano-chave para as mulheres rurais, por conta do aparecimento público da sua reivindicação de sindicalização, em função de dois eventos: da mobilização ocorrida em Nova Timboteua, no Pará, em que as mulheres saíram em passeata até a sede da Delegacia Regional do Trabalho (órgão estatal a que os sindicatos estavam vinculados), exigindo (e conseguindo) sua sindicalização; e da aprovação, no IV Congresso da CONTAG, pela primeira vez, de

uma moção de apoio à sindicalização das mulheres e ao reconhecimento da sua condição profissional de trabalhadora rural (CARNEIRO, 1994) ⁷⁵.

Na verdade, a organização dos movimentos de mulheres rurais já havia se iniciado alguns anos antes, pelo menos em duas regiões: no Sul do país, nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e no Nordeste, nos estados de Pernambuco e Paraíba (DEERE, 2004; ALMEIDA, 1995). Desde 1982 já havia mobilizações de mulheres no interior do Nordeste para protestar contra a sua exclusão das frentes de emergência formadas pelo governo para mitigar os efeitos das secas prolongadas. Em 1984, criou-se o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais no Sertão Central de Pernambuco, responsável pelo encaminhamento, à CONTAG, da referida proposta de sindicalização das mulheres. No sul do país, desde 1980 já estavam ocorrendo reuniões promovidas pela Igreja, em conjunto com o movimento sindical regional, discutindo-se a questão da sindicalização das mulheres⁷⁶.

Vanete Almeida, assessora sindical em Pernambuco e uma das fundadoras do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, conta, em seu livro de memórias, sobre o contexto em que se deu o início da organização das mulheres. Em primeiro lugar, sobre a ausência das mulheres no sindicalismo rural: no início dos anos 1980, em reuniões com 100 pessoas, ela, muitas vezes, era a única mulher. Mesmo quando a reunião era na casa dos agricultores, as mulheres não apareciam na sala, ou ficavam só escutando da porta. Na hora do almoço, não comiam junto com os homens, mas depois.

Ela e uma colega começaram a conversar com as mulheres, e perguntar sua opinião sobre os assuntos que estavam sendo discutidos (políticas de combate à seca, frentes de emergência). Conseguiram, aos poucos, reunir 4, 5 mulheres. Às vezes, os homens assistiam a essas reuniões, o que causava muitos constrangimentos; em alguns casos, eles não deixavam a mulher falar, mesmo que a pergunta tivesse sido dirigida a ela. Em 1983, elas conseguiram que fosse feito um documento pelo movimento sindical defendendo que pudessem se alistar nas frentes de emergência. Mas os companheiros sindicalistas achavam que as mulheres deveriam ser pagas somente para fazer a comida para os homens; enquanto elas brigaram para trabalhar diretamente nas frentes (ALMEIDA, 1995, p. 115-118).

⁷⁵ Sobre a história da participação das mulheres rurais nos movimentos sindicais e de luta pela terra no Estado do Pará, ver, em particular, a dissertação de mestrado de Waldiléia Amaral (2007).

⁷⁶ Para mais detalhes sobre a trajetória dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais no Rio Grande do Sul, ver, em particular, SCHAAF (2001).

Vanete comenta ainda que, para se sindicalizarem, as mulheres tiveram que recorrer a atividades extras (vendas de ovos, galinhas, doces), para poder pagar a mensalidade, pois, muitas vezes, “passavam um ano inteirinho sem pegar em dinheiro” (idem, p.76). Usa a expressão “encontros molhados” para se referir às primeiras reuniões entre mulheres, porque havia muito choro, muita emoção. “*Elas descobriam que não lhes era dado nenhum valor, que não tinham direito nem de pensar, quanto mais de se manifestar*” (idem, p.120).

Utilizando os dados trazidos por Vanete Almeida (1995), Carmen Deere (2004) e por Beatriz Heredia e Rosangela Cintrão (2006) é possível reconstruir a seguinte seqüência de eventos de organização das mulheres:

ANO	NO SUL	NO NORDESTE
1982	I Congresso da Mulher Camponesa no RS	Mobilizações das mulheres pelas frentes de emergência em vários estados
1983	I Encontro de Líderes Trabalhadoras Rurais (RS)	
1984	8 de março: mil agricultoras fazem uma passeata em Erechim (RS); criação do Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) em Santa Catarina	I Encontro das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco, em Serra Talhada
1985	I Encontro Estadual da Mulher Trabalhadora Rural no RS, com 10 mil mulheres; formam uma Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais, e tiram uma delegação para comparecer ao IV Congresso da CONTAG; Fundação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Paraná (MMTR-PR)	
	3º. Encontro Feminista da América Latina e Caribe em Bertiooga, SP, em que participaram mulheres rurais de todo o país	
1986	Caminhada das Mulheres da Roça no RS (mobilização para a Assembléia Constituinte)	I Encontro das Mulheres Trabalhadoras Rurais da Paraíba; Fundação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Pernambuco
1987		Fundação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, em João Pessoa, na PB, com a presença de delegadas de oito estados
1989	Fundação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais no RS (MMTR-RS)	

Quadro 2 – Principais eventos de organização das mulheres rurais (Brasil, década de 1980)

Fonte: elaboração da autora a partir de ALMEIDA (1994), DEERE (2004) e HEREDIA;CINTRÃO (2006).

As principais questões levantadas pelos movimentos autônomos eram: o acesso das mulheres à terra (mediante a titulação conjunta com os companheiros, e a adjudicação de lotes a mulheres chefes de família, nos assentamentos de reforma agrária); o reconhecimento da profissão de trabalhadora rural (ao invés da identificação como “domésticas”); a garantia dos direitos sociais e previdenciários das trabalhadoras rurais; os

direitos sindicais; e questões relacionadas ao atendimento de saúde às mulheres. Havia ainda algumas especificidades conforme a região.

Maria José Carneiro, em artigo citado, afirma que, no Nordeste, as questões que mais mobilizavam as trabalhadoras eram, ao mesmo tempo, as reivindicações por terra e as lutas por salário. Isso porque a precarização das condições de trabalho na agricultura familiar já tinha empurrado uma parte significativa dessas agricultoras para o trabalho externo à propriedade. Ao mesmo tempo, elas acreditavam que, se obtivessem terra suficiente para plantar em regime familiar, não precisariam se submeter ao assalariamento.

No Sul, as reivindicações das agricultoras passavam por outros eixos: basicamente, pela questão da previdência social, e de garantias de condições de produção para a agricultura familiar. Naquele contexto, a luta pela previdência significava também uma condição de sobrevivência (uma garantia de remuneração), que permitia justamente frear o processo de proletarianização, caso a propriedade entrasse em risco de desintegração.

Maria José Carneiro interpreta que as reivindicações tinham dois sentidos para as agricultoras: significavam a sua afirmação como sujeitos produtivos da agricultura familiar; e também a aceitação do seu papel de gênero tradicional, como produtoras de alimentos (e, portanto, do papel de esposas e mães). No caso, são posturas contraditórias, porque, ao mesmo tempo, elas desafiariam esse papel, por exigirem serem reconhecidas como trabalhadoras e cidadãs; e também reafirmariam a simbiose *“mulher-terra-família”* como constituinte da identidade feminina no campo. Como pode ser visto na evolução dessas lutas, a visão que os movimentos terão sobre a identidade feminina camponesa também sofrerá mudanças, posteriormente, em função da sua aproximação com ideários feministas.

Carmen Deere lembra que, nesse período, ocorreram também outras mobilizações que contribuíram para o aparecimento público das questões das mulheres rurais: o Primeiro Encontro Nacional de Mulheres Rurais organizado pelos órgãos de extensão rural, vinculados ao Ministério da Agricultura, em 1986, que foi precedido de encontros nos estados e municípios; os processos organizativos promovidos pela Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora, da CUT, criada naquele mesmo ano; e as ações do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, criado pelo Governo Federal, e que procurava dar maior espaço às reivindicações das mulheres (urbanas e rurais) nas instâncias governamentais.

Em 1986, em Barueri, foi feita uma tentativa, sem sucesso, de unificação entre os vários movimentos autônomos de mulheres rurais existentes, incluindo mulheres da CUT e do MST. Em 1988, criou-se a Articulação das Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais (AIMTR), de que participaram o MMTR-RS, o MMA-SC, a Comissão Estadual da Questão da Mulher Trabalhadora Rural do PR (CEQMTR), o Movimento Popular de Mulheres do PR (MPMP), o Movimento de Mulheres do MS e o Movimento de Mulheres Assentadas de São Paulo (DEERE, 2004).

Em 1995, essas mesmas organizações promoveram um encontro nacional em São Paulo, onde se criou a ANMTR: Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais, com representações de dezessete Estados. Sua prioridade foi a Campanha Nacional “Ter documentos é um direito”. Em 2004, como veremos na seqüência, em um processo de aproximação com o movimento Via Campesina internacional, essas organizações se diluíram internamente e mudaram novamente a sua denominação, passando a se constituir como Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

Entre 1986 e 1988, todos os movimentos de mulheres no Brasil – incluindo os das rurais – mobilizaram-se para influenciar na elaboração da nova Constituição Nacional, que foi promulgada em 1988. As mulheres rurais estiveram presentes como participantes ativas, organizando abaixo-assinados (um deles com 100.000 assinaturas) e realizando marchas até Brasília para defender a ampliação dos seus direitos civis. Obtiveram duas importantes conquistas na nova Carta: a menção explícita ao direito das mulheres à terra, e sua inclusão como beneficiárias da previdência social para todos os fins (aposentadoria, licença-saúde, licença-maternidade) na condição de seguradas especiais.

No âmbito do sindicalismo rural, representado até então praticamente com exclusividade pela CONTAG (apesar de, nessa época, já ter sido criado o Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da CUT, e também outras centrais sindicais; mas nenhuma delas com a expressão da CONTAG no meio rural), realizou-se, em 1988, a primeira Plenária Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, cujo foco foi a pressão junto ao Congresso Nacional para garantir que as conquistas da Constituinte não fossem diluídas no processo de votação das legislações complementares.

Um outro marco importante do sindicalismo rural foi o seu V Congresso, realizado em 1991, em que, pela primeira vez, a participação das mulheres passou a ser considerável (cerca de 10% dos delegados, quando até então não passava de 4%); e foi eleita uma

mulher para participar da sua diretoria executiva. No seu VIII Congresso, em 2001, as mulheres já serão 39% do total de delegados (DEERE, 2004).

Será no Congresso da CONTAG de 2002 que, pela primeira vez, as mulheres aparecerão dentro da pauta relativa à produção agrícola e relacionadas à agricultura familiar. Até então, somente apareciam nas pautas de políticas sociais, questões de organização sindical, e assalariados rurais (HEREDIA; CINTRÃO, 2006). Nos documentos desse Congresso, ficou reconhecido que a mulher cumpria um papel importante na construção de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável.

As mulheres no MST

Dentro do MST, outro importante movimento rural criado no final do século XX, havia o entendimento de que era importante que as mulheres participassem de todas as etapas de luta pela terra: das ocupações de terras e de prédios públicos, dos enfrentamentos com a polícia, da organização dos acampamentos e assentamentos; no entanto, a discussão dos temas de gênero não era bem vista dentro do movimento, que privilegiava uma abordagem “*de classe*”. O tema de gênero, segundo Carmen Deere, era mesmo considerado “*um transtorno*”. Vários estudos apontam que, apesar de toda a experiência vivida nos períodos de “luta”, após a obtenção da terra, era comum que as mulheres voltassem aos seus papéis anteriores, subordinados aos homens⁷⁷. Renata Honório lembra que, somente em 1989 as “Normas Gerais do MST” apresentaram um capítulo sobre a necessidade de articulação das mulheres, falando em estimular a sua participação e combater todas as formas de preconceitos. Em 1994, eram apenas 10 as mulheres que participavam da direção nacional do movimento; em 1998, eram apenas cinco (HONÓRIO, 2003, p. 3).

Renata Honório, analisando casos do Pontal do Paranapanema, em São Paulo, aponta que as mudanças que ocorriam nas relações de gênero dentro dos acampamentos – uma importante etapa da luta pela terra – funcionavam como uma espécie de “laboratório” de mudanças de papéis, em que público e privado se misturavam. As experiências de participação direta nas lutas também favoreciam a que as mulheres do movimento vivessem um clima de efervescência política. Ela lembra um marco simbólico desse período, na afirmação do caráter de luta das mulheres do movimento, que foi a ocupação da Fazenda São Domingos, em São Paulo, organizada e executada por mulheres, em um período em que várias lideranças (masculinas) do movimento estavam detidas ou foragidas. No entanto,

⁷⁷ Ver, entre outros, Rua; Abramovay (2000); Honório (2003); Lechat (1996).

enquanto não houve uma atuação deliberada de lideranças femininas no questionamento do comportamento do conjunto dos integrantes da estrutura organizativa do movimento, as mulheres e suas questões específicas continuavam relegadas a um segundo plano.

Até 1993, os esforços das suas lideranças se dirigiram a promover a participação das mulheres nos grupos produtivos dos assentamentos. Gênero continuava sendo visto como algo que dividia o movimento. Em 1995, editou-se um documento importante (Programa Agrário) em que se reconhecia a dureza da vida das mulheres rurais por conta da dupla jornada, do preconceito, do machismo e das discriminações. No período seguinte, a postura da direção do movimento começa a mudar: em 1996, realiza-se o I Encontro de Mulheres Militantes do MST, em que se cria o Coletivo Nacional de Mulheres, passando a ter a função de provocar a discussão nas instâncias internas do movimento.

Outros movimentos de mulheres rurais

Além de participar do movimento sindical, do MST e dos movimentos autônomos, as mulheres organizaram-se em outros movimentos nesse período. Um dos mais conhecidos foi a Articulação das Mulheres Quebradeiras de Coco, surgida em 1989 no norte do país, como resistência contra o cercamento dos babaçuais, que, até então, eram de uso coletivo pelas mulheres. O bloqueio dessas áreas pelos fazendeiros e a derrubada dos palmeirais comprometia a sobrevivência de populações inteiras, em função das atividades realizadas por elas. Dos conflitos pela não-derrubada das árvores, as quebradeiras passaram à questão do acesso à terra e da mudança do modelo produtivo, reivindicando a convivência com a mata, ao invés da sua destruição para a criação de gado.

O movimento estendeu-se por centenas de povoados, distribuídos em quatro estados da federação (Piauí, Maranhão, Pará e Tocantins). Em 1995, a articulação mudou o nome para Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). Um dos principais méritos desse movimento foi ter conseguido criar uma identidade política forte entre as trabalhadoras: ser quebradeira de coco deixou de ser uma vergonha, e passou a ser motivo de orgulho para suas integrantes, por estar identificado com uma luta social e ambiental. Do ponto de vista de mudanças estruturais, o movimento vem lutando pela criação de legislação específica que garanta o uso coletivo dos recursos nas áreas de babaçuais, tendo obtido várias vitórias no âmbito municipal (BARBOSA, 2006; ANTUNES, 2006).

Maria Emília Lisboa Pacheco lembra que tanto as quebradeiras como as demais mulheres da Amazônia demoraram muito para serem reconhecidas como participantes de lutas sociais, pelo significado inovador da sua luta em relação ao restante dos movimentos:

As quebradeiras foram o primeiro movimento de mulheres com caráter ecológico. Não que as mulheres tivessem uma reflexão sobre esse caráter da sua luta; elas não tinham. Mas desde o início do movimento havia uma clareza de que elas estavam fazendo uma defesa da natureza. Porque desde o início elas eram contra a devastação dos babaçuais e a sua substituição por pecuária extensiva, que era o processo que vinha ocorrendo no Maranhão e nas regiões dos babaçuais.[...] No caso da Amazônia, todas as lutas de resistência para permanecer na terra, contra a especulação de terras, todo aquele movimento estava associado à defesa dos recursos naturais, em muitos lugares. Mas esses movimentos nunca ganhavam muita visibilidade. A leitura sobre o caráter combativo da luta pela Reforma Agrária, por exemplo, sempre esteve associada mais ao sentido das ocupações. Nas lutas, nos empates, nos castanhais, as mulheres participavam ativamente, porque elas sempre estiveram à frente, junto com as crianças, defendendo os castanhais em pé. Mesmo que houvesse a proposta de reservas extrativistas. Era um movimento de defesa da floresta, em conjunto com os demais, mas não era específico de mulheres. (Entrevista de Maria Emília concedida à autora em 2007).

As mulheres indígenas também começaram a se organizar na década de 1980, junto com outros setores dessa população – professores, estudantes, artesãs e artesãos; em nível local, regional, estadual ou nacional. Na Amazônia Brasileira (região compreendida por nove estados que fazem parte da Amazônia Legal) está situada a maioria das organizações de mulheres. Ângela Sacchi (2005) cita a existência de 27 delas, somente nessa região; seis departamentos de mulheres em organizações indígenas mistas; e sete organizações de mulheres situadas em estados fora da Amazônia. Nesse mesmo artigo, a autora descreve detalhadamente o processo organizativo ocorrido em cada uma das regiões do país, destacando os principais motivos que levaram as mulheres indígenas a se mobilizarem:

Em geral, pode-se afirmar que as demandas reivindicadas pelas mulheres demonstram um duplo movimento: de um lado, têm unido suas vozes ao movimento indígena nacional; de outro, vêm desenvolvendo práticas e discursos políticos com uma perspectiva de gênero. A garantia dos territórios nacionais, uma vez que deles depende a sobrevivência de seus povos, a revalorização da sua cultura, a busca de alternativas de sobrevivência e o direito à saúde e à educação diferenciadas são temas constantemente abordados em seus discursos. [...] Acrescentam coisas específicas de mulher, a violência, o estupro, a bebida, o abandono, a separação de casais, coisas que o movimento geral não vai discutir (SACCHI, 2005, p. 151).

Um outro público rural que se organizou, nesse período, foram os homens e mulheres quilombolas. O artigo 68 das Disposições Transitórias da Constituição de 1988 estabeleceu que os remanescentes de quilombos passassem a ter o direito à propriedade da terra em

que viviam. A partir de então, desencadeou-se no país uma intensa mobilização dos movimentos negros urbanos e rurais para influenciar na formulação das regulamentações específicas, e, em particular para pressionar o Governo Federal, incumbido de fazer valer esses dispositivos (realizar os laudos antropológicos, demarcar as terras, relocal eventuais ocupantes não-negros, apoiar os quilombolas nas suas atividades produtivas, etc.).

Foi formada a Organização das Mulheres Quilombolas, em nível nacional, composta por maioria de rurais. O trabalho doméstico, o cuidado com as crianças, o desestímulo por parte dos companheiros, as dificuldades para manter/recriar tradições culturais tendo em vista a equidade de gênero, são alguns dos problemas enfrentados por essas trabalhadoras, que têm muitos pontos em comum com o conjunto das agricultoras familiares e camponesas⁷⁸.

Na década de 1990, como marcos gerais da organização das mulheres trabalhadoras rurais, destacam-se:

- a) os Gritos da Terra, a partir de 1994, organizados por vários movimentos sindicais (DNTR, CONTAG, entre outros), que mobilizaram milhares de agricultores no país em torno de pautas de reivindicações a serem entregues ao governo federal e aos governos estaduais (HEREDIA; CINTRÃO, 2006). As mulheres fizeram parte dessas pautas e das mobilizações, com reivindicações específicas com relação às condições de produção (crédito e assistência técnica diferenciada). Como principal resultado das mobilizações, em 1995, foi instituído pelo governo federal o Programa de Valorização da Pequena Produção (PROVAPE), que veio a se tornar posteriormente o Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF);
- b) a realização, já comentada, do I Encontro Nacional das Mulheres Militantes do MST, em 1996, em que foi formado o Coletivo de Mulheres daquele movimento, que editou uma cartilha, “A questão da mulher no MST”, em que foram feitas uma série de críticas ao fosso existente entre o discurso e a prática dos militantes do movimento com relação às mulheres;

⁷⁸ Beatriz Heredia e Rosângela Cintrão, em obra citada, comentam a existência de outros movimentos de mulheres que se constituíram nesse período: Movimento das Mulheres Pescadoras, Secretaria das Mulheres Trabalhadoras Rurais Extrativistas (parte do Conselho Nacional dos Seringueiros), entre outros (HEREDIA; CINTRÃO, 2006).

- c) naquele mesmo ano, a realização, em Fortaleza, do I Encontro Latino Americano e do Caribe da Mulher Trabalhadora Rural, de cuja coordenação o MMTR-Ne participou. Esse evento contou com a participação de 237 delegadas de 21 países, e assentou as bases para a criação, posteriormente, da Rede de Mulheres Rurais da América Latina e do Caribe (SALES, 2007);
- d) a criação, em 1998, do Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA), uma articulação regional feminista e ambientalista, não-governamental, presente em todos os estados da Amazônia Legal Brasileira⁷⁹. O MAMA realizou uma Campanha pelos Direitos Previdenciários das Trabalhadoras Extrativistas Vegetal da Floresta, em conjunto com organizações de mulheres extrativistas e seringueiras, cujas propostas foram transformadas em Projeto de Emenda Constitucional, em tramitação no Congresso Nacional; embora sua atuação tenha sido recebida com reservas por alguns setores vinculados historicamente ao sindicalismo rural, teve o mérito de colocar novas questões sobre as preocupações das mulheres com a preservação ambiental, que não vinham sendo incorporadas pelas agendas políticas até então.
- e) em 1999, o início da preparação da primeira Marcha das Margaridas (que veio a ocorrer efetivamente em Brasília no ano 2000). Foram organizados eventos regionais e municipais em todo o país, naquele ano, sob coordenação da CONTAG, do MMTR-Ne, do MIQCB, entre outras organizações de rurais. A Marcha das Margaridas fez parte da programação da Marcha Mundial de Mulheres; e no seu ato final contou com a presença de cerca de 20 mil mulheres em Brasília, que se mobilizaram sob a bandeira “Contra a fome, a pobreza e a violência sexista”. Obtiveram como resposta a Resolução nº. 6, de 22/02/2001, em que o governo federal se comprometia a incluir a perspectiva de gênero em todos os instrumentos administrativos sob tutela do Ministério do Desenvolvimento Agrário (DEERE, 2004)⁸⁰.

Em 2003, ocorreu uma nova versão da Marcha das Margaridas, a maior realizada até o momento atual, com cerca de 50 mil mulheres. Na pauta, um conjunto de reivindicações históricas dos movimentos: o reconhecimento das mulheres enquanto trabalhadoras na agricultura; reforma agrária com acesso à terra para as mulheres; ampliação dos direitos

⁷⁹ Com 147 instituições em sua rede, o MAMA tem sua Secretaria Executiva em Rio Branco, no Acre, possui nove Comitês Estaduais, e é subdividido em três sub-regionais. Ver: <http://www.mama.org.br>.

trabalhistas e previdenciários das mulheres; acesso a políticas produtivas (crédito, assistência técnica, formação profissional, geração de renda, comercialização); participação das mulheres nas políticas de preservação ambiental; acesso a documentação básica; políticas de saúde, educação, e prevenção da violência contra as mulheres no meio rural (HEREDIA; CINTRÃO, 2006).

A terceira Marcha das Margaridas ocorreu em 2007, também em Brasília, com cerca de 30 mil mulheres. Ampliou-se a sua coordenação, passando a contar, entre outros, com o Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia, e também com redes internacionais (como a Coordenadora de Organizações de Produtores Familiares do Mercosul e a Rede de Mulheres Rurais da América Latina e do Caribe). Sua pauta, bastante extensa, além das reivindicações históricas das mulheres rurais, tinha como novidades a questão da segurança alimentar e nutricional. As mulheres faziam críticas ao modelo do agronegócio e do hidronegócio, e propunham a agroecologia como base para a construção de um novo modelo produtivo para o campo – uma frente que não fazia parte da agenda geral do movimento sindical. Por outro lado, enfatizavam a preocupação do conjunto das mulheres sindicalistas com a questão da violência de gênero no campo, exigindo do governo a criação de condições para o cumprimento do previsto na Lei Maria da Penha, que havia sido promulgada em 2003 (de prevenção da violência contra as mulheres).

Leonilde Medeiros, pesquisadora social dos movimentos rurais, lembra que a Marcha das Margaridas não pode ser vista como um fenômeno isolado do movimento sindical rural:

Desde os anos 1970, como é sabido, aflorou uma série de demandas por reconhecimento e direitos daqueles que viviam no campo: “sem-terra”, “atingidos por barragens”, “seringueiros”, “canavieiros”, “pequenos agricultores”, enfim uma enorme gama de identidades que falavam de particularidades de grupos, mas que principalmente mostravam que a questão agrária brasileira era multifacetada e complexa. Aos poucos, esses novos atores foram também incorporando uma dimensão de gênero nas suas reivindicações e incluíram em seus debates e discursos temas como direitos da mulher e condições para igualdade de gênero, tanto no espaço público como no lar (MEDEIROS, 2007).

A criação da Via Campesina

Em âmbito internacional, na década de 1990, ganhou destaque o surgimento da organização Via Campesina, como uma articulação de distintos movimentos de camponeses, indígenas e pescadores; desde o seu início, o tema da organização das

⁸⁰ Berenice Gomes da Silva faz uma análise detalhada das três Marchas das Margaridas que ocorreram até o presente em sua dissertação de mestrado (SILVA, 2008).

mulheres tem se mostrado muito relevante nas suas lutas. Foi criada em 1993, na Bélgica, como um movimento político camponês; está atualmente presente em mais de uma centena de países, em quatro continentes; e tem estado à frente das lutas pela terra e por soberania alimentar em todo o mundo desde então. Para a Via, a temática das relações de gênero é um dos seus princípios programáticos, e esta organização vem dedicando esforços à organização das mulheres camponesas em vários países. No Brasil, fazem parte da Via Campesina, além do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Pastoral da Juventude Rural (PJR).

O MMC, como foi comentado, é fruto da unificação de vários movimentos autônomos de mulheres rurais – com exceção do MMTR-Ne – ocorrida em 2004. A justificativa para a mudança de nome foi, entre outras questões, justamente a identidade que se buscava com o movimento da Via Campesina. Sua manutenção como um movimento autônomo, no entanto, vinha basicamente de uma divergência com relação ao movimento sindical (mas não só; essa crítica era feita também aos demais movimentos rurais): de que aquela estrutura continuava não comportando as demandas específicas das mulheres, ficando com uma pauta muito restrita e unívoca (BORDALO, 2006, p. 5).⁸¹

As mulheres da Via Campesina têm protagonizado todos os anos, desde março de 2006, uma série de eventos públicos para marcar a passagem do Dia Internacional da Mulher como uma jornada de lutas. O mais famoso desses eventos foi a ocupação dos laboratórios da Aracruz Celulose, no Rio Grande do Sul, em 2006, já referida; nos anos seguintes, foram promovidas ocupações de fazendas, de prédios públicos, de redes de *fast-food*. Os temas privilegiados por esses movimentos têm sido: a soberania alimentar, a defesa da biodiversidade e a promoção da alimentação saudável, na perspectiva de construção de um modelo de desenvolvimento rural baseado no campesinato⁸².

É preciso considerar também, nesses últimos anos, o crescimento do número de organizações não-governamentais voltadas para as questões do desenvolvimento rural em todos os estados do Brasil, muitas das quais passaram a utilizar enfoques de gênero; e

⁸¹ Caroline Bordalo lembra que os motivos por trás dessa unificação estavam relacionados com as tradições diferenciadas de representação vinculadas a uma e a outra forma de ação política, por parte dos movimentos autônomos (representado pelas organizações que permaneceram no MMC) e por aquelas que se retiraram da unificação (organizadas no MMTR-Ne, mais vinculado às práticas sindicais).

⁸² Esse tema será tratado no capítulo sete desta tese.

também de organizações feministas que passaram a trabalhar com as mulheres rurais. Entre essas, destacam-se particularmente a Sempre Viva Organização Feminista (SOF), com sede em São Paulo; o SOS-Corpo Instituto Feminista para a Democracia, com sede em Recife; a Casa da Mulher do Nordeste, também com sede em Recife; o Centro Feminista 8 de Março, em Mossoró, entre outras que têm assessorado os movimentos de mulheres nas suas mobilizações e na interlocução com poderes públicos; e também incentivado a organização de experiências produtivas e de comercialização solidária envolvendo grupos de mulheres rurais.

Agendas pendentes para as mulheres rurais

Apesar de todas as mobilizações e processos organizativos, ocorridos nas últimas décadas, trabalhadoras rurais, agricultoras familiares e camponesas, em geral, ainda vivem uma série de dificuldades em sua vida cotidiana. Beatriz Heredia e Rosângela Cintrão, no trabalho já citado, fizeram um balanço sobre as transformações vividas pelas mulheres rurais brasileiras nos últimos dez anos:

- a) a precariedade das condições de infra-estrutura vividas no meio rural brasileiro, em especial a falta de água encanada, energia elétrica e esgotamento sanitário, faz com que piorem ainda mais as condições de exercício, por parte das mulheres, das tarefas domésticas. Na falta de energia elétrica, por exemplo, não podem contar com eletrodomésticos já corriqueiros em grande parte dos lares urbanos (como geladeiras); ademais, cabem a elas e às crianças, normalmente, as tarefas de obtenção de água para uso da família e para a criação dos animais;
- b) as dificuldades encontradas pelas mulheres rurais para terem acesso à educação e aos serviços de saúde; a precariedade desses serviços impacta diretamente as atividades realizadas por elas, normalmente responsabilizadas pelo cuidado com os filhos;
- c) a falta de renda própria da maioria das mulheres rurais; os resultados do seu trabalho são somados às receitas da família, cujo uso será decidido, na maioria das vezes, sem a sua participação direta. Nas estatísticas oficiais (censos, pesquisas) não é possível obter-se informações sobre a sua contribuição econômica à unidade familiar, pois embora sejam contabilizadas como força de trabalho, aparecem como “membros não remunerados da família”;

- d) o não reconhecimento, historicamente, da sua condição de trabalhadoras, que fez com que, apenas após a Constituição Federal de 1988, passassem a usufruir direitos sociais básicos, como previdência social, auxílio maternidade, auxílio doença, entre outros; esta situação, somada ao fato de não terem remuneração ou bens em seu nome acaba por comprometer as suas condições autônomas de sobrevivência, sobretudo quando idosas;
- e) a dificuldade em acessar a terra em próprio nome (seja pela herança, seja pela compra no mercado, seja nos processos de assentamento de Reforma Agrária), o que faz com que sejam ainda mais precárias as condições de sobrevivência de mulheres sozinhas; sem terra, as mulheres não podem plantar alimentos para si e para seus filhos, não podem obter rendas extras (pelo aluguel da terra), não podem acessar financiamentos, etc.;
- f) a falta de documentos civis básicos, tais como Registro de Nascimento, Carteira de Identidade, Cadastro de Pessoa Física, e outros, decorrente da invisibilidade do seu trabalho e subalternidade em que vivem dentro da família rural. Para muitas mulheres, essa falta de documentação dificulta a sua participação em programas estatais, constituindo-se em mais um fator de discriminação;
- g) o fato de que, apenas recentemente, as mulheres rurais terem sido focadas como público de programas específicos, tais como o crédito rural (Pronaf Mulher e outros), programas de capacitação técnica, de organização da produção. Historicamente, as instituições como bancos, órgãos de assistência técnica e organizações não governamentais não as reconheciam como sujeitos portadores de direitos e capazes de tomar as suas próprias decisões.

Uma pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, em 2000⁸³, já mostrava como essa situação de precariedade de meios de subsistência, combinada com a ideologia patriarcal no campo, tinha como efeito a vulnerabilidade das mulheres rurais, mais do que as urbanas, à violência de gênero de todos os tipos (desde xingamentos, proibição de exercer determinadas atividades, até agressão física, espancamentos, ameaças de morte e assassinatos). A situação produzia nas mulheres um sentimento contraditório, de que o casamento e a maternidade, ao mesmo tempo em que eram vividos como uma responsabilidade e um destino (muitas vezes a única opção para permanecer no campo),

⁸³ Ver Siliprandi (2004).

apareciam também como um peso nas suas vidas. Elas se ressentiam de que o destino das mulheres rurais fosse tão duro: além de trabalhar no pesado, da dupla jornada, da falta de apoio ao trabalho doméstico, sentiam na pele a brutalidade dos companheiros.

Suas aspirações iam no sentido de ter maior acesso ao mercado de trabalho e aos estudos, como uma forma de ter maior autonomia econômica; mas, para que a sua vida melhorasse, além de resolver essas questões concretas ligadas à sobrevivência, seria preciso mudar o relacionamento entre homens e mulheres, havendo necessidade de maior respeito às mulheres, de parte da sociedade, e de mais compreensão e cooperação, por parte dos maridos/companheiros. Esse “sentimento de vulnerabilidade”, aliado às precárias condições de sobrevivência no campo, parece estar na origem de muitos processos migratórios de mulheres jovens, que vão às cidades impulsionadas também por desejos de maior autonomia⁸⁴.

Nos últimos anos têm se aberto ainda outras possibilidades de participação das mulheres rurais em espaços públicos, em função também do aumento das atividades não agrícolas, e por exigência das próprias mulheres em participarem mais ativamente da vida para “fora da porteira” da propriedade. Muito do que já mudou no meio rural no sentido de melhorar a vida das mulheres, como vimos, foi fruto das reivindicações históricas e das mobilizações dos vários movimentos de mulheres rurais, articulados ou não com outras instituições, tais como sindicatos, igrejas, organizações não-governamentais, partidos políticos e mesmo setores da extensão rural.

⁸⁴ Rosineide Cordeiro, em artigo onde analisa a importância das ações do MMTR-Ne para o processo de empoderamento das mulheres rurais, faz uma análise semelhante das condições de vida daquelas trabalhadoras (desde a falta de acesso aos recursos produtivos, até a falta de autonomia como cidadãs). Ademais, mostra como o seu envolvimento em processos coletivos de cunho político e próximos de um discurso feminista abriu-lhes novas possibilidades de ação, incluindo mudanças na sua vida pessoal e familiar (CORDEIRO, 2006).

A partir de 2003, com a mudança do governo federal para uma proposta popular, fortaleceram-se as possibilidades de diálogo entre esses movimentos e setores governamentais. Uma série de políticas públicas vem sendo realizada pelo governo federal com enfoque de gênero e visando o empoderamento das mulheres rurais, cujo principal motor tem sido o Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE) do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A mais conhecida (e polêmica entre alguns setores dos movimentos autônomos das mulheres rurais) é o PRONAF-Mulher, uma modalidade de crédito específica para mulheres, no âmbito do PRONAF. Mas várias outras políticas de impacto foram implementadas, nas áreas de Reforma Agrária (titulação conjunta obrigatória, mudança de critérios para que as mulheres solteiras pudessem ser beneficiadas com a posse da terra, mudanças na assistência técnica aos assentamentos com enfoque de gênero); políticas de assistência técnica produtiva e de comercialização, específicas para grupos de mulheres; a criação do Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural; e políticas específicas de etnodesenvolvimento para mulheres quilombolas e indígenas (BRASIL, 2007).

A organização das mulheres rurais tem se dado não apenas nos sindicatos e nos movimentos sociais, mas também em associações e grupos de produção, que desenvolveram experiências produtivas alternativas em nível das propriedades; na criação de centros de formação, para prestação de assessoria técnica e organizativa; na formação de espaços de comercialização, cooperativas, associações. Todos esses grupos vêm se somando com os distintos movimentos para pressionar os governos pela adequação das políticas públicas às propostas das mulheres; ao mesmo tempo em que reafirmam para o conjunto da sociedade a sua especificidade enquanto mulheres, trabalhadoras rurais e produtoras agrícolas.

Como lembra Maria Emilia em entrevista já citada, apesar de muitos movimentos sociais rurais terem avaliado, quando do seu surgimento, que os movimentos de mulheres agricultoras levavam “lutas particulares”, elas mostraram que, pelo contrário, eram lutas em que estavam em jogo posicionamentos sobre o conjunto da sociedade e, em particular, sobre a forma de organização do meio rural e das atividades agrícolas. Veremos, a seguir, em que momento essas experiências organizativas de mulheres rurais se cruzaram com os movimentos que estavam construindo a agroecologia no Brasil.

4.2 O MOVIMENTO AGROECOLÓGICO NO BRASIL

A modernização da agricultura ocorrida no Brasil desde a década de 1960 seguiu, em linhas gerais, o modelo da Revolução Verde, a chamada “industrialização da agricultura”. Apoiado em políticas estatais de crédito subsidiado, pesquisa e assistência técnica, esse modelo promoveu uma mudança no padrão tecnológico de produção agrícola, levando a uma maior concentração da estrutura agrária e a profundas transformações nas relações sociais no campo. Entre as suas conseqüências mais evidentes estão: (i) a diferenciação ocorrida nos setores de produção familiar (com a integração de parte deles ao circuito da agroindustrialização; (ii) a pauperização e marginalização dos setores voltados para o autoconsumo); (iii) o êxodo rural; (iv) a degradação ambiental, cujos sinais mais conhecidos são o aumento do desmatamento e a destruição de ecossistemas, a poluição dos solos e da água por conta dos agrotóxicos utilizados nas lavouras.

Durante as décadas de 1980 e 1990, assistiu-se ao surgimento de propostas que se contrapunham a esse modelo, encampadas por movimentos organizados de trabalhadores rurais, mas também por pesquisadores, acadêmicos, e mesmo técnicos da burocracia estatal. Experiências práticas de produção “alternativa” de vários tipos (ecológica, orgânica, biodinâmica, natural) foram realizadas no Brasil – muitas vezes sob auspícios de organizações não-governamentais. Herdeiro de propostas advindas da contracultura e dos movimentos de contestação social que ocorreram em nível internacional desde a década anterior (como os movimentos hippie, antinuclear, pacifista e feminista, entre outros), esse campo de atuação foi se consolidando e ganhou o nome de “agricultura alternativa”. Posteriormente, veio a se unificar em torno das propostas da agroecologia, em contraposição ao que passou a ser chamado de “agricultura convencional”.

Nilza Luzzi, em sua tese de doutorado, reconstrói a história desse movimento no Brasil, formado a partir de diferentes sujeitos. Sua pesquisa centrou-se em três grandes setores, fundamentais para o entendimento das feições que esse movimento veio a adquirir: (i) a evolução do Projeto Tecnologias Alternativas (PTA) ligado à Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE), que deu origem a várias organizações não-governamentais que atuam no campo agroecológico em todo o país; (ii) as posições assumidas pelos principais movimentos de trabalhadores rurais organizados no Brasil, a saber, o MST, o movimento sindical “cutista” e “contaguiano”; e (iii) as políticas públicas de apoio à agroecologia editadas em nível federal, após 2003, em particular a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e o Marco Referencial sobre Agroecologia, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) (LUZZI, 2007).

No Brasil e em outros países, como já foi afirmado, o termo “agroecologia” começou a ser conhecido no final da década de 1980, a partir da publicação da tradução do livro de Miguel Altieri, *Bases Científicas para uma Agricultura Sustentável* (ALTIERI, 2002). O termo passou a ter a conotação de um conjunto de conhecimentos capaz de dar suporte científico aos processos de transição para estilos de agricultura sustentáveis. A maioria das experiências práticas de produção alternativas foi definida como processos de “transição agroecológica”. A transição seria um processo gradual de redesenho dos agroecossistemas, modificando-se o planejamento estratégico da propriedade, o escopo da produção (a forma de integração com os mercados, por exemplo); e utilizando-se práticas mais sustentáveis do ponto de vista ambiental, como por exemplo, a redução do uso de insumos externos à propriedade⁸⁵.

Nilsa Luzzi lembra que o debate agroecológico inicialmente se restringiu a um pequeno grupo de profissionais, principalmente das ciências agrárias, e se concentrou na crítica ao padrão tecnológico moderno e na busca de tecnologias sustentáveis (LUZZI, 2007, p.3). As primeiras lutas políticas dos partidários das agriculturas alternativas foram pela regulamentação (e conseqüente diminuição do uso) dos agrotóxicos. No final dos anos 1980, o que, no início, eram apenas experiências isoladas, veio a formar um conjunto articulado, simbolizado pela criação da Rede de Tecnologias Alternativas (Rede PTA).

Contribuiu para essa articulação a realização de reuniões nacionais (os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa, EBAA), desde 1981, em que se reuniam profissionais da agronomia, estudantes, pesquisadores e agricultores, em torno de temas que iam desde a contestação ao modelo econômico e político, até cursos de difusão de novas tecnologias. Posteriormente, movimentos sociais rurais (sindicais, de sem-terras, e outros) foram assimilando essas propostas e incorporando-se a essa nascente articulação; tal processo de aproximação, como mostra a pesquisadora, foi pleno de tensões e disputas políticas, muitas das quais tomaram a forma, inicialmente, de debates sobre o alcance dessas novas tecnologias em processos de transformação social (LUZZI, 2007, p.3).

Os EBAA eram organizados pela Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB) e suas federações estaduais, e pela Federação dos Estudantes de Agronomia (FEAB)⁸⁶. Ocorreram nos anos de 1981 (em Curitiba, PR), 1984 (em Petrópolis, RJ), 1987 (em Cuiabá, MT) e 1989 (em Porto Alegre, RS). Contaram com a

⁸⁵ Sobre a expectativa de atingir-se diferentes níveis de sustentabilidade nas propostas da agroecologia, ver capítulo 3 desta tese.

⁸⁶ O Projeto PTA/FASE participou também da organização dos segundo e terceiro EBAA.

presença desde 400 (no primeiro) até 4000 pessoas (no último). O temário passou de uma visão estreita de repasse de tecnologias, até discussões acirradas sobre modelos de desenvolvimento e o papel das agriculturas alternativas em propostas mais amplas de transformação econômica, política e social (LUZZI, 2007, p.29).

Nilsa Luzzi faz uma análise detalhada das pautas e das polêmicas que foram travadas nos EBAAAs:

Nos dois primeiros EBAAAs predominaram os debates mais técnicos, nos quais eram destacadas as conseqüências do pacote tecnológico – denúncia sobre contaminação por agrotóxicos (humana, ambiental e nos alimentos), erosão do solo, aumento do número de pragas e doenças – e as tecnologias consideradas alternativas ao mesmo – adubação verde, cobertura morta, adubação orgânica, rotação de culturas, manejo de pragas e doenças (LUZZI, 2007, p. 19).

Ela lembra que as experiências apresentadas eram ainda bastante teóricas e o conhecimento tecnológico era produzido visando principalmente à substituição de insumos. As experiências alternativas eram ainda poucas naquele período inicial; são citadas duas tentativas pioneiras de produção, ambas no estado de São Paulo: a fazenda Deméter, em Botucatu, que seguia os princípios da antroposofia e da agricultura biodinâmica; e a experiência de Yoshi Tsuzuki, de produção orgânica, no município de Cotia.

Nos terceiro e quarto EBAAAs a discussão paulatinamente foi se politizando mais, em função também do clima de abertura política que se anunciava. Os temas dos vínculos de dependência dos agricultores com relação às indústrias (não somente mecânica e química, mas também de sementes) e o significado da agricultura alternativa como resistência a esse modelo, aliados às discussões sobre as estratégias políticas mais adequadas para se contrapor ao modelo da revolução verde, foram se tornando cada vez mais importantes.

Especificamente sobre a participação das mulheres nesses encontros há poucas informações disponíveis. Nas inscrições para o III Encontro constam cerca de 8% de mulheres, mas não são números muito confiáveis, porque as inscrições formais foram significativamente menores do que os participantes reais⁸⁷.

⁸⁷ Essas informações e as próximas foram repassadas por Maria Virgínia de Almeida Aguiar, que era estudante de agronomia na época e participante da organização do III EBAA em Cuiabá.

Nos Anais do II Encontro, constam como palestrantes oito mulheres (entre dezenas de homens)⁸⁸; enquanto nos anais do 3º EBAA (1987) a única mulher que consta como palestrante é Regina Toledo, que participou do Painel “Comunicação Social e Agricultura Alternativa”. Dos 17 cursos realizados durante o evento, apenas dois tiveram a participação de mulheres como professoras: “Manejo ecológico de pragas, patógenos e invasoras” (Sueli Martinez de Carvalho); e “Agricultura ecológica: manejo do solo” (Ana Maria Primavesi).

Em um folheto da FEAB produzido para o XXXII Congresso de Estudantes de Agronomia, que se realizaria em Mossoró no ano de 1989, há um registro sobre reivindicações específicas de mulheres que apareceram no IV EBAA, em Porto Alegre (no mesmo ano). Segundo esse material, nas resoluções relativas ao II Painel, “Organização Social e Agricultura Alternativa”, propunha-se o reconhecimento da mulher do campo como trabalhadora em mesmo nível que os homens; lutas contra toda a forma de exploração e subordinação sofrida pelas mulheres; e a necessidade de se discutirem as questões de saúde feminina, levando em consideração a exposição da mulher trabalhadora rural ao uso freqüente de agrotóxicos, o que comprometeria sua saúde e de seus descendentes; também se repudiava o programa de controle da natalidade do então governo federal (José Sarney). Havia um indicativo de que era necessário *“conscientizar o homem que a mulher exerce o mesmo papel na sociedade que ele, caminhando lado a lado, na busca de uma sociedade mais justa e solidária”*.

Muitos outros assuntos importantes para a construção do campo agroecológico tiveram espaço nas pautas dos EBAA: o modelo de ensino e de pesquisa agrícolas, os paradigmas científicos que os embasavam, o necessário diálogo de saberes entre agricultores e técnicos, a discussão sobre os fins a que se destinavam as atividades econômicas, considerando-se o dilema “seres humanos X meio natural”. Discussões mais acaloradas sobre o uso político das tecnologias, e sobre a possibilidade de os métodos sustentáveis de produção serem ou não capazes de produzir em grande escala ali também tiveram lugar, envolvendo técnicos, militantes, agricultores, estudantes.

⁸⁸ São elas: Johanna Dobereiner (Perspectivas da agricultura alternativa no Brasil – 3ª palestra do evento e Microrganismos no solo e sua importância para a agricultura – 15º palestra); Angela Escosteguy Aurvalle (O valor biológico dos alimentos – 10º palestra); Denise Chabaribery (Balanço energético na agricultura, texto escrito junto com Eduardo P, Castanho, embora não fique claro qual dos dois autores fez a palestra – 13º palestra); Ana Primavesi (Matéria orgânica e fertilidade do solo tropical – 14º palestra); Christa Freia Ute Knapper (Criação de oligoquetas terrestres e vermicompostagem – 31º palestra); Maria do Carmo F. Esteves (Efeitos da termoterapia em sementes de quiabeiro - 35º palestra); Regina Maria Seibel (Utilização agrícola do composto orgânico – 39º palestras); Aurea Celeste de Moura (Uso do composto orgânico de lixo na recuperação de solos – 40º palestra).

Para além dos encontros em si, uma das instituições que mais inovou nas experiências práticas, sendo responsável pela aproximação do movimento incipiente com setores organizados dos movimentos rurais foi o referido Projeto Tecnologias Alternativas da FASE. Este Projeto existia desde 1985, com o objetivo de identificar entidades que estavam trabalhando com alternativas tecnológicas adaptadas à realidade do campesinato. A FASE, naquela época, trabalhava basicamente com educação popular e com organização política e sindical de assalariados (urbanos e rurais), não tendo nenhuma experiência com organização produtiva de camponeses.

Conforme Maria Emilia Lisboa Pacheco, então assessora da FASE, esse debate era novo na instituição, e não havia consensos sobre o seu significado ou alcance:

Eu mesma tinha uma preocupação de que se tinha que ter muito cuidado com a questão tecnológica, porque senão poderia significar mais expropriação do campesinato, maior apropriação da sociedade dos produtos do trabalho camponês. Enfim, todos nós tínhamos uma visão muito ortodoxa, que, com o tempo, fomos revendo [...]. Nessa história aconteceram dois processos paralelos: a gente, da FASE, foi inovando e politizando a questão tecnológica; e o Projeto TA [PTA] foi se apropriando da discussão mais política, sindical. Não podemos esquecer que havia, naquela época, uma tese, da qual, por sinal, eu discordava veementemente, que dizia que se houvesse investimentos em tecnologia, a gente iria “*aburguesar*” o campesinato. Eu me indignava com isso, de que a gente usasse as associações somente na perspectiva “organizacional”, como um meio da luta sindical, e não para melhorar as condições de vida dos camponeses. Naquela época, o centro da luta era o enfrentamento ao latifúndio, a luta pela terra; e isso se traduzia também na luta sindical. Mas com o Projeto TA, a plataforma sindical também foi se ampliando. Entrou a questão da saúde, por conta dos agrotóxicos; embora em alguns lugares de forma muito utilitarista, muito confusa; era um dilema dentro dos sindicatos, porque havia ainda uma luta para que a “modernização” chegasse até os camponeses. Na Amazônia a questão fundiária era muito violenta, e isso marcava todas as discussões (entrevista de Maria Emilia concedida à autora, em 2007).

Quando se deu o desligamento do PTA da FASE e a criação da Rede PTA (no final da década de 1980), esses trabalhos, embora distintos, já haviam se aproximado. A FASE estava mais presente na Amazônia, enquanto o Projeto TA havia se fixado no Sudeste, no Nordeste e no Sul do país. A problemática da tecnologia agrícola em si havia se enriquecido pela análise de diferentes realidades produtivas e de luta pela terra, vindas das experiências práticas, sobretudo do Norte do país, em que outras prioridades estavam colocadas para os agricultores. Por exemplo, ter que pensar em formas alternativas, coletivas, de ocupação da terra, que vieram a tomar a forma de reservas extrativistas para os seringueiros e castanheiros. Maria Emilia lembra que as posições trazidas por Chico Mendes, naquele período, foram fundamentais, porque ao mesmo tempo em que representava uma visão

classista (Chico Mendes era do movimento sindical, militava na CUT), propunha outras formas de se pensar a problemática produtiva no meio rural, avançando o debate em direção à sustentabilidade.

A fase da substituição tecnológica durou ainda alguns anos, pela ausência de profissionais que fossem capazes de pensar diferenciadamente do que era ensinado nas escolas oficiais. Para Paulo Petersen, um dos coordenadores da ASPTA (organização não-governamental que se originou da Rede PTA), “o encontro das assessorias com as organizações de base se fez mediante um verdadeiro choque epistemológico” (PETERSEN, 2007, p.11). Essas assessorias estavam comprometidas com a causa do campesinato e tinham sensibilidade para acolher o conhecimento popular, mas “encontravam dificuldades de se desvincular do viés produtivista e da perspectiva difusionista de atuação” (PETERSEN, 2007, p.11).

Ao final desse período, e com a aproximação dos movimentos agroecológicos latino-americanos – via o *Consórcio Latino Americano de Agroecología y Desarrollo* (CLADES), comentado no capítulo anterior – essas ações foram evoluindo para a formação de redes de agricultores experimentadores (uma *revolução* na forma de pensar a produção e difusão de conhecimentos tradicionais, porque apostava no diálogo de saberes e não na primazia dos técnicos sobre os agricultores) e na formação de Centros de Tecnologias Alternativas – vinculados muito proximamente aos movimentos sociais rurais de cada região – em que esses conhecimentos pudessem ser acumulados, disponibilizados, e constantemente recriados (LUZZI, 2007, p. 42-50).

No final da década de 80, com a re-estruturação do PTA-FASE, as ONGs membros se tornaram autônomas, e se voltam para o desenvolvimento de programas locais de desenvolvimento. Paralelamente, a incorporação dos referenciais da agroecologia e o uso de metodologias participativas trazem um grande avanço aos trabalhos que eram realizados pelas ONGs (idem, p. 18).

Hoje, mais do que uma proposta de mudança tecnológica, pela forma que esse debate tomou no Brasil, a agroecologia define também um paradigma de desenvolvimento, uma base conceitual para a mudança geral no modelo agrícola e de desenvolvimento rural, em contraposição ao modelo do “agronegócio”. Para os defensores da agroecologia, o aumento da produtividade e da lucratividade não pode ser o objetivo principal da produção agrícola; em primeiro lugar, é preciso garantir a sobrevivência digna das pessoas que vivem dessas atividades (da agricultura, do extrativismo, da coleta, da pesca artesanal, etc.), assim como

a sobrevivência do planeta, pelo uso de técnicas de manejo sustentável dos recursos e de conservação da biodiversidade.

Isso pressupõe um modelo baseado em pequenas unidades de produção, descentralizadas, apoiadas em um profícuo diálogo de saberes entre os conhecimentos tradicionais e científicos, numa integração “virtuosa” dos seres humanos aos ambientes naturais onde estão inseridos. Não se trata de uma proposta apenas para a agricultura: inclui a construção de uma “sociedade sustentável”, em que muitas outras questões – como, por exemplo, o papel do mercado, do consumo responsável, da produção de conhecimentos – também deverão ser redefinidas.

Nilsa Luzzi mostra como os movimentos sociais rurais, tanto o MST, como a CUT e a CONTAG, foram se aproximando dessa discussão, e contribuindo para que o debate classista se incorporasse à discussão tecnológica e ambiental. Seria necessário agregar a essa análise o significado do encontro com setores do movimento dos trabalhadores e trabalhadoras provenientes do Norte do país, e em especial, da Amazônia. Apesar de os seringueiros, os castanheiros, as quebradeiras de coco e extrativistas em geral organizarem-se também por dentro do movimento sindical e de luta pela terra, traziam, como foi comentado, especificidades para a discussão do movimento agroecológico, que não se encaixavam na “nova lógica” da agricultura alternativa, justamente porque a atividade agrícola tomava uma importância menor do que a extrativista em suas estratégias de sobrevivência.

Como foi discutido no capítulo anterior, os movimentos agroecológicos brasileiros se colocam hoje num “espectro ideológico” de transformação social, aproximando-se das propostas dos movimentos por eco-justiça. Propõem-se a construir um outro “modo de vida” em que ganham relevo valores éticos de justiça e equidade social. Por isso, são destacadas como importantes as mudanças no relacionamento *entre as pessoas*, e não apenas dos seres humanos com o meio natural. É aí que se abre espaço para o questionamento, dentro do ideário agroecológico, das desigualdades de poder existentes entre os homens e as mulheres no meio rural, assim como entre os jovens, os adultos e os idosos, ou entre os diferentes grupos étnicos e raciais, por exemplo.

Desde o final da década de 1990, assistiu-se a uma série de iniciativas que buscavam integrar, em redes ou instituições, os diversos setores que trabalhavam com esses temas, para fortalecer as experiências existentes e também para influenciar na definição de políticas públicas para o setor. Alguns exemplos: a realização de Seminários Nacionais e

Internacionais de Agroecologia, a partir de 1999, em Porto Alegre, coordenados pela Associação Riograndense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS), e seguidos dos Congressos Nacionais e Internacionais de Agroecologia (a partir de 2003), com um número expressivo de participantes; a criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) em 2002, decidida em um encontro no Rio de Janeiro, também em um evento de grande representatividade; a formação da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), em 2004, congregando pesquisadores e estudiosos do assunto.

Entidades de pesquisadores e de técnicos do Estado, já vinham juntando-se com os movimentos sociais rurais em distintas articulações de trabalho onde se discutiam os temas das lutas sociais no campo em uma perspectiva ecológica, como era o caso do Fórum Nacional pela Reforma Agrária, do Fórum Meio-Ambiente e Desenvolvimento, e da Campanha por um Brasil Livre de Transgênicos.

A criação da ANA, em 2002, em particular, significou a unificação e a consolidação de uma aliança política em torno da promoção da agroecologia, de todos os setores que vinham se aproximando desse debate e que também vinham realizando experiências práticas produtivas e de comercialização: ONGs agroecológicas, movimentos sociais rurais, incluindo os de mulheres, aliados a técnicos estatais, pesquisadores, professores, consumidores, enfim, um amplo espectro social que se reconheceu a partir da defesa da agroecologia.

Em uma sistematização preliminar apresentada durante do II Encontro Nacional de Agroecologia, promovido pela ANA em Recife, em junho de 2006, aparece justamente essa diversidade. Foram selecionados 1011 casos, em todo o Brasil, envolvendo homens e mulheres agricultores familiares, camponeses, quilombolas, agroextrativistas, “*geraizeiros*” (agroextrativistas que vivem no cerrado, em Minas Gerais), agricultores urbanos, indígenas, sem-terras, ribeirinhos e pescadores artesanais. A sistematização indicou ainda os temas a partir dos quais a agroecologia estava sendo construída: sistemas agroflorestais, construção de conhecimentos, saúde e plantas medicinais, soberania alimentar, direitos territoriais, beneficiamento e comercialização da produção, entre muitos outros. As feiras ecológicas, existentes em quase todas as regiões do país, embora ainda pequenas em vendas e em abrangência geográfica, funcionam como um símbolo do quanto cresceu o movimento agroecológico enquanto proposta produtiva e de organização social, nesses aproximadamente 30 anos de existência (ANA, 2006).

O discurso agroecológico passou a ganhar espaço nos meios acadêmicos e dentro do Estado, com a incorporação, mesmo que pontual, de programas de apoio à agroecologia por meio de projetos e políticas públicas (de pesquisa, crédito, comercialização, capacitação, assistência técnica), em nível municipal, estadual e federal. Assistimos, assim, nesta última década, à conformação de um “campo social” agroecológico, dentro do qual gravitam discursos e práticas identificados com essa proposta de transformação social. Muitas instituições que participam hoje da Articulação Nacional de Agroecologia, foram, ao mesmo tempo, impulsionadoras e produto dessa história.

Como visto na seção anterior, esse período correspondeu também ao de maior efervescência do processo organizativo das mulheres trabalhadoras rurais, tanto nos movimentos autônomos como dentro dos movimentos mistos. A incorporação do enfoque de gênero nas intervenções no meio rural, nos últimos anos, seja por pressão das agricultoras, seja por exigência de entidades de cooperação internacional – muitas vezes mais no discurso do que na prática – começou a ser um fato corriqueiro em várias regiões do Brasil.

Em muitos movimentos mistos, as agricultoras foram quem primeiro se aproximou das discussões sobre agroecologia e formas sustentáveis de produção. Em todas os trabalhos de base das ONGs agroecológicas existem mulheres se organizando, participando de cooperativas, associações, feiras ecológicas, trocas de experiências. Quando chegamos à criação da ANA, em 2002, portanto, essas mulheres já vinham de distintas experiências organizativas. A participação em articulações locais, regionais e nacionais que têm por tema principal a agroecologia será, para as agricultoras, um passo a mais nessa trajetória.

4.3 AS MULHERES NA ANA

Maria Emilia Lisboa Pacheco lembra que, desde os primeiros encontros entre ONGs do campo agroecológico, entidades sindicais e movimentos sociais rurais, ocorridos no final dos anos 1990, em que se discutiu a necessidade de criar-se uma articulação nacional do campo agroecológico, os movimentos de mulheres já estavam presentes, ainda que em franca minoria. Além de Maria Emília, participaram dessas reuniões duas ou três mulheres, vindas de ONGs de assessorias e do MMC, que apresentaram a proposta de que, nos encontros seguintes, fossem feitos esforços para a mobilização de mais mulheres (entre todas as entidades participantes) para buscar equilibrar a participação de gênero nessas instâncias. Porém, os resultados foram pífios. A maioria das instituições enviava representantes homens para as reuniões, mesmo quando se sabia que havia mulheres que

previamente haviam sido convidadas para participar (Maria Emília, em entrevista concedida à autora em 2007).

Desde 1998, havia se iniciado uma articulação de mulheres no âmbito da Rede PTA do sudeste, envolvendo nove entidades que trabalhavam com agroecologia⁸⁹, e assessorada por uma ONG feminista (SOF) para discutir como melhorar a intervenção dessas entidades com relação às mulheres. Essa articulação fez, naquele período, três encontros de trocas de experiências e de reflexão: em Piúma, ES, em 1998; em Itaúnas, também no ES, em 2000; e em Santana dos Montes, MG, em 2001⁹⁰. O ponto central desses encontros era discutir a problemática da agricultura familiar sob o enfoque de gênero. Chegou-se a um compromisso entre as entidades, no sentido de se tentar avançar para além dos diagnósticos sobre o papel das mulheres na agricultura, em direção a um real empoderamento das mulheres rurais. As discussões realizadas por essas entidades, particularmente sobre a necessidade de valorização da participação das mulheres no campo agroecológico, foram fundamentais para a sensibilização de um conjunto maior de lideranças, cujos resultados foram vistos em seguida, com os eventos ocorridos no I ENA, no Rio de Janeiro, em 2002.

As discussões no I ENA foram organizadas em grupos de trabalho. Havia um deles sobre a questão de gênero, como tantos outros que haviam sido propostos pela comissão organizadora (sobre comercialização, assistência técnica, crédito, etc.). As mulheres eram cerca de 30% dos delegados (em um total de 1120 pessoas); no decorrer do encontro, deram-se conta de que estavam quase todas participando desse GT, e que ali não havia nenhum homem. Enquanto isso, nos demais grupos, praticamente não havia mulheres. Foi avaliado então, durante o próprio encontro, que o formato adotado para a discussão não favorecia a participação feminina. Houve uma espécie de “revolta” das mulheres ao que elas consideraram um isolamento das suas questões; as que participavam do grupo específico saíram, então, de sala em sala, paralisando as atividades, e fazendo um chamamento aos participantes para que, na discussão de todos os temas, fossem incluídos os seus pontos de

⁸⁹ Entidades participantes do GT-Gênero do Fórum Sudeste da Rede PTA: Associação de Programas em Tecnologias Alternativas (APTA); Assessoria e Serviços a Projetos de Tecnologias Alternativas (AS-PTA); Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM); Centro Agroecológico Tamanduá (CAT); Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV); Centro de Tecnologia Alternativa Zona da Mata (CTA-ZM); Programa da Terra (PROTER); Rede de Intercambio de Tecnologias Alternativas (REDE); Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Extremo Sul da Bahia (Terra Viva).

⁹⁰ Consultar: GÊNERO EM REDE; publicação do GT-Gênero da Rede PTA-sudeste. [S.l.: s.n., s.d.].

vista. Ao final do ENA, leram uma carta reivindicando maior atenção às suas questões⁹¹. Os resultados das discussões nesse GT podem ser vistos na tabela a seguir:

Avanços	Desafios	Propostas
Acesso à terra e aos recursos naturais		
Conquistas na legislação. Ex.: Babaçu-livre; Leis municipais de Território de Quilombo; Constituição da Reforma Agrária.	Garantir a implementação das leis e ampliação do âmbito vigência, no caso das leis municipais e a titulação conjunta nas áreas de RA.	Contribuir no fortalecimento dessas lutas, incorporando essas questões na pauta dos movimentos e organizações participantes do ENA
Reconhecimento do trabalho da mulher e de sua contribuição na renda familiar		
Auto-organização das mulheres na produção, beneficiamento e comercialização e autonomia na gestão de recursos financeiros. Homem assumindo trabalho doméstico para possibilitar participação da mulher no Movimento.	Romper com a divisão sexual do trabalho e com a invisibilização do trabalho das mulheres, considerando como ajuda; redistribuição das tarefas domésticas no cotidiano.	Contribuir no fortalecimento dessas lutas, incorporando estas questões na pauta dos movimentos e organizações-participantes do ENA.
Formação e capacitação de agricultores e técnicos		
A formação de mulheres fortalecendo a auto-estima a participação e organização.	Ampliar número de homens e mulheres na formação em gênero; Ampliar o número de mulheres na capacitação técnica.	Incentivar processos de capacitação em gênero e incluir mulheres nas capacitações em agroecologia.
Auto identificação (identidade)		
A organização e capacitação fortalecendo o processo de auto identificação como agricultora, extrativista, quilombola , etc.	Abranger toda a categoria através da ampliação da organização.	Contribuir no fortalecimento dessas lutas.
Gênero como questão de mulher		
Questão de gênero presente na pauta dos movimentos e organizações. Organização de coletivos, comissões e grupos de trabalho sobre gênero.	Dissociar gênero de questão de mulher e envolver homens e mulheres na discussão; Incorporar a questão de gênero como princípio de sustentabilidade.	Incorporar a questão de gênero como princípio de sustentabilidade na Agroecologia.
Gênero, geração e etnia		
As questões de gênero e geração têm sido colocadas a partir do processo de organização das mulheres A organização das mulheres tem uma importante contribuição no movimento Negro.	Trabalhar estas questões de forma articulada nos processos de formação; Educar as novas gerações dentro desta perspectiva.	Contribuir no fortalecimento dessas lutas, incorporando estas questões na pauta dos movimentos e organizações participantes do ENA.
Políticas Públicas		
Conquista de políticas que beneficiam as mulheres: titulação conjunta (casal) da terra, previdência, programas de Crédito.	Ampliação dessas políticas; Priorização das mulheres como beneficiárias; Capacitar as mulheres na gestão Financeira.	Todas as propostas de políticas públicas para a agroecologia incorporarem a perspectiva de gênero.
Participação Política		
Conquista de cargos públicos pelas mulheres.	Assumir o exercício do poder sem reproduzir o modelo masculino de fazer política; Mulheres são mais cobradas, tem que ter desempenho maior para ter Reconhecimento.	Os processos de formação e capacitação incorporarem a abordagem sobre a questão.

Quadro 3: Avanços, limites e desafios para a integração do gênero ao desenvolvimento agroecológico no Brasil, resultado da discussão do GT- Gênero no I ENA (2002).

Fonte: MOURÃO, 2004, p. 96.

⁹¹ Ver “Carta do GT-Gênero” no site: www.encontroagroecologia.org.br, seção “Resultados”; item 11 “A questão de gênero no desenvolvimento agroecológico”. Acesso em: jul. 2006.

No final de 2004, o GT- Gênero do Fórum Sudeste da Rede PTA, em conjunto com outras entidades, promoveu um seminário em Mario Campos, MG, intitulado “Construindo um Diálogo entre Feminismo e Agroecologia”. Nesse seminário, além de fazerem uma avaliação do próprio ENA, foram apontadas as dificuldades de se abordarem gênero e agroecologia dentro de algumas redes que faziam parte da ANA: que essa incorporação nas ações das entidades estava se dando “sem o acúmulo do movimento feminista”; que se enalteciam as relações tradicionais entre homens e mulheres, em nome da cultura local; e que também se enaltecia a relação mulher/natureza, mantendo a mulher no lugar subordinado que lhe era imposto tradicionalmente.

Avaliou-se ainda que estava sendo buscada apenas a ampliação da participação numérica das mulheres nos movimentos, sem se discutirem as relações de poder; que gênero e produção ainda eram temas trabalhados em espaços separados; e que havia diversos problemas na forma como as próprias ONGs estavam trabalhando o tema. Outra questão apontada foi o fato de que o incentivo à participação das mulheres nos movimentos estava tendo como consequência a sobrecarga de trabalho, não só para elas, mas também para os filhos e filhas. O discurso de transversalidade de gênero existia, mas faltavam indicadores para comprovar o quanto essa transversalidade estava sendo obtida. Elas reclamavam ainda que a biodiversidade era um tema que só aparecia nas pautas das mulheres; e que era necessário conceituarem-se as relações da agroecologia com os temas ligados à soberania alimentar, como possibilidade de se defender a cultura camponesa, o que não estava sendo feito pelo conjunto dos movimentos.

Nesse seminário se decidiu solicitar à coordenação da ANA (que havia sido formada no final do I ENA) a formalização de um Grupo de Trabalho permanente (GT) para tratar dessas questões dentro da rede. Esse GT foi criado⁹², e teve um papel fundamental na preparação do encontro seguinte (II ENA), ocorrido em 2006, em Recife. Uma das principais medidas tomadas pela Coordenação da ANA, a partir das propostas desse GT, foi que, para o II ENA, teria que ser respeitada uma cota de 50% para a mulher entre os delegados, de forma a garantir a participação equilibrada (pelo menos, em termos numéricos) entre ambos os sexos.

Uma outra consequência importante do seminário de Mario Campos foi a formalização da criação, poucos meses depois, de um GT-Gênero também dentro da Rede Ecovida, um

⁹² Chamado inicialmente de GT-Gênero; atualmente se autodenomina “Mulheres da ANA” dando relevo à sua finalidade principal, de estimular a participação das mulheres e a discussão de seus temas na rede.

grupo de entidades agroecológicas do Sul do país com muito peso político dentro da ANA, por agregar entidades históricas do movimento agroecológico brasileiro⁹³.

Entre as atividades desenvolvidas pelo GT-Gênero da ANA, a partir daquele período, destacam-se: a mobilização das mulheres para participar de todas as comissões temáticas preparatórias ao II ENA; a elaboração de materiais de reflexão sobre temas considerados prioritários para as mulheres; a promoção de encontros nacionais e regionais de mulheres como espaços de capacitação para a intervenção; e pressão sobre as coordenações regionais (e sobre as entidades de base) para garantir que fosse cumprida a cota de 50% de mulheres delegadas para o encontro.

Destaca-se ainda, na preparação das mulheres para o II ENA, o folheto produzido pelo GT-Gênero da ANA, intitulado “Mulheres construindo a Agroecologia”, distribuído amplamente na rede, em que se apresentavam avaliações e propostas do ponto de vista das mulheres para todos os temas que seriam discutidos no encontro. Em segundo lugar, a realização do Encontro Nacional de Mulheres e Agroecologia, em Belém (PA), em abril de 2006. Esse encontro, com cerca de 150 participantes, promovido em conjunto com a Rede de Mulheres Empreendedoras Rurais da Amazônia (REMEA) visava basicamente socializar as experiências de mulheres na agroecologia, e construir o seu posicionamento político sobre os temas mobilizadores do ENA. A idéia era de que as mulheres não poderiam participar desconhecendo os temas que seriam discutidos e sem apresentar propostas voltadas aos seus interesses e necessidades. Além disso, a socialização das experiências realizadas por mulheres servia como um reforço para dar mais visibilidade às suas ações no conjunto dos movimentos.

Após esse processo de mobilização, as mulheres delegadas chegaram a 46% dos participantes do II ENA (em um total de 1500 pessoas), um caso inédito em movimentos rurais, antes predominantemente masculinos, sendo que muitas das experiências apresentadas no encontro mostravam o protagonismo das mulheres. Ocorreu também, durante o II ENA, uma oficina preparatória para a discussão específica dos temas propostos pelas mulheres, contando com a presença de cerca de 300 pessoas. Como resultados, além de terem alcançado um aparecimento público surpreendente em movimentos mistos da agricultura familiar, conseguiram que na Carta Política do II ENA constasse que:

⁹³ A Rede Ecovida de Agroecologia foi formada entre o final de 1998 e o início de 1999, congregando inúmeras instituições vinculadas ao movimento agroecológico dos três Estados do Sul (RS, SC e PR), inicialmente com o objetivo de implementar um sistema de certificação participativa dos produtos agroecológicos; posteriormente, ampliando a sua participação para todos os temas que abrangem a agroecologia. Organiza-se em núcleos regionais e estaduais. Ver REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA (2007).

As mulheres e seus movimentos têm participado ativamente da promoção da agroecologia. Chamam a atenção para a necessidade de valorização do seu trabalho; criticam a hierarquização e a fragmentação entre trabalho produtivo e reprodutivo; defendem o compartilhamento das responsabilidades pelo cuidado da casa e da família; reafirmam o direito de serem reconhecidas como agricultoras, camponesas e agroextrativistas. Nós, participantes do II ENA, assumimos o compromisso de continuar apoiando e participando da construção de um movimento agroecológico com igualdade de gênero, opondo-nos também a todas as formas de manifestação da violência contra as mulheres (ANA, 2006 p.6).

A partir dessas articulações entre diferentes movimentos de mulheres atuantes na agroecologia, paulatinamente, suas experiências começaram a ganhar mais visibilidade também nas regiões. Multiplicaram-se as feiras de produtoras; redes de empreendedoras formaram-se no norte e no nordeste do país; promoveu-se uma aproximação dos movimentos de mulheres com as atividades do campo da Economia Solidária. Várias publicações aparecerem enfocando experiências de mulheres, discutindo seus avanços e dificuldades; como exemplos, podemos citar os materiais editados pela própria REMEA; pela Casa da Mulher do Nordeste; pelo Centro Feminista 8 de Março; além de outros produzidos por ONGs mistas: SASOP, Centro de Assessoria e Apoio aos trabalhadores e Instituições Não-governamentais Alternativas (Caatinga), Centro de Desenvolvimento Sabiá, que, apesar de tratarem de experiências agroecológicas em geral, passaram a dar mais ênfase ao trabalho das mulheres⁹⁴.

PESQUISA SOBRE AS QUESTÕES DE GÊNERO NA ANA

Entre 2006 e 2007, realizei uma pesquisa, sob orientação do Professor Frédéric Mertens, sobre a presença da discussão de gênero e das questões das mulheres dentro da ANA, vista como uma rede social. As entidades e os movimentos sociais que fazem parte da Coordenação Nacional da ANA e dos seus Grupos de Trabalho foram tomados como universo da pesquisa. Por meio de um questionário com perguntas abertas e fechadas, focadas no relacionamento entre as instituições (junto com quem trabalhavam, seja sobre assuntos de gênero/mulheres ou sobre outros assuntos relacionados com a agroecologia; com quem gostariam de trabalhar, etc.), fez-se uma análise sobre a abrangência do tema de gênero dentro da rede e sobre o reconhecimento das entidades que fazem parte do GT-Gênero como referência para a discussão.

⁹⁴ Consultar na bibliografia: GOMES; AMARAL (2005); CASA DA MULHER DO NORDESTE (2006); CENTRO FEMINISTA 8 DE MARÇO (2003 e 2006); CAATINGA; CENTRO SABIÁ; DIACONIA (2006), entre outras publicações.

Por meio de técnicas de indicações mútuas pudemos analisar quais as entidades que mais se destacavam no conjunto, sobre esses temas (utilizando medidas de prestígio); quais as entidades que cumpriam o papel de intermediação entre as demais; e a existência de instituições isoladas, que não participavam de nenhum tipo de articulação sobre o tema de gênero. Embora seja necessário um aprofundamento dos dados obtidos, foi possível, com o apoio dos softwares Ucinet 6 (*Social Network Analysis Software*) e Netdraw (*Graph Visualization Software*)⁹⁵ esboçar várias conclusões sobre as relações entre as instituições, que reproduzimos aqui, em função da relevância e do ineditismo da pesquisa (SILIPRANDI, 2008).

Estrutura da ANA:

Na época da pesquisa, a ANA possuía sete Grupos de Trabalho em funcionamento, além de uma Comissão Temática Provisória (de Reforma Agrária e Direitos Territoriais). Os GTs eram os seguintes: Biodiversidade; Gênero; Construção do Conhecimento Agroecológico; Informação; Financiamento; Acesso aos mercados; e Soberania e Segurança Alimentar. O trabalho cotidiano era realizado por um Núcleo Executivo, formado por três instituições, uma das quais assumindo o papel de Secretaria Executiva. A Coordenação Nacional era formada pelos coordenadores dos Grupos de Trabalho, pelos integrantes do Núcleo Executivo e por representantes de movimentos sociais e de outras redes setoriais ou regionais. Esse conjunto de instituições compunha um total de 56 instituições, que foram tomadas como o universo da pesquisa.

Existência de Projetos sobre Gênero ou com Mulheres nas organizações

Entre as 56 instituições pesquisadas, 46 responderam ao questionário (82% do total enviado); destas, 43 (93%) declararam que mantinham programas ou projetos relacionados com grupos de mulheres ou com o tema das iniquidades de gênero. Dentre essas quarenta e três, cinco entidades se declaram como organizações feministas, cujo objetivo institucional é exatamente trabalhar com a questão de gênero. Outras seis entidades são voltadas prioritariamente para trabalhos com mulheres, mesmo sem se definirem como feministas. Isso significa que, no total, 24% dos que responderam têm como objetivo principal trabalhar com os temas de gênero, feminismo e/ou grupos de mulheres.

⁹⁵ Sobre os softwares citados, ver BORGATTI et al. (2002); e BORGATTI (2002).

Foram citados 94 projetos específicos voltados para gênero e/ou mulheres, agrupados da seguinte forma:

- a) apoio à articulação, ao associativismo e à participação política das mulheres em espaços de decisão locais e regionais (16 citações);
- b) formação/capacitação em gênero e em temas do feminismo (15 citações);
- c) apoio a projetos focados em geração de renda para mulheres: produção agrícola, agroindustrial, agro-extrativista; atividades não-agrícolas (artesanato e outras); incluindo fornecimento de infra-estrutura produtiva (14 citações);
- d) assistência técnica para grupos de mulheres, incluindo gestão de empreendimentos (10 citações);
- e) projetos de saúde, direitos reprodutivos e sexuais, plantas medicinais (6 citações);
- f) apoio à comercialização e à economia solidária (6 citações);
- g) alimentação, educação alimentar, formação em segurança e soberania alimentar (5 citações);
- h) questões específicas envolvendo mulheres quilombolas, indígenas, assentadas e outras camponesas (4 citações);
- i) crédito e fundos rotativos/ redes de sementes tradicionais/ formação em Agroecologia para mulheres/ educação ambiental e sustentabilidade; (3 citações cada);
- j) assessoria na busca de direitos e políticas públicas (incluindo programas de documentação) / questões ligadas ao combate à violência (2 citações cada);
- k) agricultura urbana/ comunicação (1 citação cada).

Os quatro primeiros agrupamentos de projetos correspondiam a 60% das respostas, e se referiam ao fornecimento de apoio técnico e gerencial para grupos produtivos de mulheres, assim como para atividades de articulação entre grupos, formação técnica e

política de mulheres. Evidenciava-se uma preocupação com a melhoria de renda das mulheres, assim como com a qualificação da sua participação em instâncias de decisão.

Embora não seja possível aferir a importância que esses projetos têm para cada organização (por exemplo, em termos dos recursos técnicos e financeiros que mobilizam, tempo de duração, público atingido), pode-se afirmar que a existência de projetos dessa natureza na ampla maioria das organizações pesquisadas demonstra *a presença do tema* nas instituições que participam das estruturas de coordenação da ANA.

Verificou-se ainda que não havia uma predominância explícita de atividades ligadas ao papel tradicionalmente atribuído às mulheres, enquanto responsáveis pela família (como, por exemplo, saúde, educação, alimentação), embora essas atividades pudessem também estar incluídas nos grupos produtivos comentados acima.

Importância do tema de gênero na ANA

Quando perguntadas se o tema de gênero era importante para a ANA, quarenta e quatro das quarenta e seis instituições responderam positivamente. Apenas uma afirmou que não era importante *hoje*, mas que deveria ser; e uma não se manifestou. Interessa-nos então verificar as razões pelas quais cada uma delas declarava que o tema era importante.

Dezoito delas justificaram a sua resposta em função do comprometimento da ANA com um novo modelo de sociedade, que não seja apenas de produção e comercialização de produtos agrícolas, mas que incida sobre as relações entre as pessoas. Foram citados valores como equidade e democracia, que fazem parte dos valores da própria ANA, e que deveriam expandir-se também para as relações entre os gêneros. O reconhecimento de que essas hoje são injustas, aliado aos valores da instituição, justificariam a necessidade de que a rede como um todo se posicionasse e atuasse em favor da superação das desigualdades.

Um segundo grupo de quatorze respostas salientou a importância de se dar visibilidade às contribuições da mulher em todos os campos da agroecologia e das práticas sustentáveis (com destaque para a região amazônica, citada explicitamente em quatro respostas), e, como conseqüência, promoverem-se ações que estimulem a sua participação enquanto *sujeito político* autônomo. Há o reconhecimento de que essa participação, nas instâncias em que se discute a agroecologia, é menor do que o envolvimento real da mulher nas atividades práticas (produção, comercialização, etc.), ou seja, de que a mulher é sub-representada, em nível político, no campo da agroecologia. Algumas organizações

entendem que a questão deveria ser enfrentada por meio da organização autônoma das mulheres, também no âmbito da ANA.

Um terceiro grupo de seis respostas faz referência ao público principal da ANA, que são as organizações da agricultura familiar *lato senso*, em que questões como autoridade familiar, divisão sexual do trabalho, relações de poder dentro da família, muitas vezes são entraves para a efetiva participação das mulheres (e também dos jovens).

Por isso, seria importante que a ANA colocasse na sua pauta questões como violência doméstica, enfrentamento de conflitos familiares e temas semelhantes, para que a construção do movimento agroecológico também se fizesse *com base na diversidade de sujeitos*. Algumas instituições salientaram o papel educativo que a ANA pode cumprir ao abrir espaço para tais discussões entre o conjunto das suas instituições, especialmente no campo da agricultura familiar, “induzindo” mudanças, ao enfrentar com seriedade os conflitos existentes.

Algumas outras questões apareceram de forma isolada: (i) a maioria das instituições que fazem parte da ANA seria representada por homens ou mulheres “masculinizadas” e que seria preciso mudar essa situação (colocada por uma organização que trabalha prioritariamente com mulheres); (ii) o tema de gênero permitiria uma abertura maior para outras discussões tais como as questões de raça, etnia, geração; (iii) a discussão sobre gênero ajudaria a *desconstruir* o ideário capitalista.

Cinco instituições lembraram ainda que a constituição do GT - Gênero da ANA já seria uma evidência da importância que o tema tem para a rede como um todo, assim como as ações levadas a cabo na preparação do II ENA (colocação do tema na pauta dos encontros preparatórios, cotas para mulheres, etc.). Retomaremos esse assunto nos próximos itens.

Pode-se concluir que essas avaliações parecem confirmar, pelo menos ao nível do discurso, o que foi colocado na questão anterior, a respeito de uma tendência a uma maior aceitação sobre a transformação do papel da mulher na sociedade rural e da sua busca por novos espaços. No mínimo, significa que existem pessoas abertas a esse tipo de discussão em praticamente todas as organizações que participam da estruturas da ANA⁹⁶.

Temas prioritários na ANA

Havia sido solicitado que citassem, por ordem de importância, quais seriam os temas prioritários de trabalho de cada instituição na ANA. Consideramos aqui somente a primeira citação como sendo a mais importante. Os temas mais citados foram “construção do conhecimento agroecológico e processos de formação” seguidos de “gênero” e “biodiversidade”. Em quarto lugar, aparecem, ao mesmo tempo, “agroecologia”, o “protagonismo das mulheres na construção da agroecologia” e “segurança e soberania alimentar”. 28% das respostas se referiram a gênero e ao protagonismo das mulheres como sendo um dos temas mais importantes para a ANA. Isso revela, mais uma vez, que as instituições parecem estar sensibilizadas para a importância do tema dentro da rede.

Instituições de referência sobre gênero dentro da ANA

As pessoas foram solicitadas a indicar livremente quais instituições seriam referência para o debate da questão de gênero dentro da ANA. O total de citações foi de cento e vinte e oito. O diagrama representando essas citações é apresentado a seguir.

⁹⁶ Embora tenha sido solicitado que as respostas levassem em consideração a posição da instituição, e não da pessoa que estava preenchendo o questionário, em alguns casos pode ter ocorrido o inverso. É possível que o questionário tenha sido preenchido justamente pelas pessoas da instituição mais envolvidas com o tema de gênero, e que elas tenham expressado, em algumas respostas, posições não hegemônicas na instituição. Não temos condições de avaliar se isso realmente ocorreu; cabe registrar, no entanto, essa possibilidade.

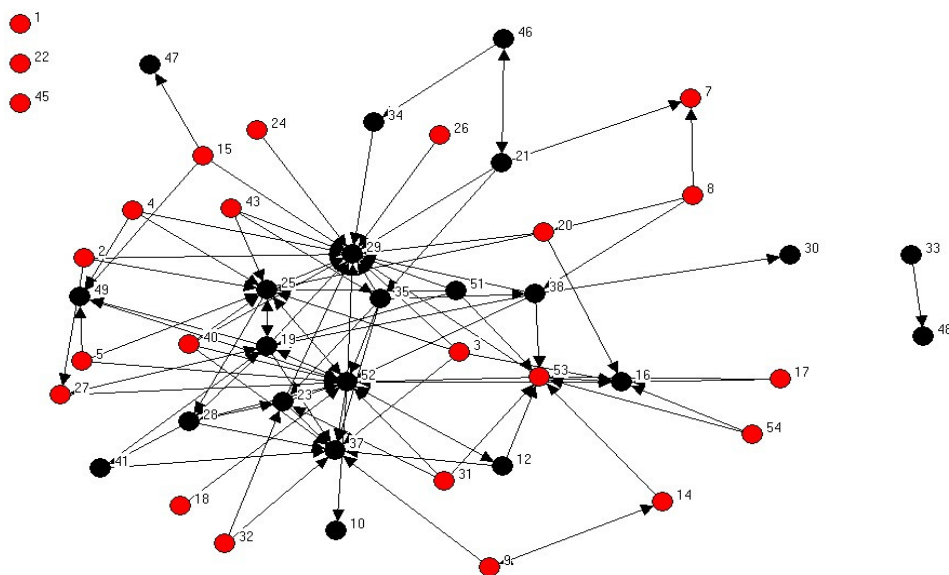


Figura 1 - Instituições de referência sobre o tema de gênero na ANA⁹⁷

Fonte: SILIPRANDI, 2008, p.13.

Legenda:

em preto: organizações que fazem parte do GT-Gênero da ANA

em vermelho: demais organizações

Instituições que fazem parte do Núcleo Executivo da ANA: 7; 25; 29

Instituições que se declaram feministas: 16;17;19;52;53

Instituições cujo propósito principal é trabalhar com mulheres rurais: 5; 36; 37; 38; 39; 48.

Questões a serem destacadas:

- a) entre as organizações mais indicadas, com exceção de três delas, *todas as demais* fazem parte do GT-Gênero; entre as cinco que obtiveram mais indicações, *duas* fazem parte do núcleo executivo da ANA;
- b) as entidades feministas estão entre as mais citadas. Esse é um dado interessante sobre o reconhecimento dessas entidades como referência para a discussão dentro da rede⁹⁸;

⁹⁷ Por compromisso de pesquisa, as instituições não são identificadas.

⁹⁸ Como poderá ser visto nos próximos dois itens, apesar desse reconhecimento, existem resistências a uma aproximação maior da ANA com o feminismo, por parte de algumas organizações.

- c) todas aquelas que participam do GT-Gênero, foram citadas por alguma outra como referência para a questão de gênero.

Podemos afirmar que: (i) o GT-Gênero está sendo reconhecido pelas demais como referência para o tratamento da questão, pois além de ter sido citado explicitamente, as organizações que o integram também foram citadas individualmente; (ii) o tema de gênero está potencialmente presente no núcleo executivo, uma vez que duas dessas organizações são fortemente citadas como referência para o tema; (iii) as entidades feministas também estão sendo reconhecidas dentro da ANA; (iv) existiam, fora do âmbito da ANA, outras instituições de referência, que vieram a ser incorporadas pouco tempo depois.

Avaliação sobre como o tema está sendo tratado na ANA

A maioria das respostas salientou a criação do GT-Gênero como um significativo passo dentro da ANA para a incorporação das questões de gênero, assim como as ações que foram realizadas para dar relevância ao tema durante a preparação e a realização do II ENA. Essas medidas foram entendidas como parte de um processo, ainda inacabado, para fazer com que a transversalidade seja efetivada. “Poderia ter se dado mais ênfase ao tema; ainda é só discurso; na base não há mudanças; é preciso atingir todas as organizações” são algumas observações críticas feitas ao processo.

Apenas uma resposta considerou que o tema é efetivamente uma prioridade hoje na ANA; outras consideraram que é um tema transversal, bem articulado, e tratado de forma plural. Uma resposta considerou ainda que o tema, embora transversal, está sendo tratado de forma artificial, formal, e “muito feminista”.

Salientou-se que o esforço de colocar o tema na pauta tem sido feito principalmente pelas mulheres organizadas, enquanto, nas estruturas de coordenação da rede, a maioria dos integrantes ainda é formada por homens.

As duas falas, a seguir, exemplificam essa visão de processo, presente em várias respostas⁹⁹:

A ANA, através do GT de Gênero *tem feito um esforço* para pautar o tema gênero como prioritário dentro da articulação. A aproximação com o movimento feminista tem avançado e possibilitado incluir nessa discussão a história de lutas das mulheres. O diálogo com experiências práticas de

⁹⁹ A partir das próximas citações, até o final dessa seção, todos os grifos são meus.

mulheres tem alimentado esse debate. Outro aspecto que merece destaque são os eventos preparatórios promovidos pelo GT de gênero o que tem contribuído com a qualificação do debate pelas mulheres em espaços maiores.

Desde o I ENA se tem uma preocupação com a questão de gênero. Neste II ENA a questão ganhou força com o protagonismo das mulheres, com a influência sobre outros temas como segurança alimentar, a emergência de questões como a violência sexista e as relações de poder na família. Existe um processo real de debate dentro do GT que tem representações de todo o país, de ong's e movimentos, técnicas e agricultoras. O GT de Gênero tem uma política correta que é de facilitar a discussão e criar uma aliança entre as mulheres das várias organizações participantes e sua relação com os demais temas e GT's da ANA. *Porém, esta estratégia é bastante trabalhosa e implica em um sobre-trabalho para as envolvidas.* Ainda existe uma resistência a um tratamento real e não formal às questões de gênero. Os movimentos sociais têm menos resistência que as ong's; e os agricultores, menos que os técnicos.

Propostas para promover esta discussão dentro da rede

Coerentes com a visão de que a criação do GT-Gênero foi uma iniciativa positiva, muitas organizações propõem o fortalecimento desta instância dentro da ANA, através da destinação de mais recursos para a sua atuação, assim como da formalização da participação de uma representante desse GT no núcleo executivo.

Da mesma forma, é proposta a realização de mais encontros regionais e nacionais de mulheres, com momentos de formação e troca de experiências, incorporando também a discussão da juventude (uma proposta). A idéia é ampliar o debate, aproximando-o das realidades locais, e atraindo outras organizações.

Apenas uma resposta coloca explicitamente a necessidade de fazer esse debate com os homens; e uma outra faz um chamamento para que se discuta “gênero e não questões das mulheres”.

A preocupação com a qualificação da atuação da rede sobre os temas das mulheres é exemplificada pelas citações abaixo:

É preciso garantir que a discussão ocorra em todos os Grupos de Trabalho existentes, fazendo a relação direta com os diversos assuntos tratados e proporcionando a participação das mulheres em todos os espaços.

A ANA deve assumir gênero como um compromisso político; garantir a participação das mulheres em todos os espaços; inserir mais organizações de trabalhadoras rurais, para dar visibilidade ao trabalho das mulheres na

sustentabilidade dos sistemas, assim como sobre a necessidade de garantir a sua autonomia; e fortalecer a interação entre as organizações.

No entanto, existem controvérsias sobre o papel das entidades feministas no processo:

[...] a questão deve ser debatida entre todas as instituições e não apenas as feministas, pois estas tratam como se as questões de gênero fossem apenas de mulheres.

A ANA deve fortalecer a articulação com os movimentos de mulheres e feministas. Ter o feminismo com referência para as nossas reflexões e ações. Continuar a ampliação para participação das mulheres.

É preciso introduzir o debate sobre a crítica feminista à economia e sua relação com o debate sobre a crítica da ecologia política à economia. Aprofundar o debate sobre as características dos sistemas agrícolas e agroextrativistas com uma abordagem de gênero, com destaque para a questão da relação produção x reprodução e a divisão sexual do trabalho. Fortalecer a interação entre as organizações dos campos da agroecologia e do feminismo e incentivar o resgate da história de luta das mulheres e seus movimentos nas várias regiões. Inserir o debate sobre a violência contra a mulher. Promover intercâmbios entre experiências agroecológicas desenvolvidas pelas mulheres e ampliar a sua visibilidade.

Relacionamento entre as instituições

Na figura a seguir, vemos com quais instituições cada integrante da coordenação mantém projetos ou trabalha em conjunto sobre o tema de gênero. É baseada no preenchimento de uma tabela, em que as instituições deveriam marcar, entre as 56 organizações listadas (que fazem parte das estruturas da ANA, como já comentado), com quem efetivamente trabalhavam sobre esses temas.

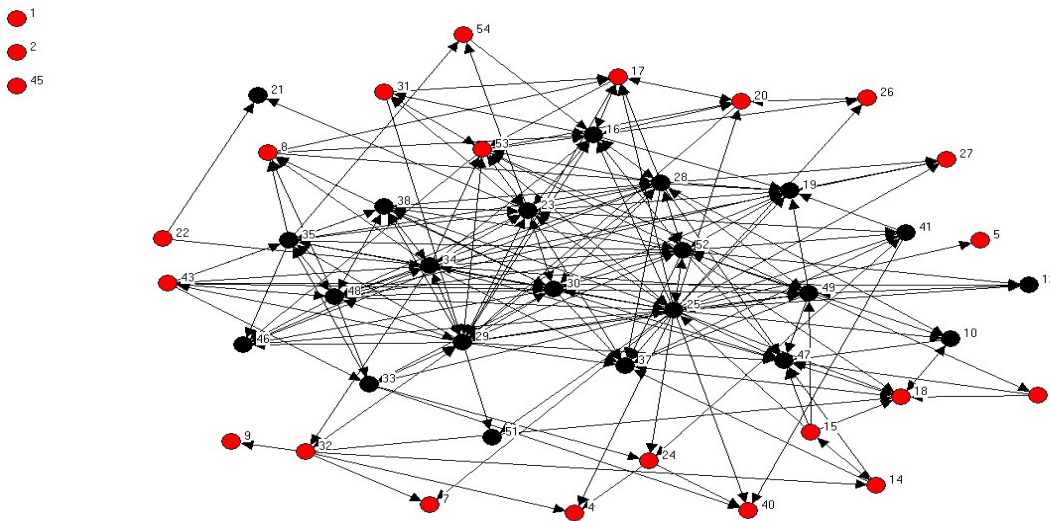


Figura 2 - Com quem trabalha junto, sobre o tema de gênero, com destaque para o GT-Gênero

Fonte: SILIPRANDI, 2008, p.16.

Legenda:

Em preto: integrantes do GT-Gênero

Em vermelho: demais organizações.

Instituições que fazem parte do Núcleo Executivo da ANA: 7; 25; 29

Instituições que se declaram feministas: 16;17;19;52;53

Instituições cujo propósito principal é trabalhar com mulheres rurais: 5; 36; 37; 38; 39; 48.

Esta figura nos mostra, em primeiro lugar, que existe um trabalho em conjunto sobre o tema de gênero entre a maioria dos integrantes da ANA. Apenas três organizações mantêm-se isoladas (afirmaram não trabalhar com ninguém sobre o tema; e também não foram citadas por nenhuma outra).

A figura confirma também que os integrantes do GT-Gênero são os “nós” que mantêm um número maior de projetos entre si sobre esse tema (estão na área central do diagrama), o que reforça a idéia de representatividade e de conexão real entre os integrantes desse GT.

CONCLUSÃO DA PESQUISA

A visualização, por meio dos diagramas de rede, das relações entre as organizações que participaram da pesquisa, assim como da análise do conjunto de informações obtidas por meio dos questionários, possibilitou que se observasse:

- a) que a ANA se constitui como uma rede viva, em que se percebe a existência de conhecimento mútuo entre os seus integrantes; existem parcerias sobre vários temas, e também a intenção de reforçar esses laços através de outros trabalhos em conjunto;
- b) que o tema de gênero na ANA revela-se promissor, no sentido que as respostas dadas às questões colocadas pela pesquisa mostraram um discurso de relevância e de necessidade de priorização de ações sobre esse tema, especialmente quanto a atividades de formação, de intercâmbio de experiências e de fortalecimento das ações das mulheres na rede;
- c) a existência de trabalhos em conjunto sobre o tema de gênero entre a maioria dos integrantes da ANA, mostrada pelas parcerias já existentes e pela intenção de ampliá-las, ainda que não se possa avaliar a amplitude desse trabalho;
- d) o reconhecimento do GT–Gênero, como referência para o tratamento da questão dentro da rede; em especial, evidenciou-se uma visão positiva sobre as ações desenvolvidas pelo GT desde a preparação do II ENA;
- e) o reconhecimento de que a inclusão do tema de gênero como um tema transversal na rede ainda é um processo, e que necessita ser fortalecido; há várias sugestões sobre como isso poderia ser feito;
- f) o reconhecimento de que o tema de gênero está presente no Núcleo Executivo da rede, e de que esta condição é importante para a politização da discussão e para influenciar o conjunto da rede;
- g) a existência de diferentes discursos acerca do papel das entidades feministas dentro da ANA.

Na seqüência do II ENA, O GT-Gênero (agora chamado de Mulheres da ANA) continuou mobilizado. Em setembro de 2007 realizou-se um Seminário Nacional intitulado “Mulheres Construindo a Agroecologia”, em Florianópolis, com a presença de cinquenta e oito integrantes de diversas organizações não-governamentais e de agricultoras que fazem parte da ANA. Pela primeira vez, participaram também representantes de movimentos indígenas, quilombolas, e integrantes de outros Grupos de Trabalho da ANA, que, até então, não participavam das atividades propostas pelo GT-Gênero. Os temas discutidos neste

Seminário foram: o Programa Nacional de apoio às cadeias produtivas vinculadas à conservação da biodiversidade, que estava sendo proposto pelo Governo Federal; as regras do Pronaf-Mulher para incluir as reivindicações das mulheres que estão trabalhando na perspectiva agroecológica; a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural; e a questão da violência contra as mulheres no meio rural.

Em 2008, diversas ações foram promovidas ou integradas pelo GT, em conjunto com outras redes e organizações: o Encontro Mulheres em Luta por Soberania Alimentar e Energética, em agosto, em Belo Horizonte; seminários de discussão sobre o Programa de Aquisição de Alimentos, em Brasília; o Seminário Nacional sobre Alimentação Escolar, em conjunto com o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar; em março de 2008, em São Paulo; atividades nos Fóruns Sociais regionais; Feiras de Economia Solidária e Feminista, em Recife, em agosto de 2008; intercâmbios de experiências entre agricultoras no Nordeste, entre outros eventos. No início de 2009, o GT participou do Fórum Social Mundial, em Belém (PA), organizando uma oficina sobre as experiências das mulheres no campo agroecológico.

Elizabeth Cardoso, integrante da coordenação do GT-Mulheres da ANA, em entrevista concedida à autora (2007) afirma que as mulheres estão presentes nos grupos de base de produção e comercialização agroecológica, mas a sua participação nos espaços públicos ainda é pequena. Essa é uma das preocupações do GT. Há um esforço no âmbito do próprio GT em aproximar os movimentos autônomos de mulheres, as organizações feministas, e as lideranças femininas que se encontram dentro dos movimentos mistos, para que essas mulheres se fortaleçam como interlocutoras dentro dos movimentos, de forma que o conjunto das posições das mulheres tenha mais visibilidade.

O GT-Mulheres da ANA tem cumprido, nesse sentido, um papel fundamental de aglutinação entre os diversos movimentos do campo agroecológico, na afirmação das mulheres enquanto sujeitos políticos atuantes. As mulheres que foram entrevistadas para esta tese, como veremos a seguir, são lideranças que vêm fazendo parte desse processo; são, de certa forma, fruto dessas articulações, ao mesmo tempo em que são impulsionadoras desses processos; manifestam um discurso que junta feminismo e ecologia, a partir das suas vivências como agricultoras, e esse discurso vem repercutindo, de alguma forma, em todas as instâncias da Rede.

5 A CONSTRUÇÃO DA MILITÂNCIA SOCIAL

Neste capítulo e nos próximos, serão apresentados os depoimentos obtidos nas entrevistas com agricultoras e assessoras atuantes no movimento agroecológico brasileiro. Em alguns casos serão trazidos também trechos das conversas com seus esposos ou companheiros, assim como trechos de falas obtidas nas reuniões com grupos de base (nas quais, algumas vezes, não foi possível identificar o nome da pessoa que falava); e também falas dos técnicos e das técnicas de organizações não governamentais que acompanhavam as experiências organizativas dessas mulheres.

Serão enfocadas, neste capítulo, as condições em que se deu a sua entrada na militância social, os entraves encontrados, e as formas de superação forjadas por elas no decorrer das suas trajetórias. Ao final do capítulo, serão analisados os aspectos mais relevantes que emergem desses depoimentos, em relação às formas como se organizam as famílias no meio rural, e o papel atribuído aos homens e mulheres nesse modelo. Como veremos, as histórias de vida dessas mulheres têm constituído um constante desafio a esses padrões de gênero.

5.1 AS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS

Praticamente todas as entrevistadas envolveram-se muito cedo com movimentos sociais, algumas ainda no final da década de 1980. Quase todas começaram participando em grupos ligados à Teologia da Libertação (Pastoral da Juventude, Pastoral da Terra, Comunidades Eclesiais de Base). Os grupos de igreja funcionavam como uma “ponte”, uma escola preparatória para a participação em outros movimentos, como o sindical, o de luta pela terra, o movimento de mulheres, os partidos políticos. Foram espaços de conscientização e de mobilização para o engajamento nas lutas sociais rurais.

Esse foi o caso, por exemplo, de Efigênia¹⁰⁰, de Minas Gerais, agricultora que trabalhou na terra desde cedo com seus pais e irmãos, em uma pequena propriedade no município de Acaiaca. Ela começou em um grupo de jovens (Pastoral da Juventude) aos 15 anos; passou a participar do sindicato dos trabalhadores rurais de seu município, onde, com dezoito anos, foi contratada como secretária; poucos anos depois, viria a ser eleita presidente do sindicato, sendo re-eleita no período seguinte.

¹⁰⁰ A partir daqui as entrevistadas serão citadas pelo primeiro nome ou pelo apelido por meio do qual são mais conhecidas e se apresentam publicamente.

Del, do sul da Bahia, começou na luta pela terra ainda adolescente, junto com a sua família, em um trabalho assessorado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT); nesse processo, aproximou-se do sindicato local; posteriormente conheceu o trabalho de agricultura alternativa promovido por uma organização não governamental na região, e ajudou a formar um grupo de mulheres para produção ecológica dentro de seu assentamento (Dandara dos Palmares, em Camamu).

Izanete, do norte do Rio Grande do Sul e Rosane, do oeste de Santa Catarina, ambas vindas de famílias de pequenos agricultores, começaram também na adolescência, em grupos de jovens da igreja, e dali foram para o movimento de mulheres agricultoras; Rosane, mais tarde, deixou o trabalho com mulheres para militar somente no movimento sindical, onde passou a ocupar cargos na direção estadual e nacional da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Brasil (FETRAF) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT); Izanete, ao contrário, afastou-se do movimento sindical e aprofundou a sua ligação com o movimento de mulheres, sendo atualmente uma das coordenadoras do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) em seu estado.

Maria viveu na sua comunidade, no município de Picos, no sertão do Piauí, até os 14 anos, onde trabalhava em uma pequena parcela de terra com seus pais e seus sete irmãos: *“trabalhamos muito na roça; lá em casa todo mundo foi criado na enxada”*. Saiu do Piauí para São Paulo, com dezesseis anos, para trabalhar como doméstica, e depois foi para a Paraíba, onde retomou seus estudos, chegando a graduar-se em agronomia; ali participou de movimentos de luta pela terra vinculados às propostas da igreja popular, e da recriação do movimento ecológico dentro da universidade; depois de formada, passou a colaborar na construção do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), do qual, em 2007, passou a ser coordenadora nacional.

Zulmira, filha de agricultores e extrativistas (sua mãe era quebradeira de coco) veio de Viana, na região da Baixada Maranhense, e também teve passagens pela cidade com a intenção de estudar; a partir da luta pela terra, aproximou-se dos sindicatos (chegou a ser da diretoria do seu município), mas optou por priorizar a participação no Movimento Interestadual de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB).

Lourdes, como as demais, começou com grupos de igreja. Filha de meeiros do sertão de Pernambuco, com oito irmãos, trabalhou na terra desde pequena; na adolescência, trabalhou como doméstica, em uma cidade vizinha, para poder concluir o ensino fundamental. Participava das Comunidades Eclesiais de Base desde os dez anos de idade.

Conseguiu uma bolsa de estudos e foi para Recife para estudar em um colégio de freiras em um bairro de classe média, onde freqüentou o segundo-grau; pretendia tornar-se religiosa: “sonhava em ajudar os pobres, sendo que eu era uma pobre também”. Porém, por meio destas freiras, em um período de férias, conheceu um trabalho de organização popular na periferia de Fortaleza, no Ceará, com o qual se identificou. Deixou então o colégio e foi trabalhar como agente pastoral no Ceará, com 19 anos. Conheceu o MST em 1994, e juntou-se ao movimento na perspectiva de engajar-se em uma luta que lhe permitisse voltar ao meio rural. Descobriu-se então uma “sem-terra”:

Quando vieram uns militantes do MST para as comunidades, eu me apaixonei pela forma como eles trabalhavam, de fazer esse resgate histórico da luta pela terra, de colocar essa coisa da exploração [de classe]. Eu me via, e via a minha família nessa história. [...] Eu via a minha mãe, que estava com mais de 60 anos, e nunca conseguiu nada. Ela só conseguiu construir uma casinha, mais nada. Aí eu falei: eu vou me integrar com o grupo que for fazer a ocupação. As meninas [agentes pastorais, com quem ela morava] no primeiro momento disseram que não iam; eu tive que sair do grupo, e virei “sem-terra” mesmo. Não tinha mais emprego, nada, vivi essa condição mesmo de arriscar tudo. Eu tinha uns 20 anos, mais ou menos (Lourdes).

Neneide e Francisca Lourdes são de municípios próximos a Mossoró, Rio Grande do Norte. São oriundas de famílias de agricultores sem-terra e tiveram a sua iniciação na militância ao participar da luta pela terra na área onde posteriormente foram assentadas. Quando veio para o assentamento, Neneide não tinha ainda completado 20 anos; já era casada (casou-se com 14 anos), e mãe do seu primeiro filho. Seu marido também provinha de uma família de agricultores sem-terra da região, que tinha se deslocado para a sede do município de Mossoró, em busca de alternativas de trabalho; o casal sobrevivia plantando em terras alheias, em regime de meação. Quando apareceu a oportunidade de participar da ocupação da terra, animados pela mãe de Neneide, optaram por deixar a cidade e tentar conseguir um lote, que foi obtido em nome dos dois. Quando se separaram, Neneide comprou a parte de seu marido, passando a ser a titular. Francisca Lourdes, pioneira no assentamento junto com a mãe de Neneide, também vinha de uma família de sem-terra.

Toda vida tive vontade de ter um pedacinho de terra meu, porque a gente sempre trabalhou de meeiro, e quando chegava o mês de setembro, mesmo que a gente ainda tivesse muita coisa para colher, jerimum, melancia, igual os patrões botavam o gado dentro. Então, quando surgiu isso aqui [o assentamento], eu disse para o meu marido: eu vou. [...] Sempre trabalhei no lote junto com ele, juntando garrancho, encoivarando. O meu esposo e o meu genro desmatando e brocando, eu e as minhas filhas encoivarando, para depois queimar. Sempre trabalhei na roça, direto (Francisca Lourdes)

Dentro do assentamento, participaram da formação de um grupo de mulheres, apoiadas pelo sindicato de trabalhadores rurais e por organizações não governamentais de assessoria. Do Grupo de Mulheres Decididas a Vencer, pioneiro na produção ecológica no assentamento Mulungunzinho, passaram a participar de movimentos de economia solidária, articulações de agroecologia, e movimentos de mulheres em nível regional e nacional (como a Marcha Mundial de Mulheres, entre outros).

Zinalva, agricultora ribeirinha da região nordeste do Pará, foi a única entrevistada cuja primeira experiência de participação em um movimento social ocorreu na organização de uma entidade de cunho ambiental, a Associação dos Pequenos Produtores Rurais, Extrativistas e Pescadores Artesanais (APEPA), em sua própria comunidade, no município de São Domingos do Capim. Zinalva nasceu e cresceu nessa comunidade, sendo a mais velha em uma família de cinco irmãos, criada apenas pela mãe, pois seu pai saiu de casa quando ela era ainda criança. Conheceu aquele que veio a ser seu marido na própria comunidade, também filho de agricultores/extrativistas. Desde que se casaram, há dezoito anos, ela e o marido trabalham em uma terra cedida pelo avô deste, a partir de uma proposta de preservação ambiental.

Após enfrentarem problemas com a pesca predatória, buscaram o apoio de órgãos públicos estaduais e federais, e conseguiram o comprometimento de vários setores para disciplinar o uso dos recursos comuns; dessa luta, surgiu a APEPA. Zinalva tinha sido por treze anos professora na comunidade, e já exercia alguma liderança na região. Três anos antes (de quando foi feita a entrevista) tinha ajudado a organizar um grupo produtivo de mulheres dentro da associação, que se dedica a vários trabalhos: alimentação alternativa, fabricação de composto orgânico, produção de mudas de árvores nativas e elaboração de artesanato (cestas e bijuterias, chamadas por elas de “*biojóias*”).

Carmen, “*cabocla amazônica*” (como ela se define), também vem de uma família de ribeirinhos do nordeste do Pará; seus pais não tinham terra própria (eram posseiros) e ela e seus cinco irmãos trabalharam na terra desde pequenos.

A gente tinha uma vida muito dividida entre a necessidade de estudar, de ajudar na roça, e as meninas, e eu principalmente, porque era a mais velha, de ajudar em casa, nos afazeres de casa. Ajudar a minha mãe e cuidar dos menores. [...] Uma época eu estudava de manhã, voltava, comia, e ia pra roça. Às vezes pegava a canoa e ia buscar o papai e a mamãe de tarde. Voltava no final do dia (Carmen).

Ela envolveu-se desde muito jovem com o movimento sindical dos trabalhadores rurais do seu município, e construiu sua trajetória em entidades como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (FETAGRI), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), tornando-se uma liderança conhecida nacionalmente.

As duas assessoras entrevistadas, Beth (do Rio de Janeiro, vivendo em Minas Gerais) e Inês (gaúcha com vivência como agricultora ecológica na região oeste do Paraná), foram das poucas que não iniciaram em grupos de igreja. Beth é de origem urbana e nunca morou no meio rural; Inês é filha de agricultores e viveu e trabalhou na propriedade com seus pais e seus dez irmãos até completar o ensino médio; trabalhou na roça desde os seis anos de idade. Em suas palavras: *“foi quando ganhei, tal como minhas irmãs quando tinham completado essa idade, a primeira enxada de meu pai; era uma espécie de rito de iniciação, com seis anos a gente ganhava uma enxada para começar a ajudar”*. Ambas iniciaram a militância política no movimento estudantil, nos centros acadêmicos e nos grupos ecológicos da universidade.

5.2 TRAJETÓRIAS ATRAVESSADAS PELAS LUTAS DAS MULHERES

A iniciação das entrevistadas nas lutas sociais se deu em um período em que já existiam diversas campanhas das mulheres rurais por ampliação dos seus espaços de representação e por maior visibilidade para as suas reivindicações, como foi comentado no capítulo anterior. No entanto, não foi essa a questão que levou a maioria delas a engajar-se em um movimento.

No caso de Neneide, Francisca Lourdes e Zinalva, o que as mobilizou fundamentalmente foi a necessidade de reivindicar melhorias para a sua comunidade, ainda que as duas primeiras, assentadas, estivessem também motivadas pelo fato de que as mulheres eram excluídas das discussões das associações, como veremos a seguir; para Del, Lourdes, Maria e Zulmira, o que as mobilizou foi o direito à terra e às condições de produção; para Rosane, Efigênia e Carmen, foi a luta sindical pela ampliação dos direitos de homens e mulheres trabalhadores rurais; e para Beth e Inês, questões mais abrangentes, relacionadas com injustiças sociais e com o questionamento ao modelo de desenvolvimento rural.

Ainda assim, pode-se dizer que o “clima” de conquista e ampliação dos direitos das mulheres influenciou a forma como várias delas se incorporaram em suas entidades de militância, como é possível se depreender de suas histórias de vida.

Del vive no sul da Bahia, em uma área onde ocorreram muitos conflitos de terra nos últimos quarenta anos. Sua família participava dessa luta desde que ela era criança: seu pai e sua mãe iam às manifestações, participavam de comissões que negociavam com os órgãos públicos, organizavam a resistência nos próprios lotes contra os grileiros. Ela participou diretamente, já adulta, da ocupação da terra que resultou no assentamento Dandara dos Palmares, onde reside. Desde as primeiras lutas, lembra-se da atuação de uma freira (Irmã Augusta) que, além de apoiar a organização das ocupações, orientava os trabalhadores a buscarem os sindicatos, e incentiva as mulheres a participar.

Havia um padre combativo, ficou sabendo desse conflito, e chamou a Pastoral da Terra. Ele mobilizou uma freira que era da CPT; era uma italiana. Ela foi vestida de homem, com facão, chapéu, roupa de homem. Abaixou a cabeça e foi para o meio da gente, para fazer reunião clandestina, só com os líderes, para montar uma estratégia, para mostrar que era perigoso; mas o pessoal aceitou, porque queria a terra. Ela nos indicou para procurar o sindicato (Del).

Na década de 1980, quando Del, ainda muito jovem, se filiou ao sindicato, já havia uma campanha em prol da associação de mulheres, da qual ela fez parte.

Naquela época, se dizia que se o homem fosse sindicalizado, a mulher já não precisava, porque o homem tinha os direitos. A mulher solteira, se fosse querer se sindicalizar, não podia. Teve uma que foi lá e [o presidente] disse que ela procurasse o sindicato das prostitutas; uma coisa muito triste. Eu fui sindicalizada já nesse período; casei em 84, e em 85 tive minha filha; em 86 eu me sindicalizei (tinha 18 anos); em 89 dei meu primeiro voto. Aí eu já estava na base sindical; meus documentos são todos dessa época. A gente já ia buscando também os nossos direitos (Del).

Ela conta, rindo, que durante a primeira eleição sindical de que participou, eram apenas sete as mulheres que podiam votar; elas foram levadas da sua comunidade ao local de votação dentro de um fusca, sete mulheres e cinco crianças, “na maior alegria” por estarem fazendo uma coisa diferente. Essa situação só mudou depois da retomada do sindicato das mãos dos “pelegos”, quando começaram a participar dos encontros só de mulheres:

Tinha os encontros de mulheres; a gente ia, mas não tinha clareza. A gente ia era na vontade mesmo, e via uma coisinha, e já trazia para as outras, e aí foi. Foi lutando para chegar no que é hoje, na clareza do gênero, da luta da mulher, do direito da mulher. [...] A irmã Augusta era uma mulher combativa

mesmo, ela tinha umas músicas que bulia na realidade, ela dizia assim: “eu quero, quero, quero ouvir a voz do povo; eu quero ver se você não se mexe, quero ver quem se mexe por você”. E ela começou a dizer que as mulheres tinham os mesmos direitos que os homens. [...] Quando a gente começou a retomada do sindicato, a gente começou a se identificar mesmo, que as mulheres tinham os mesmos direitos, os mesmos deveres, que poderiam estar participando (Del).

Del chegou a fazer parte da diretoria do sindicato, assim como de comissões de mulheres do movimento sindical. Mais tarde aproximou-se da Pastoral da Criança, e passou a fazer um trabalho voltado para o atendimento de crianças desnutridas. A partir daí, sua preocupação com qualidade da alimentação foi uma constante. Quando, em 1995, conheceu o trabalho do Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP), uma organização não governamental que promovia a adoção de sistemas agroflorestais, todos esses temas se complementaram, e Del foi se tornando uma referência na região e em nível nacional, tanto no campo da agroecologia, como no que se refere à participação das mulheres.

No caso de Efigênia, de Minas, quando esta chegou ao sindicato (início dos anos 2000) já havia uma atuação da Comissão Regional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, que vinha desde a década anterior, para que se ampliasse a participação das agricultoras no movimento sindical. Havia sido criado um Programa de Formação Sindical em parceria com o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), no qual as vagas tinham que ser preenchidas de forma paritária entre homens e mulheres. Este programa propunha a realização de ações práticas nos municípios, que iniciavam com diagnósticos participativos, e iam até a elaboração de planos de desenvolvimento local, incluindo busca de recursos para financiamento de projetos. O CTA-ZM já vinha trabalhando na região desde o final da década de 1980, sempre vinculado ao movimento sindical rural, na promoção de práticas agrícolas sustentáveis e na discussão de políticas de apoio à agricultura familiar.

Em Acaiaca, particularmente, o processo foi realizado com uma preocupação de envolver as mulheres em todas as etapas do processo; havia, por exemplo, capacitações específicas para que as mulheres se preparassem para participar dos fóruns mistos. Efigênia tinha sido a escolhida para representar seu município nesse Programa, e, a partir de então, foi assumindo cada vez mais a militância sindical. Em seguida foi indicada para ser candidata à presidente do sindicato pela Comissão Regional das Trabalhadoras Rurais, à qual permaneceu vinculada, coordenando também a comissão municipal. Sua entrada na militância social esteve marcada, portanto, desde o início, por propostas de intervenção

voltadas para enfrentar as desigualdades de gênero, em uma perspectiva de desenvolvimento rural sustentável.

Carmen entrou para o sindicato do seu município no final dos anos 1980, também como funcionária, para fazer as atas e cuidar da documentação da entidade; como era trabalhadora rural, interessou-se pela luta sindical e, logo em seguida (1989), entrou para a diretoria. Por circunstâncias não planejadas (saída de um dirigente para ser candidato às eleições municipais, e doença de outro) em poucos meses se viu na contingência de assumir a presidência da entidade, com pouco mais de vinte anos de idade. Naquela época, ela era a única presidente de sindicato em seu estado (Pará). Logo percebeu que essa era uma situação insólita, e procurou articular-se com os movimentos de mulheres que já existiam. “*Eu não tinha na época nenhuma discussão sobre a questão de gênero*”. Por meio dos jornais, folhetos, boletins, que “*vinham de Brasília, da Comissão Nacional de Mulheres da CUT*”, tomou conhecimento da existência desse debate. Em 1992, ajudou a criar uma associação de mulheres no seu município.

Dentro do movimento sindical, Carmen acompanhou a discussão sobre a formulação de um “modelo de desenvolvimento alternativo para o campo”, proposta pela CONTAG no início da década de 1990, onde pela primeira vez se discutia não só a questão tecnológica e ambiental, mas também a necessidade de reconhecer-se a existência de diferentes sujeitos para este projeto da agricultura: os jovens, as mulheres, os ribeirinhos, os extrativistas, e não apenas os “*trabalhadores rurais*” ou “*agricultores familiares*” de forma genérica. Posteriormente, seu trabalho no movimento sindical veio a ser identificado com esses temas, tendo ocupado cargos de coordenação em comissões de mulheres tanto em nível estadual (FETAGRI) como nacional (CONTAG), até chegar à vice-presidência da CUT, representando os trabalhadores rurais e as mulheres.

Neneide e Francisca Lourdes, do assentamento Mulungunzinho, no Rio Grande do Norte, começaram participando de encontros de trabalhadoras rurais organizados pelos sindicatos em conjunto com o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-Ne), que, naquele período (início dos anos 1990), estavam promovendo campanhas de sensibilização dirigidas às agricultoras, centradas em questões de cidadania: maior participação nos movimentos, acesso à documentação, direitos sociais e previdenciários. Com o apoio do sindicato e de duas organizações não governamentais, a Associação de Apoio às Comunidades do Campo do Rio Grande do Norte (AACCC) e o Centro Feminista 8 de Março (CF-8), realizaram reuniões no assentamento em que elas moravam, com vistas a organizar as mulheres para participarem das decisões na comunidade.

No início a gente não tinha esse grupo, a gente era só "a mulher do posseiro", "a esposa" de um dono de uma terra. A gente não era nem reconhecida no assentamento como pessoas, não digo nem como mulher. Não tinha direito a ir numa reunião, uma assembléia, a votar, a ser votada. [...] E a gente começou a dialogar com alguns vizinhos, e a convencer os homens a votar na assembléia [para mudar o estatuto da associação] para poder a gente ter voto. E falava com marido, vizinho, irmão. E foi muita discussão (Neneide).

É importante considerar que, na maioria dos assentamentos de Reforma Agrária no Brasil, era comum que as mulheres não participassem das associações, por não serem as titulares do lote. O cadastramento para candidatar-se ao lote era feito pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no nome do “chefe da família”, tradicionalmente o homem. A titulação conjunta entre os homens e as mulheres, no caso de serem um casal, era opcional (passou a ser obrigatória após muita luta dos movimentos de mulheres, em 2003), o que significava que raramente acontecia, seja por desconhecimento desse direito por parte das mulheres, seja porque havia má-vontade por parte dos órgãos públicos, que consideravam esse procedimento uma complicação desnecessária, já que teoricamente a lei assegurava direitos iguais a homens e mulheres. As solteiras tampouco eram contempladas com um lote, porque os critérios utilizados priorizavam quem tivesse família. Desta forma, na prática, as mulheres acabavam excluídas da posse da terra.

Nos assentamentos, elas se ressentiam por haver lutado pela terra em igualdade de condições com os homens (na ocupação da área, nos enfrentamentos com proprietários e com o Estado, vivendo as dificuldades de instalação); mas não lhes era permitido decidir sobre questões produtivas, de infra-estrutura ou comercialização, porque eram consideradas, pelos órgãos públicos, como representadas pelos maridos. Casos semelhantes ao comentado por Neneide – dificuldades para conseguir um lote e de impedimento à participação das mulheres nas associações de assentamentos – são relatadas por também por Lourdes em sua experiência no Ceará, assim como por Del, na Bahia. Del aponta para o fato de que as mulheres não conseguiam se cadastrar por falta de documentos civis; para ela, os maridos se utilizavam desse argumento (que tomavam emprestado do INCRA) também para que elas não pudessem usufruir dos poucos direitos que já tinham conquistado.

Nós tínhamos um grande problema na relação com o INCRA, pois eles só viam o homem como cadastrado. Os homens respondiam por tudo no assentamento. No meu assentamento, por exemplo, nós éramos um grupo de mulheres, participávamos da produção, mas não podíamos ir nas assembléias. Eu ia, porque já era do setor de educação, e também porque, apesar de ser solteira, tinha conseguido me cadastrar; mas a maioria das mulheres não ia. Quando tinha reunião para discutir os projetos, eram os homens que iam, porque eles é que eram os “cadastrados”. [...] Uma das

primeiras brigas que eu participei lá, é que éramos oito jovens, mulheres, e a gente queria se assentar, mas o pessoal do assentamento dizia que a prioridade era para a família, e o INCRA reforçava. Mas nós dizíamos: “nós ficamos dois anos acampados, se a gente não tiver direito à terra, quem é que tem? Será que eu vou precisar casar para poder ter meus direitos?” A gente fez uma briga com o INCRA, e no assentamento Caucaia a gente conseguiu ter lote (Lourdes).

As mulheres, a grande maioria das vezes, não têm os seus documentos, e na hora do cadastro, no INCRA, elas acabam não sendo assentadas. Lá [em Dandara] só tem 11 mulheres assentadas, e foi uma luta. Quando a gente soube que iam cadastrar, corremos para Salvador para tirar [fazer] os documentos. Muitos homens diziam: “você não vai, não”. Eles corriam e tiravam o documento antes dela, e colocavam o lote no nome deles. [...] Os homens dizem: “mulher não precisa documento”. Mas para receber qualquer benefício, salário maternidade, o que for, precisa de ter. A gente está fazendo uma campanha para isso. Porque a gente sente na pele. Elas não recebem o benefício, que têm direito, que foi conquistado pela nossa luta, por falta do conhecimento, de não ter um documento. Isso é muito triste. E o pior, ter que ver os esposos dizerem que ela não vai fazer isso, e ela se calar. Aí a gente vê a situação. No nosso município, é o único assentamento que tem essas 11 mulheres assentadas. Nos outros assentamentos, quando elas são as assentadas é porque não têm marido, são viúvas; porque se tiver marido, é ele. Nós, não, nós somos casadas e somos as donas do lote, aqui, somos eu e Jacinta. Temos esposo, temos filhos, mas nós é que somos a titular (Del).

Voltando ao caso de Neneide e Francisca Lourdes, foi também depois de se organizarem em um grupo de mulheres que obtiveram o direito a se associarem, e passaram a ser titulares dos lotes junto com os esposos. Posteriormente, reivindicaram em nome do Grupo de Mulheres uma área de terra para desenvolver um projeto produtivo de geração de renda para as mulheres. Assessoradas por entidades que promoviam a agricultura sustentável, optaram por um projeto de hortaliças orgânicas, e com o sucesso dessa experiência o grupo foi se projetando para participar de outros movimentos e organizações, em nível regional e nacional.

5.3 A VIVÊNCIA DAS DISCRIMINAÇÕES DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE

A consciência sobre a existência de desigualdades entre homens e mulheres foi referida por muitas delas como sendo algo que vinha desde a sua infância. No caso de Izanete, por exemplo, ela afirma que foi exatamente essa questão que a levou para a militância em um movimento de mulheres. As demais fazem referência a uma consciência difusa, que, aos poucos, ao participarem de experiências organizativas, foi tomando uma dimensão maior.

O que mais me levou para o movimento foi a questão da desigualdade entre os homens e as mulheres. Era uma indignação que já vinha de muito tempo, de olhar a desigualdade. Eu sempre tive isso, desde criança, de ver a minha mãe, o que ela enfrentou, o que ela passou, minhas tias, eu vi de perto, aquela filharada, tudo o que trabalhavam, eu ficava indignada de ver aquilo. Os homens parados, olhando, e elas trabalhando. Isso desde criança, a carga de trabalho, a divisão de trabalho, isso me marcou muito (Izanete).

A minha percepção sobre a desigualdade que as mulheres viviam começou no meu entorno; desde criança, vi que, quando minhas irmãs casaram, tudo mudava, elas saíam de casa felizes, autônomas [...] e com o casamento, iam se apagando como pessoas, elas iam se tornando muito submissas. Eu pensava: eu não quero isso para mim. [...] o casamento para mim estava ligado à submissão, à perda da individualidade, à perda do amor próprio; eu percebia isso (Inês).

Eu sempre via que quem mais sofria eram as mulheres; porque elas foram educadas para serem a “segunda”; o “primeiro” é o homem. [...] Elas foram educadas assim, só o que entra na mente delas é que elas foram tiradas da costela do homem, por isso elas acham que têm que ser submissas ao homem. Elas acham que a mulher é depois do homem; se o homem está ali, então elas não podem estar ocupando aquele espaço (Del).

Eu aprendi a ver os problemas das mulheres no movimento sindical, mas parece que aquilo já estava no sangue. Desde criança, tinha umas situações lá em casa que eu achava ruim, eu comecei a perceber que isso já existia em mim. Quando eu ficava fazendo tudo, e meus irmãos querendo as coisas na mão, isso me incomodava. E a gente começa a perceber a situação de mulheres que fazem tudo, e que parecem escravas da família. Aquilo começa a despertar na gente (Efigênia).

Tendo ou não entrado nos movimentos motivadas ou influenciadas pela existência de “questões das mulheres”, todas se depararam, no decorrer da sua militância, com experiências de discriminação de gênero. Uma primeira constatação, motivo de estranhamento, foi a participação minoritária das mulheres agricultoras na maioria desses espaços, em particular nas suas direções; e a dificuldade em trazer mais mulheres para fazerem parte dos movimentos junto com elas.

Eu percebia que eram poucas mulheres no movimento. A participação das mulheres era assim: no momento do conflito, a mulher era a barreira, que era para eles [a polícia, os jagunços] não baterem, mulheres e crianças; mas era só. [...] Mulher não participava de sindicato, associação, nada (Del).

Tinha um tempo que eram onze homens na coordenação [do movimento] e só eu de mulher. Foi muito doloroso (Maria).

Tinha mulheres que não queriam ir às reuniões, achavam que era muito longe; depois você ia ver, não era isso; se elas fossem, o marido não ia gostar, ele questionava: “por que você está se metendo? Fica em casa fazendo o seu serviço.” Depois você vai entender melhor; à primeira vista, parecia que ela não queria participar (Inês).

Umam aceitavam, mas muitas não aceitavam [convite para uma reunião de mulheres no assentamento], teve umas que diziam: "Neginha, olhe, eu não sou desocupada como tu, mulher; isso é coisa pra mulher desocupada. Eu tenho tanto que fazer, além de trabalhar em casa ainda trabalho no campo, e aí eu vou ter tempo de ficar conversando besteira? Isso aí não vai sair, nunca vem nada para a gente." Eu dizia: mulher, com tudo isso, que seja besteira, mas é conversando que a gente pode chegar a um ponto melhor. A gente não tem nada aqui no assentamento, vamos ver o que a gente consegue (Francisca Lourdes).

Inês e Beth, cuja militância iniciou no movimento estudantil, apesar de estarem em um ambiente mais favorável à participação das mulheres, também sentiram as discriminações na própria pele.

A primeira discriminação que eu senti foi com os colegas de curso da agronomia. Mas eu não ligava muito, porque eu já tinha me aproximado do grupo de agricultura alternativa e de apoio ao MST. [...] A gente ouvia piadinha, às vezes, de professor mesmo – que as mulheres só iam para agronomia para buscar marido; foi terrível (Inês).

A agronomia era muito machista, o curso tinha sido feito para os homens, e isso se reproduzia no movimento estudantil. As mulheres, no movimento estudantil, claramente, nunca seriam tão importantes como os homens; isso me irritava, mas não tinha uma organização onde se discutisse isso. Não existia um movimento feminista entre as estudantes. A gente ficava indignada, comentava com as parceiras, mas as nossas estratégias para romper com aquilo eram individuais. No DCE, tinha reunião onde nós não éramos convidadas, então quando vinha para a reunião geral, eles já tinham discutido antes. A gente ficava muito puta com aquilo, e eu reclamava (Beth).

Uma outra questão que foi marcante na experiência universitária de Inês foi a postura com relação à casa de estudante. Ela tinha pouco apoio financeiro da família para manter-se na cidade, mas mesmo assim não se colocou inicialmente a possibilidade de buscar abrigo na casa, por conta do preconceito.

Eu não fui morar na casa de estudante, por causa do preconceito contra as mulheres, que era muito grande. As mulheres que iam morar ali eram consideradas putas. Eu passava lá no campus, em frente a casa, e ouvia muitas coisas depreciativas. Eu pensava: "eu nunca vou morar num lugar desses" (Inês).

Depois de envolver-se com o movimento estudantil, já casada com um colega de universidade, e grávida de sua primeira filha, Inês acabou por ir morar lá. Participou então de movimentos em defesa da moradia estudantil, pois entendeu a sua importância para os estudantes sem recursos. Quando seu bebê nasceu, alguns estudantes tentaram expulsá-la da casa, argumentando que o choro incomodaria os colegas. Desencadeou-se então um movimento a favor da criação de creches na universidade, e apesar de não ter sido

vitorioso, ela e seu marido puderam continuar vivendo ali com sua filha até terminarem o curso.

Inês veio a enfrentar outros tipos de preconceitos em sua trajetória profissional, particularmente por parte de outras mulheres. A primeira dessas experiências foi em um estágio de vivência em um assentamento, recém-graduada, no qual as assentadas não lhe davam abertura para conversar, isolando-a, porque achavam que ela, por ser considerada uma mulher “livre”, poderia envolver-se afetiva/sexualmente com os homens do assentamento; Inês sentia a discriminação, mas não entendia o porquê; somente muito tempo depois a história foi esclarecida.

Eu fui a vítima, elas me pré-julgaram, e fui discriminada por causa disso. E sem a chance de eu falar qualquer coisa, de dizer, “olha eu vim aqui fazer um trabalho técnico”. Elas me excluíram. [...] Essa história serve para a gente ter uma idéia de como uma mulher, quando tem uma concepção machista e preconceituosa, pode ser também cruel. Isso me chamou muito a atenção, me doeu na alma. [...] Hoje em dia eu acharia muito natural, mas na época foi muito difícil. Eu não tinha base para entender a atitude delas, hoje eu tenho. Hoje não me importaria (Inês).

Em outra ocasião, já trabalhando como agrônoma, ela percebeu que colegas de sua entidade duvidavam da sua capacidade de lidar com as lideranças dos movimentos sociais da região. Eles diziam que ela era “frágil”, e que não daria conta das disputas políticas existentes dentro das entidades de agricultores; só depois ela foi perceber que era uma referência ao fato de ser mulher.

Para Lourdes, a descoberta das questões das mulheres foi ocorrer bem mais tarde na sua militância. Quando já acampada, ajudou a organizar a horta junto com outras mulheres; ao mesmo tempo, trabalhava na escola do acampamento, com crianças, jovens e adultos, cujo público majoritário era as mulheres.

Foi no acampamento que a gente começou a discutir a questão das mulheres. A base foi ali, na vivência. Eu nunca tinha discutido as questões das mulheres, mas quando você chega lá, as condições são tão difíceis, que a realidade meio que obriga você a se juntar, como mulheres, como jovens. [...] Depois, na escola, a gente já fazia um trabalho com as mulheres, porque a maior parte das educadoras eram mulheres, e o público de EJA [Educação de Jovens e Adultos] também. A gente não tinha um setor de gênero, nada disso, mas a gente tinha o debate que tinha que organizar as mulheres (Lourdes).

5.4 O ENGAJAMENTO PESSOAL

Várias entrevistadas relataram que uma das primeiras experiências pessoais de enfrentamento foi dentro das próprias famílias: a luta para poder estudar. Não era (e não é) uma questão específica das mulheres, mas de muitas crianças e jovens do meio rural. Com exceção de Beth, que é de origem urbana e veio de uma família de classe média, as demais estudaram com muita dificuldade – por falta de condições econômicas das famílias, pelas distâncias das escolas, por falta de priorização por parte dos pais – e algumas só conseguiram concluir o ensino fundamental depois de terem criado os próprios filhos.

Lourdes conta que, com nove anos, não sabia ler nem escrever, mas tinha muita vontade de estudar. Sua mãe não queria deixar, porque ela era importante como mão-de-obra na roça. Ela foi então atrás do pai, que não morava com a família, para conseguir os documentos necessários para se matricular. *“Eu fiz isso com nove anos, eu já sabia o que queria.”* Inês conta também sobre esse enfrentamento, na forma de uma aliança entre as irmãs para poderem forçar acordos com os pais:

Como eu era a menor de casa, eu fui sempre a reboque das minhas irmãs, das conquistas delas. Eu me lembro de cenas de choro, quando elas tinham uns 14 anos, querendo ir para a aula. [...] Elas conseguiram barganhar com o pai e a mãe, estudar à noite, e trabalhar de dia. Então elas trabalhavam o dia inteiro na lavoura, e saíam às 6 da tarde, a pé, andavam 3 km para estudar. E voltavam a pé, à noite, no escuro. Eu fui estudar à noite também para ser solidária a elas (Inês).

Inês cursou todo o segundo grau nessas mesmas condições, trabalhando na roça e estudando à noite. Incentivada por uma professora e pessoalmente muito decidida a continuar os estudos – *“eu sempre fui movida por isso, por uma vontade de elaborar em cima do que eu via, do que eu vivia”* – após terminar o ensino médio resolveu enfrentar o vestibular para entrar na universidade pública; não tendo conseguido se inscrever na primeira vez, por falta de documentos pessoais (ela não tinha a carteira de identidade), trabalhou durante um ano em um escritório para juntar dinheiro e tentar novamente no ano seguinte. A experiência de não ter podido estudar por falta da carteira de identidade, fruto do descaso com que a documentação das mulheres é tratada no meio rural (como já foi mencionado no caso de Del, da Bahia) também foi muito chocante para ela: *“eu me sentia excluída, sem acesso a nada”*. Durante o curso universitário, ela contou fundamentalmente com a solidariedade de sua mãe:

Lá em casa, ninguém dizia que não podia estudar; só diziam que não tinha dinheiro. Cada um que se virasse. Na verdade, não é que não tivesse dinheiro, só não era prioridade. Meu pai não queria me ajudar. Só quem me

ajudou foi minha mãe, com a grana que ela vendia o leite para o leiteiro; que ela tirava no muque, leite de quatro vacas, e me mandava (Inês).

Mas com relação à questão do acesso à escola, existe uma especificidade vivida pelas meninas do meio rural, que é a experiência de sair de casa muito cedo (algumas com onze anos) para trabalhar como doméstica, “*em troca do estudo*”. Esse foi o caso não só de Lourdes, mas também de Maria, Rosane, Carmen, Zulmira, Izanete, e, mais recentemente, de uma filha de Del. Para elas, esse período “*em casas de família*” foi, em geral, de muito sofrimento, apesar da ilusão de que iriam gozar de maior liberdade do que na casa dos pais, e de que teriam um salário próprio. A realidade, em geral, era de longas jornadas de trabalho, longe de casa, sentindo-se desprotegidas, sujeitas ao assédio sexual, e praticamente sem receber salário ou com um salário muito baixo. Elas se referem a essa experiência como uma “*escravidão*”, um período de muitas humilhações. Em alguns casos, elas não agüentaram a carga de trabalho e abandonaram os estudos, só voltando à escola anos depois, estimuladas pela experiência de participação nos próprios movimentos. Algumas conseguiram terminar o ensino médio, e três das agricultoras entrevistadas (Rosane, Maria e Efigênia) haviam concluído um curso superior.

Nessas trajetórias de afirmação pessoal e, ao mesmo tempo, de engajamento nas lutas sociais, elas próprias reconhecem a existência de características próprias em cada uma – rasgos de rebeldia, de inconformismos em relação a situações vivenciadas como injustas com relação às pessoas em geral, à classe, à raça, e às mulheres em particular – que as faziam “*não ficarem caladas*”.

Comecei minha militância na pastoral da juventude, com 15 anos, na igreja e também no movimento de mulheres agricultoras. [...] Eu nunca tive esse estereótipo de mulher submissa, e isso dava problemas com a família, em casa, em todo lugar (Rosane).

Eu já tinha essa coisa desde antes, por ser mulher, por ser pobre, por ter a pele mais escura, tudo isso eu sentia. Não foi o grupo que me trouxe isso, eu já tinha. Eu fui pedir emprego em Sananduva, porque eu queria deixar de ser empregada doméstica. Andei por toda parte, pedindo emprego. E a primeira coisa que me perguntavam era: filha de quem você é? [...] Isso doía muito em mim. Quem vale é o meu pai, não eu. Eu não valho nada, não sou ninguém. Isso era muito duro, e eu me revoltava (Izanete).

Há mais de vinte anos comecei a participar de movimentos sociais; eu já devo ter nascido revoltada com algumas questões, e a questão de ser mulher é muito decisiva. Eu sempre fui líder da classe, nas escolas; depois disso, fui sempre buscar um público com quem me relacionasse e que tivesse os mesmos objetivos que eu. Eu fiz isso na escola, defendendo os nossos movimentos, as injustiças que existiam, transferências, aprovação, ia para direção, para as delegacias de ensino, protestar, brigar. Aonde eu ia,

era uma pimentinha, sempre incomodando. Eu tinha uns 14, 15 anos (Zulmira).

Zulmira conta ainda que quando trabalhou na capital do Estado como doméstica teve que brigar com os patrões para que eles cumprissem o acordo de deixá-la estudar; e nesse episódio, não lutou só por sua situação, mas também em favor de outra menina que morava na casa junto com ela, e que sofria violências e maus-tratos por parte dos patrões: *“Quando eu saí dessa casa, eu já levei a menina junto, e voltei para o interior, e então comecei a participar do movimento eclesial de base”*.

Lourdes também comenta episódios em que se deu conta das injustiças referentes à sua condição de classe; e embora às vezes não reagisse a estas situações, isso não significava que se conformasse:

Quando eu era estudante, na 6ª série, surgiu um concurso do Banco do Brasil no meu município. Eu tinha 13 anos, fiz o concurso e passei em primeiro lugar; eu era muito estudiosa. Mas o Banco chamou uma menina que era sobrinha do prefeito. Queria que eu reclamasse, mas na época eu não fiz questão nenhuma, porque na verdade eu não queria trabalhar no banco. No interior, pobre nem entra no banco, quanto mais para trabalhar. Então foi um preconceito mais por ser pobre do que por ser mulher, e eu era muito pobre, embora fosse também muito inteligente. Mas eu sempre ia a lugares que não eram “o meu lugar”. O pessoal fazia chacota porque eu ia a festas, ia para o grupo de vôlei, muito peituda, porque não era a minha classe social. Eu ia com roupa rasgada, eu não tinha chinelo. Com meus amigos da infância, eu sofri muito, porque eu era a “filha de Maria de Rosa” (que era o nome da minha mãe); isso queria dizer “quem não tem nada na vida” (Lourdes).

Em sua adolescência, no internato com as freiras, a consciência das diferenças de classe foi ficando mais clara; e também a decisão de não suportar calada:

No convento eu senti mais isso, as moças eram ricas, e há um tratamento diferenciado no tipo de trabalho. Se você é negra, você vai para cozinha; se você é pobre, você vai varrer o chão, mas se você é de classe média, você organiza os livros. Ali na congregação eu senti muito fortemente essa diferença. E eu reclamava, eu me dava conta. Às vezes eu era chamada no gabinete da diretoria porque eu me recusava a fazer determinada tarefa; eu dizia: “Se fulana não faz, por que eu tenho a obrigação de fazer?” É uma hierarquia muito grande. Eu toda vida fui muito independente, eu não obedecia, eu questionava. Uma vez elas diferenciaram o tipo de comida para nós, para o grupo que era mais pobre. Eu fiz o maior rebu no colégio, acho que foi a maior briga que eu já peguei na minha vida. Eu me recusei a comer uma sopa, vieram todas as irmãs. A irmã superiora me chamou no gabinete, para eu me explicar. Eu disse: “Não, não admito não. Eu sou pobre, mas eu tenho consciência do meu papel.” Dessa briga resultou uma geladeira, onde a gente podia guardar frutas, porque até então a gente não tinha nem lugar para guardar as coisas. Então toda a minha trajetória de vida foi marcada por isso, mas muito mais de pobreza, de diferença de classe (Lourdes).

Elas fazem referência a uma pessoa, ou a uma situação, que lhe serviu de inspiração para serem aguerridas, combativas (no caso de Del, Irmã Augusta; assim como sua mãe, que enfrentava os jagunços à bala junto com seu pai). Em alguns casos, foi justamente a própria mãe ou outras mulheres “fortes” da família; em outros, um contexto particular que as levou, desde muito cedo, a terem que tomar decisões de forma autônoma.

A minha mãe era uma mulher muito forte, protagonista. Apesar de aparecer lá em casa o pai como sendo o chefe, a minha mãe é que conduzia todo o processo de trabalho, orientava os filhos, todos os dias, quem ia fazer o quê, era ela quem dizia. Mas quem aparecia para a sociedade era o meu pai. Mesmo assim, foi natural para mim não me achar inferior a homem nenhum na minha vida, porque desde que eu nasci sempre a vi sendo uma mulher muito forte [...] Isso ficou muito claro para nós depois que ela morreu: a propriedade desabou. Era ela quem organizava tudo. [...] Depois, quando eu entrei para o grupo de agricultura ecológica na universidade, tinha uma mulher que para mim é uma imagem de mulher forte, determinada, a Alemoa, que está na Unijuí; em um meio tão machista como é a agronomia e a veterinária, ela me ajudou a ter uma visão muito positiva das coisas. Ela, a Suzana, e a Vera [outras estudantes de agronomia que faziam parte do grupo ecológico], também são pessoas importantes. Eu sempre tive na minha vida mulheres positivas, nesse sentido. A gente não tinha muito essa discussão teórica da igualdade [de homens e mulheres], mas a gente era muito pró-ativa, tinha uma vivência, era natural a idéia de que a gente não era inferior a eles. Nem se concebia isso na cabeça da gente. Depois fui ver que não era bem assim, fui ter contato com essa questão mais cruel, das mulheres, em outras instâncias (Inês).

A força era uma coisa de família, de você ter que se superar. Eu vivi muita pobreza, na minha infância, era só minha mãe, para criar nove filhos, ela sempre ensinou que a gente para poder sobreviver, tinha que fazer tudo. [...] Minha mãe sempre dizia: onde quer que você esteja, você tem que zelar por aquilo que você é, para você ser respeitada, para conquistar o seu espaço. Ela era analfabeta, do ponto de vista da escrita, mas nos ensinava isso (Lourdes).

Mãe sempre foi uma liderança. [...] Ela quis ter uma terra para plantar, produzir. Essa terra aqui era divisa de um latifundiário, com muita terra, e mãe, junto com outros cinco agricultores, incluindo meu padrasto, começou a ocupar. Eles trabalhavam em uma terra ao lado da cerca, e viram que aqui estava abandonado e começaram a brocar, a limpar, e fizeram um barraco; veio o dono e os empregados e disseram que iam chamar a polícia, e que ela, por ser mulher, não deveria estar ali na frente; ela respondia: “Cadeia foi feita para homem e para mulher, e eu não tenho medo de ser presa” (Neneide).

Na minha família, as coisas eram muito trocadas: as mulheres não eram submissas, dessas que os maridos decidem as coisas. Eram mulheres fortes; minhas tias trabalhavam, todas eram muito diferentes, muito donas do seu nariz. Eu não percebia muito o mundo lá fora; lembro de um caso de violência com uma amiga da minha mãe; o marido bateu nela, e ela saiu de casa, numa situação difícil, porque era só dona de casa, dependia dele. Eu só comecei a ter a noção de que nem todas as mulheres viviam como na minha família através dessa amiga da minha mãe. Mas eu achava que isso era um caso isolado, não relacionava isso com a sociedade (Beth).

Nós fomos criados numa comunidade com vínculos afetivos, religiosos, culturais muito fortes. [...] Tinha um padre lá, Padre Cândido, que atuou na Paróquia de Jaicós, onde era uma comunidade indígena que foi completamente destruída; e ele era da Teologia da Libertação. Ele despertou em nós a necessidade de buscar os direitos, de buscar resolver os problemas da comunidade, de se importar com os outros. Nós participamos de grupos de jovens, de crisma, primeira comunhão, tudo isso era muito ativo. A minha mãe era uma autoridade lá, com muita participação na comunidade. Meu pai era o sanfoneiro, e, depois que ele parou, meus irmãos assumiram o posto; sempre fomos muito participativos (Maria).

Como eu fui criada parte da minha vida sem o meu pai, só com a minha mãe, eu sempre fui assim: eu sempre pesquei, eu pilotava barco, coisas que eu tinha aprendido com meu pai. Quando eu ia a Igarapé-Mirim com ele de barco, o meu pai vinha pilotando, mas eu vinha batendo bomba, tirando água. Isso era serviço de menino, mas como eu era a mais velha, eu que fazia. Eu pilotava o barco também; e depois que ele foi embora eu passei a fazer isso sozinha. Isso há 30 anos atrás, era uma loucura, as pessoas me verem no rio, pescando (Zinalva).

Muitas vezes o desconforto individual em relação a uma situação vivida como injusta nem sempre é entendido como parte de questões mais gerais, que dizem respeito às formas de organização da sociedade. Essa passagem do individual para o geral quase sempre foi mediada pela participação em um coletivo, um grupo, onde os problemas começaram a ser vistos de outra perspectiva.

Eu fui perceber quando vim para o sindicato, mesmo na condição de ajudante. Eu me perguntava por que não tinha outras mulheres ali. E eu via valorosas mulheres, fortes, envolvidas com a discussão, com as mobilizações [...] mas não tinha mulher na direção. [...] Foi muito importante participar da discussão com as mulheres, na associação, para eu entender isso (Carmen).

Depois você participa de espaços aonde isso vai ficando mais evidente, desperta mais ainda. Aí você vê: “Nossa, é isso mesmo!” As coisas ficam mais claras. Eu percebo isso, mas já estava em mim, até. Porque isso [a desigualdade entre os homens e as mulheres] já me incomodava. Então já era um passo. Mas se eu continuasse sem participar, talvez eu não fosse despertar para uma luta maior. Eu ia ficar assim: isso me incomoda, mas o que eu posso fazer? E a partir do momento em que você começa a participar, vai somando, vai compartilhando, e vai ficando igual àquela música: “de repente, minha vista clareou” (Efigênia).

Para Beth, agrônoma com vivência nas cidades, a descoberta da dimensão das desigualdades de gênero no meio rural se deu por meio de uma pesquisa social – uma etnografia sobre agricultores familiares na região de Pontes e Lacerda, no Mato Grosso – realizada pela entidade na qual trabalhava; posteriormente, com a sua participação em capacitações e cursos sobre o tema, reforçou-se a convicção de que essa questão seria central na sua vida profissional.

A pesquisa me impressionou demais, pelo sofrimento daquelas mulheres, pela falta de autonomia que elas tinham. [...] E o pior é que algumas eram casadas com as lideranças com quem a gente trabalhava! Uma delas me falou que odiava o marido, que rezava todos os dias para que ele morresse. Era uma realidade dura, e eu, pela primeira vez, estava me deparando com isso. Aquilo era forte demais. O que me ganhou [para a causa das mulheres] foi essa pesquisa, porque até então, gênero para mim era uma coisa de estudo, da academia. Eu não tinha me deparado, até então, com diferenças tão gritantes entre homens e mulheres. [...]. Então eu fui fazer capacitações, cursos. A partir de então, gênero passou a ser incorporado ao meu trabalho (Beth).

Inês foi percebendo a discriminação e o preconceito aos poucos, no decorrer da sua vida profissional como agrônoma, prestando assistência técnica e acompanhando trabalhos educativos com agricultores familiares em entidades que promoviam a agricultura ecológica. “Eu comecei a me dar conta de que as relações que se estabelecem são desiguais, e até violentas.” Por ter uma visão de agricultura familiar muito marcada por sua vivência como filha de agricultores, em que a mãe e as tarefas que esta fazia tinham um papel fundamental para a propriedade, ela não conseguia conceber uma agricultura ecológica em que as mulheres não participassem ativamente do processo.

Eu tinha como referência a minha mãe; eu via o que ela fazia lá em casa. Se a gente parar para pensar, ela era quem fazia todos os trabalhos de sementes, miudezas, ervas, etc. Então, eu tinha isso como um exemplo positivo, eu sabia do que as mulheres eram capazes. Para mim era natural, e eu queria que elas participassem (Inês).

No entanto, não era isso que Inês via. Os colegas agrônomos trabalhavam com os homens nas propriedades, e pareciam não enxergar ou não dar importância para a participação ou para o conhecimento das mulheres. Todas as vezes que ela tentava mudar essa situação, sofria reações tanto dos colegas como dos próprios agricultores.

Uma das estratégias que eu usava era fazer com que elas fossem junto nas caminhadas na propriedade, onde a gente ia verificar as coisas no terreno mesmo: as plantas de adubação verde, como fazer a transição ecológica, o que poderia ser usado para alimentação, etc. Tudo isso se discutia nessas caminhadas. Então, eu convidava: “Fulana, vamos com a gente, nós não vamos demorar”; e, se elas não queriam ir porque tinham que terminar o almoço, por exemplo, eu falava: “pode deixar, depois a gente ajuda; fazemos as coisas juntas.” [...] E na caminhada eu também mobilizava elas nas conversas. Perguntava o que elas achavam. Os caras ficavam me olhando assustados, como se dissessem “sou eu quem mando aqui, por que ela está perguntando para ela?” E eu deixava que isso acontecesse, porque eu via o quanto era importante que elas participassem, o ânimo que isso dava para elas, como as famílias se envolviam, como mudavam as coisas se elas estivessem junto. [...] Os outros técnicos não tinham essa sensibilidade, a consciência dessa questão. No máximo, eles tinham sensibilidade para chamar as mulheres junto, na lógica de que ela também tinha que participar, quase como uma obrigação, mas não como sujeitos, não porque entendessem que realmente ela tinha o direito de estar ali.

Quando eu estava numa reunião, e elas também estavam, e eu sabia que elas tinham uma determinada informação, eu fazia com que elas falassem; eu pedia para elas contarem como era, o que elas sabiam sobre aquilo. Em geral, elas eram ignoradas; não se perguntava o que elas estavam pensando. Passava-se por cima delas (Inês).

Inês identifica dois fatores que ajudaram para que essa situação passasse a ser reconhecida como um problema: a atuação de algumas lideranças femininas, particularmente do movimento sindical, que passaram a reclamar por mais espaços de participação, e a pressão de agências financiadoras, que exigiam que os projetos financiados tivessem uma perspectiva de gênero. Esses dois movimentos ajudaram a abrir oportunidades para iniciar-se um trabalho mais efetivo de reconhecimento das mulheres como sujeitos. Mas ela admite que, naquela situação, foi a sua percepção, como mulher, que permitiu que esse espaço fosse ocupado.

Hoje tem algumas pessoas que já têm essa visão, mas são muito poucos os homens. Eu tive essa facilidade por ser mulher, e poder trazer elas para as discussões; mas também porque tive essa sensibilidade de ver que, muitas vezes, elas não participavam das atividades não porque não quisessem, mas porque elas não tinham tempo mesmo: tinham que levar as crianças para escola, fazer comida para o marido, lavar a louça, a roupa, arrumar as coisas, trabalhar na propriedade. Elas estavam se matando de trabalhar. Se a gente não criasse condições especiais – horários, locais – elas continuariam excluídas (Inês).

Independentemente dos motivos que as atraíram e que as levaram a realizar a travessia “de casa para a rua”, foi um processo vivido por elas como sendo de muitas descobertas e transformações, de conhecimento de um mundo novo “lá fora”. Muitas agricultoras se referem a um momento determinado de enfrentamento, uma situação específica que as marcou pessoalmente, a partir da qual sentiram que o seu caminho de militância estava traçado. Elas descrevem tais situações como parte do seu processo de auto-afirmação como indivíduo, um indivíduo que se identifica com um coletivo e que participa de um processo de transformação social.

Quando eu voltei para a minha comunidade, a gente se deparou com um conflito de terra bem grande. Eu tinha uns 19 anos. Começamos a enfrentar o cidadão que dizia que era dono das terras. Era uma terra chamada de “terra de índios”; os índios saíram e deixaram para as pessoas que moravam lá, que eram negros. Aí eu fui conhecer o movimento sindical. Eu já tinha participado do movimento das quebradeiras. Se identificar como quebradeira de coco era uma coisa difícil para todo mundo; eu também quebrava coco, mas não me assumia. A própria identidade das pessoas é complicada, a gente tinha muita vergonha de ser trabalhadora rural, que dirá ser quebradeira de coco. Aí eu fui começar a participar dos dois movimentos. Participei desse movimento de resistência ao grileiro, enquanto CEB, e o sindicato foi lá ajudar a defender as propostas da gente. Depois,

em 1991, fui ao primeiro encontro regional de quebradeiras, e nunca mais eu deixei (Zulmira).

Quando foi em 99, foi ocupada a terra aqui. Aí eu disse: eu vou para lá. Meus meninos estavam estudando; meu marido não queria vir; ele dizia que não ia dar certo [...]; eu disse: “Se você quiser vir, vam'bora; se você quiser ficar, fique, que eu vou” [ela ri]. E no dia de vir, ele veio na estrada. Passou um dia aqui, e ele disse que ia voltar, eu disse a ele que eu não voltava. Ele também ficou. Depois disso, nada mais me segurou (Del).

Lá na Paraíba, tinha um pessoal da Igreja muito ativo, e em seguida resolvemos fazer a primeira ocupação do MST na região. Sofremos represálias muito grandes, os fazendeiros do entorno pagaram capangas para expulsar os acampados; fomos alvejados várias vezes por rajadas de bala. Alguns companheiros foram perseguidos dentro da universidade. Nós não éramos orgânicos do MST, mas nos sentíamos parte. Íamos para ocupação juntos, íamos para a delegacia; companheiros tiveram que fugir, mesmo estando um pouco protegidos pela universidade. Daí cada vez mais eu me envolvi com o movimento popular (Maria).

Eu fui para uma mobilização, quando o Leandro [filho menor] era pequenininho. Era a 4ª assembléia do movimento [MMC]; nós ficamos uma semana debaixo da lona, em São Leopoldo. Ele nem caminhava, ele começou a caminhar lá. De lá, nós fomos para Porto Alegre, e ocupamos a Secretaria de Saúde. Era um prédio de uns 10 andares, com ar condicionado. Eles cortaram a luz, nós quase morremos de calor. Foi muito importante, mexeu muito comigo. Foi sofrido, ele era pequenininho, mas eu fui. Era no governo FHC. A gente estava brigando por um projeto para trabalhar direto com os grupos de mulheres [...] Aquela luta mexeu muito comigo. Eu nunca tinha participado de uma coisa mais forte, de uma ocupação, de ter que ter estratégia. Me senti vitoriosa! A gente foi lá e fez, enganamos eles, apesar de ser mulher, agricultoras, do interior. A gente bolou um plano e deu certo, isso mexe muito com a gente (Izanete).

5.5 AS BARREIRAS ENFRENTADAS POR SEREM MULHERES

A própria participação em uma organização ou movimento social também exige muita determinação. Para além das dificuldades enfrentadas normalmente por todos, homens e mulheres do meio rural (distâncias, falta de meios de transporte e de recursos financeiros, situações de conflito e violência, deslegitimação por ser agricultor, por não ter “estudado”), havia outras ordens de empecilhos, específicas da condição feminina: a oposição de familiares e vizinhos, a falta de apoio para ausentar-se de casa, o descrédito sobre a sua capacidade, por serem mulheres. Em particular, dentro das próprias entidades dos trabalhadores, são muitas as histórias de desvalorização em relação à sua participação.

A primeira oposição foi dentro da minha família. Quando eu comecei a me envolver com a Pastoral, ainda jovem, o pessoal lá em casa só aceitava porque era coisa de igreja; [...] mas minha avó não aceitava, porque as reuniões terminavam no início da noite, e ela achava feio. Aí eu cobrava a contradição dela: trabalhar e estudar, isso não era proibido – naquela época

eu trabalhava de dia e estudava de noite. O problema era eu ficar na rua fazendo o que eu queria, aí era perigoso (Izanete).

A gente leva muita crítica. Principalmente se você é o único da família que tem essas idéias. O povo fala que você sai muito. [...] Outros falam assim: mulher já tem tanto direito, não sei o que mais discutem. A gente não deixa de ouvir esse tipo de coisa. Já escutei muito isso. Mas é só você falar com as mulheres para você ver que ainda tem muita coisa que mudar (Efigênia).

[Nas Comunidades Eclesiais de Base] também não foi fácil. A igreja também é um espaço conservador. Lá mulher não podia ser nada, só podia participar. Eu passei um tempão lá discutindo isso; por que as mulheres não podem, e só os homens podem? Não era fácil, nem no sindicato. Só tinha eu e uma outra companheira. A gente escutava cada coisa. Uma vez um companheiro do sindicato chegou a colocar uma arma em cima da mesa, quando não tinha mais argumento. Eu então botei a mão em cima da arma, e disse a ele para nunca mais fazer isso. Era uma violência contra a gente. E os outros que estavam na reunião nem perceberam. [...] Isso são desafios que se enfrenta dentro do movimento. Lá no nosso sindicato, chegamos a ter 50% de mulher, mas era muito raro isso (Zulmira).

Quando eu fui para a direção da CUT, eu senti muita dificuldade. [...] Às vezes eu achava que era por que eu era mulher, porque o movimento sindical é muito machista. Eu me apoiava no pessoal da FETRAFESC [Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Santa Catarina], e também em outras mulheres: a Libra, que era presidente do sindicato de Chapecó, e a Carmen, do sindicato de Quilombo. [...] A gente conversava muito sobre isso, sobre ser mulher no movimento sindical, e também sobre ser rural. Também tinha um preconceito contra trabalhador rural (Rosane).

Quando eu comecei [a viajar para participar de reuniões e manifestações], escutei até me chamar de mulher-da-rua. Teve homem que me chamou assim, porque eu ia participar desses atos. Antes não era comum [mulheres participarem]. Hoje é normal. Hoje é o que nós devemos fazer. É botar o pé na estrada mesmo, e lutar pelos nossos direitos. Porque se a gente parar, se acomodar, não chega a nada, não (Francisca Lourdes).

Algumas afirmam que, enquanto se comportavam “como homens”, as discriminações eram menores; mas quando, ao invés de tentar aceitar os padrões de participação teoricamente neutros estabelecidos (dedicação total ao movimento, sem se preocupar com a vida familiar, “objetividade”, “clareza política”, etc.), passaram a reivindicar condições especiais para as mulheres dentro dos movimentos, aumentaram as pressões contrárias, que se manifestavam na forma de chacotas ou na pouca importância dada aos assuntos propostos para a discussão.

A gente vai percebendo que [...] para poder ficar nos espaços tem que se masculinizar, em função do meio, do todo, ser masculino, para poder conquistar o espaço. São relações muito difíceis e muito dolorosas, porque muitos companheiros [...] têm muita dificuldade. Porque os companheiros, eles não percebem; se naturalizam as relações machistas na sociedade, e eles não percebem. [...] Antes de eu vir para o espaço da coordenação e da direção, ouvi algumas companheiras dizerem que haveria momentos que eu

teria que entrar no quarto e chorar, para não ter que fazer isso na frente dos companheiros. E de fato, isso aconteceu com todas as mulheres que tiveram que assumir posições de liderança, que tiveram que cavar os seus espaços de poder nas organizações (Maria).

Eu não queria ser vista como mulher, eu não queria ter problema de assédio, então eu me vestia como homem – me sumi como corpo, era bota, chapéu, calça jeans, camiseta, igual a eles. E ia para Beltrão assim, caminhando firme, batendo os pés, bem "macho". [...] Eu me travesti (Inês).

Vivi isso de escutar coisas horríveis, de humilhação. Quando eu fiquei grávida, parecia que eu estava doente, incapaz, me tratavam assim. Eles tinham filhos pequenos, meus colegas de direção do sindicato, mas me cobravam: "Por que você resolveu ficar grávida agora?" Eles não abriram mão de nada, e queriam que eu abrisse mão. Eles tinham as mulheres que cuidavam dos filhos para eles. Fui chamada de irresponsável. [...] Quando eu chegava tarde porque tinha filho doente, eles me olhavam com cara feia. Mas eu nunca deixei, eu respondia à altura. Nunca me senti errada por estar nesses lugares. Tenho absoluta consciência do quanto era difícil, mas nunca quis sair disso. E lutei para mudar as regras desse espaço, que não era amigável para receber as mulheres (Carmen).

Em reuniões de diretoria, muitas vezes percebi reações machistas. Demorei para me dar conta. No início, eu achava que era só o preconceito de classe, pois os agricultores mais abastados achavam que os mais pobres não deveriam estar na diretoria do sindicato. Mas, depois, eu vi também que eles não me respeitavam porque eu era mulher e jovem. Então, eram vários preconceitos. Eles chamavam a gente "as meninas do sindicato", como uma forma de desprezar (Efigênia).

Os homens, nos movimentos, se incomodam com isso; soltam piada, dizem que a gente quer inverter os papéis. Isso acontece em todos os espaços, até com os homens que a gente diz que são parceiros. Eles têm medo da liberdade que a gente possa ter. É muito impressionante como eles colocam isso: se eles vêem uma mulher falando, eles dizem que a gente quer ser mais do que eles. Eles dizem: "Vocês estão tomando o nosso espaço", como se o espaço fosse todo deles, como se a gente não tivesse direito a ter um espaço nosso. Eles não podem nem pensar, por exemplo, as mulheres "deles" [suas esposas] num espaço como esse (Neneide).

A forma de discriminar pode ser muito sutil, como algumas delas comentam, e muitas vezes é reforçada pela omissão das instituições de apoio:

Quando eu vim para a secretaria nacional, o movimento já tinha tido dois coordenadores homens; então estava no momento de vir uma companheira. Isso pesou bastante. Mas claro que eu também tinha um acúmulo, era importante que viesse alguém preparado. É verdade que essa questão – "estar preparado" - muitas vezes se torna uma falácia, uma desculpa para excluir alguém. Quase nunca se faz esse debate quando é um homem; é um critério só para as mulheres. Agora, a gente não sente discriminação só dos homens, não. Tem também da "mulherada", em função da raça, da etnia, da região de onde você vem (Maria).

O espaço das mulheres dentro dos movimentos mistos é muito pequeno. Há mulheres que estão ali e estão lutando, construindo esses espaços, mas

ainda é muito masculino. As mulheres têm muita dificuldade de serem respeitadas. Hoje em dia todo mundo “tem que ter mulher”, então eles estão se esforçando para que tenha mais mulheres. Mas é só para fazer número; eles não deixam que as pessoas se destaquem, que cresçam (Izanete).

No MST também tinha diferença com relação às lideranças mulheres. Não era só comigo. Era aquele tipo de coisa: se tinha uma viagem, iam os homens. A prioridade era sempre os homens. Eu mesma sempre tive a minha trajetória reconhecida lá dentro, mas para as outras mulheres era um tipo de exclusão (Lourdes).

No trabalho comunitário, por exemplo. Tem muitas mulheres que participam dos grupos, mas quando chega a hora de ir para uma capacitação, o marido diz: “Você vai? E eu vou ter que cuidar dos filhos?” Para ele, o padrão é esse, a mulher ficar dentro de casa e só ele pode sair. E muitas vezes os técnicos das entidades também reforçam isso, eles não se importam se as mulheres ficam de fora (Zinalva).

Hoje em dia há uma sutileza maior, na forma como eles nos excluem. Eles viraram uns diplomatas! Quando eu comecei, era na cara dura mesmo. [...] Por exemplo, na discussão da Marcha das Margaridas, eles vêm com muitos argumentos: de que as mulheres já avançaram muito, não precisam fazer uma marcha tão grande, tão difícil de organizar, que custa dinheiro. No campo institucional, é verdade que nós avançamos muito, desde a Constituição até as leis que garantem a cidadania; porém, a vida real está aí. E as mulheres não vivem em situação de igualdade (Carmen).

5.6 A IMPORTÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES DE APOIO

Nas discussões realizadas com técnicos e técnicas de organizações não-governamentais que acompanham a trajetória de algumas dessas mulheres, foram citados vários casos em que uma postura mais aberta da assessoria, no sentido de promover a participação qualificada das mulheres, foi fundamental para que essas e outras lideranças pudessem alcançar o reconhecimento que têm hoje. Muitas vezes, essas instituições tiveram que promover mudanças nas suas formas de atuar, por pressão dos movimentos de mulheres.

O trabalho do Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP), na Bahia, por exemplo, sofreu uma inflexão muito grande após a realização do diagnóstico sobre gênero e segurança alimentar, em 2002; esse diagnóstico permitiu que se avaliasse que essas duas questões estavam relacionadas, e que, até então, não haviam sido enfrentadas pela organização. De fato, a promoção dos sistemas agroflorestais estava restrita à chamada “roça comercial” das propriedades (cacau, café, guaraná, entre outros produtos), e não se ocupava da mudança nas condições de produção do conjunto da unidade (lavouras brancas, hortas, pomares, pequenos animais); esse foco reduzido

implicava necessariamente a exclusão das mulheres das discussões, porque, entre outras questões, elas não eram as responsáveis por esse trabalho dentro da família.

Antes a gente fazia reuniões, e era só a “macharada”, só homens; a gente nem achava isso estranho, achava normal. Só bem depois é que a gente começou a se incomodar com isso. A gente ficava esperando que as mulheres participassem, e achava que elas não vinham porque não queriam. Mas nós não dávamos oportunidade a elas; a oportunidade de formação estava concentrada nos homens. Quando muda o sentido da ação, elas têm mais espaço; e elas conseguem também se formar, sair da comunidade, se empoderarem (Luciano, técnico do SASOP).

Na verdade, os técnicos não chegam na comunidade dizendo que só vão trabalhar com homens; mas se esses produtos já estão apropriados pelos homens, é o mesmo que dizer. Se tem uma reunião, só os homens é que vão. E os recursos da venda desses produtos, quem administra é ele. As mulheres então não têm interesse em participar dessas discussões, porque sabem que não vão ganhar nada com isso. [...] Tem ações que a mulher se identifica. Aí ela tem mais vivência e apropriação, ela se sente valorizada, e quer participar. Quintais, criação de pequenos animais, quando o assunto é esse, elas vêm mais para a reunião. Apesar de elas conhecerem os outros assuntos – do café, do cacau, do guaraná. Mas elas não têm poder de decisão, não é o espaço delas. Elas ali são só mão-de-obra, subordinadas. E elas não querem discutir isso por duas razões: porque é uma afronta aos companheiros, e também porque elas sabem que o que elas discutirem ali não vai ter importância, porque quem decide são eles (Ana Celsa, técnica do SASOP).

O enfrentamento a esse duplo desafio tomou a forma de, por um lado, reforçar o trabalho com os temas relativos à segurança alimentar, incentivando-se a produção de alimentos, dentro das propriedades, e práticas de alimentação saudáveis; e, por outro, reforçar as iniciativas de organização das próprias mulheres e dos jovens, na formação de grupos produtivos, de comercialização, ou mesmo de lazer. Uma das estratégias utilizadas foi o monitoramento do valor econômico de todos os produtos gerados na unidade familiar, o que permitiu, por exemplo, dar-se maior importância econômica para as atividades realizadas pelas mulheres (em comparação com os valores obtidos com a roça comercial). Essa postura esbarrou, porém, em várias resistências, por parte dos agricultores; e existe ainda muita insegurança, por parte dos técnicos, sobre quais os limites que podem ser cruzados para se lidar, por exemplo, com o autoritarismo (e, às vezes, com a violência) dos maridos.

Um outro caso em que a postura das entidades de assessoria sofreu mudanças significativas na forma de trabalhar as questões de gênero foi o do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM). Esta entidade, em conjunto com outras que trabalhavam no âmbito da Rede PTA (Projetos de Tecnologias Alternativas) na região sudeste, no final da década de 1990, após pressões de lideranças femininas do movimento

sindical, e também de uma entidade financiadora, passou a incluir, em todos os seus programas de trabalho, ações que promovessem uma maior participação das mulheres. Criou-se um Grupo de Trabalho entre essas entidades (GT- Gênero Sudeste) para propor estratégias de inclusão; e uma das decisões tomadas foi a de buscar a contratação de técnicas mulheres para os seus quadros profissionais, além de se estabelecerem cotas de participação para mulheres em todos os eventos de formação. Essas decisões foram acompanhadas de ações para fortalecimento dos grupos e associações de mulheres na região, e da promoção de iniciativas para aumentar a autonomia econômica das agricultoras, prioridades que só passaram a existir depois dessa articulação. temas que não eram priorizados por essas entidades antes dessa articulação. Esse Grupo de Trabalho é reconhecido por muitos de seus integrantes como um dos precursores do GT- Gênero da Articulação Nacional de Agroecologia, que se organizou posteriormente.

No Rio Grande do Norte, foi o comprometimento da Associação de Apoio às Comunidades do Campo do Rio Grande do Norte (AACC) e do Centro Feminista 8 de Março (CF-8), desde o início do trabalho, que permitiu que se avançasse no atendimento às demandas das agricultoras. A AACC é uma organização não-governamental com sede em Natal, que trabalha nos assentamentos da região desde 1985; seus primeiros trabalhos de formação foram com jovens rurais, apoiando experiências de produção e beneficiamento artesanal da castanha de caju na região da Serra do Mel. Em 1997, passou a assessorar o Grupo de Mulheres de Mulungunzinho, em parceria com o CF-8. A inexperiência da equipe da AACC em trabalhos com enfoque de gênero já vinha sendo sentida na entidade pelo menos desde 1995. Segundo uma consultora, naquela época os relatórios da entidade apontavam que:

Detectava-se no interior da entidade a necessidade de incluir nas suas áreas de atuação o trabalho com mulheres, haja vista que nas atividades de formação e organização, realizadas nas comunidades e assentamentos, a participação era basicamente composta por homens. As mulheres não participavam das reuniões e assembléias das associações, sindicatos, cooperativas e quando participavam não davam nenhuma opinião, ficando muitas vezes no portão dos galpões onde aconteciam as atividades. Fato que muitas vezes passava despercebido pelos próprios/as técnicos/as da AACC (SILVA, 2002, p. 21).

A opção por capacitar-se para melhor trabalhar com as mulheres implicou a realização de cursos internos em parceria com o CF-8 e também a contratação de consultorias especializadas para reformular o conjunto do trabalho. Passaram a realizar cursos de capacitação específicos para as mulheres rurais, apostando no seu fortalecimento não somente para inserirem-se nas atividades coletivas dos assentamentos, mas para a sua

auto-organização, incluindo a implantação de projetos produtivos, como foi o caso do grupo de Mulungunzinho e de outros grupos de mulheres da região.

O CF-8 (inicialmente chamado Centro de Mulheres) havia sido criado por algumas universitárias feministas em Mossoró, em março de 1993, para trabalhar com o tema da violência. A partir de 1997, ampliou sua área de trabalho, incorporando outros temas, tais como a pobreza das mulheres e o acesso ao emprego e à terra, em uma perspectiva de fortalecimento da autodeterminação das mulheres. Foi então que mudaram o nome para Centro Feminista 8 de Março, e começaram a trabalhar na organização de grupos de base, urbanos e rurais.

Neste trabalho conjunto de assessoria a grupos de mulheres, a AACC e o CF-8 também enfrentaram resistências por parte de outras assessorias e representantes de órgãos públicos da região:

Em 1999, quando começamos a propor fazer projetos para grupos de mulheres no conselho que discutia os recursos públicos para a região, fomos motivo de piada: "Vocês estão loucos, se é difícil para os homens produzirem, imaginem as mulheres". E, no entanto, até hoje esses grupos existem. [...] A gente fez uma articulação com outros integrantes do conselho, e conseguiu que pelo menos 30% dos recursos fossem para atividades geradoras de renda e emprego para mulheres (Francismar, técnico da AACC).

Segundo Francismar, sempre existiu uma torcida muito forte para que o trabalho com as mulheres não “desse certo”, às vezes, mais do que simplesmente “forcer”, alguns homens interferiam diretamente, gerando impedimentos (proibindo suas esposas de participar das reuniões, por exemplo). Havia uma espécie de boicote, às vezes explícito, às vezes velado, por parte dos homens. Era uma visão presente entre os técnicos e lideranças dos agricultores até então.

Ainda hoje a gente percebe. Muitas companheiras ainda têm dificuldades na própria casa. Aconteceu um caso na semana passada. Se a gente marca reunião com os homens, as mulheres não vão. Se a gente marca com as mulheres, os homens vão, mas é só para atrapalhar. É a torcida do contra. Ficam lá com aquelas piadinhas, não apóiam nada, dizem que nada vai dar certo. Tem muito disso ainda, desacreditar, desmotivar. Mas as mulheres não se deixaram abater. Enfrentam mesmo, e vão tocando o grupo, elas mostraram esses anos todos que o trabalho era sério, que os grupos estavam consolidados, funcionavam (Francismar).

As mulheres se fortaleceram e ampliaram seu espaço de atuação, na região, criando a Comissão de Trabalhadoras Rurais do Oeste Potiguar, responsável (entre outras ações) por

um diálogo intenso com os poderes públicos para melhorar as condições de acesso ao crédito rural (ALVES, 2007). Conforme uma das técnicas do CF-8, que acompanha esse trabalho desde 2003, é notável a melhoria na participação das mulheres nos espaços mistos, em nível regional, após o início desse trabalho; mas é preciso ter em conta também as suas limitações:

Muitas delas hoje são lideranças sindicais. No entanto, a maioria delas ainda tem limitações para atuar nos espaços mistos; elas conseguem pensar mais o espaço delas, onde elas estão acostumadas. A partir da discussão que elas têm ali, no grupo de mulheres, é que elas conseguem se articular para atuar no sindicato, por exemplo. Apesar de elas participarem dos espaços maiores (Fórum Social Potiguar, por exemplo) elas têm mais dificuldades de pensar a proposta como um todo. Algumas ainda têm dificuldades de se expressar, de falar, mas na intervenção direta, elas estão entendendo o significado de tudo (Rejane, técnica do CF-8).

5.7 AS PRESSÕES MAIS DIFÍCEIS: FAMÍLIAS, MARIDOS E FILHOS

As pressões vividas por aquelas que passam a assumir um papel de liderança social são, em geral, mais fortes em nível familiar, por conta de não conseguirem (ou se recusarem a) cumprir o papel esperado de esposa e mãe, cujo único interesse e foco de atenções deveria ser a própria família – embora, evidentemente, também haja exceções. Algumas entrevistadas (Efigênia, Inês, Maria, Izanete) conheceram aqueles que vieram a ser seus maridos/companheiros nos mesmos espaços em que começaram a militância; Zinalva já conhecia o seu desde criança. Nesses casos, foi mais fácil negociar, desde o início da vida em comum, a sua participação nos espaços públicos.

O marido de Efigênia, Cirley, agricultor, militante da Pastoral da Juventude, integrante do conselho do CTA-ZM e um dos organizadores da Escola Família Agrícola da região, sempre foi um incentivador da sua participação nos movimentos. Ele avalia que, para todo o grupo que iniciou a militância na mesma época, foi fundamental a existência de discussões sobre as questões de gênero, promovidas, por exemplo, pelas mulheres da Comissão Regional. Ele considera que essa se tornou uma questão de princípios para os vários casais que se formaram dentro daquele grupo. Ele afirma que já foi muito criticado por isso, por pessoas “*de fora*” [do grupo que iniciou junto na militância], que não se conformavam que ele “*permitisse*” que Efigênia fosse “*mais importante*” do que ele.

Pedro, esposo de Zinalva, também comenta ter passado por situações semelhantes. Quando Zinalva começou a participar de atividades fora de casa (cursos, seminários), alguns vizinhos vieram falar para ele se cuidar, porque ela poderia estar lhe “*botando chifre*”.

O próprio pai de Zinalva veio reclamar que Pedro era muito liberal; e lhe aconselhou que ele não deveria deixar que a mulher estudasse tanto, pois, se ela ficasse muito “sabida”, isso traria problemas para o casal. Pedro, no entanto, tinha uma convicção muito firme de que a participação de sua esposa nessas instâncias resultaria em benefícios para todos: *“Graças a Deus ela não parou, e esses cursos que ela fez, ajudou muito não só nós, mas também a outras pessoas. Mas foi um processo muito difícil”*.

Pedro assume as tarefas domésticas como parte do conjunto de atividades que sustentam a atividade agrícola. Quando são realizados os intercâmbios de agricultores e agricultoras em sua propriedade, por exemplo, uma preocupação sua é incluir nos custos da atividade o pagamento não só da alimentação que será consumida, mas também do trabalho de preparação, de limpeza da casa e do pátio, trabalhos em que todos da família ficarão envolvidos. Os filhos e as filhas que realizam essas atividades (preparação da comida, limpeza, etc.) recebem o valor correspondente: *“porque tudo isso é trabalho e tem que ser valorizado. Alguém vai ter que fazer essas coisas, e esse trabalho deve ser reconhecido”*.

Pedro já foi muito criticado. Diziam que ele era “florzinha”. Porque quando eu saio de casa, ou mesmo quando eu estou em casa, a gente divide as tarefas. Muitas vezes quando o barco de linha passa, às 7h da manhã, o Pedro está lá na escada, com uma bacia de roupa, lavando. Há anos atrás, isso era espantoso. Hoje eles não se importam mais, porque sabem que o Pedro lava roupa, cozinha, faz todos os trabalhos. E eles vêm também que isso só soma. Porque se hoje a gente está melhorando a nossa condição de vida, é porque a gente partilha as nossas atividades. Mas infelizmente isso não é o normal dentro das famílias (Zinalva).

Neneide também contou, no início, com algum apoio do marido; mas, mesmo assim, para poder sair, participar de reuniões, viagens, tinha que dar conta das crianças.

Quando meu marido estava em casa, ele dividia. Fazia almoço, lavava roupa, varria a casa. [...] Ele não tinha dificuldade de dividir, de entender que eu tinha que viajar. Nunca teve briga, confusão, por causa disso. [...] Bem, é verdade que ele não se importava que eu fosse, desde que eu levasse os meninos (Neneide).

Porém, no caso dela, mais do que do marido, a oposição vinha da própria mãe.

Mesmo a minha mãe sendo uma liderança, ela tem toda essa cultura do que deve ser uma mulher, do que é dito para uma mulher, e do que é coisa de homem. Ela achava que isso [sair de casa para participar de movimentos] não era coisa de mulher, por mais que ela também saísse. [...] Tive muita dificuldade com ela, uma época, quando eu tinha que viajar, ela dizia que eu abandonava meus filhos. Ela fazia uma pressão psicológica. Na época, era

muito difícil para eu agüentar essa pressão, mas eu nunca deixei de ir, de estar participando. Mas para mim foi muito difícil (Neneide).

Izanete também se refere à postura contraditória de sua avó e às críticas que recebia da própria mãe ao intensificar a sua participação nas lutas das agricultoras. Ela não entendia como a sua mãe, que já tinha sofrido tanto como mulher (por ter sido mãe solteira e ter enfrentado a sociedade, criando os filhos sozinha), podia cobrá-la de estar justamente lutando em prol da liberdade das mulheres.

As mulheres são muito preocupadas com o que os outros vão dizer. O que elas mesmas acham não tem importância, nem para elas. Elas acham que "sempre foi assim, foi com a minha avó, com a minha mãe, será assim com as minhas filhas". Minha mãe, por exemplo, foi mãe solteira e sofreu muitos preconceitos por isso. [...] Mesmo assim ela me questiona porque eu saio de casa. Ela transgrediu muita coisa, mas quer que eu obedeça. Minha avó também não era de se deixar dominar, era durona. Ele falava, ela falava também. E, no entanto, antes de eu casar, ela me chamou num canto, para me dizer como eu deveria ser, e o que ela me disse era tudo o que ela não era! Que eu devia ser uma mulher obediente, que deveria ser submissa. E os homens se aproveitam dessas contradições (Izanete).

Ela relata que o marido, apesar de se diferenciar dos demais agricultores em muitos aspectos, também foi criado de forma tradicional, e não aceitou imediatamente o seu engajamento na militância.

Ele melhorou de uns tempos para cá, passou a ajudar mais em casa. Mas é um desgaste, porque você vira a mandona. Você fica esperando que ele enxergue, que mude sozinho, mas isso não acontece (Izanete).

Para as demais, a saída de casa para a “vida pública” foi mais difícil, na maioria das vezes por terem que enfrentar exatamente a oposição direta dos maridos. Del conta que, logo que casou, sentiu muita diferença em relação à sua família de origem, em que ela tinha mais autonomia: “*Meu pai nunca me prendeu; eu saía, eu comprava, eu vendia [os produtos da lavoura], eu fazia de tudo*”. O marido, no início, não queria que ela saísse a não ser acompanhada da mãe dele; controlava aonde ela ia, as roupas que usava (“*Não podia usar roupa curta, nem de alcinha; ele comprou anágua para eu usar, eu nunca usei*”). Ele não permitia sequer que ela fosse ao médico, quando estava grávida, ameaçando colocá-la para fora de casa, caso ela desobedecesse. Ela arrumava trabalho por fora, em outras propriedades, e com esse dinheiro, escondido dele, ia fazer o acompanhamento pré-natal. Nem mesmo quando ela quis ter o bebê junto à mãe, ele consentiu; mas ela foi mesmo assim. “*Foi muita barreira que eu passei*”.

Situações semelhantes são descritas pelas demais; algumas vezes a resistência foi amenizada com o tempo, quando os primeiros resultados do trabalho que elas faziam começaram a aparecer.

No começo, meu marido não me deixava sair de casa. Mas eu não me intimidei. Viajava, deixava meu filho com alguém; estava amamentando, deixava igual. Eu tirava o leite do peito, e quando voltava, o menino pegava o peito de novo. E fui e fui. Se eu sair hoje e disser eu só volto na outra semana, sem nenhum problema, nem com os meninos; mas isso me custou caro. Ele deu essa virada assim, de aceitar, de entender, no decorrer do tempo, porque eu não dei motivo [...]. Eu acho que ele viu que eu estava fazendo coisas que eram para o bem da nossa família, de todos. E ele viu o respeito que todos têm. [...] Hoje, com o decorrer das coisas, eu viajo, e não tem mais os mesmos comentários que tinha (Del).

O meu marido, no início, ele ficou meio balançado, às vezes não queria aceitar. Eu conversei muito com ele. [...] Eu cansei de fazer a comida dele e ir deixar lá no campo, onde ele estava trabalhando. Hoje é ele que vem deixar a minha. Quando eu saio para vir para o grupo, se der tempo de eu trazer já a minha comida, a minha merenda, eu trago; e se não der, eu digo: “Olhe, não está dando tempo de eu levar o meu comer, você vai deixar? Vou.” E ele vem deixar. Ele respeita o nosso trabalho (Francisca Lourdes).

Meu primeiro enfrentamento foi quando eu fui fazer o curso de ministra de Eucaristia, que era em outra cidade. Meu marido deixou de ir me buscar no ponto de ônibus, à noite, mesmo sabendo que eu tinha medo de andar sozinha no escuro. Eu tremia de medo, mas enfrentei. Foi cada vez acontecendo mais conflito, com ele e com a família, porque eu fui me envolvendo com o sindicato e com o movimento de mulheres. Depois nos separamos (Rosane).

Elas têm consciência de que nem todas as mulheres conseguem resistir a essas pressões, e esse é um dos motivos principais que as leva a afastarem-se dos movimentos. Mas há também muitas histórias de superação e de auto-afirmação; embora as separações e os casos de violência como reação à participação das mulheres nas organizações, vistos como indesejáveis, também sejam uma preocupação sua, como lideranças.

Teve mulheres que participaram do grupo no início, e depois deixaram, exatamente porque o marido achou que ela ia se tornar uma “rebarbada” [para Zinalva, significa ter senso crítico, ser rebelde]. Isso ocorreu. Assim como teve casos de mulheres que o marido achou que ela não deveria participar, e ela disse: “Se você quiser ficar comigo, é eu participando do grupo; se você não quiser, a porta da casa é serventia”. E até chegou a separar mesmo. Ela disse: “Se você quer me proibir hoje de ir ao grupo, não é do grupo que você está reclamando, é porque você quer ser o meu dono. Então eu deixo o grupo hoje, e amanhã você vai arranjar outro pretexto para me manter dentro de casa”. Então separou simplesmente. Para outras, que queiram vir para o grupo, se o marido é radical, ele já vai dizer: “Não, você não vai, porque elas vão incentivar você para ser rebelde.” (Zinalva).

Em casa, enfrentei muito problema, e continuo enfrentando. Até que hoje está mais leve, mas no começo ele não queria que eu viesse trabalhar nisso [na roça coletiva do grupo de mulheres]. Ele dizia que era um trabalho muito pesado, que depois eu ia ficar cansada e não ia conseguir ir para a roça da gente. Eu enfrentei muito problema (integrante do Grupo de Mulheres do Assentamento Dandara dos Palmares, Bahia).

Das mulheres que eu conheço, as que desistiram, não foram tanto pela sociedade, mas por pessoas de dentro de casa, da família. De não deixar, de não permitir, de tratar. "Isso não é coisa de mulher, isso não vale a pena, viver no meio do mundo, batendo perna"; eu acho que muitas desistiram por causa disso (Neneide).

A gente tem que tomar cuidado, quando fala de gênero, de família; isso pode causar algum conflito, tem que ter o espaço adequado, as metodologias. Porque senão vai ser um tal de gente separando. [...] Essa é uma preocupação minha também (Efigênia).

Tem que ir passo a passo. E conversando, mostrando a realidade. Não pode se achar mais do que eles; a gente tem os mesmos direitos, mas não pode sair mandando, gritando, que a gente não consegue nada. Tem que mostrar como as coisas são. Por exemplo: se aqui tem um prato para lavar, e o feijão para catar, e ainda tem que ir para a roça. Você tem que ir quebrando aquele tabu; tem que dizer para ele: "Você quer que eu vá para a roça; se você catar o feijão enquanto eu lavo a louça, nós dois terminamos antes e vamos juntos para a roça". Mas se você disser, "Não vou fazer isso, você que se vire", já vira aquele conflito (Del).

Por outro lado, os filhos e filhas muitas vezes também não aceitam as ausências prolongadas da mãe, em função das responsabilidades assumidas nos movimentos; conciliar as duas questões não é fácil, e elas podem se sentir culpadas dos dois lados – na família e nos movimentos. Em muitos casos, para participar, elas tiveram que levar consigo os filhos pequenos, porque os maridos ou companheiros se recusavam a ajudar. Outra questão importante é a sobrecarga com o trabalho doméstico, que continuava como uma tarefa praticamente exclusiva das mulheres.

Na época, foi muito difícil. Eu tinha o rapaz, que hoje tem 18 anos, tinha Naiara [segunda filha] pequena, e tinha Nara, a menor, que ainda mamava. Ela mamou até os quatro anos. Eu lembro que eu ia para as atividades do grupo, eu levava as meninas comigo; a maiorzinha era só dar um lápis para ela, e ela ficava riscando; mas a menor era o tempo todo dependurada no peito. E quando tinha uma capacitação, eu dizia: "Se quiser que eu participe, tem que aceitar meus filhos". E eu levava, armava rede e botava os meninos. Na época foi muito difícil, porque eu ainda não tinha uma história de diálogo, não tinha uma preparação, para poder falar com meu esposo: "Olha, eu preciso ir para a reunião, você vai ficar com os filhos" (Neneide).

Em 1996 eu comecei a participar das discussões estaduais do movimento sindical; eu tinha tido um filho em 95, eu ia cheia de leite. Teve uma chapa para a direção nacional que meu nome foi indicado, mas eu não pude vir, porque já estava grávida (Carmen).

Quando eu assumi a presidência, o sindicato ficava a cinco quilômetros da minha casa. Eu levantava às 5h da manhã, tirava leite, organizava, fazia tudo, organizava o almoço, vestia a minha filha (que já estava na pré-escola) e pegava o ônibus dos alunos, para estar no sindicato à tarde. Eu fazia o atendimento no sindicato todas as tardes, na cidade. Quando terminava, pegava minha filha, pegava o ônibus e vinha para casa. Tirava leite e organizava tudo de novo. Mas nem meu marido nem meu sogro tiravam leite, e isso causou um problema: eu não podia ir mais nas reuniões, ficar mais de um dia, por causa das vacas. Tinha que ter alguém que tirasse o leite para mim. Quando a minha sogra morava com a gente, se eu viajava, ela tirava o leite, mas depois ela foi embora (Rosane).

As educadoras diziam assim: "Eu até topo ser educadora, mas com quem vou deixar meus filhos?" [...] No primeiro encontro de mulheres do MST em 1994, ano que eu entrei, as mulheres discutiram isso – "A gente só vai participar se a gente tiver condições com quem deixar os filhos." Então resolvemos criar um espaço para isso, porque o machismo é grande. Homem não fica com criança porque vai tomar o tempo do trabalho deles. Então nesse encontro do EJA [Projeto de Educação de Jovens e adultos] que a gente fez em 1996, a gente implantou a primeira ciranda infantil do MST, no Ceará, a partir dessa realidade. Depois isso se espalhou pelo Brasil inteiro (Lourdes).

Eu viajava muito, e levava eles para as reuniões, mamando. [...] Eles iam comigo, eu levava uma bolsa enorme. Não tinha onde dormir, a gente dormia tudo junto, no chão. Levava eles sempre. Depois foram crescendo, eu não podia ficar pagando a passagem, e eles foram ficando com minha mãe. E eu tive que ir me afastando deles. Sinto muita tristeza por isso, por meus filhos não estarem comigo. É muito triste. Pela ansiedade de uma transformação, de uma vida melhor para minha família, talvez eu tenha ficado muito fora, e não pude dar para os meus filhos aquilo que eu nem tive, carinho, atenção. [...] E hoje estou aqui, tenho uma trajetória, uma história para contar. Mas fico triste, porque não consegui passar isso para os meus filhos. Porque eu não fiquei perto deles, pela ausência. Eles respeitam, admiram o meu trabalho, vêem as fotos, as notícias, gostam de ver a forma como eu me visto, como eu me coloco. Mas o movimento para eles era como um inimigo, pois eles já não tinham pai, e perderam a mãe para o movimento. E eu sempre coloco para eles que é não é por egoísmo meu, é por uma causa (Zulmira).

Com as meninas, foi muito difícil. Hoje está mais calmo, elas estão aceitando mais. Com o filho, não, porque ele ia junto comigo, ele aceita mais as minhas saídas de casa. Às vezes, ele diz: "Só eu entendo a minha mãe". Depois daquele 8 de março [de 2006, ocupação da Aracruz Celulose em Barra do Ribeiro, RS, em que foi decretada a prisão de várias lideranças do MMC], foi difícil, porque elas começaram a sentir medo de que eu fosse presa. Todo mundo lá em casa se envolveu. Eu tinha pensado em não falar nada para elas, mas fiquei com medo que acontecesse algo mais grave, e que elas não estivessem preparadas; foi bom que eu falei. Porque quando elas viram na TV, elas ficaram muito assustadas. Mas já passou, também. Elas também vão aos trabalhos com as jovens, no movimento de mulheres. Mas elas não são assim "tão" simpáticas; elas têm medo (Izanelte).

Eu quero cuidar dos meus netos do jeito que eu sei hoje, porque não foi desse jeito que eu cuidei meus filhos. Os meus filhos, eu não tive a oportunidade de cuidar, eles ficavam em casa sós, muito sós, eu só ficava com eles à tardinha ou de manhã cedo. Teve muita coisa que faltou, que eu não pude dar; eu não pude dar mais atenção para eles (Del).

Neneide e Izanete manifestam uma preocupação de estarem deixando as filhas sobrecarregadas, em suas ausências, e de reproduzirem, com elas, uma divisão de trabalho que se empenham em combater.

O medo que eu tenho nessa história de eu sair muito, de eu viajar muito, é de, às vezes, estar botando a responsabilidade em outras mulheres, no caso, as minhas filhas. Essa coisa de arrumar a casa. [...] porque somos só três mulheres em casa. Então é como se lá em casa se repetisse a história da cultura dominante; como se eu fosse o homem, e as meninas têm que ficar se dividindo muito nas obrigações. Eu fico me culpando, será que está certo, será que está errado, na história das tarefas domésticas. Isso não quer dizer que eu não faço [as tarefas domésticas], mas é mais difícil. Quem faz mais são elas, e eu fico me perguntando muito se isso é o certo. Mas também não tem nenhum homem para dividir as tarefas, não é? Eu às vezes fico muito confusa nisso (Neneide).

Elas sempre trabalharam na roça, com a gente. A mais velha é a que mais vai. A outra fica em casa, fazendo almoço. Enquanto tem aula, é só na parte da tarde. Elas mesmas dividiram as tarefas, conforme o que gostam mais. Tem uma que tira o leite. Mas o trabalho delas não é igual o que era no passado, é mesmo uma ajuda; o menor também ajuda, busca lenha, guarda a louça. Quando eu saio, tem esse problema, elas têm que fazer a minha parte. Limpar a casa, tratar os bichos, lavar a louça, fazer o almoço. Quando eu estou em casa, fica pouco para elas fazerem. Eu gosto de fazer as coisas, principalmente a horta; é o que eu mais gosto. Mas quando eu saio, é mais difícil (Izanete).

Como apontou Zulmira, ao obter melhorias para a sua comunidade ou para a sua propriedade, e alcançar certo reconhecimento público – passar a ser conhecida, viajar, representar a comunidade, aparecer o seu nome ou foto em publicações – essa resistência pode ser amenizada; pode ocorrer que os maridos e filhos se sintam orgulhosos do seu trabalho, e passem a apoiá-las e a prestigiá-las. Em alguns casos até mesmo podem se aproximar das organizações e das propostas de trabalho das quais elas fazem parte.

No caso de Del, seus três filhos já se direcionam para trabalhar na agricultura ou em profissões correlatas: a mais velha é professora dentro do próprio assentamento, e participa como multiplicadora nos trabalhos de formação em agroecologia promovidos pela mãe; o segundo filho, que está na escola agrícola de Valença, é bastante envolvido com o que acontece na propriedade; e o terceiro também participa das atividades quando chega em casa: “Ele chega da escola, tira o fardamento e corre para a roça, às vezes não quer nem comer”. Segundo Del, todos têm intenção de permanecer na propriedade, dando continuidade aos trabalhos realizados por ela.

Neneide também tem uma visão positiva da sua relação com os filhos.

Eu considero que eu sou uma mãe ausente, mas presente. Eu tenho prova de que eu participar dessa militância não prejudica a história da minha relação familiar, porque as minhas filhas me adoram, elas sabem o quanto eu sou importante para elas. Eu tenho uma relação muito boa com as minhas filhas. Elas já participam do movimento também, já são da batucada feminista, já são do grupo de jovens aqui do assentamento (Neneide).

Zinalva também se orgulha de os filhos trabalharem em todas as atividades na propriedade, por decisão própria:

A Emilia [filha mais velha, já casada e com uma filha] tem casa montada na cidade, tem tudo lá; mas não sai daqui. Ela tem muito jeito para cozinha, e sabe fazer de tudo, usar o que tem na propriedade. Quando ela estudava, gostava de levar as coisas que a gente fazia aqui (bombons, bolos, queijos) e vender para os colegas; e fazia propaganda, dizia que era saudável, explicava por que esses produtos eram melhores do que as coisas industrializadas. Ela tem orgulho do que a gente faz, tem orgulho de ser agricultora. O marido é uma pessoa bem esforçada, mas ela não agüenta ficar na cidade. [...] O Junior [segundo filho], com 16 anos, faz as contas, vende, recebe, gasta o que for necessário, presta contas; se precisa de alguma coisa ele compra, depois diz no que gastou. Tem responsabilidade. Ele está com plano de fazer escola agrotécnica, e fazer faculdade; e depois voltar para cá. Já escolheu as árvores que vai tirar para fazer a casa dele, já tem os planos. Os outros são pequenos ainda para saber (Zinalva).

Tanto no caso dos filhos de Zinalva como dos de Del, apesar de todas as dificuldades, a visão positiva que é passada para a juventude, com relação às atividades agrícolas, tem a ver também com o reconhecimento da contribuição de cada um ao empreendimento familiar, e com o fato de que esse reconhecimento passa por uma distribuição mais equilibrada dos recursos financeiros dentro da família.

A revolta dos filhos, em geral, é porque não são reconhecidos e também porque não recebem pelo trabalho que fazem. Aqui não. De acordo com o trabalho que ele fez, ele ganha; e é tudo transparente, ele sabe quantas latas de açaí colheu, quanto recebeu por cada uma. Até os pequeninhos recebem. Porque também trabalharam. As pessoas levam 30 dias para receber um salário-mínimo. E aqui, em um dia, conforme a época, ele pode receber mais que isso. Ele sabe o que entra, o que sai, em que estamos investido. Ele sabe que ficar na roça não é um castigo para quem não pode estudar, isso aqui é uma empresa. A gente sempre conversa isso na comunidade. Não tratem os filhos de vocês como se eles fossem empregados, como se eles não tivessem nada a ver (Zinalva).

Muitos filhos trabalham na propriedade do vizinho, como diaristas, mas não trabalham na própria casa. Porque no vizinho eles recebem 50 reais, mas é deles. Eles sentem a necessidade de ter um colchão, uma roupa, as coisinhas deles, a moça comprar uma calcinha, uma sandália. E na casa deles, eles não recebem nada, é aquela humilhação. Lá em casa é diferente. Eles têm uma área de cacau que é deles: tudo o que vender ali, eles dividem. E também quando algum deles precisa de alguma coisa, os outros se juntam e fazem uma farinha, vendem um corante, uma coisa ou outra, e junta o dinheiro e dá para aquele que está precisando. Depois para o outro, e assim vai. Eles precisam ter o dinheirinho deles (Del).

5.8 O CERNE DA DOMINAÇÃO MASCULINA

A análise das histórias dessas mulheres e das lutas que assumiram para se afirmarem enquanto lideranças mostram que pesa sobre elas uma forte contradição com relação ao seu papel de gênero: ao mesmo tempo em que se mostram mulheres fortes, determinadas, e testemunharam a existência de muitas outras mulheres igualmente fortes ao longo da sua vida, sabem também que esse lugar de protagonistas da própria vida não lhes é assegurado *a priori*. É preciso uma série de “batalhas” para, permanentemente conquistarem o direito de dizerem o que pensam, serem sujeitos, agirem conforme as suas convicções.

Quando colocam, por exemplo, o peso da sobrecarga de trabalho que recai sobre elas, em função da recusa da maioria dos homens em realizar as atividades domésticas, incluindo cuidar dos filhos, essa não é uma questão menor. Nos casos em que os homens aceitam compartilhar esse papel, tudo parece fluir mais harmonicamente. Elas usam mesmo o termo “*libertação*” – do trabalho doméstico, das amarras da casa – ; usam a expressão “*sair da cozinha*”, quando passam a ter acesso ao “*mundo lá fora*”. É uma questão fundamental e que está presente todo o tempo, porque está vinculada ao papel das mulheres na divisão sexual do trabalho, e às hierarquias – e, portanto, ao poder – dentro da família.

Um outro componente crucial desse modelo de representações sociais sobre o feminino e o masculino, talvez um dos mais importantes, sobre o qual as mulheres se questionam permanentemente, é o que dispõe sobre o que deveria ser uma mulher “correta”. Poderia ser resumido pela expressão: em qualquer circunstância, “*obedecer ao marido*.” Existem várias formas de materialização dessa exigência, em particular, na organização da unidade produtiva e da família no meio rural. Elas têm uma consciência muito clara sobre a importância de se questionar tal preceito.

É a questão do poder, nós fomos criadas para obedecer, e eles para mandar. Quando eles acham que a mulher não está obedecendo, metem o pau. É como se fosse assim "Eu mando, eu bato". É assim e pronto. E como não tem ninguém por perto, a mulher vai agüentando. As mulheres acham que foram criadas para isso: obedecer, obedecer, obedecer. E o pior, se ele bate, elas acham que deram motivo; foi porque ela fez alguma coisa que ele não gostou; se cortou o cabelo, vestiu uma roupa curta, falou com alguém. Essa é uma das coisas que eu acho mais difícil de trabalhar, porque é uma idéia muito forte na sociedade, as pessoas acham que a mulher "apanha porque quer". Não se trabalha muito a história da relação; as pessoas não se perguntam por que ela agüenta (Neneide).

Eu vejo que até mesmo a igreja prega essa submissão das mulheres, que as mulheres têm que ser submissas aos maridos. Se o marido diz "Tu não

vai”, ela não vai e pronto. Não vê que se ela for [participar de alguma organização], se ela melhorar a sua condição financeira, vai melhorar para ele também. O que ela vai trazer vai ser para a família, não vai ser para ela só (Zinalva).

Os homens sempre foram muito machistas. Eles foram educados desta forma, de que eles é que têm o poder, têm o direito, é ele quem grita mais. Eles eram os senhores de tudo. A mulher só pode mandar da porta para o fundo da casa. Para a frente, quem manda é o homem. Por isso o número de mulheres sempre é reduzido na luta, nós somos a maioria, mas ainda temos essa dificuldade de entender os nossos direitos (Del).

A gente tem que ter clareza de que existem desigualdades, vivemos num mundo patriarcal e isso precisa ser mudado. A família é um dos assuntos mais difíceis de discutir. [...] A família não é a referência para a gente construir a libertação das mulheres. Tem gente que pode até fazer um discurso liberal, mas vai lá ver, entre as linhas, entre os gestos, está lá, em tudo, a opressão das mulheres. Mas é muito difícil de tratar isso, ninguém quer colocar em questão, porque tem medo de perder o controle, e não quer comprar briga com igreja, por exemplo (Carmen).

É muito doloroso falar sobre isso [violência]. A maioria se fecha, não quer falar. Mas o que acontece: se elas reclamam de alguma coisa, a violência vem. A violência física é a mais descarada; mas a pior é a psicológica, em que o cara aparece como “bonzinho”, sustenta a casa, etc., e a mulher tem que ser uma escrava. Ela tem que agradecer porque ele é “bom para ela”. Eles reclamam de tudo, da comida; tudo o que elas fazem ou dizem está errado. E ela tem que escutar calada. Ela se sente culpada, não pode dizer o que pensa, não pode escolher nada, só se ele também quiser. O principal é que ela não pode fazer nada sem que ele concorde. Não pode ir numa reunião, fazer o que ela gosta (Izanete).

Na minha casa, eu lembro como se fosse hoje: meus pais criavam porco, e era aquela história, o preço aumentava, diminuía. Daí, um dia a mãe disse: “Vende agora, antes que o preço diminua mais”. Veio um comprador, e o pai vendeu os porcos. Dali uma semana, o preço aumentou. Eu sofri junto com a mãe, porque você não imagina o que ela escutou! O pai nunca se esquecia daquilo lá. Qualquer coisa, ele lembrava: “Pois é, se eu tivesse deixado para vender depois”. Até que eu disse: “Eu não agüento mais.” Aquilo foi me doendo, doendo. Eu pensava: “Será que você não tem direito a errar uma vez sequer?” Mesmo que ele não tivesse vendido, ou que tivesse abaixado mais o preço, será que ele iria dizer: “Obrigado por você ter me dado a idéia”? Ele não ia nem se lembrar que ela tinha dado a idéia. Mas como deu errado, ele não esquecia. Aquilo me doía. E eu fiquei com aquilo na cabeça, do tanto que a mãe sofreu, por ter dado uma idéia. Ela nunca mais abriu a boca. Ele podia errar tudo o que ele queria, mas ninguém ficava sabendo. Tem palavras que doem muito mais do que se você levasse um tapa. Fica tudo tão doído, tão amargo, fica para sempre (Sonia, integrante do grupo de mulheres de Ibiaçá, RS).

Quando a gente mexe com esses temas [as questões de gênero], isso sempre mexe com a gente, porque toca em coisas que todas nós sentimos. Você vive a situação, em maior ou menor grau. Claro que eu sentia isso muito menos do que elas [as agricultoras], porque eu tinha como traçar umas estratégias de saída, e elas muitas vezes não têm. Elas não têm saída. Elas sofrem muito com violência psicológica, todo dia. Eles ouvem coisas sobre o trabalho delas, depreciativas. Isso para mim é violência, e

elas escutam isso todo dia. Não precisa bater. É só não valorizar o trabalho que elas fazem, não cuidar dos filhos. Se alguém se machuca, a culpa é delas; qualquer coisa, se o filho vai mal na escola, tudo. É um horror, e elas não têm como sair dali. Mesmo as que apanham, se forem denunciar, não têm para onde ir. Outra coisa que eu vi é o medo das mulheres; elas se sentem muito sozinhas, muito incapazes de ir fazer as coisas. Mas elas têm uma solidariedade entre elas; é a única saída (Inês).

No caso específico da agricultura familiar, em que é fundamental o acesso aos bens de produção para a sobrevivência das pessoas, torna-se imperativo compreender o significado, para a vida dessas mulheres, do fato de elas ocuparem um papel subordinado em todas as atividades produtivas. Não é novidade dizer – muitos estudos sobre as desigualdades de gênero no meio rural já demonstraram isso – que elas não têm acesso à terra; quando têm, são pequenas parcelas, de pior qualidade; não têm acesso aos meios de produção, insumos, crédito, tecnologia¹⁰¹. Os conhecimentos que detêm não são considerados importantes, suas idéias não são escutadas. Tudo o que fazem dentro da unidade produtiva está sujeito à aprovação dos maridos, que podem desfazer, inclusive, o que elas já tenham realizado. São eles quem têm a última palavra¹⁰².

A mulher trabalha muito, mas não tem o reconhecimento. Nem mesmo ela tem esse reconhecimento do trabalho dela mesma. [...] O marido acha que o dinheiro da roça é só dele; ele compra o adubo, e bota na roça dele. Se ela pega um pouquinho para botar na horta, e ele descobre, é aquela briga, porque ele acha que só pertence a ele, e que colocar no quintal é desperdiçar. A mesma coisa com as ferramentas: eles não deixam elas usarem os facões, o carrinho de mão, nada. É tudo deles. Elas têm que trabalhar sem nada. Quando nós ganhamos o prêmio [da Fundação Ford, em 2007, por ser uma experiência bem sucedida de trabalho com mulheres], foi a primeira vez que a gente pôde comprar coisas só para nós: botas, facões, capas de chuva, carrinho de mão. Tinha umas que nunca tinham tido uma bota só para elas, que nunca tinham usado uma capa de chuva (Del).

Já aconteceu aqui, de uma delas ter preparado o terreno, feito as mudas e plantado uns pés de abacate no quintal; o marido veio, e cortou tudo. Sem nem falar com ela. Ele desprezou o trabalho dela, só para mostrar que era ele quem mandava. Ela contou isso pra nós com muita dor. Ele podou a

¹⁰¹ Entre os anos 2001 e 2003 foram realizados pelo Projeto Dom Helder Câmara, ligado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, uma série de diagnósticos sobre a situação das trabalhadoras rurais no nordeste do Brasil, que mostraram situações muito parecidas com as encontradas por nossa pesquisa (pelo menos, no que se refere àquela região). Ver, em particular, CASA DA MULHER DO NORDESTE (2001); CENTRO DA MULHER 8 DE MARÇO/ CUNHÃ COLETIVO FEMINISTA (2004); CENTRO FEMINISTA 8 DE MARÇO (2003); PEIXOTO et al., (2004); SANTOS; ALMEIDA (2004).

¹⁰² Ver a esse respeito, entre outros, o estudo realizado pelo SOS-Corpo em conjunto com o MMTR-Ne, em 2005, sobre as condições de vida das mulheres trabalhadoras rurais no semi-árido brasileiro. As autoras citam como uma das principais dificuldades enfrentadas pelas mulheres o controle exercido pelos homens sobre a renda das mulheres. “O controle sobre a renda da propriedade (...) é um dos pilares que sustentam a dominação masculina sobre as mulheres, seja por lhes retirar o dinheiro do rendimento do seu trabalho, e, com isso, afetar diretamente sua possibilidade de autonomia, seja porque permite ao homem uma liberdade que só existe às custas da privação feminina” (SILVA et al, 2005, p. 85).

pessoa, não as plantas; passou por cima mesmo (Luciano, técnico do SASOP).

A gente precisa lutar muito para ter autonomia econômica. [...] Essas miudezas que elas trabalham, é tudo no pior cantinho, no lugar que sobra para elas, nos barrancos, nos carrascos. Porque a terra boa os homens usam para a soja, ou outra coisa para vender, e não tem discussão. E aquilo que se planta para comer, que dá o sustento da família, ninguém dá bola, isso não se valoriza no dia-a-dia da família, e nem no banco, nem na assistência técnica. Só importa o que é do homem. [...] O único dinheiro que passa pelas mãos delas é o do leite, e o resto todo tem que pedir. O dinheiro grande, que seria de todos, é como se fosse só deles; na verdade, elas só decidem sobre aquele pouquinho (Izanete).

Igualmente, não é novidade que eles sejam considerados sempre os chefes da família; que controlem a maior parte dos recursos financeiros (quando não totalmente), ainda que tenham sido obtidos (e normalmente são) com a participação delas e dos filhos, que participam como mão-de-obra. Que eles dominem as informações sobre o que se passa na propriedade e fora dela, nas relações com os bancos, com a assistência técnica. Que elas devam pedir permissão para participar de qualquer atividade fora de casa. Que eles tenham controle sobre a roupa que elas vão usar, em quem elas devem votar, se vão ou não ao médico. Mesmo o veículo da família (carro, moto) é considerado deles, elas não podem usar a não ser com o consentimento deles. E a lista das situações em que elas não têm, em princípio, poder de autodeterminação não pára por aqui. Mesmo os casos de superação dessas situações que foram abordados aqui só reforçam a existência de um padrão, de uma regra, vivida como injusta, e que teve que ser quebrada por elas.

Aqui na região, quem coordena o recurso é o homem, e ela nem sabe no que foi usado. Embora ela trabalhe até mais do que ele. Ela está envolvida na produção, mas não existe isso de discutir na família: "Como é que vamos fazer?". É ele quem decide. Isso é meio automático. Na Comissão de Mulheres, a gente está trabalhando muito isso, para as mulheres controlarem a produção e o que ganham. Já tem algumas que fazem esse levantamento, mas são poucas. [...] Às vezes ela trabalha bem mais, mas não é reconhecido isso, ela não vê o resultado do trabalho. O único caso que ela coordena o próprio dinheiro é das aposentadas. Mas mesmo assim eles tentam pegar (Efigênia).

Dentro da associação, foi muito trabalhada essa questão das mulheres. De início, iam só os homens; eles participavam e as mulheres nem sabiam o que tinha ocorrido. [...] Nós vimos essa questão quando começou o Pro-Ambiente. Foi feito o cadastro, e tinha perguntas que elas diziam: "Ah, isso eu não sei, só meu marido que sabe". Existem muitos casos onde a mulher ainda não apita. Tipo assim: ele é o chefe, e ela é a empregada dele. Essas mulheres que vão para a associação, elas passam a ter um senso crítico, de que elas não são empregadas. Elas passam a ter consciência de que ali, daquela empresa, que é a propriedade rural, ela é dona também. A gente diz isso abertamente: "Você é tão dona quanto ele." É a realidade: você trabalha de ombro a ombro, de sol a sol, e quando chega no fim você não recebe nada! (Zinalva).

Elas dão exemplos concretos de como essa questão do poder dos homens sobre as famílias se manifesta em fatos corriqueiros, que muitas vezes são naturalizados.

O ex-presidente do sindicato comentava, outro dia, que ele ficava com muita raiva, que às vezes até para receber o salário-maternidade, o homem é que estava na frente, sendo que a documentação é toda da mulher, não vai nem o nome deles ali. E eles ficam lá no sindicato perguntando: “Não chegou o meu ainda não?” Como se o dinheiro fosse dele. Dá vontade de falar: “Dá licença, deixa a sua esposa sentar aqui, nós queremos conversar é com ela. Saber o que ela faz, no que ela mexe, o que ela planta.” É difícil, viu! [...] Quando mudou para que incluísse o nome da mulher na Declaração de Aptidão [DAP, necessária para acessar o Pronaf e outras políticas públicas], e elas tinham que assinar, muito homem brigou. Reclamaram. As mulheres também não gostaram, porque elas não sabiam o que estavam assinando. Também acontece de as mulheres irem questionar o próprio marido. Dá conflito mesmo, ele é quem comanda tudo, o carro é só dele, se ela precisa alguma coisa tem que pedir para ele levar. É difícil (Efigênia).

Outra coisa é sobre o dinheiro ficar na mão do homem: isso é uma realidade. Uma vez, o técnico veio aqui, para um repasse de dinheiro de um projeto, para comprar um combustível de um motor. Como o Pedro não estava, ele não repassou o recurso, foi embora. [...] Pedro ligou para o técnico, perguntando, e ele respondeu que não tinha deixado porque não ia deixar o dinheiro comigo, que era mulher. Pedro reclamou com ele: “Aqui em casa quem cuida das finanças é a mulher. Ela que deposita, saca, faz os pagamentos.” Depois ele veio aqui e me pediu desculpas. Ele disse que nas outras famílias só quem recebia o dinheiro era o homem. Então eu cobrei dele: “Se você está trabalhando para mudar o modelo, tem que mudar o seu jeito de lidar com isso.” [...] Eu já brigava muito com ele antes, porque ele dizia que quem era cadastrado no Pro-Ambiente era o Pedro; eu corrigia ele, dizendo quem é cadastrado é “a família do Pedro”. Eu falei isso no meio da reunião, para dar exemplo (Zinalva).

Um dos grandes problemas, quando casei, foi a forma como a família do meu marido lidava com a renda. O sogro e a sogra administravam tudo, e a gente não recebia nem um centavo. Quando eu trabalhava de doméstica, e também quando lá em casa a minha mãe vendia leite, queijo, a gente sempre tinha um dinheirinho pra gente [para as mulheres]. Na outra família, não tinha nada. Pra eu poder tomar um sorvete, tinha que pedir dinheiro para o meu sogro, imagina! Isso foi gerando uma coisa dentro de mim, uma revolta (Rosane).

O pai é quem concentra tudo, nem a mãe vê o dinheiro. Nem a mãe, que faz, que trabalha, que rala, que faz tudo, não vê o dinheiro. E as filhas, os filhos, não conseguem receber nada. [...] Às vezes ele é quem recebia o dinheiro delas, elas nem sabem quanto tinham que ganhar. E depois tem que pedir dinheiro para eles para qualquer coisa. Agora mudou um pouco com o Bolsa Família, e com a aposentadoria. Esse dinheiro fica com elas, e elas não deixam eles pegarem. Para poder estudar, elas só vão se eles deixarem. Tudo tem que pedir permissão, e muitas acham que isso é normal. Elas acham que ter idéias próprias é errado, mesmo sendo adultas, tendo filhos (Del).

As mulheres que foram ouvidas nesta pesquisa, de alguma forma, desafiaram (e desafiaram) esses padrões sociais, desde o momento em que ousaram “ultrapassar a porta da

cozinha” (expressão de Del). Para elas, algumas dessas questões foram superadas em sua vida pessoal – à custa de longos processos de negociação e de auto-afirmação, plenos de conquistas assim como de perdas –, mas é exatamente com essas representações sociais do que é o masculino e do que é o feminino que elas têm que, permanentemente, estar lidando; é esse o modelo de relações familiares que elas encontram ao seu redor, no qual estão inseridas as suas companheiras, e contra o qual elas lutam. Talvez seja a “*dureza dessas desigualdades*” e a “*crueldade e violência*” dessas relações (termos e expressões utilizados por Inês) o que faz com elas tenham tanta convicção de que o caminho da luta das mulheres é um caminho sem volta.

6 O ENCONTRO COM A AGROECOLOGIA

Embora cada uma dessas mulheres tenha tido uma forma diferente de aproximação com a agroecologia, em função da sua história pessoal e de sua família, do tipo de relação que manteve com as entidades de assessoria e com os movimentos sociais, e do seu próprio interesse e envolvimento com a questão, pode-se afirmar que, no contato com as propostas agroecológicas, abriu-se para elas uma nova perspectiva de relação com a agricultura.

Para as agricultoras que assumiram a realização da transição para a agroecologia em seu cotidiano, essa forma de trabalho mostrou-se mais atrativa do que a agricultura convencional, em função de vários fatores que serão comentados ao longo deste capítulo. Antes de tudo, porque representava uma alternativa viável de melhoria nas condições de vida das famílias: em contextos de poucos recursos para investimento na atividade agrícola, o fato de aproveitar mais intensamente o potencial de cada agroecossistema, e de exigir menos gastos com insumos externos tornava-se uma vantagem significativa, apesar do aumento da carga de trabalho. Por outro lado, ao valorizar as atividades que já eram realizadas pelas agricultoras elas, a proposta agroecológica oferecia a essas mulheres a possibilidade de reafirmarem-se como sujeitos na agricultura, exercitando a sua criatividade, a sua capacidade de observação e de experimentação.

Para outras mulheres, por sua posição de lideranças em movimentos sociais rurais, a aproximação se deu por uma via mais política. A agroecologia apareceu como parte de um modelo de desenvolvimento adequado às demais lutas sociais às quais estavam engajadas. A agroecologia passa a ser defendida não apenas por preconizar sistemas agroalimentares ambientalmente sustentáveis, mas, sobretudo, por ser construída “*de baixo para cima*”, por buscar a redistribuição de renda e de poder, e promover a justiça social. Já mobilizadas por outras questões relacionadas com as lutas pela sobrevivência da agricultura familiar, essas trabalhadoras tomarão para si a agroecologia enquanto proposta de produção e consumo que simboliza a resistência a um modelo produtivo considerado injusto, ao mesmo tempo em que orienta uma utopia de sociedade rural a ser construída.

6.1 NENEIDE E FRANCISCA LOURDES E O GRUPO DE MULHERES DECIDIDAS A VENCER

No caso do assentamento de Mulungunzinho, no Rio Grande do Norte (onde vivem Neneide e Francisca Lourdes) – e também no caso de Dandara dos Palmares, na Bahia,

(onde vive Del), que será analisado a seguir – as primeiras experiências com a produção sustentável ocorreram em uma área coletiva, reivindicada pelo grupo de mulheres junto à associação do assentamento, para produção de alimentos e geração de renda. Para enfrentar o desafio de trabalhar de forma agroecológica, elas tiveram que, ao mesmo tempo, capacitar-se para lidar com uma tecnologia à qual não estavam acostumadas, e serem, pela primeira vez, as gerentes da própria produção, sem contar com o apoio organizativo ou mesmo, em alguns casos, com a mão-de-obra dos homens.

Em Mulungunzinho, a idéia de fazer uma horta orgânica surgiu da confluência de vários fatores. As mulheres estavam se organizando no grupo que tinha se formado para atuar junto à associação do assentamento; apoiadas pelas assessorias da Associação de Apoio às Comunidades do Campo do Rio Grande do Norte (AACC) e do Centro Feminista 8 de Março (CF-8), decidiram buscar alternativas produtivas para que pudessem obter alguma renda; tiveram a oportunidade de obter um empréstimo com uma entidade financiadora, o Grupo de Apoio às Realizações para o Desenvolvimento (GARD Brasil), e optaram por uma atividade com que algumas delas já tinham familiaridade, ainda que não no sistema orgânico.

A opção por esse tipo de empreendimento foi tomada após a avaliação de outras atividades (criação de galinhas, confecções, produção de doces), em que foram considerados diversos critérios: o fato de ser uma atividade agrícola, pois elas queriam continuar sendo agricultoras; a expectativa de se obter um rendimento significativo; e também a possibilidade de fornecimento de alimentação para a família, sem ter que lidar com agrotóxicos – que queriam evitar por receio das conseqüências para a saúde das pessoas e do ambiente.

A assessoria técnica dizia que a gente ia ganhar muito dinheiro, porque ia poder vender mais caro. E a gente queria isso mesmo, ganhar dinheiro. Mas a gente não sabia nada disso de orgânico. A gente queria fazer alguma coisa na agricultura, e gostamos da idéia de não ter que mexer com veneno, que ninguém queria. Já tinha tido um caso de um agricultor que morreu de câncer na região. Ele era assalariado em uma grande produção de melancia irrigada, e todo mundo dizia que era por causa do veneno (Neneide).

O projeto da horta orgânica, envolvendo nove mulheres, começou ocupando uma área de meio hectare dentro do assentamento, cedida pela associação. Dez anos depois, o Grupo de Mulheres Decididas a Vencer ocupava sete hectares, realizando várias atividades além da horta (produção de mel, de plantas medicinais, de frutas, criação de animais). O

número de participantes foi variável nesse período: entre seis e doze mulheres, com algumas desistências, e com a entrada de novas integrantes.

Antes da horta, como foi comentado, elas nunca tinham trabalhado de forma orgânica, e tampouco eram familiarizadas com a produção “moderna”, com o uso intensivo de insumos. Por serem oriundas de famílias muito pobres, que trabalhavam em regime de meação, eram acostumadas com o sistema de derrubar a mata ou capoeira, limpar o terreno, queimar e plantar. Os tratos culturais se resumiam à capina feita com enxada, para manter o terreno limpo. Quem tinha um pouco mais de recursos financeiros, utilizava insumos químicos e irrigação; mas essa situação não era comum.

Com os recursos do projeto contrataram um agrônomo para dar assistência técnica ao grupo por três meses, para a instalação da horta, e também fizeram cursos e viagens para conhecer experiências com o sistema orgânico de produção. Mesmo assim, na prática cotidiana, tiveram de se deparar com muitas dificuldades técnicas. Elas relatam, rindo, que não sabiam mexer com eletricidade, e que *“levaram muito choque”* até acertar como consertar a bomba de irrigação; assim como *“tomaram muito banho de lama”* até aprender a fazer a emenda dos canos, quando esses se soltavam. Ao longo da trajetória do grupo, tiveram que aprender a combater formigas sem usar inseticidas, assim como a fazer um planejamento de longo prazo, para dar conta da demanda de produtos ao longo do ano. Algumas hortaliças que passaram a cultivar eram desconhecidas para elas, que sequer sabiam como prepará-las.

Desde o início decidiram dividir-se em duplas que ficavam responsáveis por tarefas determinadas, conforme aquilo de que mais gostavam ou com o que tinham mais experiência. Neneide e Francisca Lourdes são apontadas pelo grupo como as que mais detêm conhecimentos “técnicos” sobre a agroecologia; sabem quais os procedimentos realizar em cada caso, quais produtos (caldas, compostos) podem ser utilizados, etc.

Com o apoio do CF-8 e da AACC, obtiveram, nesses dez anos de funcionamento do grupo, recursos de outros projetos para investimento na horta e para pagamento de assistência técnica¹⁰³. Puderam participar também de seminários, encontros, cursos de formação e intercâmbios de experiências, em outras regiões do nordeste e do país. Como elas dizem, começaram como uma horta orgânica, mas, com o tempo, passaram a trabalhar de forma “agroecológica”; do seu ponto de vista, há entre esses dois sistemas diferenças fundamentais:

A passagem para a agroecologia foi no meio do processo: nos intercâmbios, com o Lumiar, com os técnicos, em algumas capacitações, com assessorias. A gente começou a perceber que, em algumas coisas, o capitalismo estava se apossando do pacote orgânico, e que ia ser um outro pacote. Tudo a gente precisava comprar: ia explorar quem estava consumindo, porque ia ter que vender mais caro, e a gente ia ter que comprar tudo pronto. Ia ser a mesma coisa de sempre: mas em vez de chegar lá na loja e dizer: “me dê um adubo químico, um veneno”, ia dizer: “me dê um produto orgânico”. Não ia ter nada de natural. Não ia ter nada disso de discutir relações humanas, de homens e mulheres. A gente trabalhava também a questão do meio-ambiente, de ter diversidade, a gente queria outra coisa. Aí é que veio a transformação, do que antes era só uma horta orgânica (Neneide).

A gente queria ir além de uma substituição de adubo, queria tudo o que é a agroecologia. Queria ter um preço mais acessível para quem estava comprando, sair dessa história de comercialização só para algumas pessoas da classe média. A gente queria estar levando os nossos produtos para o público, para a feira livre, para as pessoas comuns terem condições de comer também (Francisca Lourdes).

Antes de começar a produzir, elas já tinham buscado alternativas de comercialização; e foram construindo o que posteriormente se transformou em uma rede de comercialização solidária. Inspiradas em uma experiência existente em Fortaleza, no Ceará, formaram uma associação de consumidores em Mossoró (Associação de Parceiros e Parceiras da Terra), com sócios que passaram a contribuir com uma mensalidade, recebendo em troca uma cesta semanal com produtos da horta. Em 2003, em conjunto com outros grupos produtivos da região, a maioria formado por mulheres, criou-se a Rede Xiquexique de Comercialização

¹⁰³ Além do CF-8 e da AACC, o grupo tem contado com o apoio técnico e financeiro de outras entidades. Uma delas foi o Centro Terra Viva, organização não-governamental criada em 1997, que assessorou assentamentos mediante convênios com o INCRA. O Terra Viva assessorou o grupo entre 1997 e 2000 com recursos do Projeto Lumiar (Projeto financiado pelo INCRA em que eram contratadas empresas terceirizadas ou ONGs para prestação de assistência técnica aos assentamentos; as empresas eram escolhidas em conjunto com os assentados), e, após o término deste, com recursos do Programa ATES – Assessoria Técnica, Social e Ambiental às Áreas de Reforma Agrária. O Grupo de Mulheres foi apoiado também pela Visão Mundial (entidade de cooperação, atuante no Brasil desde 1975). Depois de 2003, passaram a receber alguns recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário, para a realização de projetos produtivos e de capacitação. Todos esses apoios foram descontínuos, e, por vários períodos, elas não tiveram nenhum tipo de assistência técnica.

Solidária¹⁰⁴, que organiza duas feiras de semanais de produtos ecológicos, uma no município de Apodi e outra em Mossoró, e mantém ainda uma pequena loja em Mossoró, que serve como um espaço de comercialização permanente para os grupos de toda a região. São colocados nessa loja não só os produtos da horta (verduras, legumes) como também mel e derivados, castanha de caju, galinha caipira, ovos, carne de bode, doces, e vários tipo de artesanato (produtos de palha, cerâmica, bordados), todos produzidos pelos grupos da região.

6.2 DEL E O GRUPO DE MULHERES DO ASSENTAMENTO DANDARA DOS PALMARES

O grupo de mulheres do assentamento Dandara dos Palmares, no sul da Bahia, onde vive Del, vem de uma história semelhante, no sentido de ter iniciado como uma organização das mulheres que buscavam afirmar-se dentro do assentamento por meio de uma atividade produtiva. Foi criado por uma iniciativa de Del, que, motivada pelo trabalho da Pastoral da Criança, estava buscando formas de combater a desnutrição no assentamento. A Pastoral disponibilizou recursos de um fundo rotativo para que elas começassem a produção.

Quando ocupamos essa fazenda, eram 70 famílias. Havia muitas crianças, e muita desnutrição. A produção que tinha lá era só cacau, e há 10 anos tinha sido abandonada, depois da vassoura de bruxa [doença causada por um fungo, que dizimou os cacauais da região no final da década de 1980]. Não havia alimentos, tudo tinha que comprar [...] Formamos um grupo de mulheres e surgiu a idéia de fazer um roçado comunitário. E esse roçado foi conseguido com a associação e com o sindicato. Inicialmente eram quatro hectares. [...] A gente queria fazer isso de forma diferente, sem queimar. Os produtos eram: lavoura branca, mandioca, gergelim, banana da terra, batata, tudo o que fosse para a alimentação, para a segurança alimentar daquelas famílias. Esses produtos a gente podia distribuir entre as famílias que estavam participando, e também vender para ter o retorno, para poder devolver o recurso e dar para outras comunidades. Eram 20 mulheres, pensando na comunidade como um todo (Del).

Del já tinha tido contato com os sistemas agroflorestais que vinham sendo difundidos pelo Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP) na região, e tinha ficado entusiasmada com o que vira em um intercâmbio com agricultores ecológicos em

¹⁰⁴ A Rede Xiquexique ancorou-se na experiência de vários grupos produtivos existentes na região, e em especial na do grupo de Mulungunzinho. Em 2006, era formada por 55 grupos, organizados em três núcleos regionais (Mossoró, Baraúnas e Apodi), atingindo aproximadamente 5500 famílias. O processo de formação dos grupos de economia solidária na região e a constituição da Rede Xiquexique são apresentados e discutidos em Carvalho (2006).

Pernambuco, assim como em um estágio que fez na propriedade de Ernst Götsch¹⁰⁵, no sul da Bahia, sobre manejo ecológico da floresta.

O SASOP, quando chegou por aqui, fez uma parceria com o sindicato, que continua até hoje. Isso foi em 95, 96. Eles escolheram algumas comunidades de base para trabalhar: Pimenteira, Marimondo, Garcia e Tabela. Eu morava na Pimenteira, mas trabalhava na roça dos outros, como meeira. Eles faziam os mutirões nas Áreas Demonstrativas. Eu ia acompanhando, trabalhando; e vendo aquilo, eu pensava: “Quando eu tiver minha terra, vou querer fazer esse trabalho”. Em 1996 eu fui escolhida para ir numa viagem a Recife, para conhecer o trabalho ecológico lá. Foram seis homens e só eu de mulher. Chegou lá, não tinha muitas mulheres, mas tinha dona Lourdes, uma agricultora agroecológica. Ela trabalhava com abelha, com doces, com horta, com tudo ela trabalhava, era muita diversidade. E tinha uma pequena fábrica de fazer as passas de frutas. O seu Jones e a dona Lourdes começaram a contar que, quando eles começaram, eles também plantavam na roça dos outros, e a terra deles era uma terra morta, que não dava mais nada. Agora todos eles, toda a família, trabalha dentro da propriedade, e até tem que contratar gente de fora, de tanto trabalho que tem, e tudo em sistema agroecológico. Vendo isso eu fiquei com mais garra (Del).

Desde que voltou dessas viagens, Del começou a fazer experiências no próprio lote, acreditando que aquele sistema poderia produzir mais do que o sistema tradicional que utilizavam habitualmente:

Na primeira área que a gente pegou, quando os lotes foram divididos, eu resolvi cortar os capim e amontoar; em vez de botar fogo, fui botando em cima. Mas eu ia para a roça, e pensava comigo: “Será que isso vai dar certo”? Quando o povo perguntava, eu respondia com confiança: “Dá certo, sim”. Mas eu ficava me perguntando: “Será”? E ia fazendo. Eu baixava o facão, o povo queria botar fogo, mas eu não deixava. E não tinha assessoria nem nada, era por minha conta que eu ia fazendo. Quando o feijão de corda começou a sair e a gente começou a colocar os pauzinhos, eu disse: “Rapaz, o negócio dá certo mesmo!” E aí plantamos aipim; e só de um pé de aipim a gente tirou 7 kg! Pronto, aí apareceu a formiga. O povo queria botar remédio [agrotóxicos], mas eu não deixava. A gente cavava mais, ia atrás do coração do formigueiro. Era mais uma coisa minha, mas o marido também me acompanhava, e os filhos, todo mundo (Del).

A decisão de trabalhar dessa forma foi também pelo esgotamento do sistema anterior. Com as capacitações, ela descobriu que poderia “ir tentando” algo diferente, que pudesse restaurar a fertilidade dos solos e aumentar a produtividade do sistema como um todo.

A decisão firme mesmo de trabalhar nesse sistema eu fui tomando no decorrer da vida. Porque a gente trabalhava num lote de menos de 2 hectares, a vida toda, e essa terra estava morta, não dava mais nem mandioca. A terra ficou de um jeito que nem mato não nascia mais. Porque era tanto fogo, tanto adubo, tanto veneno pra formiga. A terra, quando recebe assim tanta coisa, ela não agüenta, ela morre, porque a gente mata

¹⁰⁵ Ver nota de rodapé nº. 63 sobre Ernst Götsch.

todos os microorganismos dela. Aí eu aprendi, pelo trabalho com o SASOP e com o sindicato, que, quando uma terra começa a ter um sapé, ela está pedindo socorro, e a gente começa a fazer uma cobertura morta, umas plantas leguminosas; ela se transforma, ela reage, ela tem uma vida. E eu fui observando. Porque para trabalhar nesse sistema, a gente tem que ir observando, não adianta só trabalhar se não observar; a gente vai sentindo o que está dando certo e o que não. Quando eu comecei ver, eu comecei a ter a segurança de dizer: a gente tem que ir por aí mesmo, isso que vai dar certo (Del).

A partir dessas experiências, quando elas conseguiram a área para o roçado coletivo, Del propôs ao grupo de mulheres que usassem o mesmo sistema: não derrubar a mata indiscriminadamente, não queimar, não usar adubos químicos nem veneno, deixar cobertura morta, fazer “o manejo” (poda ou corte seletivo de espécies dentro da mata, de acordo com o objetivo da produção). As mulheres concordaram, e apesar da insegurança delas mesmas, da descrença de muitos homens, e das dificuldades técnicas encontradas, o roçado consolidou-se. Elas contam, por exemplo, que mais de uma vez encontraram animais soltos (jêgues) destruindo a área que elas tinham plantado; diante de suas reclamações, os homens diziam que tinha sido um acidente, mas elas acreditam que era um tipo de boicote, que eles tinham feito de propósito. Relataram as dificuldades que passaram para aprender a fazer compostagem, a usar as caldas biológicas em lugar de adubação química, a combater as formigas, os diversos erros que cometeram no início. Mas também relataram os aprendizados.

A gente começou do zero; a gente não tinha praticamente nenhum recurso; a gente quis fazer a roça sem queimar, sem fogo; e isso era um risco, era assustador; quando deu formiga, não podia colocar veneno; a gente começou a plantar uns matinhos, e colocava nos formigueiros, e o roxinho, e o comigo-ninguém-pode, e isso matava as formigas. Agora já temos um hectare e meio de planta já pronta, tem um monte de planta, tudo já botando; já tiramos mandioca, feijão, já fizemos farinha. Fora o cacau, cupuaçu, pimenta. A gente está na luta. [...] Peço a Deus que a gente cresça. A gente faz remédio caseiro, adubo das nossas plantas; a gente não usa adubo químico – só usa o que a gente faz (integrante do grupo de mulheres da Dandara).

Elas trabalham no roçado coletivo um dia por semana, e, nos demais, no lote da família. Uma questão importante para elas é a cooperação, a forma de dividir o trabalho: de maneira semelhante ao que é feito em Mulungunzinho, cada uma faz aquilo de que mais gosta, e decidem em conjunto como organizar-se para dar conta das tarefas que são necessárias. O grupo do assentamento Dandara começou com 20 mulheres; chegou a ficar somente com quatro, e, após dez anos de trabalho conta com 30 participantes, sendo onze no trabalho da horta. As demais se organizam em função de outras atividades: há um grupo que cuida do galinheiro comunitário; um grupo das jovens que faz atividades culturais e

discute seus problemas específicos; e um grupo de artesanato que faz trabalhos como crochê, tricô e bordados. Em paralelo, há discussões sobre as questões das mulheres, sobre a necessidade de participação no movimento sindical, e sobre outros assuntos como o uso de plantas medicinais e práticas de alimentação alternativa.

A história do artesanato merece um destaque: no início de 2007, a partir de uma indicação da organização não-governamental SOS-Corpo, de Recife, o Grupo de Mulheres da Dandara foi contemplado com um prêmio em dinheiro da Fundação Ford, em reconhecimento pelo trabalho de melhoria da alimentação realizado no assentamento. Discutiram entre elas como utilizariam os recursos do prêmio, e decidiram que uma parte seria destinada à compra de instrumentos de trabalho para o roçado; e com o restante, comprariam materiais para dar início a um grupo de artesanato. Segundo Del, esse era um sonho antigo das mulheres, uma atividade à qual a maioria delas nunca tinha podido dedicar-se; era como se fosse um “*luxo*”, um lazer, um momento de puro divertimento. Ana Celsa, técnica do SASOP que acompanha o grupo, relata que quando os materiais chegaram (linhas, agulhas, tecidos), conforme elas iam abrindo as caixas, ficavam encantadas, seus olhos brilhavam, os sorrisos estampados nos rostos. “*Elas pareciam crianças. Diziam: A minha vida toda eu quis fazer bordado e nunca pude! E agora nós estamos podendo fazer isso com o dinheiro que ganhamos com o nosso trabalho*”.

O grupo passou a se reunir na casa de uma delas, uma tarde por semana. As que tinham mais conhecimentos ensinavam às demais; a maior dificuldade, para elas, era lidar com os materiais delicados; algumas comentavam que a “*vista cansada*” e que as mãos calejadas pelo trabalho na lavoura não eram apropriadas para esse tipo de atividade, mas continuaram no grupo “*pelo gosto de aprender*”.

O orgulho por terem obtido o prêmio é muito grande, e o fato de ser um reconhecimento que veio de fora do assentamento também significou uma afirmação do trabalho dela junto aos companheiros e às famílias. Por outro lado, a opção pelo artesanato foi como um símbolo da própria autonomia. Mesmo com tantas necessidades, elas optaram por uma atividade de lazer, que poderia ser considerada pelos outros “*uma bobagem*”, uma coisa desnecessária; mas, sendo importante para elas, decidiram realizá-la, e assim o fizeram.

A partir da experiência do roçado coletivo, muitas mulheres passaram a usar os mesmos procedimentos no trabalho em seus quintais, nos “*arredores da casa*”; porém, o

avanço desse estilo de agricultura para o conjunto da propriedade tem esbarrado na discordância dos maridos, que muitas vezes se consideram os “donos” das áreas de roçado.

A gente trabalha desde o quintal até toda a propriedade, tudo. Se a gente a gente fizer só uma parte, a gente não está sendo agroecológico. O quintal faz parte, mas a roça também, é um sistema. Até os animais fazem parte, os grandes e os pequenos, tudo, os remédios, a ração. Em tudo a gente tem que se livrar dos químicos e do mercado. Aproveitar tudo o que a gente tem na propriedade, para não ter que comprar. [...] Tem pessoas que só usam o orgânico no quintal; mas isso é porque o homem não quer usar a agroecologia, porque o parceiro não quer, e ele acha que a roça é dele. Então ela faz só no quintal, porque no resto ela não manda, não é dela (Del).

Tanto em Dandara como em Mulungunzinho, as mulheres que participam do grupo produtivo são unânimes em defender que a área coletiva seja um espaço só delas. Os maridos podem participar eventualmente, a pedido delas; e mediante pagamento de diária, para a realização de algumas tarefas (algum serviço mais pesado, como destoca) – desde que fique bem claro que é uma relação profissional, na qual elas têm o poder de mando. São dois os argumentos usados para a preservação desse espaço: por criar uma sociabilidade específica na convivência entre as mulheres, uma vez que é um espaço onde elas se sentem à vontade, livres de constrangimentos; e por ser uma oportunidade de aprendizado técnico e gerencial, que no âmbito da produção familiar seria mais difícil conseguir, uma vez que os homens geralmente monopolizam as informações e controlam o processo de trabalho.

Tem gente que diz assim: “Por que vocês não botam os maridos de vocês ali” [no roçado coletivo]? A gente não bota, porque a gente sabe que vai gerar muito conflito, porque nós temos uma visão diferente. Eles não tiveram essa capacitação de trabalhar com agroecologia, o negócio deles é queimar, é desmatar, é tirar toda a sujeira, e para nós não é assim. Na agroecologia não tem isso. Na agroecologia a gente sabe que tem que ter mesmo cobertura no solo, o que a planta colheu do solo ela tem que devolver, cobrindo o solo, se decompondo, e eles não têm essa visão. Outra coisa, eles vão querer ficar impondo, vão querer ficar dizendo: “Não, você vai fazer isso, você vai fazer aquilo, isso não é assim, você está errada”, e para evitar essas coisas, a gente acha melhor ficar só, cada um lá no seu cantinho. Quando precisa de algum vir aqui, dar uma mãozinha de obra à gente, a gente tendo com o que pagar, a gente paga. E não tendo, a gente diz: “Olha a gente não está com dinheiro para pagar, e está precisando de fazer isso”. Alguns maridos vêm ajudar, [...] mas tem uns que não vêm, que não querem nem saber (Francisca Lourdes).

Às vezes o povo pergunta: “Cadê os maridos de vocês, vocês morrem de trabalhar nessa roça e cadê eles que não vêm para contribuir”? A gente responde: “Olha, isso aqui foi uma conquista nossa. Eles têm outras atividades. Isso aqui fomos nós que decidimos e queremos que seja assim.” [...] A gente tem muita preocupação de não perder uma coisa é nossa, que

a gente conseguiu com tanta dedicação, com tanto esforço. A gente não quer que eles venham e tomem conta (Neneide).

Os homens costumam muito se unir, para planejar, para fazer as coisas (até para algumas coisas que não chegam nem no ouvido das mulheres – como tomar cachaça, sair com outras mulheres); então nós mulheres vimos que era preciso também nos reunir para ser cúmplices umas das outras; por isso a gente tem um grupo, para aprender umas com as outras, e buscar saber os nossos direitos, porque às vezes a gente não tinha quase com quem conversar. [...] É uma coisa que elas [as mulheres] foram buscando, e foram entendendo, elas viram qual era a sua identidade. Elas foram se reconhecendo, através desse grupo. Não é só a questão de ter um recurso. O que a gente ganha de dinheiro com o grupo nem é muito, não é satisfatório; mas o conhecimento, isso que elas estão sentindo, é muito mais que qualquer projeto possa trazer. Depois elas podem chegar em casa e dizer: eu também sei do que você está falando (Del).

Para as jovens, em particular, o grupo de mulheres e a área coletiva do roçado funcionam como um laboratório onde elas se fortalecem para poder participar, no futuro, em melhores condições, da discussão da gestão da propriedade. Algumas afirmam que, até então, nunca haviam pensado em permanecer na agricultura. Mas quando tiveram a oportunidade de experimentar livremente a condução de uma área, e de aprender a pensar o processo produtivo como um todo, se deram conta de que valia a pena ficar.

Eu não era muito fã de trabalhar na terra, fiz uns cursos, mas não gostava. Eu achava que não queria ser agricultora. Mas depois que eu vim para o grupo de mulheres, eu vi que não era tão difícil. É só ter organização e saber usar o nosso espaço. Daí que eu vi que dá para tocar em frente, firme e forte, com o apoio das outras. [...] Não é tão complicado. Eu achava que não ia conseguir, no começo foi difícil trabalhar na terra o dia todo, minha mão ardia, depois com o tempo a gente percebe que isso é uma coisa só da cabeça, pois tendo prática tudo vai melhorando. É uma coisa que está no sangue. Eu antes não me apresentava como agricultora. Agora, sim, eu posso dizer que sou agricultora mesmo (jovem participante do Grupo da Dandara - A).

Algumas estavam analisando a possibilidade de participar do programa federal de crédito fundiário “Minha Primeira Terra”, específico para jovens, para obtenção de um lote em seu nome. Seria uma forma de continuar na agricultura, mas na condição de proprietárias.

Eu estava ali mostrando para um rapaz o trabalho que a gente fez, a nossa roça, mas ele duvidou que fosse só das mulheres. As pessoas duvidam, acham que não foram as mulheres que fizeram; infelizmente não são só os homens que duvidam, as mulheres também. Acham que a gente devia estar só varrendo, cozinhando, cuidando de filho, lavando, mas que não poderia ter uma coisa nossa mesmo (jovem participante do Grupo da Dandara - B).

A gente está acostumada a ver na família que os homens é que trabalham na roça, e a gente fica em casa, ou então só vai lá quando eles chamam.

Então para quebrar isso é complicado, a gente viu isso desde criancinha. Eu me preocupava muito: “Eu, cuidar de uma roça sozinha?” Pelo fato de não ser casada, não ter um parceiro. Eu achava que eu não iria conseguir. Depois de trabalhar no grupo de mulheres eu disse: “Mulher é capaz de tudo, e eu sou mulher, eu vou conseguir” (jovem participante do Grupo da Dandara - A).

Na opinião de Del e de Ana Celsa (do SASOP), a participação no grupo de mulheres mostrou as essas jovens a existência de alternativas de inserção nas atividades agrícolas, que não aquelas tradicionais; mostrou que elas poderiam ter um papel ativo, não apenas como mão-de-obra dependentes dos parceiros, mas como “cabeças” do empreendimento, e que essa opção poderia ser melhor do que a de ir para a cidade, onde só conseguiriam trabalhos menos qualificados. É uma mudança de perspectiva bastante significativa para essas jovens, que pela primeira vez vislumbram a possibilidade de permanecer no meio rural como agricultoras, mas sem estar em uma posição subordinada aos homens.

Tanto no assentamento Dandara como em Mulungunzinho existem outras famílias que trabalham de forma agroecológica, nas quais os homens também estão envolvidos, ou mesmo estão à frente dos empreendimentos. Algumas famílias iniciaram na mesma época que os grupos das mulheres, fruto dos trabalhos das entidades de assistência técnica; outras, um pouco depois, já influenciadas pelo trabalho realizado por elas. Elas relatam a existência de vários tipos de colaboração prática entre esses grupos (trocas de informações, de mudas e sementes, comercialização conjunta), e apontam para a necessidade de se estreitarem essas relações para fazer crescer a consciência sobre as questões ambientais nos assentamentos.

6.3 ZINALVA E O GRUPO DE MULHERES DA APEPA

A história do encontro de Zinalva e Pedro (seu marido), que vivem no Pará, com a agroecologia, é bem diferente daquela dos grupos de Mulungunzinho e do assentamento Dandara. Como muitos agricultores ribeirinhos da Amazônia, durante algum tempo eles combinaram o roçado (feijão, milho, mandioca) com a coleta de produtos da mata (em particular, o açaí), assim como a caça e a pesca para sobreviver. Ela e o marido, no entanto, já vinham trabalhando em um sistema de preservação (baseado no cultivo consorciado de várias espécies junto com a mata nativa) desde muitos anos, embora não usassem a expressão “agroecologia” para defini-lo. Quando, nos anos 2000 e 2001, “foram descobertos” pelas entidades de assessoria (como eles dizem), suas experiências já estavam bastante consolidadas. A sua motivação para trabalhar dessa forma foi a busca de

melhores condições de alimentação e de sustento para a família, pois haviam passado por muitas privações desde crianças.

Nós todos sempre fomos pessoas muito carentes, tanto a minha família, da minha mãe, como a família do Pedro. Nós passamos por dificuldades sérias de alimentos. E nós sonhávamos em poder dar uma vida melhor para os nossos filhos, pelo menos no sentido de ter o que comer. Então nós começamos a nossa luta aqui, em busca de alimento. A gente não sabia, naquele momento, que o que a gente fazia era agroecologia (Zinalva).

Apostar na diversidade como uma forma de fazer render ao máximo o pedaço de terra que dispunham apareceu para eles como a única opção. As primeiras experiências foram muito difíceis por contarem apenas com a própria mão-de-obra, e praticamente nenhum recurso para investir.

Quando eu vim para cá, o Pedro já estava. Era uma área só de espinho, era abandonada. O Pedro já tinha feito um primeiro trabalho aqui, plantando banana. Nós resolvemos não queimar e não fazer roça, porque a gente via o que os nossos pais tinham feito, e via que isso não dava certo. A gente queria alguma coisa que durasse. [...] Aqui não tinha açai, foi a gente que semeou. Foi semente por semente; hoje são dezoito hectares de açai produtivo. O povo achava que a gente era doido. O açai não tinha comércio, só o palmito. [...] A gente plantou açai no começo só para tomar, só para nós; depois é que vimos que dava para vender. Tivemos dificuldades, no início. Começamos com banana, e demora oito meses para produzir, e nesses oito meses a gente não tinha com o que comprar, e nem o que vender. A gente trabalhava o dia todo, então à noite o Pedro caçava e pescava. Era o que a gente comia no outro dia (Zinalva).

Os meus pais usavam aquele sistema de roça, do “queima e arranca”. Eu achava que aquilo não era legal para mim. Quando eu comecei a trabalhar assim, misturando tudo, eu era muito criticado, porque eu vivia de doação de caroço de açai. Naquela época o açai não tinha comércio, não tinha valor nenhum. Eu apostava nele, eu sabia que no futuro seria o ouro, como já está sendo, graças a Deus. Eu ia com vergonha na casa das pessoas, e pedia os caroços. As pessoas davam, mas me criticando. [...] Eu fazia umas picadas e dentro dos quadros e com um paneiro [cesto] no ombro, eu ia semeando. Depois eu brocava, plantava banana; eu arrancava as bananas nas roças dos outros, e em troca pedia as mudas. Depois eu dava a primeira limpeza na banana, e cuidava os açazeiros. Com o tempo, coloquei seringa, e fui botando outras coisas (Pedro).

A busca de informações com outros agricultores, o senso de observação e os conhecimentos que já tinham sobre o ecossistema local permitiram que conseguissem sobreviver e que fossem consolidando a sua maneira diferente de conduzir a área.

Não sei se é um dom ou uma vocação, mas eu sempre tive uma amizade muito grande com as pessoas idosas, e elas contribuíram muito para o meu trabalho. Eu sempre gostei de conversar, de indagar. Vou perguntando. Nesse terreno aqui já teve muitas coisas que hoje em dia não existem. Eu resgato isso, trago o que não tinha mais. Vários paus. Mesmo fazendo

minhas pesquisas, no chão, eu vi muitas coisas que não tinham mais, e resolvi trazer para cá (Pedro).

Como foi relatado no capítulo anterior, em 2000 Pedro e Zinalva envolveram-se em uma disputa na comunidade sobre a questão da pesca predatória, que resultou na criação da associação, a APEPA. Nesse processo, aproximaram-se do IBAMA, da prefeitura local e de entidades de organização da agricultura familiar – sindicatos, movimentos de mulheres. Foram convidados a participar de um diagnóstico ambiental no município, quando tiveram a oportunidade de conhecer toda a região. Segundo Pedro, foi a partir desse momento que técnicos do estado e das ONGs começaram a valorizar a forma como eles trabalhavam. Começaram a procurá-los para conhecer melhor o seu sistema, trouxeram pessoas de fora para visitar a área, levaram-nos para participar de discussões em outras regiões.

Foi então que eles próprios (Pedro e Zinalva) perceberam a importância do que vinham experimentando. Era uma agricultura de resistência feita com a mata em pé, que ajudava a frear o processo de degradação ambiental que estava ocorrendo na região. Eles se contrapunham a um sistema que havia muitos anos era empregado pelos demais agricultores – derrubar, queimar, fazer roça, substituir a mata por criação de gado. Muitas vezes essas atividades eram realizadas de forma intensiva, sem que se desse tempo para o solo se recuperar. As atividades de coleta, embora fossem fundamentais para a sobrevivência dos agricultores, não eram valorizadas, eram consideradas atrasadas e algo que não traria a prosperidade à região.

Em 2003, com o financiamento de uma entidade de cooperação do governo alemão, a Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ), Pedro teve a oportunidade de fazer um estágio sobre agrofloresta, por um período de quinze dias, na propriedade de Ernst Götsch, no sul da Bahia (semelhante ao que Del tinha feito). Voltou de lá convicto sobre a validade do que eles vinham experimentando em sua área de trabalho, porque o mesmo estava sendo feito em outras regiões, com resultados positivos. Ernst Götsch e sua esposa, Renata, especialista em alimentação, vieram outras vezes ao Pará, onde participaram de cursos e seminários na região. Essas passagens deles por ali deixaram profundas marcas em Zinalva e Pedro.

O meu contato com ele foi aqui, ele veio várias vezes. A gente sentava para conversar, na janta, em todo o canto. Ele é uma pessoa excepcional. Trabalha a questão de gênero de uma forma muito boa, é aquele tipo de pessoa que levanta da mesa já com seu prato para lavar. Se você estava aperreada na cozinha, porque eram muitas pessoas para atender, ele ia lá e ajudava; e ele cozinha muito bem. Processamento de soja, da castanha do Pará, fazer o queijo da castanha, tudo isso eu aprendi com ele; extrair o

queijo da soja, tudo. Ele é uma pessoa que sabe, e não tem problema nenhum em passar o que ele sabe para as outras pessoas. E ele é muito sincero também. Depois veio a esposa dele, a Renata, trabalhou com a gente a questão dos aditivos químicos. Ela deu um curso aqui, fez um trabalho muito gostoso com a gente. Já fiz muitos cursos, mas esse foi um dos melhores (Zinalva).

Alguns segredos do trabalho que eu fazia, eu não sabia, eu aprendi com ele. E ele diz que aprendeu muita coisa comigo. Ele é uma pessoa em quem eu confio muito. Aprendi com ele a conhecer as árvores doentes, renovar a árvore, eu não sabia. Hoje em dia eu faço isso direto, aqui e em outras propriedades. Se você renova uma árvore que pensa que não presta mais, ela cresce muito mais rápido do que se você fosse plantar outra, e fica bonito. Eu também tenho muita coisa para aprender. Se eu pudesse, todo ano eu encontrava com ele. O trabalho não era numa mesa, numa sala. Era todo no mato, com chuva, com vento, seja o que seja, você está lá (Pedro).

Em 2005, Zinalva foi convidada pelo Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA) para uma viagem de intercâmbio à Nicarágua, com o objetivo de conhecer experiências camponesas com agroecologia. Embora impressionada com a força de vontade dos agricultores de lá, que, apesar da pobreza e do analfabetismo, “*ao invés de desmatarem tudo para criar gado, como fazem as pessoas daqui, plantam de tudo um pouco e não passam fome*”, ela se incomodou com a pouca participação das mulheres.

As mulheres de lá não participavam, e que a gente questionava o porquê. Só em uma comunidade foi uma mulher que apresentou a experiência. Nas demais, as mulheres estavam na cozinha e os homens na reunião. Nessa comunidade onde a mulher apresentou, o trabalho era mais desenvolvido que nas outras. É aquilo que eu dizia antes, quando as forças se unem, quando as mulheres participam, o trabalho vai melhor (Zinalva).

Zinalva reconhece as dificuldades que se impõe para que as mulheres possam manter sozinhas uma produção agroecológica, principalmente pelo esforço físico exigido; a proposta é trabalhar em conjunto com os demais membros da família, mas isso não exclui a capacitação para as mulheres.

Algumas mulheres acham difícil, eu mesma acho difícil, trabalhar o dia todo, fazer uma broca, como eles trabalham. Das mulheres, só temos a Auxiliadora que aceita o desafio, e segura mesmo, trabalha o dia todo junto com os homens. Em broca, em poda. Os SAFs [sistemas agroflorestais] dela foi ela mesma que construiu. Do ponto de vista do trabalho físico, do cansaço, é mais difícil trabalhar assim. Chega no final do dia, a gente está com calos nas mãos, estourando sangue. A Auxiliadora sofreu muito. E sempre é mais difícil, não é só na implantação. Exige mais esforço físico, a broca seletiva e a poda. Porque você tem que subir na árvore, e cortar lá em cima, onde você não tem sustentação, não tem apoio. É um esforço danado. E também tem que ter coragem. As pessoas fazem porque estão convencidas de que no médio prazo vai valer a pena. Elas pensam: “eu não preciso derrubar as plantas, e no futuro, elas me ajudam” (Zinalva).

Em 2005, após a realização de um diagnóstico sobre as condições de produção na comunidade de Monte Sião, onde moram, feito com o apoio de uma pesquisadora da empresa de extensão rural estatal, Zinalva começou a organizar o grupo de mulheres da associação. Naquele diagnóstico tinha ficado claro que era necessário criar atividades que ocupassem a mão-de-obra e gerassem renda durante o período da entressafra do açaí (de janeiro a junho), pois nessa época muitas famílias passavam dificuldades.

Criou-se o grupo e começamos a trabalhar o artesanato; como essa época do ano é chuvosa, pode-se trabalhar dentro de casa. A gente faz cestaria com vários tipos de cipós muito comuns na região. Tomando cuidados, de uma forma não predatória. Outra coisa que a gente faz é o viveiro de plantas nativas. Nessa época, tem muita semente: taperebá, caju vermelho, cacau, bacuri, cupuaçu. A gente seleciona as melhores sementes e leva para o viveiro; leva parte do composto que temos aqui, e usamos também a terra preta. Quem faz isso são as mulheres, para depois ter muda para reflorestar. Fazemos também as biojóias. Juntamos e limpamos as sementes, secamos no sol, tudo artesanal, a gente não dispõe de nenhuma máquina. É tudo nesse período: tem as sementes, a gente tem tempo, tem necessidade de recursos, está chovendo (Zinalva).

O grupo vem trabalhando também com práticas de alimentação alternativa, cuja proposta principal é o aproveitamento dos recursos existentes na região. Zinalva conta que aprendeu a trabalhar assim vendo as mulheres da sua família lutando para sobreviver com muitas crianças e pouco dinheiro.

A gente passou muito aperto na vida, na minha família de origem. Quando tinha necessidade, ia para o mato, tirar açaí. A gente levava o cesto para trazer o açaí, e um saco plástico, um vasilhame qualquer fechado; tem uns carangueijinhos – sarará – a gente coletava esses sarará, mamãe escaldava e temperava com chicória e alfavaca, e fazia uma farofa, para a gente tomar com açaí. Desde lá já vinha essa questão de aproveitar o que se tem. A gente não tinha idéia de nutrição, de nutriente, nada disso. A gente precisava comer, porque tinha fome, e ao nosso redor tinha coisas que a gente podia comer. Ia inventando. [...] A gente foi adaptando: se não dá para comer cru, vamos cozinhar, fritar, assar, vamos tentando. A gente cria a própria universidade da gente, porque é a gente desenvolvendo o saber da gente, o aprendizado, de acordo com a nossa realidade e com a necessidade. Naquele tempo, era por pura necessidade. Hoje já é por consciência. De eu saber que o que eu tenho é puro: não tem agrotóxico, não tem aditivo químico, eu posso comer sem ter a menor suspeita – desde que tenha a higiene necessária. [Mostra a mata ao redor do local onde foi feita a entrevista.] Olha só as coisas que tem ao nosso redor, que poderiam nos saciar, caso estivéssemos com fome; tem muita coisa [cita o nome de várias frutas]. Há necessidade de a gente sair daqui, andar, ir até S. Domingos [sede do município], para comprar pão? Ou uma maçã? É claro que não. Então eu comecei a observar isso. Eu via minha avó fazendo muita coisa: geléia de cacau, sabão, tudo ela fazia. Você vai juntando as peças. Minha tia, minha mãe, minha avó, dessas experiências, você vai criando a sua própria forma de fazer (Zinalva).

A proposta do grupo de mulheres (e da Associação também), em todas as suas atividades, além de gerar renda, é resgatar e valorizar a cultura local. Como nos outros grupos relatados anteriormente, aqui a divisão de tarefas procura atender às preferências individuais. Umas fazem o composto, outras fazem mudas de árvores nativas, outras se ocupam da alimentação, outras trabalham com o artesanato, mas “*cada uma faz o que mais gosta e a gente vai se ajeitando*”.

A idéia de fazer o artesanato veio da necessidade de ter uma renda, e na observação, de que hoje tem muito plástico em tudo – e nossa cultura estava se perdendo. Os nossos pais e avós não usavam sacos plásticos, para colocar açaí, ou farinha. Usavam os paneiros forrados de folhas de bananeira, de guarumã, e faziam os seus pacotes. E isso estava se perdendo. Nós buscamos pessoas da comunidade que sabiam fazer, juntamos com quem sabe, e formamos um grupo. É um trabalho também de resgate de cultura (Zinalva).

A propriedade de Pedro e Zinalva passou a ser uma referência em agroecologia na região, uma espécie de “área demonstrativa”. Eles passaram a receber muitas pessoas, a realizar cursos e intercâmbios e foram assumindo, eles mesmos, o papel de multiplicadores dessas propostas. Chegou a um ponto em que essas atividades eram tão intensas, que começaram a atrapalhar a vida da família e o trabalho na propriedade, tanto pelas viagens constantes dele ou dela, como pela alteração da rotina dentro da área. Eles decidiram então, em 2007, reunir as organizações com as quais trabalhavam e estabelecer condições para essas parcerias¹⁰⁶, de forma a continuar a participar do movimento, mas conciliando as atividades públicas com a vida da família.

6.4 EFIGÊNIA

No caso de Efigênia, que vive na Zona da Mata, em Minas Gerais, foi com a participação em cursos e seminários sobre agricultura alternativa promovidos pelo CTA-ZM que ela e Cirley, seu marido, decidiram experimentar práticas agroecológicas em sua própria área. Cirley já havia iniciado o trabalho dessa forma na propriedade de seus pais, quando Efigênia se juntou a eles, por ocasião do casamento. Ela vinha de uma experiência de trabalho convencional, no lote de seus pais.

¹⁰⁶ Foram chamados para essa negociação movimentos sociais, organizações não-governamentais e entidades estatais com quem eles mantêm mais proximidade. Uma das condições acordadas foi que os eventos fossem combinados com antecedência; além disso, ficou estabelecido um valor para a diária a ser paga pelos visitantes, considerando que Pedro ou Zinalva praticamente perdiam o dia de serviço, atendendo-os; além da cobertura dos gastos com alimentação, hospedagem, limpeza da área, etc. Quando os procurei para propor a entrevista com Zinalva para esta tese, ela e Pedro me explicaram a necessidade de cumprimento dessas regras, que foram aceitas por mim.

Meus pais tinham um lote pequeno, um hectare e pouco, sendo uma parte de mata; a gente sempre plantava fora, como meeiros, para complementar. A nossa área de feijão, por exemplo, era pequena, era quase um quintal. Eu trabalho na terra desde criança, nunca fiz outra coisa. Agora que meus pais morreram, meu irmão está tomando conta. Estamos pensando o que fazer com os espaços vazios; tem um pouco de mandioca, de café, banana, mas é pouca coisa. E o terreno que é mata é muito íngrime. O milho e o feijão a gente plantava em outra terra. Ali é uma região de laranja, café (Efigênia).

Na propriedade atual, negociaram com os demais membros da família para produzir de forma ecológica, sem usar venenos e sem queimar, buscando preservar o pouco de mata nativa que ainda existia. Cirley diz que por ser uma região de agricultores pobres, a Revolução Verde não os atingiu com tanta força, pelo alto custo dos insumos e equipamentos necessários; mas a própria condição de serem agricultores descapitalizados, sem condições de investir nas terras, estimula a que o desmatamento seja muito intenso. Com isso, poluem-se as fontes de água, e se empobrece toda a flora e a fauna da região.

Na propriedade da família de Cirley (e agora de Efigênia), de aproximadamente dez hectares, eles costumam deixar a área de plantio coberta com restos de outras culturas, para evitar a erosão; usam composto orgânico; deixam áreas em pousio; apostam na diversidade de atividades e de produtos, incluindo animais; protegem as nascentes dos riachos. Nas lavouras, não usam agrotóxicos nem adubação química; usam métodos de controle manual para amenizar o ataque de insetos; e quando há ataques de outros animais (como é o caso dos pássaros e roedores, por exemplo), ao invés de matá-los, usam espantalhos, armadilhas e outras práticas tradicionais que foram re-valorizadas pela agricultura alternativa.

Um dos princípios que orienta o seu trabalho é o de respeitar a necessidade dos animais silvestres (e de todos os seres, em última instância) de se alimentarem. Por isso é dada muita importância à existência de remanescentes de matas, ao uso de plantas atrativas para pragas, e outras práticas de convivência pacífica com a fauna; se pressupõe que, se os animais não tiverem onde se abastecer, atacam as plantações comerciais.

A gente tenta afastar, fazer com que eles não se aproximem. A gente entende que tanto nós como os animais, todo mundo pode ganhar um pouco. Se eles estiverem prejudicando muito, a gente tem que encontrar outras soluções. Mas todos os seres têm a sua função na natureza (Efigênia).

A maior dificuldade, para eles, está em convencer os demais parentes e vizinhos sobre a necessidade de utilizarem essas práticas, e particularmente, de não desmatar. A pressão para a venda da madeira é constante, e também há um consenso de que

transformar as áreas em pastagens daria mais lucro, pelo menos no curto prazo. Muitos moradores da região sobrevivem realizando trabalhos temporários em cidades próximas, e a agricultura, à qual muitos não querem mais dedicar, passa a ser uma atividade secundária na formação da renda familiar. Forma-se um círculo vicioso: a necessidade de obtenção de uma renda monetária é cada vez maior, quanto mais a agricultura voltada para a alimentação vai sendo abandonada. Efigênia está convencida de que essa situação é insustentável, pois se o meio rural não resistir, a devastação será maior e ficará muito difícil a sobrevivência dos que permanecerem; uma forma de reverter essa situação seria a valorização dos produtos alimentares. Mas esta questão esbarra na necessidade que todos sentem de “*ter dinheiro na mão*”.

Renda é ilusão, mas precisa ter um amadurecimento para entender isso, porque as pessoas valorizam mais uma televisão, uma roupa bonita. Precisa computar não só a renda em dinheiro, tem que contar o que está produzindo. As pessoas acham que renda é só salário, Bolsa Família¹⁰⁷, o que vende, o dinheiro vivo (Efigênia).

Nos anos 2000, ela e Cirley começaram a participar dos diagnósticos nas comunidades para construção do plano de desenvolvimento do município (dentro da proposta da Agenda 21¹⁰⁸); passaram a ter uma visão dos problemas da região para além da sua propriedade, e foram se tornando cada vez mais militantes da causa ambiental também por perceberem que não conseguiriam resistir na agricultura se estivessem isolados. Temas como a proteção das nascentes, o destino do lixo, o uso do solo, o uso da água, as queimadas foram as questões que mais marcaram Efigênia nesse processo de se construir uma visão de futuro para a região.

Dentro da Comissão de Mulheres do sindicato, a opção foi priorizar a discussão sobre o sistema agroalimentar em uma perspectiva de resgate dos conhecimentos locais, das práticas de alimentação que haviam sido abandonadas pelas famílias, em função da compra de produtos industrializados. Na casa de Efigênia e Cirley, por exemplo, quase toda a alimentação é proveniente da própria propriedade: arroz, feijão, milho, mandioca, aves, porcos, frutas, verduras, mel, açúcar, café. Para Efigênia, essa é também uma forma de resgate da “*dignidade camponesa*”, de valores associados a um modo de vida no campo

¹⁰⁷ O Bolsa-Família é um programa de transferência de renda criado pelo Governo Federal em 2003 para auxiliar as famílias mais pobres; estando enquadradas dentro dos critérios do Programa, as famílias passam a receber, durante um certo período, um valor mensal em dinheiro (normalmente entregue às mulheres), desde que cumpram determinadas condições: mantenham as crianças nas escolas, levem aos postos de saúde para receber vacinações, por exemplo.

¹⁰⁸ A construção da Agenda 21 foi estimulada pelo Ministério do Meio-ambiente após a realização da Eco-92 no Rio de Janeiro, como uma forma de mobilizar as comunidades urbanas e rurais para tomarem consciência dos principais problemas ambientais existentes e proporem soluções de compromisso para a sua solução; envolve a sociedade civil, governos e empresários.

que ela considera importante reafirmar. Mas ela não abre mão de que essa discussão seja feita paralelamente à questão de uma divisão mais eqüitativa do trabalho doméstico entre homens e mulheres.

É muita injustiça se só as mulheres ficarem com o trabalho dentro de casa, além da roça. Por que o homem não pode cuidar de um menino, fazer uma comida, lavar uma roupa? Tem homem aqui que não levanta da cadeira nem para pegar um copo d'água. Se ficar tudo nas costas da mulher, não funciona. A gente discute isso muito na Comissão [de Mulheres]; não é porque sempre foi assim que tem que continuar, não tem lei nenhuma que obrigue que isso seja assim (Efigênia).

Essas questões têm sido levadas também para a Escola Família Agrícola (EFA) Paulo Freire, criada como resultado desse movimento, que segue o regime de alternância e é focada na agroecologia. Tanto Efigênia como seu esposo são membros do conselho da EFA. Para eles, apostar na viabilidade da escola é apostar na criação de uma outra mentalidade entre os jovens, convencendo-os da necessidade de mudar a configuração social, econômica e ambiental da região em direção à sustentabilidade, para que a saída da agricultura não seja a sua única alternativa de vida para esses jovens.

6.5 INÊS E BETH

O encontro de Inês e de Beth com a agroecologia, como foi relatado no capítulo anterior, se deu na universidade, participando de grupos de estudantes sobre agricultura alternativa. Beth vinha se interessando pelas questões ambientais desde a escola secundária, no Rio de Janeiro, sentindo-se particularmente sensível à questão da iniquidade na distribuição de terras existente no Brasil. Participou de grupos de apoio à Reforma Agrária, onde também se questionava o modelo agrícola dominante no Brasil, que concentrava renda, destruía os recursos naturais, provocava desmatamento e poluição. Quando formada em agronomia, passou a trabalhar em entidades de assessoria a movimentos sociais rurais em diversas regiões do país, que juntavam estas duas preocupações: a justiça social no campo (concretizada no apoio aos assentamentos de Reforma Agrária) e a construção de experiências produtivas no campo da agricultura sustentável.

Inês relata que os problemas ambientais da agricultura já estavam entre as suas preocupações desde muito cedo. Ela tinha acompanhado o que ocorrera na propriedade da sua família, no interior do Rio Grande do Sul, em uma região muito atingida pelo *boom* da

soja, nos anos setenta, e tinha suas próprias conclusões sobre a forma negativa como essas mudanças os tinham afetado.

A propriedade de meu pai era baseada em policultivo; ele só começou a plantar monocultura com a soja, em uma parte da propriedade; e o trigo, que ele plantava sozinho. Porque antes ele plantava soja no meio do milho, e o feijão no meio do milho. Depois, quando começou a mecanização, eles começaram a monocultura. Isso foi em 1984 [...] Antes, eles usavam muito pouco veneno, só para praga, para inseto, na soja. E não usavam herbicida, nada, nem adubo, só esterco. [...] Eu lembro que ele sempre mencionava que ele tinha uma relação péssima com veneno; não sei bem que ano foi, teve uma grande invasão de gafanhoto. Foi uma coisa muito estranha, parecia aquela coisa da Bíblia, das pragas, os gafanhotos subiam e destruíam tudo. Então ele começou a usar um veneno, um pó, que não lembro o que era, e se intoxicou muito, porque ele usava a bomba, mas sem proteção. E ele ficou muito doente, e para ele isso foi a gota d'água. Ele resistia muito aos venenos. Quando a soja estava no meio do milho, não tinha problema de ter insetos. Só começou a dar problemas, ataques de lagartas, quando ela começou a ser plantada sozinha. Aí o meu irmão pulverizava, mas meu irmão também começou a ter problema de saúde, então nenhum dos dois podia trabalhar com veneno. [...] O que aconteceu lá em casa foi o que aconteceu com todo mundo: se muda de um sistema variado para a monocultura, e tem que usar veneno, depois todo mundo passa mal. Eles sofreram bastante. E passaram a ter que contratar gente para pulverizar (Inês).

A rejeição aos agrotóxicos acompanhou Inês desde essa época; ela conviveu pessoalmente com o mal-estar causado pelas pulverizações, e não aceitava que esse modo de produção fosse o único possível.

Eu me lembro bem a época em que começou a minha revolta com o veneno. Antes eu não percebia muito, mas teve uma época em que começaram a pulverizar demais. Eu era adolescente. Era um pó. A gente morava na beira de um rio, todas as propriedades davam para a beira do rio, e a extensão da área era em direção ao morro. As pessoas pulverizavam o morro e o pó vinha descendo e vinha para cima da gente. Todos os dias, no final de tarde em casa, a gente sentia aquele cheiro do veneno dentro de casa. Aquilo era muito horrível. Eu tinha uma rejeição muito grande a isso. Aí que foi o meu despertar para essa questão. Foi essa coisa de vida, de quase intoxicação diária, que me levou ao movimento ecológico. Eu me lembro bem, eu tinha noção de que aquilo era muito absurdo. Eu lembro da minha mãe, ela plantava feijão, e o cara da loja onde ela comprava o veneno, ele dizia: "Não precisa se preocupar, a senhora pode botar, isso não faz mal". Ela plantou com a mão, e quando a gente foi pegar o feijão para comer, o cheiro era horrível, a gente perguntava: "Mãe, tem certeza de que isso aqui não vai fazer mal?", ela dizia: "Não, lava umas quantas vezes, com o calor vai sair tudo". Eu questionava isso, eu percebia que a qualidade de vida lá em casa tinha ficado pior (Inês).

Inês entrou na universidade em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, primeiramente para o curso de pedagogia; mas seu interesse pelas questões da agricultura a levou à participação em um grupo ecológico, e alguns anos depois, ela passou para o curso de

agronomia. Esse grupo foi fundamental para ela, não só do ponto de vista da discussão sobre as alternativas ao modelo agrícola da Revolução Verde, mas também como um espaço para a definição de sua postura ética e profissional futura.

Quando eu entrei na pedagogia, entrei em contato com o pessoal da agronomia, que traziam essas questões; as fichas foram caindo para mim, e eu fui sentindo necessidade de ficar próxima daquele movimento. De poder intervir na agricultura, nessa perspectiva. Eu nem questioneei, achei que esse era o caminho; eu disse, “É por aí”. Eu acho que temos que fazer outro tipo de agricultura. A minha tentativa de entrar na agronomia foi para mudar isso. [...] [O grupo ecológico] era um grupo muito ligado à base, tinha essa história do conhecimento ser horizontalizado, não tinha as lideranças e “os outros”; uns sabem e os outros não precisam saber, não ia nessa lógica. A idéia era inclusive levar mais conhecimento para os agricultores, fazer essa ponte, e a gente se qualificar também. Não tinha essa história de quem era mais, quem era menos. Isso foi muito definitivo na minha vida profissional e pessoal. Esse contato me marcou, foi o que me legitimou para a minha vida, para ser o que eu sou. E também a questão da educação popular, de ter o conhecimento compartilhado, dialógico, tudo foi com esse grupo (Inês).

Depois de formada, Inês trabalhou por alguns anos em assessorias sobre agricultura alternativa; posteriormente, em meados dos anos 1990, foi viver em um sítio no oeste do Paraná, onde, junto com seu marido, também agrônomo e pesquisador, testou e desenvolveu práticas de transição para a produção agrícola e de criação animal adequadas à agricultura familiar da região. Sua propriedade, tal como a de Zinalva e Pedro, se transformou então em uma espécie de “área demonstrativa”, um centro de referência em agricultura alternativa.

Começou com uma horta, de 1000 m², com canteiros, e aos poucos foi aumentando. A gente ia fazendo controle de insetos, adubação orgânica, e vendendo a produção para conhecidos, para festas na comunidade. Depois começamos a organizar uma feira para comercializar. Eram muitas mulheres trabalhando com hortaliças. Como eu estava produzindo também, participava tanto como agricultora, como também enquanto técnica. Montamos essa feira ecológica em Francisco Beltrão. [...] Além da horta, sempre tivemos galinhas, para consumo e para a venda também, produção de ovos; e começou a história de recuperação de algumas raças. A gente tinha oito raças puras, um trabalho muito legal. Foi buscado no Uruguai e na Argentina, raças que já estavam quase em extinção, e a gente começou a reproduzir para os agricultores familiares, com ajuda da ASSESOAR e da CRESOL [entidades de apoio à agricultura familiar na região]. Uma época chegamos a ter quase mil animais na chácara, de diversas idades, uns nascendo, outros adultos. [...] Nós tínhamos a horta, para venda na feira e para entrega em sacolas. Também vendíamos para supermercados: as hortaliças, as galinhas, os ovos. Mais tarde a gente agregou também ovelhas; fizemos vários experimentos de adaptação de ovelhas, e vendíamos borregos para reprodução. Era um sistema muito bom, em que tudo se complementava (Inês).

Em 1999 ela e seu marido, Paulo Mayer, editaram um livro que se tornou muito conhecido no meio agroecológico: *Manual de alternativas ecológicas para a prevenção e controle de pragas e doenças* (BURG; MAYER, 1999). Nesse livro, que se encontra na 30ª edição e é indicado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), como uma referência básica em agroecologia, compilaram e sistematizaram técnicas ecológicas utilizadas pelos agricultores e agricultoras do sul do país para uso tanto na produção agrícola como na criação de animais.

A experiência com a chácara durou até 2005, quando o casal se separou, e Inês deixou a vida de agricultora, voltando a se dedicar somente às assessorias técnicas. Inês se ressentia de aquele trabalho ter tomado dimensões muito grandes, que sufocavam a sua vida pessoal, e de ter pouco espaço para discutir o gerenciamento do empreendimento. Optou por voltar à universidade, para cursar o mestrado em Agroecossistemas, em Florianópolis, onde fez uma pesquisa sobre a participação das mulheres nas feiras ecológicas do oeste do Paraná, que tinha ajudado a criar. Hoje ela mantém um sítio eletrônico, onde divulga informações e promove trocas de experiências sobre agroecologia, continuando em sua trajetória de estimular a discussão e a validação de conhecimentos em conjunto com os agricultores e as agricultoras, sempre dando destaque para questões que envolvem as mulheres¹⁰⁹.

6.6 IZANETE

Izanete vive na região do Planalto Médio do Rio Grande do Sul, uma das áreas mais atingidas pela Revolução Verde no estado. Seus avós, com quem morava, venderam a terra quando ela era adolescente e foram para a cidade. Ela voltou a morar no meio rural quando casou com Fernando, um pequeno agricultor que plantava soja, mas que, até então, também morava na cidade. Influenciados pelas discussões nas pastorais sociais, eles decidiram tentar a vida “*como camponeses*” e se mudaram para a propriedade da família dele.

Começamos tudo, porque aqui só se plantava soja. Foi uma briga com meu sogro, porque era uma sociedade, com sogro, cunhados; tudo tinha que ser dividido. Foi difícil conseguir um cantinho para plantar o que a gente queria. Meu sogro não concordava. A gente ia dando um jeito; plantava milho no meio da roça, e quando a terra ficava meio alagada, e não dava pra plantar soja, a gente plantava outra coisa. Naquela época ainda se conseguia umas sementes crioulas. A gente foi ajeitando horta, plantando coisas. Só nós

¹⁰⁹ O endereço do sítio eletrônico é: <http://agroecologiaealternativasecológicas.blogspot.com> (acesso em dezembro de 2008); ver também BURG (2005) e BURG; MAYER (1999).

dois, no muque. Não tinha luz, não tinha carro. Hoje tem de tudo: leite, soja, e de tudo para comer: feijão, batata, arroz, mandioca, horta, verduras, frutas, mel, plantas medicinais, e também as minhas flores (Izanete).

A participação na militância social – na igreja, no sindicato e no movimento de mulheres – foi o que os aproximou da agricultura alternativa. Em 1990, ela fez um curso sobre agroecologia no CETAP¹¹⁰, em Passo Fundo, a convite do movimento de mulheres, que lhe possibilitou questionar o sistema de produção dominante na região, com o qual já se sentia incomodada.

Nesse curso é que eu fui despertar para essa questão da agroecologia. Eu achava que não tinha mais saída, que não tinha como fazer diferente. E ali eu vi que já tinha experiências que faziam diferente. Isso de veneno sempre incomodou a gente. Basta dizer que veneno é veneno, o nome já diz tudo, não pode fazer bem, incomoda até hoje, é um tormento. Aí eu fui para aquele curso, sobre essa questão da agroecologia, foi muito bom (Izanete).

Fernando também fez um curso semelhante, pouco tempo depois. Eles começaram então a utilizar algumas técnicas alternativas na sua produção: adubação orgânica, o uso de esterco de galinha, de biofertilizantes; métodos mais naturais aplicados à criação do gado (alimentação, saneamento). Segundo Izanete, a lógica era “*aproveitar mais o que se tinha na propriedade*”. Mesmo a saúde da família começou a ser cuidada de forma mais natural, com os remédios caseiros feitos com as plantas medicinais.

A economia da região onde vivem depende totalmente do chamado “complexo agroindustrial da soja”. A soja é plantada com sementes transgênicas, mecanização, adubos químicos, agrotóxicos, em um sistema bastante dependente do financiamento bancário. A comercialização é feita por grandes empresas e cooperativas, e os pequenos agricultores ocupam uma posição subordinada nessa cadeia. Não definem as condições de plantio, as regras de financiamento com os bancos; não conseguem negociar preços com as empresas.

O que se planta sem veneno e sem adubo químico, é só a comida mesmo, é o que é para dentro de casa – e olhe lá. Essa parte são as mulheres que fazem. É o que vai para a feira. Na soja, é todo o contrário (Izanete).

Na área de Izanete e Fernando não é diferente. Apesar de terem resistido durante algum tempo, com a falta de sementes na região, há dois anos tiveram que plantar também soja transgênica. Não é possível financiar a lavoura no banco, por exemplo, se não houver

¹¹⁰ O CETAP foi criado em 1986, em Passo Fundo, RS, a partir de articulações de diferentes movimentos sociais rurais, como um centro para formação em tecnologias sustentáveis para agricultores familiares. Mais informações em: <http://cetap.org.br>. Acesso em: jan. 2009.

comprovação da origem das sementes. E eles dependem do financiamento para custear toda a produção, e para poder ter acesso a algum tipo de seguro agrícola. Mesmo assim, tentam seguir os princípios de uma produção mais natural no restante da propriedade.

Vendemos a soja, o leite, um pouco de milho, tudo para uma pequena cooperativa do município. Para a casa, a gente tem a horta, tem mandioca, moranga, trigo (para farinha), queijo. A maior parte da alimentação é produzida pela gente. Algumas coisas a gente compra de vez em quando. Por exemplo, agora o porco não está gordo ainda, e a banha que tinha acabou. Massa de tomate, essas coisas se compra. Ovo, leite, queijo, macarrão, doces, pães, bolachas, tudo a gente produz. A gente gostaria de poder plantar outras coisas no lugar da soja, para não ter que lidar com agrotóxicos. Mas nessa região é muito difícil. Para ir para uma feira, é longe, a gente gasta muito combustível, para vender nas casas, não vale a pena. O nosso leite é mais natural, porque a gente pode fazer algumas coisas aqui na propriedade. Mas para fazer silagem, por exemplo, é difícil, porque precisa de muita mão-de-obra, e precisa máquina. A gente compra alguma coisa de fora, mas tudo o que puder fazer aqui, a gente faz. A gente usa, por exemplo, aveia branca, para o gado; e tem área de pasto, também. No verão, a gente planta pastagem de verão, e vai indo. Nas coisas para a casa, se usa esterco de peru, galinha. As terras estão enfraquecidas, e a gente limpa com enxada. Menos a soja, que usa herbicida. Não dá para capinar 20 hectares de soja na mão, é inviável. É doloroso, mas é o que é possível fazer. O trabalho é simples, não tem nada de sofisticado, é adaptado àquilo que a gente tem (Izanete).

Desde que assumiu o trabalho com o Movimento de Mulheres Camponesas, Izanete organiza os grupos de base no município em torno de duas questões: a alimentação saudável e o uso de plantas medicinais. Esses dois temas foram escolhidos porque são do interesse imediato das mulheres, e permitem questionar o modelo de produção em seu conjunto.

As mulheres não trabalham na soja. Onde tem máquinas, venenos, são os homens que fazem esse trabalho. E as mulheres não querem mexer com isso; isso não é uma coisa delas. O que elas fazem são as coisas da alimentação, é por essas coisas que elas se interessam. E os chás já estavam meio perdidos, mas todo mundo tem um pouquinho, ao lado da cozinha, umas ervas. Elas sempre sabem alguma coisa, nunca deixaram de acreditar, sempre usaram. E é uma porta para começar a conversar com elas sobre as coisas mais gerais. A gente gosta de trabalhar também o conhecimento do corpo, a apropriação da própria saúde (Izanete).

Izanete avalia que os problemas de saúde estão relacionados com as mudanças na alimentação das famílias, que, por sua vez, tem a ver com a separação entre a produção agrícola e o consumo, mudanças essas típicas da desestruturação do modelo camponês tradicional (o que já foi colocado, de alguma forma, nos relatos das demais entrevistadas). Ela também traz essa discussão para os grupos com os quais trabalha.

Hoje a gente trabalha muito, com as mulheres, isso que a gente chama de alimentação saudável, sem agrotóxico, alimento limpo. Essa questão do agrotóxico chegou num ponto que muita gente usa até ao redor de casa. No pátio, nas flores, na horta, no tomate. Passam Dihtane [um fungicida de contato, conhecido por causar câncer e mutações teratogênicas] no tomate da horta, que é um veneno. Então a gente puxa essa discussão: por que não usa outro tipo de tomate, que não precisa envarar, que não precisa esse cuidado todo? Ele dá pequenininho, mas dá um monte, e os bichinhos não estragam. Parece que não gostam da folha dele, não cortam. Então a gente está puxando esta discussão: o que é mais importante, aquela coisa bonita, grande, ou mesmo que seja pequenininho, mas que seja saudável? E que não provoque nenhuma doença depois? (Izanete).

Ela reconhece que existem várias dificuldades para que as mulheres passem a assumir as práticas agroecológicas no seu dia-a-dia, e que algumas dessas razões estão relacionadas à sua carga de trabalho excessiva na agricultura familiar.

As mulheres têm dificuldade de implementar, mas têm sensibilidade. É difícil por causa da carga de trabalho que elas têm. Às vezes, dessa forma, com veneno, você não tem que ficar tão atento. Mas isso também é da cabeça das pessoas, porque do outro jeito, às vezes, até tem que cuidar menos. E também tem essa pressão do sistema, do modelo, que tem que ter um padrão de aparência nas coisas. Aqui os agricultores compram muitas coisas para comer. Nós também estamos fazendo essa discussão nos grupos. Tem pessoas que lidam com o leite, vendem o leite e compram o queijo industrializado. Compram o frango congelado. O acúmulo de tarefas para as mulheres sempre foi enorme: então, hoje elas procuram fazer menos coisas em casa do que faziam no passado. Porque elas têm que trabalhar em outras coisas, e também porque elas chegaram a essa conclusão: sempre foram elas que tiveram que fazer tudo: o pão, a bolacha, o queijo, o salame. Já que a renda da propriedade não chega na mão dela, ela não pode planejar o que fazer, também certas coisas ela procura não fazer, como se fosse uma revolta (Izanete).

A solução, da mesma forma como foi apontada por Efigênia, seria discutir um modelo de produção “camponês” que considerasse as demandas das mulheres no seu conjunto. Segundo Izanete, se essa discussão não for feita, as jovens continuarão resistindo a casar com agricultores e continuarão vendo a saída do campo como a melhor opção, tal como estão fazendo hoje, “*porque elas sabem que não vão ter a propriedade da terra; e na cidade, pelo menos, elas conseguem ter o salário delas, e ter mais autonomia*”. Mas esse modelo teria que incluir também o conjunto da produção, e não somente o que hoje está nas mãos das mulheres, senão ficaria incompleto.

A gente não quer voltar às coisas como eram antes, porque isso traria mais trabalho para elas outra vez. Não, aí que mora o nó para ser desatado: junto com essa discussão, do fazer em casa, do ter essa autonomia, do saber fazer para não ter que comprar, que também é preservar esse conhecimento, a gente traz a discussão da divisão de tarefas em casa. Não é só delas a responsabilidade. Por que o campesinato está vindo por terra? Porque é uma carga muito grande na costa das mulheres. Hoje a gente quer um campesinato, mas em uma outra discussão. Vai ter que ser

discutido, essa carga não vai ser só das mulheres. Vai ter que ser discutida a divisão de tarefas em casa. Esse é o nó a ser desatado. E elas têm essa dificuldade de convencer o companheiro que ele não vai ser menos homem se ele fizer um queijo, um pão, limpar o banheiro, essas coisas. Porque hoje é tarefa dela: a comida, a casa, a horta, a roça, e ainda as vacas. É uma carga muito grande. Todas têm horta ainda hoje. E é pequenininha, porque não tem espaço para elas, porque eles não dão espaço. Porque a soja tomou conta do resto, ou a pastagem (Izanete).

Como veremos no próximo capítulo, o que Izanete chama de um novo modelo camponês passa, em sua visão e na do Movimento de Mulheres Camponesas, pela luta política contra o modelo atual de agricultura: pelo enfrentamento ao “agronegócio”, às grandes empresas que dominam o processo agrícola atual (especialmente de sementes e agroquímicos, mas não só); às monoculturas de eucaliptos e pinus que destroem áreas que poderiam ser usadas para o plantio de produtos alimentares; e também pelo enfrentamento aos governos, que, por meio das políticas públicas, permitem que tal modelo se consolide e se fortaleça, explorando e expropriando o campesinato. Para ela, essa luta significa combater, ao mesmo tempo, capitalismo e patriarcado, porque são duas faces de uma mesma moeda, que é a “*mentalidade de explorar tudo, as pessoas e a natureza, e de os homens explorarem as mulheres*”.

6.8 ZULMIRA, LOURDES, CARMEN, ROSANE E MARIA: A AGROECOLOGIA COMO LUTA POLÍTICA

Entre as demais entrevistadas, Zulmira e Lourdes relatam terem-se envolvido mais diretamente em lutas ambientais dentro dos movimentos em que estavam engajadas.

Zulmira, participante do Movimento Interestadual de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), sempre associou a luta pela terra à luta por um modelo de produção que não destruísse o ecossistema local. Ela mesma se define: “*sou uma militante da inclusão social e da preservação ambiental*”. Não existiriam quebradeiras se não existissem palmeiras em pé; a luta pela preservação dos babaçuais faz parte, portanto, da formação da identidade das quebradeiras. A partir de sua experiência com um movimento de mulheres focado na questão ambiental, e pelo contato que manteve com mulheres de outros movimentos da Amazônia (castanheiras, seringueiras, indígenas), conclui que elas têm uma sensibilidade maior para a preservação do que os homens. Tal como as ecofeministas essencialistas, ela acredita que as mulheres, por serem mães, seriam mais propensas ao cuidado com a vida.

As mulheres são mais prevenidas do que os homens. São mais preocupadas com a questão ambiental que os homens. A gente, pela convivência da conservação, de não poder fazer isso ou aquilo, a gente sente mais na pele se a terra está sendo ofendida ou não. Se a natureza, os recursos naturais, estão ou não sendo abusados pelos extrativismos. Nós e a palmeira, na qualidade de mães, somos muito semelhantes. Porque aí agrega a qualidade de mãe com o próprio ambiente. Esse ambiente é quem nos alimenta, é quem nos dá o ar, é quem também tem suas riquezas e potencialidades. E a gente é muito semelhante. Nessas questões, é que eu acho que a gente é mais prevenida. Eu quero viver, mas eu quero dar oportunidade; eu quero viver, mas aproveitando a potencialidade e as coisas que nós temos (Zulmira).

Ela possui uma área de pouco mais de um hectare, na região da Baixada Maranhense, onde mantém um sistema agroflorestal, apesar da resistência dos filhos e dos vizinhos, que acham que ela deveria trabalhar de forma tradicional. Zulmira discute com eles sobre o valor de cada coisa, a importância de cada ser em um ecossistema, e a necessidade de eles também preservarem a terra e a mata para os seus próprios filhos e netos. Ela acredita que o consórcio, sem queimar, dando valor a todos os produtos, é a melhor forma de trabalhar: “*Nós discutimos muito isso no movimento. Para poder preservar o ambiente, você não precisa destruir, você pode aproveitar tudo sem destruir. Você precisa ter qualidade, e não quantidade*”.

Lourdes, do MST, participou, nos assentamentos, de várias campanhas contra a utilização de agrotóxicos e por mudanças nos sistemas produtivos. Ela já tinha um entendimento, desde a infância no semi-árido nordestino, de que era necessário cuidar da terra para garantir a sobrevivência. Porém, a discussão sobre a agroecologia enquanto componente de um modelo de produção mais amplo chegou para ela depois, pela participação nos movimentos.

Do que eu lembro da minha infância, a gente não tinha consciência nenhuma dessas coisas. A terra era pra produzir feijão, milho, e era dali que a gente se sustentava. [...] Minha mãe sempre trabalhou de forma tradicional na agricultura, e foi ali que a gente aprendeu. Pelo que eu me lembro, ela nunca usava veneno, e a gente foi acostumada com isso. Até hoje eu sou revoltada no assentamento quando vejo alguém usando, mas não é porque eu aprendi num curso, mas muito mais porque eu vinha dessa trajetória. Minha mãe dizia: “Olha, se a gente não produzir esse ano, a gente vai passar fome, então tem que ter todo cuidado com a terra”. O cuidado era com a terra, para produzir mesmo. Não era esse conceito de meio-ambiente, de defesa de floresta e tal, era muito mais “cuidar da terra”. Por exemplo, esse ano plantava aqui, deixava aqui, descansando, depois a gente voltava para cá. Apesar da terra não ser nossa, a gente dependia dela (Lourdes).

As disputas hoje existentes pela forma de produzir dentro dos assentamentos são vistas por ela como uma decorrência, por um lado, da consciência ambiental crescente de

setores do movimento, e, por outro, da necessidade econômica das pessoas, da falta de apoio às atividades agrícolas pelas políticas públicas, aliadas à dificuldade que muitas pessoas têm em pensar no futuro, quando isso exige ter que abrir mão da pouca renda que podem auferir no presente. Ela considera que, em contextos de extrema pobreza, a proposta agroecológica muitas vezes pode parecer um discurso vazio que não responde às necessidades imediatas das pessoas.

Desde o acampamento, a gente pegava altas brigas. Positivas, digamos assim. Por exemplo, se vai plantar e dá formiga. O pessoal comprava o veneno para a formiga. Vinha o pessoal do MST e fazia curso no acampamento, dizia “Não pode ser assim, a gente tem um jeito diferente de lidar com isso”, e tal. Mas é difícil convencer as pessoas a fazer diferente. Na experiência do assentamento que eu morei, até hoje a gente tem dificuldade de lidar com isso. Não é só com os venenos. Lá tem 900 hectares de cajueiro. Tem que fazer a poda do caju, e invés de só a fazer a poda, eles quase quebram o cajueiro inteiro para vender a madeira, porque é mais um dinheiro que entra. É uma briga permanente. Queimar a terra para plantar também é outra briga. Eles dizem: “Eu aprendi com meu avô”. Isso é muito presente nos assentamentos do MST, é muito forte, não é fácil de mudar. No caso do semi-árido é muito isso: agrotóxico e queimar a terra – são as duas coisas que têm mais impacto na vida das pessoas. Mas quem passa por muitas dificuldades de sobrevivência tem resistência a pensar no futuro, isso parece muito distante; as pessoas pensam mais no imediato. Eu fui a cada dia me convencendo que se a gente não for cuidando disso, no futuro vai ser um problema muito sério, mas isso tem que ser um trabalho de convencimento permanente (Lourdes).

Ela afirma que as mulheres são mais sensíveis para essas discussões, em função de estarem responsabilizadas pela alimentação da família, e também porque são, em geral, mais preocupadas com a saúde, de cuja atenção também são incumbidas. Nesse sentido, o cuidado com os demais, que se transforma em “consciência ambiental”, é visto como decorrência da sua condição de gênero. Lourdes também suspeita que seja mais fácil para as mulheres experimentarem práticas ecológicas porque lidam com uma produção relativamente marginal, que não é dirigida prioritariamente ao mercado.

Elas são muito mais conscientes, tanto nos grupos que eu participei trabalhando, como nos que eu visito, no Brasil inteiro. As mulheres têm muito mais consciência ecológica do que os homens. Acho que isso se deve à questão do cuidado mesmo, de ser uma atribuição delas. Por outro lado, a produção do quintal, das frutas, tudo isso é mais fácil de trabalhar de forma orgânica, porque não é “o econômico”, é para subsistência; não é aquele negócio só para vender. Tem alguns grupos em assentamentos que trabalham com orgânico, onde têm homens e mulheres, mas as mulheres estão muito mais nesses grupos do que os homens. O problema é que ainda são experiências localizadas, que não conseguem incidir sobre o geral (Lourdes).

Carmen, que veio do Pará, também relata que, embora sua família utilizasse práticas que mais tarde vieram a ser chamadas de agroecológicas, a questão ambiental era algo distante para eles.

Acho que a gente tinha uma produção agroecológica, porque eu nunca conheci veneno e nem tampouco outra forma de lidar com as coisas. As coisas que agora o povo ensina como ecológico, a gente já fazia há muito tempo. Nós éramos ribeirinhos, tínhamos uma área de terra um pouco mais distante do rio, e uma parte na beira do rio mesmo. Nós fazíamos a escolha da roça próxima do igarapé, por causa da água. Naquela época a gente não refletia sobre isso. Não se usava veneno, e se fazia tudo para conviver com harmonia com aquilo que a gente tinha, por exemplo: o igarapé servia para colocar a mandioca de molho, para pescar, para pegar a comida (Carmen)

Ela veio a ter contato com discussões mais sistemáticas sobre as questões ambientais no processo de construção do “modelo de desenvolvimento alternativo para o campo”, na CONTAG, na década de 1990. Posteriormente, esses problemas foram retomados pelas comissões de mulheres na pauta da Marcha das Margaridas, em 2000, e ficou claro para ela que eram questões não incorporadas como prioridades na pauta política geral da entidade.

A discussão sobre transgênicos, por exemplo, foram as mulheres que trouxeram, em 2000, na Marcha. Saúde também, incluindo a questão dos agrotóxicos, e dos alimentos saudáveis, e também a agroecologia. De 2000 pra cá, as mulheres têm trazido esses debates para dentro da CONTAG com muita força. Esses temas praticamente só aparecem na pauta das mulheres. Estão na generalidade, no discurso, mas só as mulheres é que têm discutido isso. A pauta da Marcha desse ano [2007] está cheia dessa discussão. Do ponto de vista concreto, são as mulheres que estão fazendo lá na ponta. Vamos fazer um levantamento de experiências agroecológicas construídas pelas mulheres para forçar o debate dentro da entidade. Queremos que as mulheres estejam nas discussões onde se definem as estratégias do movimento sindical, para poder dar mais relevo às questões da agroecologia. São coisas que a gente tem que promover aqui dentro (Carmen).

Rosane e Maria não relataram terem vivenciado processos de transição agroecológica em suas próprias trajetórias como agricultoras. Quando viviam no meio rural, trabalhavam de forma convencional: Rosane, no oeste de Santa Catarina, na propriedade dos seus pais, onde se cultivava grãos, criava-se gado de leite e suínos, além de se produzir cana-de-açúcar e derivados (açúcar mascavo, melado e cachaça); depois de casada, passou a viver na terra de seus sogros, que mantinham um sistema semelhante.

Maria, no sul do Piauí, acompanhava a forma de produzir de sua família, que era a roça tradicional do semi-árido, com milho, feijão, mandioca e algodão. Foi conhecer a discussão sobre agricultura alternativa na universidade, quando cursou agronomia, na Paraíba.

Ambas saíram do meio rural muito cedo, para trabalhar na cidade e estudar, e depois, por terem assumido papéis de liderança em movimentos sociais da agricultura familiar, acabaram não voltando a exercer a profissão de agricultoras. Mesmo assim, hoje respondem por suas entidades em fóruns regionais e nacionais em que as propostas agroecológicas são discutidas, e acompanham a evolução desses movimentos, o debate com os poderes públicos e as propostas que vêm sendo construídas.

Carmen (CONTAG), Lourdes (MST), Rosane (FETRAF) e Maria (MPA) participam da coordenação de movimentos mistos em que o tema da agroecologia não é central, embora este faça parte da proposta estratégica de modelo camponês. Na base de todos esses movimentos existem experiências agroecológicas, e essa discussão está ganhando espaço nas suas instâncias internas. Elas têm consciência de que as pautas dessas organizações não conseguem ainda refletir os problemas concretos enfrentados pelos agricultores e pelas agricultoras que estão efetivamente trabalhando de forma agroecológica, permanecendo o debate, em geral, em um nível mais retórico do que prático.

7 OS SIGNIFICADOS DA SUSTENTABILIDADE PARA AS MULHERES

Nos relatos das histórias de vida dessas lideranças, apesar de suas diferentes trajetórias, identificam-se elementos comuns que refletem a visão que elas têm da sustentabilidade na agricultura e do papel da agroecologia na sua construção. Esses elementos seriam, entre outros:

- a) a reafirmação do modo de vida baseado em formas de organização familiares de produção – chamado por alguns setores de “*modelo camponês*” – como condição de um futuro sustentável no meio rural, desde que se contemple uma outra relação entre as pessoas e a natureza, sendo o enfrentamento político ao modelo hegemônico do agronegócio uma das condições para a implementação dessas propostas alternativas;
- b) a necessidade do reconhecimento da contribuição dos diversos sujeitos na construção desse novo modelo, e em particular, das mulheres, respeitando seus anseios e necessidades; sendo dado como pressuposto que a agroecologia é a alternativa tecnológica mais adequada à consecução desses objetivos, e a que mais favorece a participação de todos;
- c) a necessidade de uma mudança de atitude com relação às questões que envolvem os temas da alimentação e da saúde, importantes componentes do modelo em exame, vistos pela ótica da interação das pessoas com o meio-ambiente; reconhecendo-se os saberes e as experiências das mulheres nesses campos; porém, questionando a manutenção das tarefas dos cuidados (domésticas e de atenção às demais pessoas) como suas atribuições exclusivas.

Ao analisar essas histórias de vida, é possível verificar a forma como os temas da agroecologia foram sendo incorporados na militância feminina. Em muitos casos, a condição de esposas e mães marcará profundamente as preocupações das agricultoras e assessoras, não só com relação à própria família, mas também com relação à comunidade e ao território onde vivem e atuam; é quando se expressa mais fortemente a “*ética do cuidado*” com relação aos demais, a preocupação com a vida das pessoas em lugar dos “*objetivos frios*” geralmente associados ao conceito de desenvolvimento (crescimento econômico, geração de emprego e renda, distribuição dos benefícios). Elas querem fundamentalmente mudar as relações entre as pessoas. Em outros casos, como foi comentado, será uma determinada visão da luta política o que as mobilizará: a necessidade

de mudar o modelo em sua totalidade, construir um futuro diferente, em que as conquistas não sejam pontuais ou localizadas, mas passem a valer para o conjunto da sociedade.

A condição de serem lideranças femininas, em um meio tradicionalmente masculino, leva-as freqüentemente a colocar a questão da visibilidade das suas propostas, e, com isso, da sua própria participação, em primeiro lugar. Elas têm consciência, por sua história nos movimentos sociais, que os pontos de vista das mulheres não são automaticamente considerados, e lutam por esse reconhecimento. Em alguns momentos, enfatizam as questões específicas das mulheres (garantias do exercício dos direitos, acesso a recursos), que querem ver incorporadas nas lutas mais gerais; em outros, expressam opiniões e propostas para o conjunto de temas que afeta a agroecologia. Desta forma, constroem-se enquanto lideranças ao mesmo tempo em que ajudam a dar visibilidade à existência de um ponto de vista das mulheres dentro desses movimentos. Posicionam-se enquanto militantes das causas da ecologia e do feminismo.

7.1 O PAPEL DA AGROECOLOGIA EM UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO RURAL BASEADO NA PRODUÇÃO FAMILIAR

As lutas de resistência em que essas mulheres estão envolvidas – por acesso à terra, ao crédito, à água, à assistência técnica; enfim, por mudanças tecnológicas e de infra-estruturas no campo que ajudem a melhorar as condições de sobrevivência dos agricultores – apontam para um objetivo comum: a construção de um modelo de desenvolvimento que, no meio rural, apoiar-se-ia em outras relações de produção e de apropriação da natureza.

Parte-se da avaliação de que o desenvolvimento do capitalismo no campo, baseado na concentração da propriedade e da renda, tem sido socialmente excludente, destruidor do meio-ambiente e gerador de dependência econômica perante grandes capitais transnacionais. Em contraposição, propõe-se um desenvolvimento baseado em pequenas propriedades organizadas em regime familiar, que produziriam alimentos e outros produtos por meio de tecnologias ambientalmente sustentáveis, o que permitiria todas as pessoas que trabalham na agricultura a viver com dignidade e a realizarem-se pessoalmente.

Alguns movimentos sociais, como aqueles participantes da Via Campesina, têm definido esse modelo como sendo um “*modelo camponês*” – em contraposição a outros movimentos rurais como o sindical, por exemplo, que defendeu, durante muito tempo, a “*inserção competitiva da agricultura familiar no mercado*” (CARVALHO, 2005, p. 21). Ambos

movimentos, no entanto, contrapondo-se à noção de agronegócio: grandes propriedades, grandes capitais privados, homogeneização da produção, exploração da mão de obra mediante relações de assalariamento e/ou outras formas de submissão e expropriação dos camponeses e pequenos agricultores.

Na definição de um modelo familiar, são incluídas todas as unidades de produção autônomas existentes, sejam estas produtoras agrícolas ou extrativistas, reconhecidas genericamente como “*camponesas*” (no caso da Via Campesina) ou da “*agricultura familiar*” (no caso dos demais movimentos): posseiros, parceiros, meeiros, pequenos proprietários, pescadores artesanais, seringueiros, quilombolas, e tantas outros. Para os setores organizados na Via Campesina, as expressões “*agricultura familiar*”, “*pequeno produtor rural*” e “*pequenos agricultores*” teriam adquirido, particularmente no decorrer da década de 1990, uma conotação ideológica, porque foram disseminadas no interior de um discurso teórico e político (corroborado por setores de esquerda) que afirmava a diferenciação e o fim inevitável do campesinato – que se cindiria em dois, uma parte integrando-se às empresas capitalistas e outra se proletarizando. Revitalizar o termo “*agricultura camponesa*” significaria, então:

Resgatar e afirmar a perspectiva teórica da reprodução social do campesinato na sociedade capitalista a partir das teses da centralidade da reprodução da família camponesa e da sua especificidade no contexto da formação econômica e social capitalista (CARVALHO, 2005, p. 23)

Um dos princípios desse modelo seria o resgate dos valores que os camponeses construíram ao longo da sua história, tendo como centro a solidariedade e a igualdade entre si. Seguindo nesse raciocínio, esse resgate seria também uma resistência contra a diluição da história de luta dos camponeses, que passaram a ser considerados sujeitos conformados com a sua diferenciação, como se estivessem diante de uma fatalidade. Na apresentação de uma coletânea de textos que reflete essa discussão feita no interior dos movimentos que fazem parte da Via Campesina no Brasil, organizada por Horácio Martins de Carvalho, o modelo “*camponês*” é apresentado da seguinte forma:

Um dos eixos fundamentais para o desenvolvimento do campesinato é o respeito à diversidade e à biodiversidade que inclui todos os bens da natureza, os ecossistemas, as culturas dos povos, enfim, todas as formas de vida vegetal, animal, as relações humanas e econômicas, os hábitos e as culturas, sendo ela nossa própria forma de vida como campesinato. Estas especificidades estão presentes em nossa forma de ser e de viver e, por isso, as defendemos, respeitamos e protegemos, para garantir que no futuro haja vida. Quanto ao uso da terra, entendemos que ela é um bem da natureza e deve servir em benefício de toda a humanidade. Democratizar sua posse e seu uso é indispensável para garantir a vida e a reprodução

humana por meio da produção de alimentos e da criação de animais, por todos aqueles que nela queiram trabalhar e produzir (CARVALHO, 2005, p. 7).

Como foi abordado no terceiro capítulo desta tese, o campesinato – entendido de forma ampla como formas familiares de produção agrícola e extrativista, incluindo as agriculturas indígenas – é visto como um setor fundamental na construção e na reprodução da agroecologia. Em primeiro lugar, por sua capacidade de co-evoluir respeitando os processos ecológicos, e, portanto, por ser o segmento mais adequado para avaliar e implementar tecnologicamente essas propostas; por outro lado, porque, em princípio, os processos de desenvolvimento teriam que ser construídos “de baixo para cima”, com a participação dos principais afetados, numa lógica de democracia direta que reivindica para esses atores sociais o papel de protagonistas da construção das propostas; e, ainda, pelo reconhecimento da necessidade de promover o empoderamento desses grupos, como uma espécie de pagamento de uma dívida social, por terem sido marginalizados econômica, social, política e culturalmente ao longo da história da humanidade.

Esse debate tem sido feito também entre as entidades que participam do movimento agroecológico no Brasil. Entre as que fazem parte da ANA, por exemplo, desde seu primeiro encontro, houve a definição sobre a centralidade do papel dessas formas familiares de produção, como parte ativa da agroecologia – ainda que sem entrar em detalhamentos sobre o caráter “*camponês*” ou não dessas formações sociais. Na verdade, diferentes visões sobre a questão convivem dentro da Articulação.

O desenvolvimento local sustentável, como estratégia de implementação de um projeto global transformador, reforça a idéia da adaptação ao meio, contrapondo-se às soluções universalistas e pondo em destaque a autoconfiança das populações locais e sua diversidade cultural. É a partir do resgate da cultura, dos valores, do modo de vida próprio de cada povo que se constroem esses processos de desenvolvimento local. O desenvolvimento local traz em si a necessidade de se pensar e agir coletivamente em escalas crescentes, do comunitário para o municipal e o regional, sendo as experiências concretas dos produtores e das produtoras familiares no campo da agroecologia a demonstração prática do que e como mudar. [...] A agroecologia não funciona por receitas e pacotes aplicáveis indiscriminadamente. Cada unidade produtiva representa um agroecossistema diferenciado que cobra a formulação de propostas específicas. Esse princípio exige que os produtores e produtoras familiares sejam integrados ao processo de construção do agroecossistema. Isso não se pode realizar de forma individual e isolada, mas sim por processos de trocas de conhecimentos (Carta Política do I ENA¹¹¹).

¹¹¹ Disponível em: <http://www.encontroagroecologia.org.br>. Acesso em: jan. 2008.

Entre as lideranças femininas entrevistadas nesta pesquisa, aquelas que participam de coordenações de movimentos mais amplos, extrapolando os de sua comunidade, fazem uma vinculação mais explícita entre a proposição de alternativas de resistência desde a base, e a necessidade de se questionar o modelo em seu conjunto. Embora tratem dos temas da ecologia em geral, quando se debate a questão do desenvolvimento rural, duas questões se destacam no seu discurso: a defesa da soberania alimentar como princípio orientador de todas as políticas, que se traduz no direito dos agricultores e das agricultoras de definir o quê e como plantar, e, especialmente, de utilizar as próprias sementes (o que inclui a luta contra os transgênicos); e a defesa da biodiversidade, como garantia de uma agricultura duradoura no tempo e que seja capaz de restaurar as condições de fertilidade em áreas que hoje se encontram degradadas. Muitas delas estiveram à frente de ações públicas contra grandes empresas, contra os transgênicos e em defesa da biodiversidade, como foi comentado em capítulos anteriores.

Os principais problemas hoje, do ponto de vista da ecologia são: a monocultura, as queimadas, o desmatamento, a destruição. Onde tem agronegócio, você vê muita terra sem nada, o chão queimado, tudo destruído. Destrói a diversidade, o ambiente, a água, a alimentação. As mulheres também estão discutindo isso: o aquecimento global, por exemplo. As vezes o povo vê na televisão e acha que isso não tem nada que ver com a gente. Eu digo que tem: um pé de pau que você queima, uma coisa que você destrói, tudo tem a ver. Um veneno que você bota no seu pé de planta, pode ir para um rio, para um riacho; são coisas que a gente percebe que existem, que as pessoas fazem (Neneide).

Hoje o mais importante é a questão ambiental, que atinge todo mundo, o planeta inteiro, a vida, pois a gente pode resolver algumas questões camponesas – a terra, por exemplo –, mas se o meio-ambiente estiver todo poluído, contaminado, nós vamos morrer igual. Então a luta é bem maior. Claro que queremos barrar, sim, essa gente que destrói tudo; mas não só barrar. É preciso que a sociedade tenha consciência do por que isso está acontecendo. [...] A gente não pode ficar só na crítica, a gente tem que ter uma alternativa. Por isso, a campanha de alimentos saudáveis. Se a gente não fizer diferente na prática, não vamos ter como cobrar (Izanete).

O que levou à organização do MPA foi a questão da sobrevivência dos agricultores. Mas a prática dos agricultores era convencional. Politicamente, havia um componente de mudar a forma como a agricultura familiar era tratada; mas não estava muito clara a questão tecnológica. De uns cinco anos para cá, começamos a fazer essa discussão. Isso foi a partir da entrada de companheiros de outras regiões, do Norte, do Nordeste, que tinham outras práticas mais próximas da natureza, menos influenciadas pela Revolução Verde. E também da visualização da falência clara desse modelo que estava levando os agricultores à ruína. Você podia ter crédito, seguro, comercialização, tudo isso – todas as políticas voltadas para esse público, mesmo que fossem boas, mas o modelo em que se adotavam essas políticas, não ia levar o campesinato a lugar nenhum. Pelo contrário. Nós passamos a discutir e considerar a reversão desse modelo, que era um modelo falido. Desde 1993 a Via Campesina está discutindo que a luta tem

que ser por soberania alimentar, em contraposição ao discurso da FAO¹¹² (Maria).

O agronegócio cresce a cada dia, mas ele mais desemprega do que emprega. Na verdade, o que é o agronegócio: são várias máquinas substituindo a mão de obra. Isso só contribui para o desemprego; produz mais lixo, polui mais, desmata, e traz a insegurança alimentar. Mas eles ocupam a mídia para mostrar uma coisa que, por trás, é pura podridão. [...] Eu tive oportunidade de participar de encontros, de cursos que contribuíram para que eu hoje acredite em uma agricultura diferente, pelas experiências que eu conheci; tanto as boas como as ruins (Zinalva).

No MST, o debate sobre o significado da Revolução Verde é bem claro, mas a gente tem que discutir também qual é o nosso projeto de agricultura. A gente está fazendo isso junto com a Via Campesina. Estamos fazendo esforços de estudar isso, e também de ir construindo na prática, para mostrar que é possível fazer diferente, apesar das dificuldades. Aí é que entra a agroecologia. Porque ela é uma forma de, concretamente, nos assentamentos, a gente se contrapor ao agronegócio, contra a monocultura, por exemplo. A gente está fazendo muito esse debate no setor de produção do movimento. Como é que isso se concretiza? Valorizando o mercado local, as feiras de reforma agrária, a produção diversificada, não usar agrotóxicos, enfim, muitas questões (Lourdes).

Enquanto definições pessoais, elas assumem a agroecologia como um componente importante da sua luta que é ao mesmo tempo, contra um modelo, e pela construção, desde agora, de alternativas concretas – ainda que haja diferenças entre a forma como os diversos movimentos entendem a agroecologia.

Hoje eu considero a agroecologia assim: é um movimento que traz muito essa transformação da nossa realidade, da nossa vida, porque a gente é agricultora, é outra relação com a terra. A gente aprendeu o quanto a natureza é importante, o quanto você pode estar utilizando ela, sem fazer mal a ela. A agroecologia vem exatamente para isso, para mostrar que você pode tirar as coisas, dependendo do local que em você está, pode utilizar aquele local sem queimar, sem prejudicar, e ir reutilizando. Você pode pegar uma folha que cai e fazer uma cobertura morta noutro canto, e sempre estar devolvendo isso para o ambiente, para o solo. Isso foi mudando a nossa vida, porque você vai aprendendo outras práticas, que não é só tirar o fruto, não é só queimar, plantar, e tirar, tirar, tirar até acabar. Você começa a ver aquela terra como uma vida, você começa a estar cuidando dali. Não é só querer que sempre ela lhe dê, mas que você também dê a ela. [...] Por outro lado, com a economia solidária, você vai vendo que não é só o lucro que é importante, que a gente pode produzir e também comercializar de outra forma (Neneide).

A nossa definição pela agroecologia também veio a se acirrar com a ofensiva que o agronegócio vem fazendo nos últimos cinco anos, pra cima do campesinato, dos territórios. Isso nos colocou numa encruzilhada de organização e do próprio setor. Além de fazermos uma reversão a esse

¹¹² A FAO, enquanto instituição, têm tido um discurso contraditório com relação às políticas de segurança alimentar; em alguns momentos, apoiando incondicionalmente a Revolução Verde, e, em outros, criticando aspectos dessas políticas que estariam fazendo recrudescer os problemas de fome no mundo, e não o contrário. As mesmas contradições existem nos discursos com relação aos transgênicos.

modelo, nós precisaríamos também, como pessoas, para sobreviver, mudar o que estava aí (Maria).

A questão da agroecologia veio somar com as lutas e indagações que os movimentos ambientalistas na Amazônia defendiam para poder se contrapor às políticas do governo, que são de devastação, dos grandes projetos. A gente já tinha uma aliança com os povos da floresta; a agroecologia veio somar, embora a gente tenha também muitas divergências. Muitos movimentos não têm o olhar da agroecologia como nós temos. Nós, as quebradeiras, os seringueiros, as mulheres da floresta, os movimentos indígenas, a gente se identifica mais entre nós, porque a gente tem uma outra história. Os movimentos sindicais, por exemplo: nós concordamos com eles na questão da economia, de que precisa ter políticas de renda para os agricultores. Mas nós vamos além, a gente tem que ver os impactos das políticas no ambiente. Nós, mulheres, sabemos que tem projetos que não dá para conviver, mesmo que tragam dinheiro para o agricultor; se for destruir a mata, a gente não concorda. A gente questiona isso. O nosso conceito de agroecologia é diferente (Zulmira).

A gente luta contra um sistema. A agroecologia é uma luta contra o sistema capitalista, que só vê o lucro, não está nem aí para a vida, se a gente vai morrer ou vai viver. “O problema é seu. Eu só quero ter o lucro”. Enquanto que nós trabalhamos de outra forma, criamos outros laços, voltados para a vida. Nós somos lutadores pela vida. E eu estou falando desde um micro-organismo até os seres humanos, é o ecossistema como um todo (Zinalva).

Essa luta contra as empresas de celulose é simbólica: tem as empresas de celulose, mas existem tantas outras. Tantos outros meios de poluição, que estão acontecendo hoje. É um alerta. A Aracruz é só uma delas, mas que abrange um campo muito grande, e principalmente abrange o nosso campo, que é a agricultura. E recebem os benefícios do governo, financiamento; aquilo que é para a agricultura, elas se apropriam. E além de tudo, destroem tudo, contaminam e se adonam das terras do Brasil, que seriam terras para fazer a Reforma Agrária; a água, todos os rios que já estão secando, córregos. O meio-ambiente não é mais o mesmo. E nos queremos o ambiente inteiro, e não meio! E vamos fazer qualquer coisa para que isso pare. Isso é uma definição nossa [do MMC], de futuro, não vamos parar aqui, de jeito nenhum. A gente tem que questionar os dois lados, o governo e as empresas, e bater. Porque se não bater agora, nós morremos de vez (Izanete).

Se, na visão delas, a construção de um modelo econômico, social e político baseado em formas familiares de produção exige, estrategicamente, o enfrentamento com as políticas públicas e com as grandes empresas, também são necessárias ações no nível micro. Os enfrentamentos serão de outra ordem: voltados aos próprios companheiros, para transformar desde agora o próprio modelo “camponês” que vem sendo discutido. Uma das questões levantadas, já comentada no capítulo anterior, diz respeito às atribuições de gênero, materializadas na divisão sexual do trabalho e, particularmente, na execução dos trabalhos domésticos e no cuidado com os filhos. A divisão sexual do trabalho no modelo “camponês” terá que ser modificada, na visão delas, para que o trabalho invisível que as mulheres hoje fazem seja valorizado e melhor dividido.

Uma segunda questão, muito cara a essas lideranças, é a forma de reprodução econômica das unidades de produção, simbolizada pelo debate entre as alternativas mais rentáveis no curto prazo, porém mais exigentes em termos de recursos naturais e uma perspectiva de ganhos mais duradouros no tempo, ainda que signifique sacrifícios no presente. Essa discussão aparece muitas vezes como um dilema entre investir na produção para o autoconsumo ou produzir para vender. É percebida por elas como uma diferença de pontos de vista de gênero: as mulheres seriam mais “*conservacionistas*”, e os homens, mais preocupados com o lucro.

Muitas avaliam que essas questões estão vinculadas a um modelo de masculinidade e feminilidade construído socialmente: os homens, marcados por sua situação de provedores econômicos, seriam mais pressionados a obter rendas que lhes proporcionassem reconhecimento social imediato; as mulheres, dirigidas para o bem-estar da família, seriam mais propensas a viver com menos recursos desde que a sobrevivência familiar estivesse assegurada ao longo do tempo. Outras trazem à tona argumentos ligados a uma essência feminina/masculina como origem dos desacordos, apelando-se para a aceitação de uma complementaridade não-hierárquica (“*homens e mulheres são intrinsecamente diferentes, mas têm que ter o mesmo poder de decisão*”) como solução dos impasses surgidos.

Os homens estão mais preocupados com o dinheiro, com o lucro. As coisas que dão mais trabalho, que é um processo mais lento, os homens não têm tanta paciência de esperar. As mulheres valorizam muito de ter comida em casa, e não só ter renda bruta, dinheiro vivo na mão (Efigênia).

Não que as mulheres não queiram nada material. A gente quer aquilo que dá a sustentação para todos, é isso que a gente defende. Por que a gente quer a campanha de produção de alimentos? Porque significa vida saudável, porque significa vida para todos, não só para as pessoas, mas para a natureza também. Já na mentalidade masculina, ainda vem primeiro o lucro. Eles até pensam em fazer ecológico, mas só se der mais dinheiro. A gente vê isso bem claro aqui na região. [...] No fundo, a mentalidade deles é só vender e ganhar mais. O resto não importa (Izanete).

As mulheres também pensam em ter algo de lucro, é real. Agora, não é só isso. O diferencial é que a gente não precisa só de dinheiro. A gente precisa de outras coisas. A gente precisa ser valorizada. Se fosse só pelo dinheiro, a gente não ia estar pensando em ter uma comida diferente, livre de agrotóxico. Por acaso comida com veneno não dá dinheiro também? Claro que dá. Mas a gente quer pensar em outra qualidade de vida, não pensar só no lucro. Principalmente nós agricultoras, a gente quer ter alimento, poder produzir, ter diversidade na nossa alimentação, mas em outra realidade de vida. Não é chegar lá é ter dinheiro para comprar o que quiser. A gente quer ter domínio do que se quer, de quem você é, do que você vai fazer da vida. Eu acho que as mulheres pensam diferente dos homens, nisso (Neneide).

Ainda como parte do questionamento ao modelo “camponês” – que elas defendem, fique bem claro – é visível no seu discurso a preocupação com a transformação do ideal de família hoje existente, em direção a uma proposta mais democrática, que respeite todos os sujeitos, especialmente os filhos e as filhas adolescentes, em seus desejos e necessidades. Elas valorizam a agroecologia também por criar condições para algumas mudanças nesse sentido, a partir do reconhecimento da colaboração de todos para o empreendimento familiar.

A seguir, serão aprofundados alguns aspectos desses discursos, tomando como exemplos dois temas concretos: a visão que expressam sobre as questões da alimentação e da saúde, em sua relação com a agroecologia, e o seu entendimento sobre as relações existentes entre as lutas ecológicas e o feminismo.

7.2 A ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

Como todos os camponeses, essas agricultoras sentem um enorme orgulho em poder oferecer uma mesa farta e com alimentos de qualidade para a sua família, assim como para a comunidade (por meio das feiras e mercados locais), a partir do trabalho que é realizado na propriedade. Não é apenas pelo motivo óbvio de terem vencido o fantasma da fome e da desnutrição. No processo de transição para a agroecologia, passaram a valorizar outras questões, ligadas, por exemplo, à variedade dos alimentos consumidos. A preservação da biodiversidade – um princípio ligado à sustentabilidade ambiental que orienta as decisões produtivas na agroecologia – vai ser retomada por elas também quanto aos produtos obtidos, na forma de uma alimentação rica em sabores, cheiros, texturas, história e cultura.

Antes de tudo, tem que ter diversidade na produção. A gente faz muito trabalho de enriquecimento da área, com espécies que podem ajudar. Isso garante a nossa diversidade de alimentação também. Tem mais alternativas de alimentação para nós, e também para os animais silvestres, para os pássaros. Estamos falando de manter a vida, tanto dos microorganismos como da vida humana. Se eu me preocupar só com nós [seres humanos], não vai funcionar. Essa diversidade de vegetais e de animais é que vai garantir a fertilidade do solo, e a nossa segurança alimentar também (Zinalva).

A capacidade de produzirem os alimentos para o próprio consumo também se contrapõe à necessidade de compra da alimentação industrializada, que passa a ser considerada por elas como monótona, pobre, pouco saudável. As qualidades da alimentação proveniente da própria produção (fartura, alimentos limpos e naturais, pouco

processados, sem resíduos químicos) serão argumentos para a defesa de um modelo ideal de desenvolvimento agrícola baseado no campesinato.

A agroecologia valoriza a produção da alimentação no nível doméstico, um tema extremamente caro às mulheres. Elas usarão esse argumento para evidenciar a sua própria contribuição na propriedade, e, particularmente, para se referir à sua contribuição para a renda familiar. Elas são as maiores defensoras da necessidade de computar tudo o que entra na composição dessa renda: não só quanto se ganha com a venda dos produtos e com as atividades realizadas pelos demais integrantes da família, mas, sobretudo, quanto “*se deixa de gastar*” por produzir as coisas dentro de casa. Historicamente essas atividades foram menosprezadas, e com isso, o trabalho feminino.

Ademais, com essa valorização, elas têm também a possibilidade de aprofundar o seu conhecimento sobre o assunto. Por isso elas passaram a reivindicar, junto às suas organizações, a realização de oficinas e capacitações sobre o preparo dos alimentos, nas quais se enfatiza, por exemplo, as possibilidades de aproveitamento máximo de cada produto, a necessidade de se descobrirem os seus diferentes usos e as suas propriedades nutricionais. Algumas agricultoras, como Zinalva e Del, afirmam que essas práticas são uma forma de pesquisar, de usar a criatividade. Zinalva usa a expressão “*fazer das nossas experiências uma universidade na prática*”, enfatizando a possibilidade de as pessoas serem verdadeiras produtoras do conhecimento, e não meras repetidoras.

O reconhecimento do papel das mulheres como observadoras, investigadoras, e criadoras de novos conhecimentos, permite-lhes construir uma visão não tradicional do seu papel como responsáveis pela alimentação da família. Em um nível ideal, como proposta, essa não será mais uma atividade rotineira, feita por obrigação, mas um campo de ação importante, que exige conhecimentos, capacidade e competência, e em que elas serão as responsáveis. Na prática cotidiana, não é exatamente assim que funciona, e elas sabem disso.

Sua atuação como investigadoras se expressa também na valorização do cultivo de plantas e na criação de pequenos animais que haviam sido abandonados, e que voltaram a ser produzidos em suas regiões de origem. Normalmente esse trabalho de “*resgate de produtos*” (em particular, de sementes) é realizado pelas mulheres. É um trabalho de enriquecimento ambiental que vem sendo reconhecido – ainda que lentamente – por instituições de pesquisa e assistência técnica. Elas se animam quando começam a aparecer resultados positivos, e investem na multiplicação de frutas, verduras, raízes e tubérculos em

seus quintais. A troca de material genético (sementes, mudas), de receitas, e as indicações de uso e formas de preparo são extremamente valorizadas por elas nos encontros, cursos, e feiras de troca de que participam.

Izanete, integrante do Movimento de Mulheres Camponesas, acredita – da mesma forma que Lourdes – que, em certa medida, o que permitiu com que as mulheres mantivessem mais fortemente uma perspectiva de preservação ambiental (em relação aos homens) foi o seu afastamento das atividades voltadas para o lucro. É o que explicaria o fato de elas terem sempre se preocupado com a conservação e o resgate de sementes de alimentos, por exemplo. Ela agrega a esse argumento (de forma semelhante a outras entrevistadas) a tese da existência de uma ligação mais forte das mulheres com a terra por sua capacidade de serem mães, por também darem vida aos demais, bem na lógica de certas correntes ecofeministas.

As mulheres foram mais marcadas por essa coisa da proteção da vida. Isso é cultural [no sentido de que é uma construção social], mas a gente tem isso dentro da gente. Pela ligação que a gente tem com a terra, por essa comparação que a gente consegue fazer, de que assim como a terra dá a vida para as plantas, dá a água, da gente nasce uma criança, que também é vida. Então sempre teve essa ligação. Historicamente as mulheres sempre protegeram a terra, as sementes. Hoje, se a gente for olhar, quem mais guardou as sementes, quem preservou, foram as mulheres. Aqui na região, não tenho dúvida. E não é só na região. [...] Mesmo onde se passou para as sementes híbridas, as mulheres continuaram guardando e plantando num cantinho, uma semente de milho de pipoca, uma moranga, essas coisas para comer. Sempre teve isso. Nós conseguimos resgatar muita coisa, só com as mulheres. Na nossa região temos uma companheira que tem mais de 50 tipos de sementes crioulas, entre hortaliças, grãos. Ela planta e colhe todo ano e guarda. [...] Entre os homens, isso também acontece, mas é muito menos. Só depois que nós [MMC] começamos a fazer a campanha das sementes é que muitos deles entenderam a importância disso (Izanete).

Em todas as propriedades visitadas na pesquisa, houve um momento em que as agricultoras fizeram uma apresentação *in loco* da área cultivada por elas: os quintais, as roças, as áreas que são utilizadas pelos animais, a mata, os cursos de água. Nessas visitas, elas relatavam como era a propriedade antes da transição e as modificações que ali foram promovidas. Elas chamavam a atenção para o número de espécies que eram cultivadas: diziam os seus nomes, quais os seus usos, condições de plantio, exigências em termos de solo, umidade, etc. Quando eram mudas ou sementes trazidas de outros locais, elas lembravam de onde as tinham trazido, como as tinham adquirido, quem as tinham presenteado. Mostravam ainda outras plantas e animais presentes na área – não apenas os que eram aproveitados para alimentação – e explicavam qual o significado da sua presença ali, quais as vantagens ou problemas que isso poderia acarretar, e como era feito o seu

controle no caso de serem espécies indesejáveis. Explicitavam também os sistemas de integração com outras atividades: criação de animais, pesca, extrativismo, assim como a utilização dos resíduos na forma de insumos para outras produções.

Ao mostrar a área em conjunto, elas se declaravam orgulhosas da riqueza ambiental que esse sistema preservava, da qualidade do solo que tinham conseguido recuperar, e da possibilidade de esse sistema resistir no tempo, contrapondo-o sistematicamente à monocultura, vista como o símbolo de uma visão imediatista, equivocada e irracional de uso dos recursos naturais. Estes elementos todos se completam, no seu discurso: a biodiversidade desses sistemas; a sustentabilidade ambiental; e, sobretudo, a alimentação farta e variada que dali se pode obter.

Certas propostas de alimentação alternativa esbarram, no entanto, como foi comentado por Izanete e por Efigênia, na carga de trabalho excessiva das mulheres na agricultura familiar. Como diz Izanete, esse é “*o nó que precisa ser desatado*”: a discussão de uma nova divisão de tarefas entre homens e mulheres. Embora cite experiências em que essas discussões já estejam ocorrendo, os resultados apontados por elas são bastante pontuais – alguma “*ajuda*” do marido nas atividades domésticas, a aceitação da realização de certas tarefas pelos filhos homens, como é o caso da lavagem das próprias roupas. Mas nada ainda que se aproxime de uma divisão igualitária de tarefas e responsabilidades entre homens e mulheres no que se refere aos trabalhos domésticos, e muito menos com relação à alimentação. Fazer a comida dentro de casa é uma tarefa das mulheres; se elas não estão, será realizada pelas filhas maiores, ou outras mulheres (irmãs, cunhadas, sogras, mães); só em casos excepcionais (doenças, filhos pequenos) os homens a realizam.

Neneide vê a questão ainda mais além; para ela, o que está em jogo na desvalorização do trabalho doméstico é o fato de ser realizado pelas mulheres. As atividades do cuidado, não remuneradas, estão ligadas a uma hierarquia de gênero, e por isso os homens se recusam a fazê-las. No máximo, aceitam ter que pagar por elas. Lourdes afirma: “*O trabalho doméstico é uma doação das mulheres para a sociedade; só que não é reconhecido como tal; é como se fosse uma escravidão*”.

Os homens foram acostumados que tudo é comprar. Eles dizem: “Eu trabalho só para comprar”. O trabalho do cuidado, que é de graça, eles só fazem usufruir, não dão satisfação nenhuma, não se envolvem. E tem também a questão do poder, o dinheiro traz isso. Como a gente [as mulheres] fica responsável por essa coisa do cuidado, a gente quer lutar justamente para essas coisas aparecerem, como um trabalho. Hoje não aparece, é invisível, não vale nada (Neneide).

No caso do MST, particularmente, a opção tem sido buscar garantir as infra-estruturas físicas nos assentamentos para a socialização de algumas tarefas, por meio de creches, refeitórios e lavanderias coletivas. Mas são propostas incipientes, que não estão generalizadas em todos os assentamentos.

Tem que ter a estrutura física; depois o trabalho de conscientização é muito mais fácil. E nós acreditamos que as mulheres vão poder participar muito mais ativamente tanto da vida política quanto da vida produtiva, para não ficarem nesse trabalho não-remunerado que acaba sendo uma extensão da casa delas. Por exemplo, elas vão para a horta, cuidam do artesanato, da produção de coco, mas continuam fazendo de tudo dentro de casa (Lourdes).

Uma outra questão que permanece em aberto é a valorização da produção para o autoconsumo na pauta dos movimentos agroecológicos; embora esse tema faça parte do ideário da agroecologia, foi somente com a insistência dos movimentos de mulheres que passou a alcançar o *status* de questão política.

Às vezes, quando a gente fala de segurança alimentar as pessoas entendem que é produzir apenas para o meu consumo, mas é também para o comércio. Agora, eu tenho obrigação, como agroecologista, de oferecer para o mercado a mesma produção que eu produzo para a minha família. Eu estou produzindo para seres humanos também. Por exemplo, tem gente que quando faz para a sua família, faz com cuidado, mas quando é para o mercado, faz de qualquer jeito, porque não é ele que vai comer. Isso não é ser solidário. Ser solidário não é eu dar dinheiro para você. Mas eu dar para você a qualidade igual do que eu faço para mim (Zinalva).

Nesses discursos, estão presentes também dilemas historicamente enfrentados pelos movimentos feministas: o limiar estreito entre o que reivindicam as mulheres como próprio das suas atribuições de gênero, e as transformações esperadas em relação a essas atribuições, no sentido de serem assumidas pelo conjunto da sociedade. Nem sempre reivindicar o reconhecimento da experiência das mulheres ou da carga de trabalho que elas assumem nas tarefas de alimentação (e de saúde, como veremos a seguir) ajuda a romper com as expectativas sociais de que esses temas continuem sendo assumidos por elas como parte das suas obrigações para com os demais. Do ponto de vista das agricultoras e assessoras, é fundamental que se consiga romper as barreiras e se faça com que essas questões se transformem em temas importantes para homens e mulheres.

Eu fiquei muito espantada, no II ENA, quando um homem veio apresentar uma experiência sobre alimentação. Normalmente são as mulheres. Eles tinham uma experiência com a merenda escolar, com batata doce e outros produtos. E isso é muito diferente. Porque não se pode trabalhar a agroecologia separadamente. Agroecologia é um conjunto, é a vida, são todas essas relações. Eu não posso pensar só na minha comunidade, eu

tenho que pensar nas comunidades ao meu redor. Isso que eu achei muito legal no trabalho dele: ele não está preocupado só com a família dele. Eu comparo com o público que está lá fora, lá tem filho meu, tem filho seu, tem filho de todo mundo. São as crianças de todos. A preocupação dele é estar levando a alimentação para aquelas crianças, mas com qualidade. Eu achei isso um avanço, um homem estar preocupado com isso (Zinalva).

Elas vêm trabalhando essas questões de duas formas, basicamente: valorizando as suas experiências concretas, nas casas, nas comunidades, fortalecendo-se como sujeitos dessas experiências; e propondo a valorização da alimentação saudável como parte de uma discussão mais geral sobre o sistema agroalimentar, na ótica da soberania alimentar, propondo em espaços mistos as formas de enfrentar esse modelo. Não é uma discussão isolada, na qual as mulheres permanecem em um gueto, discutindo “*coisas de mulher*”. Elas se investem da condição de defensoras de um modelo produtivo centrado na produção de alimentos, em função de que essas sempre foram tarefas suas na divisão do trabalho. Mas avançam, como já vimos, para o questionamento sobre as multinacionais da alimentação, posicionando-se quanto aos problemas gerados pela monopolização das sementes, o uso da terra para outros produtos que não os alimentos, os agrotóxicos, a alimentação industrializada, entre outros temas de abrangência mais geral.

Lourdes comenta que essa tem sido, por exemplo, a estratégia das mulheres da Via Campesina para aproximar as organizações de base das lutas mais gerais. De acordo com o seu entendimento, o envolvimento das mulheres com as questões dos cuidados com os demais e com o ambiente é um envolvimento afetivo, pois essas questões fazem parte da construção da subjetividade das mulheres. Isso, de certa forma, contribui para que elas se sintam comprometidas politicamente com as questões da alimentação, quando isso se faz necessário.

O tema das sementes, por exemplo, está muito ligado com a alimentação da família, porque concretiza, mobiliza, a pessoa entende que tem a ver com a vida dela. Se a gente fala em transgênico, soberania alimentar, o pessoal não sabe o que é. Mas se você diz que foi aprovada uma lei que vai proibir o camponês de usar a sua semente, todo mundo se assusta. E as mulheres são as primeiras a se interessarem. Mesmo a questão de não usar veneno: se a gente falar que o que nós estamos comendo está acabando com a nossa saúde, mais doenças estão aparecendo, o povo entende. Se você diz: se você plantar organicamente você está protegendo a sua família, isso diferencia, concretiza, a pessoa entende. Esses temas tocam no coração das mulheres, e elas se mobilizam (Lourdes).

7.3 A SAÚDE DAS PESSOAS E DO AMBIENTE

A ligação que as mulheres fazem da agroecologia com os temas da saúde passa por três questões principais: pelos vínculos entre a alimentação adequada e a proteção da saúde das pessoas; pela revitalização do uso de plantas medicinais e de outras práticas de medicina natural, que tradicionalmente eram realizadas pelas mulheres e foram desprezadas com a crescente “medicalização” da saúde; e, finalmente, pelo combate ao uso dos agrotóxicos, em conjunto com outras medidas de saneamento ambiental, em ações que extrapolam a preocupação com a saúde humana e abrangem mais amplamente o meio natural onde as pessoas vivem e trabalham.

Como foi comentado no item anterior, toda a discussão sobre a alimentação saudável feita por essas mulheres tem um forte componente relacionado com a saúde. Desde a questão mais básica, que é não passar fome e não ficar desnutrido, até outros aspectos relacionados com a sanidade dos produtos – estarem livres de resíduos de agrotóxicos, de aditivos, corantes e conservantes; serem frescos, puros, pouco processados. Comer bem e com qualidade é um pressuposto para se ter disposição, vontade de trabalhar, assim como alegria de viver; e se essa é uma conquista que resulta diretamente do seu trabalho, é motivo de orgulho maior ainda.

Zinalva, Del e Neneide, por exemplo, quando falam das relações entre seus filhos e a terra, referem-se a essa experiência vital:

Eles comem o dia todo, têm muita energia, mas continuam esbeltos. Não ficam doentes. Eles foram criados com esses alimentos. Eles nem ligam para os alimentos industrializados, porque não têm costume. Eles comem é muita fruta. Eles não param de comer, mas é tudo natural (Zinalva).

Meus filhos comem de tudo aqui, à vontade, e nunca mais ninguém precisou ir ao médico lá em casa (Del).

Nós também queremos ter o prazer de comer um mamãozinho de manhã, uma banana amassada com mel, tudo vindo da nossa produção, do nosso quintal. Não é só as pessoas de classe média que podem passar bem. As crianças sentem isso (Neneide).

Câncer, diabetes, hipertensão, doenças renais, mal-estares diversos relacionados com o estresse, são alguns dos distúrbios com os quais elas mais se preocupam e em virtude dos quais elas apostam na via da alimentação adequada como forma de preveni-los ou tratá-los. Na complementação desses cuidados, assim como nos primeiros socorros, são usadas as plantas medicinais.

O enriquecimento dos quintais agroecológicos – entendidos como aquela área em volta da casa onde geralmente as mulheres mantêm pequena horta, frutas, e criam animais domésticos – tem incluído também o cultivo de plantas medicinais, que são consumidos na forma de chás, pomadas, xaropes. Seu uso é extensivo às criações de animais. Os produtos são levados também para a comunidade, nas feiras e mercados ou mesmo por meio de agentes de saúde. Todas as entrevistadas que estavam à frente de experiências agroecológicas se referiram a esse tipo de trabalho como um resgate de práticas tradicionais das mulheres com relação à saúde que haviam sido negligenciadas ao longo dos anos. A Pastoral da Saúde tem sido um dos canais mais importantes de divulgação dessas ações, mobilizando muitos grupos de mulheres do meio rural.

O uso das plantas medicinais é defendido pelas agricultoras por duas razões fundamentais: para ficarem livres dos “remédios de farmácia”, vistos como caros e pouco confiáveis; e por significar a retomada do conhecimento das pessoas sobre o seu corpo, como resistência a um processo de alienação dessas últimas com relação à própria saúde. A ênfase é no entendimento das causas mais amplas e na prevenção às doenças, e não apenas no tratamento dos sintomas. Simbolicamente também é uma forma de se contrapor ao domínio dos grandes laboratórios farmacêuticos sobre a vida das pessoas – muitos dos quais são os mesmos que produzem agrotóxicos e sementes transgênicas.

Como parte dessa proposta, discute-se o uso de novas práticas (como massagens, meditação), e outras que, embora já fizessem parte do repertório das mulheres (como escalda-pés, banhos de ervas, benzeduras), haviam sido paulatinamente abandonadas. Verifica-se também um movimento de revalorização do parto natural e das parteiras, buscando-se qualificar aquelas profissionais que tradicionalmente detinham um saber sobre os nascimentos no meio rural, e que foram sendo substituídas por médicos e hospitais – cujo acesso é sempre precário quando se tratam de localidades com dificuldades de estradas e transporte, por exemplo. As experiências relatadas por elas no trato com o sistema público de saúde são, em geral, de relações hierarquizadas, em que não se sabe exatamente o que está acontecendo e por que certos procedimentos devem ser realizados.

No caso do Projeto Plantando Saúde¹¹³, adotado pelo MMC no Rio Grande do Sul, por exemplo, a proposta era discutir a saúde integral das pessoas a partir da mudança das práticas alimentares e do uso de remédios caseiros, em uma perspectiva de maior autonomia pessoal.

É importante as pessoas saberem que existem as ervas, que elas podem ser plantadas em qualquer lugar; e que com esse negócio de patentear os medicamentos, daqui a pouco elas vão ser proibidos de usar isso. A gente quer que as pessoas saibam disso, saibam fazer, tenham conhecimento. Com isso a gente resiste. Mas para fazer isso, as pessoas têm que saber como usar as ervas, tem que saber que dá certo. Conhecer o próprio corpo, a ligação do corpo com a natureza, com os pensamentos, com os companheiros, com as outras pessoas. A gente está ligada em tudo. Nós trabalhamos assim: se conhecer, conhecer o próprio corpo, se apropriar da própria saúde (Izanete).

Entre as mulheres, os encontros onde se discute saúde freqüentemente acabam por enfocar também a saúde psicológica das integrantes. As doenças “dos nervos” – depressão, irritabilidade, problemas relativos ao exercício da sexualidade – são referidas por elas como distúrbios bastante freqüentes, ligados a uma auto-estima baixa, à sua constante desvalorização pelos outros e ao cansaço de estarem permanentemente tentando atender às solicitações dos demais membros da família.

Muitas usam as expressões “terapia”, “válvula de escape”, “alívio da tensão” para designar o significado que tem para elas a participação nesses grupos. Muitas vezes, nas discussões, aparecem fortemente os temas relacionados com a violência dos parceiros, inclusive a sexual. Várias relataram episódios de choros e descontroles emocionais ocorridos em reuniões onde foram levadas a refletir sobre a própria vida. Para elas, ter um tempo para si, para rir, brincar, compartilhar com as companheiras, podendo falar de tudo, “baixando a guarda”, é também uma atividade de cuidado com a própria saúde.

Na maioria dos grupos, as mulheres falam muito sobre a relação com os companheiros. [...] Elas dizem: “Se eu pudesse voltar atrás, não faria daquele jeito.” Elas chegam até a dizer, o que é difícil para uma mãe dizer, que não casariam e não teriam filhos. Tem umas que conseguem dizer isso. Às vezes elas soltam essas coisas. Quando você puxa a discussão de gênero, da condição de ser mulher, ali você sente que elas falam. Em outros assuntos, elas falam menos. Isso mexe com elas. A reunião é um espaço onde elas podem falar, elas podem expressar. Elas não têm esse espaço, em lugar nenhum. Nem com a mãe da gente a gente fala certas coisas.

¹¹³ O Projeto Plantando Saúde foi idealizado pelo MMC do Rio Grande do Sul e contou com um financiamento estatal para sua implantação no período do governo Olívio Dutra (1999-2002). Consistia em fornecimento de “kits” para a instalação de “cozinhas comunitárias” (fogões, geladeiras, apetrechos de cozinha) que eram entregues para grupos de mulheres, que eram capacitadas para o manuseio das plantas medicinais e para a realização de práticas de saúde e alimentação alternativa. Na primeira etapa, foram distribuídos 100 kits para grupos de base vinculados ao MMC.

Para não preocupá-la, porque são coisas do casal, do dia-a-dia. Os grupos de igreja nunca deram conta disso; pelo contrário, ali sempre se abafou esse sentimento das mulheres. Os grupos de mulheres são o único espaço que elas têm, onde elas sabem que têm a liberdade de dizer o que sentem (Izanete).

Os grupos trabalham também a questão da solidariedade, do apoio mútuo, o que as reforça enquanto coletividade. É comum que iniciem as suas reuniões com leituras de textos religiosos, ou sobre a situação das mulheres, ou ainda artigos incentivando os indivíduos a atuarem coletivamente. A partir dali, fazem reflexões sobre o sentido da sua organização enquanto um grupo que partilha valores e experiências. Algumas comentam que rezam antes das reuniões, dão as mãos umas às outras, abraçam-se. Zinalva conta, por exemplo, que faz parte da prática do grupo de mulheres da APEPA organizar rodízios para o apoio às famílias quando uma delas está doente ou teve filho, doar enxovais para os bebês, coletar alimentos e roupas para alguém mais necessitado, além do reforço a mutirões e outras atividades comunitárias que tradicionalmente fazem parte da sociabilidade no meio rural. Os demais grupos relataram também realizar experiências semelhantes, às quais elas dão muito valor, por significar que estão “*cuidando umas das outras*”.

A agroecologia permite juntar, na ótica das mulheres, todas essas questões: autonomia das pessoas com relação à forma de produzir, quanto à própria alimentação, aos cuidados com o meio-ambiente, e também com a saúde das pessoas. Essas lutas se juntam, por exemplo, com a rejeição que as mulheres experimentam ao uso dos agrotóxicos, como foi colocado em vários depoimentos nos capítulos anteriores. Elas estão atentas às suas conseqüências sobre a saúde das pessoas e do ambiente, entre outras razões, porque, como também foi comentado, em geral cabe a elas o cuidado com a saúde da família. “*Quando tem alguém doente na família, quem é que se procura? É a mãe, ela que tem que dar um jeito. Doença e remédio são associados com mãe, é sempre assim*” (integrante do grupo de base do MMC em Ibiaçá).

Muitas mulheres são poupadas de trabalhar diretamente com os venenos quando não estão envolvidas no cultivo principal destinado ao comércio, em que é mais comum o seu uso; mas podem ser afetadas indiretamente pelas pulverizações, porque são responsáveis pela lavagem de roupas contaminadas, além de terem que cuidar das demais pessoas (companheiros, filhos) que eventualmente fiquem enfermas como conseqüência dessa utilização. Como ficou dito, muitas vezes elas têm pouco acesso às decisões no que se refere ao roçado comercial, e a forma como conseguem expressar o seu descontentamento com relação ao uso dos agrotóxicos é manter pelo menos os plantios voltados para o uso da família livres desses produtos.

Entre essas lideranças, existe ainda uma forte preocupação com outros aspectos relacionados com a sanidade ambiental, tais como: o recolhimento do lixo, a limpeza dos cursos de água, a proteção de fontes, e mesmo a manutenção de um ambiente agradável para todos, evidenciada na importância que elas dão, por exemplo, ao cultivo de flores e de plantas ornamentais.

Essas questões, tradicionalmente relacionadas com a feminilidade, são defendidas por elas como algo a ser preservado, e não negligenciado em um outro modelo de desenvolvimento. Novamente, observa-se aqui o dilema que foi comentado no item anterior, com relação a reivindicações de mudanças nas atribuições e/ou sensibilidades de gênero. Tal como apontado por diversas correntes ecofeministas, continua em aberto a questão de como fazer para que a “*ética do cuidado*” seja extensiva a todos os gêneros, de forma que esses aspectos da vida humana em sua relação com o ambiente natural não se transformem em uma carga ou responsabilidade exclusiva das mulheres.

A saída encontrada tem sido, ao mesmo tempo, reforçar-se e valorizar-se essas práticas cotidianas alternativas, e fazer-se a denúncia sobre a exploração do trabalho e da energia gastos na sua execução, mostrando quem se beneficia com a manutenção desse modelo em que o trabalho das mulheres é invisibilizado. Por outro lado, com a discussão sobre os interesses das empresas farmacêuticas, busca-se chamar a atenção para os vínculos entre o poder econômico, a degradação ambiental e a lógica subjacente às propostas de desenvolvimento capitalista, que não levam em conta nem os conhecimentos e nem as necessidades das pessoas; e que, ao mesmo tempo, não se preocupam com a preservação da natureza.

7.4 ECOLOGISMO E FEMINISMO COMO CONDIÇÃO PARA UMA VIDA MELHOR

Como já foi apontado, diferentes caminhos levaram a que essas agricultoras e assessoras se reconhecessem como lutadoras ambientais e defensoras dos direitos das mulheres, e passassem a empenhar-se para que os movimentos sociais onde transitam incorporassem as suas reivindicações como parte de pautas políticas desses movimentos. Essa militância foi construída pessoal e coletivamente, em organizações mistas ou apenas de mulheres. Cada uma dessas mulheres tem sua própria definição do espaço que estas questões ocupam na sua vida, e fazem reflexões sobre a importância das conexões entre ecologismo e feminismo para a construção de uma sociedade ideal.

Elas esperam contribuir para transformações concretas da sociedade em que vivem, basicamente de três formas, não necessariamente excludentes entre si: como lideranças políticas, em organizações da agricultura familiar ou de mulheres, e mesmo eventualmente em partidos políticos; como educadoras/multiplicadoras/facilitadoras de processos de capacitação coletiva (escolas, centros de treinamento, associações, grupos informais); ou ainda sendo uma referência em sua comunidade, em função do trabalho realizado em suas propriedades, aprofundando as práticas como agricultoras/experimentadoras, buscando servir de exemplo para a possibilidade de mudança nos processos produtivos ou organizativos. Zinalva, por exemplo, já está escrevendo um livro com as suas experiências com alimentação alternativa, dando ênfase na capacidade das mulheres de inventar, a partir das suas práticas, novas formulações.

Eu sou uma multiplicadora. Hoje trabalho com pessoas que não tiveram oportunidade de estudar, mas elas sabem fazer as coisas, elas têm a sua "faculdade da vida"; só que o seu ego está muito machucado, às vezes elas nem acreditam mais nelas mesmas. Elas já nem sabem que sabem. Porque já tentaram fazer, de uma forma ou de outra, e encontraram muros que as derrubaram. [...] Eu sonho em deixar para alguém aquele conhecimento que eu adquiri, e que não é um conhecimento meu, é um conhecimento de um coletivo. Porque o que eu sou hoje é o que eu aprendi com a experiência do coletivo, é o que eu aprendi na Nicarágua, com as pessoas que estavam no ENA, nos outros encontros. De cada encontro, eu tirei um pedacinho, e formei um bolo. O meu sonho é falar um pouco do que está sendo a vida das mulheres, porque elas trabalham tanto, e não são valorizadas, porque elas não recebem pelo que trabalham. Eu queria falar da discriminação da mulher, da discriminação na agricultura. Eu queria falar um pouco do que eu faço, do que a minha família faz, como é que a gente produz o nosso alimento, de como se processa (Zinalva).

Eu pretendo estudar, como estou estudando; fazer uma faculdade, me formar, e poder estar trabalhando a conscientização de pessoas. Eu não quero trabalhar para ganhar dinheiro, mas para que as pessoas estejam conscientes daquilo que estão fazendo. Pode ser na saúde, ou na agricultura, qualquer coisa. [...] Eu gosto que as pessoas vejam que a gente está trabalhando por amor, porque quer. [...] E a minha vontade é que eu tenha aquela área para as pessoas irem vendo; e para mostrar o histórico: era assim, e agora é assim (Del).

Acho que nunca vou deixar a luta social. A luta é uma coisa que a gente não deixa jamais. Pode até diminuir o ritmo, mas sempre vai ter aqueles momentos em que você tem que estar ali, participando. Eu creio que vou me sentir mal, se eu não fizer isso. Porque eu acredito na luta, é parte da minha vida. Não me sentiria bem isolada aqui, só criando filho, e cuidando da agricultura. [...] Aqui em casa a gente queria ter uma palhoça, e em todo final de tarde convidar o povo e fazer uma discussão. Já pensou? Durante o dia, eu conseguir administrar a minha horta, já tratei as galinhas, fiz o meu serviço, e, no final de tarde, a gente poder estar com a comunidade discutindo. Isso é muito bom. Não é ir para casa dormir, e ficar naquela rotina (Efigênia).

Quando você começa a participar do movimento, isso transforma a sua vida, porque você deixa de viver naquele mundinho que era só seu, e você começa a perceber o mundo. Um mundo que você faz parte dele, um mundo que você pode contribuir para transformar ele, e que você começa a saber a importância que você tem nele. [...] Quando você não participa de nada, você vive aquilo ali, você não se importa com um vizinho, com as outras pessoas. Quando você sai dele, você começa a perceber que outras pessoas precisam de você, que você tem algo para dar para outras pessoas, que você pode estar transformando (Neneide).

Dentro dos diversos movimentos, a prioridade delas tem sido dar visibilidade às experiências agroecológicas realizadas por mulheres, estimulando a participação de outras companheiras em eventos públicos e para que assumam tarefas de liderança, colocando em evidência os seus pontos de vista nos espaços mistos. Essas estratégias são usadas tanto nos grupos de base, quanto nos movimentos sociais rurais mais amplos.

Na CONTAG, por exemplo, já existe uma organização das mulheres consolidada desde meados da década de 1980, que vem sendo bastante fortalecida com a realização das Marchas das Margaridas, promovidas em conjunto com outras entidades representativas de mulheres rurais a partir do ano 2000. Nos movimentos que fazem parte da Via Campesina (MMC, MST, MPA, entre outros) – com exceção do MMC, que tem uma política específica – também existem articulações internas que discutem gênero e mulheres, buscando construir um programa e estratégias de ação para incorporar essas questões nas suas pautas.

Dentro do MPA, desde 2003, a gente tem o coletivo de gênero. Fizemos um seminário nacional, tinha um companheiro e uma companheira por Estado, eram 15 na época. E foi uma discussão muito boa. Ficou mais claro que, embora se tenha espaços comuns [com homens e mulheres], era imprescindível os espaços específicos, para que a gente pudesse avançar no debate da participação das mulheres. Historicamente, nos movimentos camponeses, essa participação sempre foi relegada à invisibilidade. É uma participação encoberta; embora esteja mudando aos poucos (Maria).

No MST, desde os anos 1990 já tinham Encontros de Mulheres. Depois, se fez o Setor de Gênero. [...] A prioridade era reconhecer que as mulheres faziam parte da luta, e dar espaço para elas na produção. Fomos passando por várias discussões: sobre a titulação da terra, sobre a documentação, a participação das mulheres nos assentamentos, a discussão política. Até chegar nas grandes ações realizadas só pelas mulheres, depois de 2006. Em 2002 já tinha sido aprovado o Setor de Gênero, o que para nós foi um avanço muito grande. Passamos a sugerir que em todas as instâncias de coordenação 50% fossem mulheres, para fomentar a formação política delas. Depois isso teve um grande reforço com a organização da Coordenadora Latino Americana das Organizações do Campo (CLOC) e da Via Campesina. A gente deu grandes saltos, ao reconhecer a história de luta das mulheres, e trazer o debate dos sujeitos políticos. A gente ainda tem muitos desafios: juntar o debate de gênero com o de classe, que é importante pra nós; a formação política das mulheres, para que elas possam

participar em igualdade de condições das discussões gerais; e os temas trazidos pelo feminismo, que são difíceis para nós: violência, homossexualidade, aborto, trabalho doméstico. Dentro dos temas da agroecologia, nossa prioridade é fortalecer os grupos de mulheres, e o estudo desses temas (transgênicos, sementes, biodiversidade) entre elas, porque antes só os homens é que dominavam essas informações. (Lourdes).

Na nossa pauta interna, queremos que as experiências agroecológicas das mulheres sejam reconhecidas; e que a agroecologia seja uma política estratégica do movimento sindical. São coisas que a gente ainda tem que promover aqui dentro [da CONTAG]. Estão no discurso genérico, mas poucas coisas foram incorporadas (Carmen).

Existe um entendimento entre essas lideranças de que tais questões precisam ser constantemente discutidas, pois, na maioria dos movimentos mistos existe, uma sub-representação das mulheres nas suas direções; e que, para mudar essa situação, as próprias mulheres devem permanecer mobilizadas. Para Inês, que trabalha assessorando movimentos rurais, é preciso que as instituições de apoio à agricultura familiar dêem concretude à decisão (muitas vezes apenas retórica) de estimular a participação das mulheres. Para isso, elas teriam que desfrutar das mesmas oportunidades de formação, e, sobretudo, do acesso a informações em iguais condições que os homens, para poderem se posicionar. Beth, que também trabalha com assessoria, lembra que há uma diferença fundamental no entendimento do sentido dessa participação: entre os setores que reconhecem a existência de diferentes situações vividas por homens e mulheres no meio rural, mas situam essas diferenças em uma lógica de “complementaridade” de funções; e aqueles que, desnaturalizando essas diferenças, propõe-se a agir no sentido de questionar as desigualdades existentes.

A gente tem que garantir a presença das mulheres em todos os espaços, senão corre o risco de levar só homens. Se a gente não fizesse esse esforço de facilitar a presença das mulheres, elas não vêm, porque elas têm mais dificuldades de participar. A gente tem que fazer o máximo de esforço para levar mais mulheres para participar. Se você tiver um espaço só de homens, você não vai ter a opinião das mulheres, e a gente não quer isso. Mas não pode ter só número, elas têm que estar preparadas (Efigênia).

As mulheres ainda têm que batalhar muito para conseguir o seu espaço. Nunca ele é dado. A gente tem que estar lá desde o início, reivindicando, exigindo respeito. Aqui, por exemplo, no EPA [Encontro Potiguar de Agroecologia, prévio ao II ENA de Recife], a Rede Xíquexique indicou o meu nome para participar de uma mesa como palestrante, mas foi muito difícil de passar, porque eu era uma agricultora. É muito difícil os homens reconhecerem que as mulheres também fazem agroecologia, que as mulheres estão se incluindo nisso, estão lutando por isso (Neneide).

Na construção de grandes ações públicas, várias alianças têm sido feitas pelos movimentos de mulheres e pelas mulheres que participam dos movimentos mistos (na ANA, na Marcha das Margaridas, nas ações da Via Campesina), o que tem sido reconhecido por elas como uma política positiva, porque possibilita o apoio mútuo entre as instâncias de mulheres e reforça o caráter feminista da sua luta. Essas alianças não são fáceis de serem construídas, pois existem diferenças políticas desde as origens de cada movimento.

Um dos crivos, por exemplo, é a questão de participar ou não de movimentos mistos, vistos por aquelas que estão nos movimentos só de mulheres como uma ação muito arriscada, pela possibilidade de as mulheres serem cooptadas por ou subordinadas aos homens. Já para aquelas que estão nos movimentos mistos, o risco maior é de isolamento dos movimentos só de mulheres, ou da perda da referência na luta maior do conjunto dos trabalhadores, desviando-se para questões secundárias.

Há entendimentos diversos entre essas lideranças e entre os movimentos sociais a que pertencem, sobre o significado e a necessidade do feminismo; mas resgata-se um sentido comum de políticas de fortalecimento da autonomia das mulheres.

O feminismo é fundamental para nos dar embasamento para tudo o que estamos fazendo agora. Digo que a Marcha das Margaridas é uma ação feminista. Tenho absoluta certeza. Ela questiona o modelo, ela questiona atitudes, processos profundos. É verdade que nem todas as mulheres que estão na Marcha têm essa mesma compreensão, umas mais, outras menos. Para nós, ser feministas significa ter clareza de que existem desigualdades, e que a gente precisa questionar, propor a transformação. Estamos vivendo em um mundo patriarcal e isso precisa ser mudado. Se não, eu poderia estar na secretaria de mulheres, e não estar questionando as questões estruturantes que fundam a desigualdade, que fundam a opressão das mulheres. Então temos que ter claro que, para estar aqui, tem que ser para desconstruir toda essa naturalização; a gente não vai repetir que é normal ser ofendida, ser discriminada, as mulheres ficarem caladas, não se mobilizarem (Carmen).

A nível nacional, a gente sente a necessidade de aprofundamento teórico, e o tema feminismo já vem hoje como um tema estratégico para nós. Isso foi a partir do espaço que a gente conquistou com essa luta. Isso não é nada consensual, mas é um avanço. Internamente tem sempre um enfrentamento constante, um debate político. Mas as ações têm propiciado que a nossa causa seja mais respeitada. Na ação de 2006, por exemplo, muitos dirigentes diziam: "Vocês não vão ser capazes, vocês nunca fizeram lutas sozinhas, participam junto, mas nunca só vocês". E aí nos dissemos: "Mas nós queremos, nós queremos mostrar para nós mesmas que a gente é capaz, que as mulheres têm condições". Então é a questão de assumir o comando. No 8 de março, as mulheres do MST vão assumir o comando das mobilizações, das negociações, seja com governos dos Estados, seja com o poder judiciário. É um pouco esse exercício que a gente vem fazendo para mostrar essa nossa capacidade política e organizativa. Sempre em alianças com outros movimentos: Via Campesina, Marcha Mundial de Mulheres, eles

foram fundamentais, a gente nunca trabalhou sozinha. Sempre tendo como referência a luta de classes; a gente se alia com movimentos que tenham essa clareza (Lourdes).

Eu já recebi críticas de ser feminista, de defender as mulheres, de ser advogada das mulheres. É preciso mesmo que as mulheres se reconheçam, se valorizem. Tinha uma senhora no grupo que dizia assim: “Antes eu me calava, eu não tinha coragem de nada, nem de me apresentar. Eu tinha medo até de falar.” E depois que começou o grupo, ela disse que aprendeu que gênero era isso, era não se calar (Del).

O movimento feminista é visto como radical. Eu acho que não se deve ser radical. Porque senão atrapalha a nossa luta, que nós temos que ir construindo. Mas jamais a gente tem que baixar a cabeça, isso não. A gente tem que continuar a lutar por aquilo que acredita, tentando construir esse diálogo. Eu acho que ser feminista é isso, é nunca mais as mulheres terem que baixar a cabeça para os homens (Efigênia).

Sempre achei que eu estava no lugar certo, como liderança, como mulher. O mundo a vida inteira foi manobrado por homens, e a gente chegou no ponto que chegou. E nós temos que ser companheiros, os homens e as mulheres. Eu sempre digo isso para os companheiros: “Você pode ter a melhor posição do mundo, mas se você não dialogar com a sua companheira, o negócio não vai para a frente”. Isso reforça que tem que ter um diálogo, do gênero, do homem e da mulher (Zulmira).

Eu sou feminista, com certeza! Eu acho que quem faz o feminismo é quem vive ele, quem passa pelas dificuldades. Eu entendo que ele é um movimento de transformação, e quem transforma é quem está sentindo o problema. Se eu quero transformar a minha vida, é porque eu estou passando por uma discriminação, por ser mulher, e junto com outras mulheres eu vou tentar transformar essa realidade que eu vivo, porque elas passam pelas mesmas dificuldades que eu. Eu acho que unir a história do local ao global é impressionante na vida da gente. Quem faz essa transformação é a base, é quem está vivendo ali. Se as mulheres da universidade, as mulheres da cidade, elas estão se organizando, é porque elas têm algum motivo também. Com certeza isso vai contribuir com aquelas que estão passando por outros problemas. Eu acho que nós agricultoras ainda somos mais oprimidas, pelo que a gente vive, pelo que a gente faz, pelo que falta pra gente. Eu me considero feminista por tudo o que eu posso estar transformando a minha vida, mas também estar transformando esse mundo (Neneide).

Quando perguntadas sobre como viam o seu futuro como militantes da agricultura ecológica, as respostas foram no sentido de aprofundar ainda mais os processos de transição agroecológica que haviam iniciado. Com mais recursos, com mais conhecimento, mais experiência, porém seguindo na mesma linha em que vinham trabalhando até aquele período.

Com relação à terra, eu queria ter algumas coisas que eu não tenho hoje – todas essas plantas que ainda não são produtivas, eu gostaria de estar me dedicando a elas, estar processando aquelas frutas, estar vivendo daquilo ali, de tudo o que a gente plantou. Eu queria ter um processador dos meus

produtos, para poder ir fazendo e ensinando para os outros – um galpão, para poder mostrar para os outros, principalmente para a comunidade, para passar o conhecimento. A minha maior vontade é estar passando o conhecimento para as pessoas (Del).

Primeiro, a gente quer uma propriedade agroecológica, produzindo direitinho, sustentável. E essa luta pelo trabalho das mulheres, para mim já está claro; e quero que esse trabalho melhore ainda mais, no sentido de estar conscientizando outras mulheres. A gente já faz isso, mas quer fazer um trabalho maior, ir para comunidades onde há mulheres que não participam, e trazendo elas para a luta (Efigênia).

Pensando na região, primeiro a gente precisava ter energia elétrica; e a documentação das áreas, para poder dar segurança; e teria que discutir um projeto para a comunidade, para que a gente não se perdesse nesses projetos grandes que estão aí. Na associação, discutimos isso, nós não queremos que isso aqui seja inundado de NPK [adubo químico]. Nós queremos que Monte Sião continue tendo segurança alimentar, e com isso, qualidade de vida, saúde, porque aí você tem força para trabalhar. [...] Tendo energia elétrica, vamos poder ter uma fábrica de chocolate orgânico; vamos poder ter uma usina para beneficiar o nosso arroz; pegar o que sobra do arroz para transformar em ração alternativa para as aves; produzir a nossa alimentação em escala, para poder fornecer para a comunidade, galinha caipira, outras coisas. Temos muita semente, muito composto orgânico, muita fruta; 50% a gente usa, e o resto a gente vende. Precisa ter energia para poder processar e não perder. É nesse estilo que a gente sonha (Zinalva).

Eu tenho contribuído e posso contribuir bastante na história da troca de experiências, de estar passando, de estar aprendendo. Eu acho que eu sempre quero aprender mais, e a minha missão é estar passando o que estou aprendendo para as outras pessoas. E estar junto nas reivindicações, nas mobilizações, eu acho que eu nunca vou me cansar da luta, que da luta, eu acho que ninguém se cansa. Para que os nossos netos não venham a passar o que a gente passa hoje. Eu acho que isso é muito importante, eu acho que a minha missão é essa, é estar tentando transformar a realidade do que a gente vive. É ir colocando o quanto a agroecologia é importante; o quanto é importante a gente ter outro sistema de economia sem ser esse sistema capitalista; e ir contribuindo mesmo para essa transformação social. E para a inclusão das mulheres nos espaços. Eu não me vejo hoje fora dos movimentos de mulheres; eu acho que o movimento de mulheres transformou a minha vida (Neneide).

Para essas lideranças, está claro que esse mundo diferente teria que ter igualdade de oportunidades para as mulheres, e, sobretudo, teria que ser um mundo sem violência. Neneide exemplifica lembrando o esforço que fizeram, em 2006, para levar essa questão para o II ENA, em Recife. Durante o período de preparação para o Encontro, havia ocorrido um caso de espancamento de uma mulher no assentamento de Mulungunzinho, em uma família que trabalhava de forma ecológica. Muitos achavam que a questão da violência contra as mulheres não tinha nada que ver com o tema da agroecologia. Porém, as mulheres do grupo não concordaram: se a proposta era mudar as relações entre as pessoas, o exemplo tinha que começar em casa. Após fazerem mobilizações dentro do

próprio assentamento, foram para o Encontro em Recife dispostas a forçar a incorporação desse tema na pauta geral. Na abertura do II ENA, elas entraram no auditório com faixas e cartazes alusivos à questão, e a própria Neneide fez uma fala bastante contundente, que concluía com a frase: “*De que adianta termos produtos limpos de agrotóxicos se estão sujos com o sangue das mulheres?*”.

A ousadia em propor a discussão de um tema que desnuda aspectos encobertos sobre as famílias rurais é mais um exemplo de que essas mulheres não estão dispostas a participar dos movimentos de forma incondicional. Em vários outros discursos, percebe-se que elas estão atentas às diversas formas como a violência contra as mulheres se expressa no meio rural, e estão dispostas a enfrentar esse debate.

Eu queria ver as mulheres no poder, que elas tivessem uma condição real de transformação. Obviamente nem todas iriam para o poder; mas se elas estivessem mais próximas, como iam mudar as coisas! E tem outra coisa que mexe muito comigo, é a violência contra as mulheres. Uma das chagas mais terríveis que existe. Não é só a violência física, é aquela violência que a gente vive inclusive no meio dos companheiros, aquele olhar que diz que você é menos, que te põe para baixo. Se você não tiver força interior, você fica com a cabeça e os olhos baixos. Então eu queria ver as mulheres no poder, porque eu acho que é uma “meia-condição” para mudar muita coisa. E eu queria que não tivesse nenhum tipo de violência, pois as mulheres têm sido historicamente as maiores vítimas. Eu olho para elas, e consigo ver quando elas têm uma coisa presa, que não conseguem falar, não conseguem dizer com toda a plenitude, porque elas têm medo de abrir a boca em uma reunião onde só tem “sabichões”. Essa coisa é muito forte. Muitas não conseguem resistir, se recolhem que nem um jabuti na casca, e morrem dentro da casca, morrem pra vida, morrem para a possibilidade de lutar, de ser gente, de ajudar os filhos, de ajudar a sociedade. Essa é a maior angústia que eu tenho. Autonomia financeira é muito importante, mas isso é muito mais (Carmen).

Quando eu penso em um mundo diferente, seria um mundo sem violência, com muita paz, integração social, não teria desigualdade. Todo mundo teria alimento, mercado para os seus produtos, ia poder produzir. Seria um mundo de paz, um primeiro mundo. Não ia precisar um tirar do outro. Também sem violência contra as mulheres. Porque a falta de recursos tensiona tudo, você tensiona o mais fraco, e nessa parte, quem se torna mais frágeis são as mulheres, são os jovens, são os nossos filhos. E o sistema impõe, a gente acaba se revoltando contra o outro, em vez de se unir. Se a gente tivesse como atingir nossos objetivos, a gente tinha como melhorar o crescimento de todos (Zulmira).

A gente faz muito essa discussão no MMNEPA, de que as mulheres não querem ser mais que os homens, mas iguais. Não adianta nada eu dizer que vou capacitar as mulheres para serem melhores que os homens. Você vai estar fazendo o mesmo que os homens estão fazendo. Vamos lutar para que nós sejamos respeitadas da mesma forma, tanto homens quanto mulheres, porque o respeito está acima de tudo. Eu quero ser respeitada, e para eu ser respeitada, tenho que respeitar antes, homens e mulheres (Zinalva).

Se a mulher é importante na agricultura familiar, por que ela não é valorizada? A mulher é importante para manter a família lá, trabalhando, isso é necessário. Quando você coloca essa discussão, as pessoas vêm com perguntas assim: "Ah, mas se tu vai discutir questão de gênero, evidentemente vai haver separações, divórcios, isso vai acabar com a agricultura familiar." Eu digo: "Se isso for o custo que a agricultura familiar tem que pagar, se essa é a condição, não respeitar o direito de cada um, de ir e vir, de viver a sua vida, então, paciência." É a mesma lógica que aceitar uma sociedade que faz a mutilação genital, como dado de uma cultura. É você aceitar tudo acriticamente (Inês).

O depoimento de Izanete resume, de certa forma, um conjunto de posições que podem ser encontradas, fragmentados, nas falas das demais. A consciência de ser militante de movimentos que estão se propondo a transformar as relações entre os homens e as mulheres, assim como as relações das pessoas com o ambiente natural, e de que essa transformação, no meio rural, passa pela discussão de um novo modelo de produção, como foi apontado anteriormente.

Como eu me defino hoje: sou mãe, esposa, agricultora, e militante. Não posso me ver sem ser assim. Sou uma pessoa, uma cidadã, que luta para mudar o mundo. Essa é a minha religião. [...] Eu acho que seria terrível minha vida, se eu não pudesse acreditar no movimento, na luta; eu não consigo me ver sem isso. E é principalmente uma luta das mulheres, apesar de ser uma luta social. Porque eu estou dentro de um movimento de mulheres, é um espaço privilegiado para poder levar essa luta. A luta mais importante da minha vida é a luta das mulheres, porque essa luta vê o todo. A gente luta por outro modelo, por crédito, pela terra, para mudar a família. Eu posso estar enganada; tem gente que diz que a gente faz "lutinhas". Eu não concordo, porque eu acho que o movimento de mulheres é muito amplo. Ele enxerga tudo: é contra o capital, é contra essa organização de família que está aí, que explora as mulheres, explora os filhos. O jeito de se organizar a família também sustenta o capitalismo, que está explorando os homens e as mulheres. É completo. Olha a natureza, olha a vida como um todo, tudo o que está aí, sobre a Terra. A Terra, que é o suporte da gente. A gente compara as mulheres com a Terra: sem a Terra, não tem vida. E sem a luta das mulheres, não tem vitória, não tem vida. E a gente diz também que sem feminismo, não há socialismo. Pode até se começar um socialismo, mas não vai chegar muito longe, porque daí a exploração vai continuar (Izanete).

CONCLUSÃO

Realizei esta pesquisa inspirada por uma preocupação pessoal, proveniente da minha vivência como assessora de movimentos sociais rurais. Fui testemunha, durante muitos anos, das dificuldades encontradas pelas mulheres participantes dos movimentos da agricultura familiar, para fazer valer os seus pontos de vista como sujeitos sociais e políticos. Apesar do seu aparecimento público a partir da década de 1980, com movimentos e reivindicações próprias, eram muitas as contradições vividas por essas mulheres para conciliar suas vidas pessoais com a militância política, considerando as suas condições específicas de vida, em que o trabalho e a família constituíam universos tão estreitamente vinculados. Nos movimentos agroecológicos, a situação não era diferente.

No início dos anos 2000, um novo cenário começou a se delinear no campo agroecológico, e que veio a ser sentido também em outras esferas (no movimento sindical rural, de luta pela terra, entre outros): as mulheres agricultoras passaram a apontar para novas questões, fazendo exigências para o Estado, para a sociedade, e para os próprios movimentos, que iam além da simples sobrevivência do modo de vida camponês: questionavam o lugar destinado a elas nesses modelos. Ademais, começavam a desenvolver políticas de aliança próprias, organizavam eventos públicos, enfim, mostravam força política. Nas discussões propostas por elas, emergiam questões claramente vinculadas com o campo ambiental, ao mesmo tempo em que se reivindicavam temas historicamente trazidos pelo feminismo. Foi o reconhecimento dessa realidade que me fez buscar entender como puderam dar esse salto, assumindo um discurso militante que procurava, justamente, integrar esses dois campos, do ambientalismo e do feminismo. Estava claro que estavam se constituindo como novos sujeitos políticos, e esse aparecimento na cena pública merecia atenção.

Os estudos tradicionais sobre a agricultura familiar e o campesinato costumam descrever a realidade das famílias como sendo um ideal de complementaridade de papéis e de tarefas entre os sexos e as gerações, centrada nas suas necessidades em garantir a sobrevivência de todos e, sobretudo, na reprodução daquele modo de vida diante de um mundo hostil que permanentemente está empurrando-o para o caminho da dissolução. Com exceção do trabalho de algumas feministas, muito pouco se conhece sobre as relações que se estabelecem no interior dessas famílias, entre os seus membros, e que definem as formas como cada pessoa vive a condição de agricultor familiar. Da mesma forma, nos estudos que embasam a agroecologia, encontra-se essa barreira: a visão da família como um todo homogêneo e integrado, onde os sujeitos reais não são enfocados em seus desejos

e necessidades. Utilizando-se apenas esses referenciais teóricos, seria difícil entender como essas mulheres, reivindicando-se “camponesas”, poderiam vir a público trazendo questões, que, no limite, poderiam provocar a dissolução de um modo de vida tão idealizado, rompendo com o mito da família harmônica e perfeita. Por outro lado, à primeira vista, o discurso dessas lideranças trazia também as marcas das suas atribuições de gênero, centrado nas questões da reprodução e dos cuidados: seriam essas propostas realmente inovadoras do ponto de vista das lutas das mulheres?

Para chegar a uma compreensão mais próxima de como foi possível, para elas, romperem com esses dilemas na prática, e entender os processos através dos quais elas estavam se constituindo como sujeitos políticos, sendo ao mesmo tempo *agricultoras ecologistas* e *feministas*, foi necessário combinar uma série de abordagens, teóricas e empíricas, que fossem além do que já estava dito até então, seja sobre os movimentos de mulheres e o feminismo, seja sobre os movimentos camponeses e a sua relação com o meio natural. A combinação do estudo da história do feminismo, e, em particular, das diversas correntes dentro do ecofeminismo, com a reconstrução das histórias de vida dessas mulheres, foi o que me permitiu avançar, em termos teóricos e metodológicos, na abordagem do objeto da pesquisa.

Em primeiro lugar, a análise do envolvimento delas com as lutas sociais por igualdade de tratamento diante do Estado e da sociedade, pela garantia dos seus direitos, mostrou um caminho que já havia sido trilhado por muitas outras mulheres ao longo da história: se pensarmos nas lutas das mulheres desde a Revolução Francesa, passando pelo sufrágio do século XIX até os movimentos contestatórios da década de 1960, ou as camponesas indianas da década de 1980, encontraremos muitos casos em que, na luta pela ampliação dos seus direitos, orientadas por um desejo de igualdade de tratamento, as mulheres descobriram a necessidade de refletir sobre a sua própria condição e organizar-se em espaços próprios. Fizeram-se “feministas” por força da necessidade, porque no decorrer do processo descobriram a opressão de gênero; viram-se cerceadas, porque eram mulheres, no seu mais elementar direito de expressão e articulação.

Uma segunda questão diz respeito à sua inserção dentro da agricultura familiar. O ecofeminismo, e, particularmente sua vertente construtivista permitiu que se fosse além da simples constatação sobre as divisões de tarefas ou valorizações diferenciadas das contribuições dos sujeitos dentro desse modelo de produção. Mostrou como o acesso aos recursos produtivos (incluindo o meio natural) e aos bens simbólicos associados à agricultura familiar é marcado pelas relações de poder entre homens e mulheres, e que

existem limites que impedem que as mulheres possam interferir no uso desses recursos. Por outro lado, evidenciou o quanto o envolvimento das mulheres com os temas da reprodução e dos cuidados está relacionado com as suas atribuições de gênero – ainda que elas mesmas estejam gestando propostas para quebrar com essa exclusividade. Mostrou ainda que a valorização atribuída por elas a aspectos das relações entre os seres humanos e a natureza está vinculada com o fato de terem uma inserção determinada na estrutura produtiva, acompanhada da construção da sua subjetividade como “cuidadoras” das pessoas e dos demais seres, o que não acontece com os homens.

Essas teorias podem ajudar a elucidar relações sociais que não estão evidentes, à primeira vista; que estão escondidas atrás de estereótipos; de normatizações sobre como deveriam ser homens e mulheres, disfarçadas de descrições da realidade (à semelhança do que fizeram tantos pensadores androcêntricos); e que, em última instância, obstaculizam o avanço de propostas emancipatórias para todos. A pesquisa mostrou, com relação ao espaço ocupado pelas mulheres, várias dessas questões:

- o seu papel como criadoras/transmissoras de uma cultura camponesa, que se expressa, por um lado, nas atividades que ainda estão sob sua responsabilidade e que elas têm a função de perpetuar. Mais do que as atividades ou tarefas em si, o que está em jogo é a transmissão às novas gerações de valores e símbolos, associados à autonomia, à “dignidade camponesa” (por exemplo, com relação às questões da alimentação e da saúde) – temas sobre os quais elas podem dar testemunhos muito mais “pro-ambiente” do que os homens, em função das suas atribuições e papéis sociais atuais. Elas não atuam como meras transmissoras desses valores; são também criadoras de “novas tradições”.

- do ponto de vista das condições concretas para o exercício da suas atividades, é evidente o cerceamento à autonomia, e a inexistência de garantias ao exercício dos seus direitos, expresso no seu precário acesso à terra, aos insumos, ao crédito, às informações, além da sua inserção subordinada na gestão das propriedades. As mulheres enfrentam ainda enormes dificuldades para assumir papéis de liderança, dadas as interdições a que são submetidas e à sua constante desvalorização social.

- do ponto de vista da agroecologia, a não focalização nas mulheres agricultoras como sujeitos plenos de direitos está deixando a descoberto todo um conjunto de possibilidades de enriquecimento dos movimentos, seja do ponto de vista das atividades dominadas por elas, sobre as quais elas já têm saberes acumulados; seja do ponto de vista da construção da equidade social e de gênero, tão apregoada e tão pouco promovida. A agroecologia não

cumprirá seus propósitos de ser uma teoria e um modelo para a ação emancipatória dos camponeses, se não se ocupar também, teórica e praticamente, do enfrentamento às questões da subordinação das mulheres agricultoras.

A análise do material obtido permitiu compor um complexo caleidoscópio sobre a forma como essas mulheres pensam o seu papel como militantes das causas das mulheres e da sustentabilidade. As lideranças enfocadas neste estudo vêm de diferentes origens e trajetórias, e encontram-se comprometidas com diferentes movimentos sociais, com distintas prioridades políticas e formas de organização. Não fazem parte de um grupo homogêneo; seus discursos, muitas vezes, parecem “colchas de retalhos”, com referências aqui e ali de linhas programáticas distintas entre si; mas compartilham algumas preocupações, e se organizam, dentro dos movimentos e instituições que fazem parte da ANA, para fazer valer seus pontos de vista, enquanto mulheres, no campo agroecológico.

Elas são ciosas da imagem de que são mulheres lutadoras, não pensando apenas em si mesmas, mas cumprindo um papel dentro de uma coletividade como militantes no campo da agroecologia e também da emancipação das mulheres. “*Da luta eu não abro mão*”, assim como “*minha causa é a causa das mulheres*” ou “*sou uma ambientalista*”, “*sou uma feminista*”, são expressões que apareceram reiteradamente, às vezes de forma concomitante, em várias histórias. As imagens de serem sujeitos da própria vida, de decidirem os riscos a assumir, os rumos a tomar, como mulheres e como agricultoras, são muito fortes para todas elas.

Os relatos mostram que os caminhos que trilharam para assumir a militância social não foram tranquilos. Como mulheres, enfrentaram muitos entraves, seja na família de origem, nas novas famílias que formaram, nas comunidades, no mundo institucional. A lógica patriarcal deslegitima a participação social das mulheres em espaços que não sejam os consentidos (na igreja, nas associações recreativas e filantrópicas, na família); para poder romper essas barreiras, elas tiveram que usar diferentes estratégias, que implicaram inúmeros custos, pessoais e familiares. Por isso, se consideram “lutadoras”, enquanto mulheres. Também reconhecem que ganharam muito com isso (prestígio, conhecimento, ampliação de horizontes, experiência de vida); não fogem de falar dos problemas que enfrentaram; mas, apesar deles, seus relatos não são nunca amargos, ressentidos; são sempre estimulantes, para que outras mulheres saibam como é bom se sentir seguras de si mesmas.

No espaço de trabalho cotidiano, a agroecologia apareceu para muitas delas como uma forma promissora de trabalhar, que valorizava a própria contribuição na construção dos conhecimentos e combinava formas sustentáveis de produção. No entanto, havia (e há) limites claros para o seu envolvimento nas questões produtivas da agricultura. Para começar, o seu precário acesso aos meios de produção. Em segundo lugar, o seu papel subordinado na gestão das propriedades. E, ainda, a desvalorização histórica das suas tarefas na agricultura, voltadas para a alimentação da família, e consideradas menos importantes do que as lavouras comerciais. Por isso, são “lutadoras” também dentro do campo agroecológico. Não abrem mão de sua identidade como agricultoras, trabalhadoras da terra, e querem ser reconhecidas como integrantes desses movimentos, nessas condições.

É igualmente forte a imagem, que perpassa seus discursos, de que não se consegue nada sem se organizar coletivamente. Todas reconhecem o papel das instituições, grupos, nos quais iniciaram a sua militância. Onde aprenderam que o seu papel no mundo não era de “esperar as coisas caladas”. Em particular, a importância dos grupos de mulheres, onde perceberam que as inquietações que atravessavam as suas vidas, na forma de preconceitos ou injustiças contra as mulheres, não eram fortuitas ou particulares, mas um fenômeno social, expressão da subordinação do feminino em um mundo patriarcal. Expressões como “eu não seria ninguém sem esse grupo”; “tudo o que eu sou devo ao movimento”; “eu não represento a mim mesma, mas a um coletivo”, estão sempre presentes em suas falas.

Como visto, essas lideranças chegaram à militância política por diferentes vias. Seu engajamento se deu não apenas por conta de “lutas imediatas pela sobrevivência”, mas também porque acreditavam que era necessária a mudança do próprio modelo produtivo. Descobriram-se capazes, junto com as organizações nas quais militavam, de construir novas propostas de desenvolvimento rural, e buscaram meios, na sociedade, de influenciar na adoção dessas propostas.

As lideranças que estamos tratando aqui encontraram oportunidades para se reforçarem mutuamente na aproximação com distintos movimentos de mulheres – por exemplo, com a constituição do GT-Mulheres da ANA, e nas alianças entre a Comissão de Mulheres da CONTAG, o Movimento de Mulheres Camponesas, e movimentos feministas mais amplos como a Marcha Mundial das Mulheres. Por meio dessas aproximações têm conseguido avançar sobre várias questões que envolvem as mulheres, com relação aos sistemas de produção camponeses e também com relação à sociedade em geral – ainda que permaneçam existindo muitas divergências entre esses movimentos. Projetam, em

conjunto, uma utopia social na qual há espaço tanto para a sustentabilidade ambiental, como para uma inserção mais igualitária das mulheres (e de outros grupos hoje oprimidos) nas estruturas sociais.

Existem elementos comuns nos discursos e nas práticas dessas lideranças que refletem sua visão sobre a sustentabilidade na agricultura e o papel da agroecologia em sua construção. Em primeiro lugar, observamos a reafirmação, em suas propostas, do modo de vida baseado em formas de organização familiares de produção como condição de um futuro sustentável no meio rural. Elas se colocam, portanto, como lideranças no campo da defesa da agricultura familiar ou camponesa, pensado em sentido amplo. Esse modo de vida teria que ser baseado em novas formas de relacionamento entre as pessoas e a natureza, em uma perspectiva não destruidora; mas também teria que incorporar as demandas dos diferentes sujeitos políticos da agricultura familiar, como foi apontado.

Os temas da alimentação e da saúde das pessoas e do ambiente (relacionadas com as questões da preservação da biodiversidade e do ambiente limpo) se destacam em seu discurso e em suas práticas como importantes na construção desse modelo, em uma perspectiva de integração das pessoas com o meio-ambiente; temas com os quais essas lideranças se sentem particularmente comprometidas, em função de suas experiências pessoais como responsáveis pelas tarefas do cuidado e da reprodução dentro das famílias. Nesse debate, vários assuntos se entrecruzam: questionam particularmente a divisão sexual do trabalho existente no meio rural, a atribuição praticamente exclusiva às mulheres do trabalho doméstico, as visões estratégicas divergentes entre homens e mulheres sobre o futuro da agricultura, a necessidade de controle das pessoas sobre a própria saúde, a degradação ambiental causada pelo modelo produtivo.

Essas mulheres resgatam as experiências acumuladas que detêm nesses campos, exigindo a sua valorização; porém, recusam-se a reforçar a idéia de que esses temas sejam exclusividade feminina. Por outro lado, a forte politização com que essas lutas vêm sendo colocadas publicamente – com ações de enfrentamento a grandes empresas, a laboratórios transnacionais, disputas por políticas públicas, críticas a acordos comerciais internacionais – evidenciam que não se trata, para elas, de “lutinhas” menores (expressão usada por Izanete), mas de embates públicos de projetos em que as mulheres estão dispostas a correr os riscos que sejam necessários para dar visibilidade às suas próprias propostas e influenciar a sociedade na tomada de decisões.

Os movimentos agroecológicos estão sentindo a presença dessas mulheres, e vêm, ainda que de forma paulatina, incorporando algumas questões nas suas pautas políticas e nas suas prioridades organizativas. Sua ação política dentro desses movimentos tem produzido resultados palpáveis tais como o reconhecimento da sua participação na construção das experiências de base, assim como a abertura de alguns espaços nos níveis de direção das entidades. Como afirmamos anteriormente, tomamos essas histórias de vida não como sendo “a norma” dentro do campo agroecológico. Pelo contrário, em muitos aspectos, significam exatamente “a singularidade”. Mas são exemplos de mudanças que estão ocorrendo, e é preciso reconhecê-las.

Essas mulheres estão mostrando, com sua ação, que é possível resistir, denunciar, organizar-se, construindo-se como sujeitos políticos que, a partir de suas múltiplas identidades, não se conformam com o destino “*injusto e amargo*” reservado a elas no patriarcado.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: HUCITEC/ANPOCS, 1992.
- AGARWAL, Bina. El género y el debate medioambiental: lecciones desde India. In: AGRA, Maria Xosé (comp.). **Ecología y feminismo**. Granada: Ecorama, 1998. p. 179-226.
- AMARAL, Waldiléia Rendeiro da Silva. **Do jirau ao geral: mulheres nos sindicatos de trabalhadores rurais no Estado do Pará, Brasil**. Dissertação de Mestrado. Belém: Universidade Federal do Pará, Centro de Ciências Agrárias, Embrapa Amazônia Oriental, 2007.
- ALMEIDA, Vanete. **Ser mulher num mundo de homens: Vanete Almeida entrevistada por Cornelia Parisius**. Serra Talhada: SACTES/DED, 1995.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002.
- ALTIERI, Miguel; YURJEVIC, A. La Agroecología y el desarrollo rural sostenible en América Latina. **Agroecología y Desarrollo**, v.1, p.25-36, 1989.
- ALVES, Maria de Fátima Paz. **Gênero e crédito no oeste Potiguar: uma experiência de inclusão e de articulação**. Brasília: MDA, 2007. 64p (NEAD Estudos, 13)
- AMORÓS, Célia; COBO, Rosa. Feminismo y ilustración. In: AMORÓS, Celia; DE MIGUEL, Ana (Eds.). **Teoría feminista: de la ilustración a la globalización. De la ilustración al segundo sexo**. Madrid: Minerva, 2005. v. 1; p. 91-144.
- AMORÓS, Celia; DE MIGUEL, Ana (Eds.). **Teoría feminista: de la ilustración a la globalización**. Madrid: Minerva, 2005. 3 v.
- ANA - ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Carta Política do II Encontro Nacional de Agroecologia**. Recife: ANA, 2006.
- ANA - ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Expressões da agroecologia**. Recife: ANA, 2006.
- ANTUNES, Marta. As guardiãs da floresta do babaçu e o tortuoso caminho do empoderamento. In: WOORTMANN, Ellen; MENASCHE, Renata; HEREDIA, Beatriz (Orgs); ALVES, Margarida. **Coletânea sobre estudos rurais e gênero**. Brasília: MDA/IICA, 2006. p.123 - 149

BARBOSA, Viviane de Oliveira. A caminho dos babaçuais: gênero e imaginário no cotidiano de trabalhadoras rurais no Maranhão. In: WOORTMANN, Ellen; MENASCHE, Renata; HEREDIA, Beatriz (Orgs); ALVES, Margarida. **Coletânea sobre estudos rurais e gênero**. Brasília: MDA/IICA, 2006. p. 35-54

BARRY, Kathleen. Teoría del feminismo radical: política de la explotación sexual. In: AMORÓS, Celia; DE MIGUEL, Ana (Eds). **Teoría feminista: de la Ilustración a la globalización. Del feminismo liberal a la posmodernidad**. Madrid: Minerva, 2005. v.2; p. 189-210.

BORDALO, Caroline Araújo. **Camponesas e trabalhadoras rurais: uma análise de duas tradições de participação e representação política**. Disponível em: <<http://www.alasru.org/cdaldasru2006/10%20GT%20Caroline%20Ara%C3%BAjo%20Bordalo.pdf>>. Acesso em: ago. 2008.

BORDIEU, Paul. **Razões práticas sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 1996.

BORGATTI, S.P. **NetDraw**: graph visualization software. Harvard: Analytic Technologies, 2002.

BORGATTI, S.P., EVERETT, M.G.; FREEMAN, L.C. **Ucinet for Windows**: software for social network analysis. Harvard, MA: Analytic Technologies, 2002.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia. **Políticas para as trabalhadoras rurais**: relatório de gestão. Brasília: MDA, 2007.

BURG, Ins Claudete. **Agroecologia e alternativas ecológicas**. [2009?]. Disponível em: <<http://agroecologiaealternativasecológicas.blogspot.com/>>. Acesso em: ago. 2008.

BURG, Inês Claudete. **As mulheres agricultoras na produção agroecológica e na comercialização em feiras no sudoeste paranaense**. Florianópolis, 2005. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Curso de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

BURG, Inês; MAYER, Paulo. **Alternativas ecológicas para a prevenção e controle de pragas e doenças**. Francisco Beltrão: Grafit, 1999.

BUSTINZA, Y. M. Agroecología y género: Una mirada al futuro o una situación conjuntural? In.: **América Latina en Movimiento – MAELA**. Disponível em: <http://alainet.org/active/show_texto.php3?key=2505> Acesso em: ago. 2008.

CAATINGA; CENTRO SABIÁ; DIACONIA. **Caderno de Experiências Agroecológicas**. Recife: Caatinga/Centro Sabiá/Diaconia, 2006.

CAPORAL, Francisco Roberto. **La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil**. 1998. Tese (Doutorado) - Programa de Doctorado em Agroecología, Campesinado e Historia, ISEC-ETSIAN, Universidad de Córdoba, Espanha, 1998.

CAPORAL, Francisco; COSTABEBER, José Antonio. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CARNEIRO, Maria José. Mulheres no campo: notas sobre a sua participação política e a condição social do gênero. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n.2, p.11-22, jun. 1994.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 9, 2^o. Sem., p.22-55, 2001.

CARVALHO, Horácio Martins de. O campesinato no século XXI. Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura de. **A invenção ecológica, narrativas e trajetórias da Educação Ambiental no Brasil**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura de. Biografia, identidade e narrativa: elementos para uma análise hermenêutica. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 9, n.19, p.283-302, jul. 2003.

CARVALHO, José Wilson Costa de. **Processo de construção da Rede Xiquexique de Comercialização Solidária**. Recife: UFRPE, 2006. 53p. Trabalho de conclusão de curso. UFRPE, 2006.

CASA DA MULHER DO NORDESTE. **As mulheres construindo a agroecologia e a economia solidária**. Afogados da Ingazeira: Casa da Mulher do Nordeste, 2006.

CASA DA MULHER DO NORDESTE. **As mulheres na agricultura de base familiar**. Um trinômio real: produção agrícola, criação de animais e artesanato. Afogados da Ingazeira: Casa da Mulher do Nordeste, 2006 (Cadernos Diagnóstico, vol. 2).

CAVANA, Maria Luísa. La relación instrumentalizadora com la naturaleza. In: CAVANA, M.L.; PULEO, A.; SEGURA, C (Coords.). **Mujeres y Ecología**: historia, pensamiento, sociedad. Madrid: Al Mudayna, 2004. p.11-20.

CENTRO FEMINISTA 8 DE MARÇO. **Construindo cisternas, desconstruindo tabus**: mulheres capacitando mulheres para o acesso à água. Mossoró: Centro Feminista 8 de Março, 2006. 40p. (Cadernos 8 de Março, no. 7).

CENTRO FEMINISTA 8 DE MARÇO. **Mulheres e semi-árido**: Diagnóstico de gênero do território de Apodi. Centro Feminista 8 de Março/ Projeto Helder Câmara: Mossoró, 2003. 38p. (Cadernos 8 de Março, no. 6).

CENTRO DA MULHER 8 DE MARÇO/ CUNHÃ COLETIVO FEMINISTA. **Mulher, pobreza e teimosia**. As Mulheres nos assentamentos da Reforma Agrária no Semi-árido do Cariri

Paraibano; diagnóstico sócio-econômico. João Pessoa: CM8/CUNHÃ/Projeto Dom Helder Câmara, 2004.

CETAP. [Site organizacional]. Meia Dois Comunicação, [2009?]. Disponível em: <<http://www.cetap.org.br>>. Acesso em: ago. 2008.

CHAMOCHUMBI, W. “El” agroecología y “la” género: **Matrimonio forzado o feliz sirvinacuy?** Disponível em: < <http://go.to.isat>>. Acesso em: nov. 2008.

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CMMAD (Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

CORDEIRO, Rosineide. Empoderamento e mudanças nas relações de gênero: as lutas das trabalhadoras rurais do Sertão Central de Pernambuco. In: SCOTT, Perry; CORDEIRO, Rosineide (orgs). **Agricultura Familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006. p.145-172.

CORRAL, Thais. De Miami ao Rio de Janeiro. In: CORRAL, Thais; OLIVEIRA, Rosiska. **Planeta fêmea**. Rio de Janeiro: CIM, 1993.

CORRAL, Thais; OLIVEIRA, Rosiska. **Planeta fêmea**. Rio de Janeiro: CIM, 1993.

DE MIGUEL, Ana. O feminismo en clave utilitarista ilustrada: John Stuart Mill y Harriet Taylor. In: AMORÓS, Celia; DE MIGUEL, Ana (Eds.). **Teoría feminista: de la ilustración a la globalización. De la ilustración al segundo sexo**. Madrid: Minerva, 2005. v.1; p. 175-210.

DE MIGUEL, Ana. **O feminismo ontem e hoje**. Lisboa: Ela por Ela, 2002.

D'EAUBONNE, Françoise. Le epoca del ecofeminismo. In: AGRA, Maria Xosé (Comp.). **Ecologia y feminismo**. Granada: Ecorama, 1998. p.23-52.

DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p.175-204, jan./abr. 2004.

DEERE, Carmen Diana; LEÓN, Magdalena. **O empoderamento da mulher**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

DESCARRIES, Francine. Teorias feministas: liberação e solidariedade no plural. In: SWAIN, T (Org.) **Feminismos: teorias e perspectivas. Textos de História**. Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB, Brasília: UnB, v.8, n.1/2, p. 9-46, 2000.

ECKERSLEY, Robin. **Environmentalism and Political Theory**: toward an ecocentric approach. Albany: SUNY, 1992.

EGGERT, Edla. **Educa-teologiza-ção**: fragmentos de um discurso teológico (mulheres em busca de visibilidade através da narrativa transcriada). 1998. Tese (Doutorado em Teologia) - Escola Superior de Teologia, Instituto Ecumênico de Pós-Graduação, São Leopoldo, outubro de 1998.

EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável**: origens e perspectivas de um novo paradigma. Guaíba: Agropecuária, 1999.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. [Site oficial]. [2009?]. Disponível em: <<http://www.forumsocialmundial.org.br>>. Acesso em: ago. 2008.

FOX KELLER, Evelyn. **Reflections on Gender and Science**. New Haven: Yale University, 1985.

FREEMAN, Linton. A set of Measures of Centrality Based on Betweenness. **Sociometry**, Vol. 40, N.1, 35-41, 1977.

FREEMAN, Linton. Centrality in Social Networks Conceptual Clarification. **Social Networks**, 1. (1978/1979) 215-239.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADAMER, Hans George. **Verdade e método**: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis: Vozes, 1998.

GARCÍA, Veronica Vazquez. Género, medio ambiente y desarrollo sustentable: reflexiones teóricas y metodológicas. In: GARCIA, Veronica Vazquez (Org.). **Género, sustentabilidad y cambio social en el México rural**. México: Colegio de Postgraduados, 1999.

GIULIANI, P. C. Silenciosas e combativas: as contribuições das mulheres na estrutura sindical do NE, 1976-86. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C (Orgs.). **Rebeldia e submissão**: estudos sobre condição feminina. São Paulo: F. Carlos Chagas/Vértice, 1989. p. 255-300.

GLIESSMAN, Stephen. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

GOMES, Denyse; AMARAL, Waldiléia. **Empreendimentos de mulheres rurais da Amazônia**. Articulação e caracterização das iniciativas. Belém: GTNA; Pão para o Mundo; 2005.

GOUVEIA, Taciana. **Muito trabalho e nenhum poder marcam a vida das mulheres.** Observatório da Cidadania, 2003/51. Disponível em: <<http://www.nead.org.br>>. Acesso em: 20 ago. 2004.

HARTMANN, Betsy. **Population, environment and security:** a new trinity. 2006. Disponível em: <<http://www.cwpe.org>>. Acesso em: ago. 2008.

HECHT, Susanna. A evolução do pensamento agroecológico. In: ALTIERI, Miguel. **Agroecologia:** bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002. p.21-52.

HEREDIA, Beatriz; CINTRÃO, Rosângela. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. In: O PROGRESSO das mulheres no Brasil. Brasília: UNIFEM/Fundação Ford/CEPIA, 2006.

HONÓRIO, Renata Gonçalves. **Acampamentos:** novas relações de gênero (con)fundidas na luta pela terra do Pontal do Paranapanema. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/download.php?form=.pdf&id=317>>. Acesso em: ago. 2008.

KARAM, Karen. A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p.303-320, jan./abr. 2004.

KING, Ynestra. Curando las heridas: feminismo, ecología, y el dualismo naturaleza/cultura. In: AGRA, Maria Xosé (Comp.). **Ecología y feminismo.** Granada: Ecorama, 1998. p. 63-96.

KINGSFORD, Anna. **[Site oficial]**. 2005-2008. Disponível em: <<http://www.anna-kingsford.com>>. Acesso em: ago. 2008.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, H. **Tendências e impasses:** o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

LAURETIS, Teresa de. Eccentric Subjects: feminist theory e historical consciousness. **Feminist Studies**, v. 16, n. 01, 1990.

LECHAT, Noëlle Marie Paule. Relações de gênero em assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (RS): participação da mulher na produção e reprodução em unidades familiares coletivas. In: PRESVELOU, Clío; ALMEIDA, Francesca Rodrigues; ALMEIDA, Joaquim Anécio (Orgs). **Mulher, família e desenvolvimento rural.** Santa Maria: Ed. da UFSM, 1996.

LEPPÄNEN, Katarina. En paz con la tierra. In: CAVANA, M.L.; PULEO, A.; SEGURA, C (Coords.). **Mujeres y ecología:** historia, pensamiento, sociedad. Madrid: Al Mudayna, 2003. p.107-118.

LUZZI, Nilsa. **O debate agroecológico no Brasil**: uma construção a partir de diferentes atores Sociais. 2007. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro, 2007.

MAGALHAES, Reginaldo **A “masculinização” da produção de leite**. São Paulo: 2005 (mimeo).

MARTELETO, Regina. Análises de redes sociais aplicação nos estudos de transferência de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n.1, p. 71-81, jan./abr. 2001.

MARTÍNEZ ALIER, Joan. **El ecologismo de los pobres**. Conflictos ambientales y lenguajes de valoración. Barcelona: Icaria/Antrazyt/FLACSO, 2004.

MARTINEZ, Ana Sabaté. Género y medio ambiente en el desarrollo rural. In: ESTÉBANEZ, Nieves López; GARRIDO, Emilia Martínez; POMBO, Ester Sáez (Eds.). **Mujeres, medio ambiente y desarrollo rural**. Madrid: Instituto Universitario de Estudios de la Mujer/Universidad Autónoma de Madrid, 2004. p.81-109.

MEDEIROS, Leonilde. **Marcha das Margaridas**: novas nuances nas lutas por direitos no campo. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/analiseMostrar.cfm?coluna_id=3718>. Acesso em: ago. 2008.

MELLOR, Mary. **Feminismo y ecología**. Mexico: Siglo XXI, 2000.

MERCHANT, Carolyn. **The Death of Nature**: women, ecology and the scientific revolution. San Francisco: Harper Collin, 1981.

MERTENS, Frédéric et al. Network approach for Analyzing and Promoting Equity in Participatory EcoHealth Research. **EcoHealth** 2, 113-126, 2005.

MIYARES, Alicia. El sufragismo. In: AMORÓS, Célia; DE MIGUEL, Ana (Eds.). **Teoría feminista**: de la ilustración a la globalización. De la ilustración al segundo sexo. Madrid: Minerva, 2005. v.1; p. 245-294.

MOLINA, Manuel; SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. Ecología, Campesinado y História: para una reinterpretación del desarrollo del capitalismo en la agricultura. In: GUSMÁN, Eduardo; MOLINA, Manuel (orgs). Ecología, Campesinado y História,.Córdoba: Edimión, 1993.

MOURÃO, Patrícia de Lucena. **Agricultura familiar em Abaetetuba**: um olhar sobre as práticas agroecológicas e as relações de gênero. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

NOBRE, Miriam; FARIA, Nalu. Feminismo em movimento: temas e processos organizativos da Marcha Mundial de Mulheres no Fórum Social Mundial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.11, n.2, p. 623-632, jul./dez 2003.

NORGAARD, Richard; SIKOR, Thomas. Metodologia e prática em Agroecologia. In: ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002. p.53-83.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy. Igualdade, desenvolvimento e paz. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro: v. 1, n. 1, p. 203-211, jan./jun. 1995.

ORTNER, Sherry. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In: ROSALDO, M. Z.; LAMPHERE, L (Coords.). **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p.95-120.

OSBORNE, Raquel. Debates en torno al feminismo cultural. In: AMORÓS, Célia; DE MIGUEL, Ana (Eds.). **Teoría feminista: de la ilustración a la globalización**. Del feminismo liberal a la posmodernidad. Madrid: Minerva, 2005. v.2; p. 211-252.

OSBORNE, Raquel. Desigualdad y relaciones de género en las organizaciones: diferencias numericas, acción positiva y paridad. In: PULEO, Alicia (Ed.). **El reto de la igualdad de género**. Nuevas perspectivas em Ética y Filosofía Política. Madrid: Biblioteca Nueva, 2008. p.101-124.

PACHECO, Maria Emilia Lisboa. Construindo um diálogo: feminismo e agroecologia (entrevista). **Proposta**, Rio de Janeiro, ano 28/29, n. 103/104, dez./mar. 2005a.

PACHECO, Maria Emilia Lisboa. Dignidade: uma questão de gênero? In: PACHECO, Tânia (Org.). **Linha de dignidade: construindo a sustentabilidade e a cidadania**. Rio de Janeiro: FASE/BSD/Programa Cone Sul Sustentável, 2005b.

PACHECO, Maria Emilia Lisboa. Em defesa da agricultura familiar sustentável com igualdade de gênero. In: GT Gênero- Plataforma de Contrapartes Novib/SOS CORPO. **Perspectivas de gênero: debates e questões para as ONGs**. Recife: Gênero e Cidadania, 2002 (obra coletiva).

PACHECO, Maria Emilia Lisboa. Sistemas de produção: uma perspectiva de gênero. **Proposta**. Rio de Janeiro, v.25, n.71, p.30-38, dez./fev. 1997.

PÁGINAS FEMINISTAS. Revista do Centro Feminista 8 de Março; Março de 2003, ano 1 n.1.

PALMERO, Maria José Guerra. Un vínculo privilegiado mujer-naturaleza? Rachel Carson y el transito de la sensibilidad naturalista a la conciencia ecologica. In: CAVANA, M.L.; PULEO, A.; SEGURA, C (Coords.). **Mujeres y ecología: historia, pensamiento, sociedad**. Madrid: Al Mudayna, 2003. p. 119-127.

PARDINA, Teresa Lopez. El feminismo existencialista de Simone de Beauvoir. In: AMORÓS, Celia; DE MIGUEL, Ana (Eds.). **Teoría feminista: de la ilustración a la globalización**. De la ilustración al segundo sexo. Madrid: Minerva, 2005. v.1; p. 333-365.

PASCHOAL, Adilson. **Pragas, praguicidas e a crise ambiental**: problemas e soluções. Rio de Janeiro: FGV, 1979.

PASTORE, Elenice. **Relações de gênero na agricultura ecológica**: um estudo de caso na região serrana do Rio Grande do Sul. 2003. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

PATEMAN, Carole. **O Contrato sexual**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PAULILLO, M.I. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**, v. 5, n 28, jan./fev. 1987.

PEIXOTO, Socorro Letícia et al. **As relações de gênero no semi-árido**: diagnóstico do território do sertão central cearense. Fortaleza: ESPLAR Centro de Pesquisa e Assessoria/ Projeto Dom Helder Câmara, 2004.

PETERSEN, Paulo. Introdução. In: PETERSEN, Paulo (Ed.). Construção do conhecimento agroecológico: novos papéis, novas identidades. In: ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA, 2., 2007, Rio de Janeiro. **Caderno do...** Rio de Janeiro: ANA, 2007. p. 5-16.

PIMENTEL, David et alii. Food production and energy crisis. **Science**, n. 182, p. 443-449, 1973.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo brasileiro**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

PRIMAVESI, Ana. **Manejo ecológico do solo**: a agricultura em regiões tropicais. São Paulo: Nobel, 1983.

PULEO, Alicia. De la exclusión a la participación: democracia y igualdad. **Ex Aequo**, Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres, Porto, n. 13, p.29-42, 2006.

PULEO, Alicia. Del ecofeminismo clásico al deconstrutivo: principales corrientes de un pensamiento poco conocido. In: AMORÓS, Celia; DE MIGUEL, Ana (Eds.). **Teoría feminista: de la ilustración a la globalización**. De los debates sobre el género al multiculturalismo. Madrid: Minerva, 2005. t. 3; p.121-152.

PULEO, Alicia. Ecofeminismo: hacia una redefinición filosófico-política de "naturaleza" y "ser humano". In: AMORÓS, C. **Feminismo y filosofía**. Madrid: Síntesis, 2000. p.165-192.

PULEO, Alicia. Feminismo. In: MARDONES, José María (Dir.). **10 palabras clave sobre movimientos sociales**. Navarra: Verbo Divino, 1996. p. 187-228.

PULEO, Alicia. Libertad, igualdad, sostenibilidad. Por un ecofeminismo ilustrado. **Isegoría**, Revista de Filosofía Moral y Política, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2008.

PULEO, Alicia. Lo personal es político: el surgimiento del feminismo radical. In: AMORÓS, Celia; DE MIGUEL, Ana (Eds.). **Teoría feminista: de la ilustración a la globalización**. Del feminismo liberal a la posmodernidad. Madrid: Minerva, 2005. v.2; p. 35-68.

PULEO, Alicia. Luces y sombras de la teoría y la praxis ecofeministas. In: CAVANA, M.L.; PULEO, A.; SEGURA, C (Coords.). **Mujeres y Ecología: historia, pensamiento, sociedad**. Madrid: Al Mudayna, 2004. p. 21-34.

PULEO, Alicia. Medio ambiente y naturaleza desde la perspectiva de género. In: GARRIDO, M. G. de M.; SERRANO, J. L.; SOLANA, J. L (Eds.). **El paradigma ecológico en las ciencias sociales**. Barcelona: Icaria, 2007. p. 227-252.

QUINTAS, José Silva. **Educação ambiental e sustentabilidade**. Texto extraído da Conferência apresentada na abertura do I Fórum Nacional do Meio Ambiente e X Semana de Educação Ambiental promovida pela UNIJUÍ, Ijuí, RS, no período de 1 à 4/6/2003 (inérito, cedido pelo autor).

RAMÍREZ, Hilda Salazar. Mujer y medio ambiente: acuerdos internacionales. In: GARCIA, V. V. **Género, sustentabilidad y cambio social en el México Rural**. México: Colegio de Postgraduados, 1999.

REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA . **Uma identidade que se constrói em rede**. Cadernos de Formação 1. Lapa: Ecovida, 2007.

REDE FEMINISTA DE SAÚDE. [Site organizacional]. [2009?]. Disponível em: <<http://www.redesaude.org.br>>. Acesso em: ago. 2008.

RICOEUR, Paul. **O conflito das interpretações**. Rio de Janeiro: Imago, 1978.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa** (tomo I). São Paulo: Papirus, 1994. 3 t.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

RUA, Maria das Graças; ABRAMOVAY, Miriam. **Companheiras de luta ou coordenadoras de painéis? As relações de gênero nos assentamentos rurais**. Brasília: UNESCO, 2000.

SACCHI, Ângela. Mulheres indígenas: o processo organizativo e demandas de gênero. In: BUTTO, Andréa et al. **Assistência técnica e financeira para o desenvolvimento indígena, possibilidades e desafios para as políticas públicas**. Rio de Janeiro/Brasília: Contracapa Livraria/ Núcleo de Estudos Agrários do Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. p.141-161.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Enfim, sós: o Brasil rumo à Pequim. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 198-202, jan./jun. 1995.

SALES, Celecina de Maria. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.15, n.2, p. 437-443, 2005.

SANTOS, Boaventura Souza. A cúpula seqüestrada. **Folha de São Paulo**, 4 set. 2002.

SANTOS, Graciete; ALMEIDA, Maria Marli. **As Relações de Gênero na Agricultura Familiar**. Diagnóstico do Pajeú/Pernambuco. Recife: Casa da Mulher do Nordeste/ Projeto Dom Helder Câmara, 2003 (Cadernos Diagnóstico, vol.1)

SCHAAF, Alie van der. **Jeito de mulher rural**: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF, 2001.

SCHUMACHER, Ernest. **O negócio é ser pequeno**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para os estudos históricos? **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, dez. 1990.

SCOTT, P.; CORDEIRO, R (Orgs.) **Agricultura familiar e gênero**: práticas, movimentos e políticas públicas. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **Asientamientos rurales y agroecología en Andalucía**. Encuentro Internacional "La agricultura y la alimentación en las relaciones sur-norte". Barcelona, Universitat Pompeu Fabra, 4 a 7 de marzo de 1999.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **Introdução a perspectivas agroecológicas**. [S.l.: s.n.], 2005 (inédito, documento cedido pelo autor).

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. **Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.1, n.1, p. 35-45, jan./mar. 2001.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo; MOLINA, Manuel. Ecología, campesinado y historia: para una reinterpretación del desarrollo del capitalismo en la agricultura. In: SEVILLA GUZMÁN, Eduardo; MOLINA, Manuel (Orgs). **Ecología, campesinado y historia**. Córdoba: Endimiión, 1993.

SHIVA, Vandana. **Abraçar a vida**: mulher, ecologia y supervivencia. Montevideo: Instituto del Tercer Mundo, 1991.

SHIVA, Vandana. **Cosecha robada**. El secuestro del suministro mundial de alimentos. Barcelona: Paidós, 2003.

SHIVA, Vandana. **Manifiesto para una democracia de la tierra**. Justicia, sustentabilidad y paz. Barcelona: Paidós, 2006.

SILIPRANDI, Emma. **A presença da discussão de gênero e das questões das mulheres na Articulação Nacional de Agroecologia**. Brasília: UnB, 2008. Relatório de Pesquisa. (mimeo)

SILIPRANDI, Emma. Desafios para a extensão rural: o social na transição agroecológica. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v.3, p.38-48, 2002.

SILIPRANDI, Emma. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v.1, p.61-71, jan./mar. 2000a.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres rurais e políticas de desenvolvimento In: CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL, 10., 2000, Rio de Janeiro; CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 38., 2000, Rio de Janeiro. **Sustentabilidade e democratização das sociedades rurais da América Latina**. Rio de Janeiro: SOBER, 2000b. 1 CD-ROM

SILIPRANDI, Emma. O que se pensa, o que se faz, o que se diz: discursos sobre as mulheres rurais. **Educação em Debate**, v.2, p.106-110, 2002.

SILIPRANDI, Emma. Para pensar políticas de formação para as mulheres rurais. In: EMATER-RS. **Sustentabilidade e cidadania**. Porto Alegre, 1999. p. 173-185.

SILIPRANDI, Emma. Políticas de alimentação e papéis de gênero: desafios para uma maior equidade In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (Orgs.) **A produção do viver**. São Paulo: SOF - Sempreviva Organização Feminista, 2003. p. 56-90.

SILIPRANDI, Emma. Projetos de desenvolvimento e a valorização da agricultura familiar. In: NOBRE, Miriam; SILIPRANDI, Emma; QUINTELA, Sandra; MENASCHE, Renata (Orgs.). **Gênero e agricultura familiar**. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 1998. p. 9-14.

SILIPRANDI, Emma. Urbanas e rurais: a vida que se tem, a vida que se quer. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely (Orgs.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004. p.121-136.

SILVA, Berenice Gomes. **A Marcha das Margaridas**: resistências e permanências. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SILVA, Carmen; ÁVILA, Maria Betania; FERREIRA, Veronica. **Nosso trabalho tem valor!** Mulher e Agricultura Familiar. Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia/ Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste, 2005.

SILVA, Marialda Moura da (Org.). **Contando a história em miúdos...** uma proposta de intervenção em gênero na AACCC. Natal: AACCC, 2002. 31p. Disponível em: <<http://www.aaccrn.org.br/publicacoes.htm>>. Acesso em: 12 maio 2008.

SOARES, Vera. Movimento de mulheres e feminismo: evolução e novas tendências. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, nº. especial, 1994.

SOARES, Vera. O contraditório e ambíguo caminho para Beijing. **Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 180- 190, jan./jun. 1995.

SWAIN, Tania Navarro. A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário. In: SWAIN, T (Org.) **Feminismos: teorias e perspectivas**. Textos de História: **Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB**, Brasília: UnB, v.8, n.1/2, 2000.

TEPICHT, Jerzy. **Marxisme et agriculture**: le paysan polonais. Paris: Armand Colin, 1973.

THE ECOLOGIST. Blueprint for survival. **The Ecologist**, n. 2, p. 1-43, 1972.

THE GREEN BELT MOVEMENT. [Site organizacional]. LanternMedia, [2009?]. Disponível em: <<http://www.greenbeltmovement.org>>. Acesso em: ago. 2008.

THORSEN, Liv Emma. Interpreting farm women's lives: reflections on biographical method. In: VAN DER PLAS, L.; FONTE, M (Eds.). **Rural gender studies in Europe**. Assen: Van Gorcum, 1994. p.147-153.

UNITED NATIONS. Division for the Advancement for Women. Department of Economic and Social Affairs. **CEDAW - Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women**. 1997-2007. Disponível em: <<http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/cedaw.htm>>. Acesso em: ago. 2008.

UNITED NATIONS. **INSTRAW**. Disponível em: <<http://www.un-instraw.org>>. Acesso em: ago. 2008.

VARGAS, Virginia. Una Mirada del proceso hacia Beijing. **Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 172-179, jan./jun. 1995.

WARREN, Karen. El poder y la promesa de un feminismo ecológico. In: AGRA, Maria Xosé (Comp.). **Ecología y feminismo**. Granada: Ecorama, 1998. p.117-147.

WOMEN`S HEALTH INFORMATION. [**Site organizacional**]. Boston Women`s Health Books Collective, 2005-2008. Disponível: <<http://www.ourbodiesourselves.org>>. Acesso em: ago. 2008.

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. **Fuga a três vozes**. Anuário Antropológico, 91. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993. p. 89-137.

ANEXO A – GRAVAÇÕES UTILIZADAS

Entrevistas (histórias de vida):

1. Francisca Eliane de Lima Viana (Neneide), agricultora familiar assentada, Assentamento Mulungunzinho, Mossoró, RN, 5 de setembro de 2007.
2. Francisca Lourdes da Silva (Neguinha), agricultora familiar assentada, Assentamento Mulungunzinho, Mossoró, RN, 5 de setembro de 2007.
3. Efigênia Tereza Marco, agricultora familiar, graduada em Magistério Superior, sindicalista, Acaiaca, MG, em sua propriedade, 14 e 15 de setembro de 2007.
4. Elizabeth Cardoso, engenheira agrônoma, técnica do Centro de Tecnologia Alternativa da Zona da Mata, Viçosa, MG, em sua casa, 16 de setembro de 2007.
5. Maria Andrelice Silva dos Santos (Del), agricultora familiar assentada, Assentamento Dandara dos Palmares, Camamu, Ba; em sua propriedade, 8, 9 e 10 de outubro de 2007.
6. Izanete Chaves, agricultora familiar, liderança do MMC, em sua propriedade, Ibiacá, RS, 29 e 30 de outubro de 2007.
7. Zinalva Freitas, agricultora agroextrativista, em sua propriedade, em São Domingos do Capim, PA, 6 e 7 de novembro de 2007.
8. Inês Claudete Burg, engenheira agrônoma e pedagoga, ex-agricultora familiar, via *skype*, 29 de outubro de 2007.
9. Carmen Foro, agricultora familiar ribeirinha, sindicalista, vice-presidente da Central Única dos Trabalhadores, e coordenadora da CONTAG, na sede da CONTAG, Núcleo Bandeirantes, DF, 20 de novembro de 2007.
10. Maria José da Costa, engenheira agrônoma, agricultora familiar, coordenadora nacional do Movimento Nacional dos Pequenos Agricultores (MPA), na sede do MPA, em Brasília, 13 de novembro de 2007.
11. Rosane Bertotti, agricultora familiar, cientista social, secretária nacional de mulheres da FETRAF-Brasil, em Brasília, DF, 14 de dezembro de 2007.
12. Zulmira de Jesus Santos Mendonça, agricultora, quebradeira de coco babaçu, integrante da direção do MIQCB, em Brasília, DF, 22 de janeiro de 2008.
13. Lourdes Vicente, agricultora familiar assentada, coordenadora nacional do Coletivo de Gênero do MST, na sede do MST, em São Paulo, SP, 22 de fevereiro de 2008.

Reuniões com agricultoras:

14. Gravação da apresentação de Neneide na oficina de troca de experiências “Mulheres Construindo a Agroecologia”, no Fórum Social Nordeste, em Salvador, BA, 4 de agosto de 2007.
15. Gravação da apresentação de Del na oficina de troca de experiências “Mulheres Construindo a Agroecologia”, no Fórum Social Nordeste, em Salvador, BA, 4 de agosto de 2007.
16. Gravação da apresentação de Sebastiana Ferreira Costa e Silva, liderança do MIQCB, na Marcha das Margaridas, em Brasília, DF, 21 de agosto de 2007.

17. Reunião com diversas agricultoras integrantes do Grupo Mulheres Decididas a Vencer, na sede do grupo, Assentamento Mulungunzinho, em Mossoró, RN, 5 de setembro de 2007.
18. Diversas reuniões durante o Seminário de Mulheres promovido pelo GT-Mulheres da ANA em Florianópolis, 27 a 29 de setembro de 2007.
19. Reunião com diversas agricultoras, integrantes do Grupo de Mulheres do Assentamento Dandara dos Palmares, na casa de farinha do grupo, em Camamu, BA, 8 de outubro de 2007.
20. Reunião com diversas agricultoras integrantes de um dos grupos de base do MMC no município de Ibiaçá, RS, 31 de outubro de 2007.
21. Reunião com diversas agricultoras integrantes do grupo de mulheres de São Domingos do Capim, PA, na casa de uma delas, na comunidade de Monte Sião, 7 de novembro de 2007.

Entrevistas com técnicos e técnicas vinculados aos movimentos agroecológicos

22. Conceição Dantas, cientista social, coordenadora do Centro Feminista 8 de Março, Sede do CF-8, Mossoró, RN, 6 de setembro de 2007.
23. Francismar Câmara da Silva, engenheiro agrônomo, técnico da AACC, sede do CF-8, Mossoró, RN, 6 de setembro de 2007.
24. Rejane Medeiros, cientista social, técnica do CF-8, sede do CF-8, Mossoró, RN, 6 de setembro de 2007.
25. Eugenio Ferrari, engenheiro agrônomo, técnico do CTA-ZM, na sede do CTA, Viçosa, MG, 17 de setembro de 2007.
26. Luciano Lima da Paixão, técnico em agropecuária, e Ana Celsa Souza, técnica social, membros da equipe técnica do SASOP, na sede do SASOP em Camamu, BA, 8 de outubro de 2007 (entrevista em conjunto, na presença de Del).
27. Francisco Roberto Caporal, engenheiro agrônomo, integrante do DATER/SAF/MDA, em Brasília, 24 de outubro de 2007.
28. Luiz Carlos Rebelatto dos Santos, engenheiro agrônomo, ex-membro da coordenação da Ecovida, em Brasília, 8 de novembro de 2007.
29. Maria Emilia Lisboa Pacheco, antropóloga, integrante do Núcleo Executivo da ANA, via *skype*, 12 e 13 de dezembro de 2007.
30. Paulo Petersen, engenheiro agrônomo, membro da direção da ANA e da ABA, via *skype*, 15 de janeiro de 2008.
31. Eduardo Sevilla Guzmán, sociólogo, diretor do ISEC – Universidad de Córdoba, Espanha, em sua casa, em Córdoba, 24 de maio de 2008.